

Frank McDonough

GESTAPO

Mito e realidade na
polícia secreta de Hitler

LeYa



DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste [LINK](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e

*poder, então nossa sociedade poderá enfim
evoluir a um novo nível."*



Gestapo era a famosa polícia secreta de Hitler. Popularmente descrita como peça central de um poderoso esquema de vigilância sobre a população alemã, era a responsável por caçar os apontados como “inimigos do povo”, aqueles que não concordavam com a política nazista.

O professor Frank McDonough, um dos maiores estudiosos da história da Alemanha nazista, revela, neste livro, os mitos e as verdades sobre a Gestapo. Mostra, por exemplo, que ela não possuía a mão de obra necessária para espionar todos e dependia de denúncias de pessoas comuns – o que gerava uma série de injustiças atrozes.

No entanto, isso não significa que a polícia secreta fosse um instrumento fraco ou ineficiente. Pelo contrário, seus oficiais aplicavam métodos frios e eficazes e eram implacáveis com os alvos, que depois de um tempo passaram a ser perseguidos não apenas por razões políticas, mas também raciais.

A partir da análise de arquivos e do levantamento de informações inéditas, *Gestapo* oferece relatos reais, terríveis e perturbadores de cidadãos de várias classes sociais que se opuseram ao regime nazista e que, de repente, se viram presos na rede de intrigas da polícia secreta. É hora de encarar o cenário de horror que marcou a Alemanha na Segunda Guerra Mundial e desvendar capítulos ainda desconhecidos dessa história.

GESTAPO

Frank McDonough

GESTAPO

Mito e realidade na
polícia secreta de Hitler

Tradução
Luiz Antonio Oliveira de Araújo

LeYa

Copyright © 2015 Frank McDonough

Tradução para a língua portuguesa © 2016 LeYa Editora Ltda., Luiz Antonio Oliveira de Araújo

Título original: *The Gestapo: The myth and reality of Hitler's secret police*

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Preparação de texto

FERNANDA MELLO E THAÍS FERRAZ

Revisão

JOSÉ GRILLO

Capa

ANGELO ALLEVATO BOTTINO

Diagramação

ABREU'S SYSTEM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

McDonough, Frank

Gestapo / Frank McDonough ; tradução de Luiz Antonio Oliveira de Araújo. - São Paulo : LeYa, 2016.

288 p.

ISBN: 978-85-441-0464-4

Título original: The Gestapo

1. Alemanha. Geheime Staatspolizei - História 2. Polícia - Alemanha - História 3. Guerra Mundial, 1939-1945 - Serviço secreto - Alemanha I. Título II. Araújo, Luiz Antonio Oliveira de

16-0960

CDD 363.2830943

1. Gestapo - Alemanha - História
2. Polícia - Serviço secreto - Alemanha

Todos os direitos reservados à

LEYA EDITORA LTDA.

Av. Angélica, 2318 - 12º andar

01228-200 - São Paulo - SP

www.leya.com.br

Para Emily - com amor

Agradecimentos

A pesquisa e a escrita deste livro tomaram mais de quatro anos da minha vida. Gostaria de expressar gratidão a várias pessoas que me ajudaram ao longo do caminho.

Em primeiro lugar e acima de tudo, à minha agente literária Georgina Capel. Sou verdadeiramente grato pela fé que depositou em mim. Levou-me a produzir o plano minucioso de que este livro precisava. Mark Booth, da Coronet, parte da Hodder & Stoughton, é um dos melhores editores do mercado editorial. Foi uma grande alegria trabalhar com ele. Seus comentários sobre o manuscrito original melhoraram-no muito. Também quero agradecer a Fiona Rose, a assistente editorial da Hodder, com a qual foi um prazer trabalhar. Meu muito obrigado a Nick, o copidesque, por seu olho de águia. É uma grande honra ter meu livro sob o mesmo selo, Coronet, que produziu todos os romances de James Bond e muitos outros livros emblemáticos no mercado inglês.

Deixo uma palavra especial de gratidão a Peter Bierl, cujo auxílio foi inestimável na pesquisa dos arquivos da Gestapo em Düsseldorf. Ele também é um grande jornalista do *Süddeutsche Zeitung*, com sede em Munique. Uma pessoa muito especial. Também quero agradecer a Christian Gropp, o arquivista dos documentos da Gestapo em Düsseldorf e Duisburgo, que respondeu às minhas inúmeras

perguntas com charme e paciência. Um homem adorável. Grande é a minha gratidão pela hospitalidade de Klaus e Magda Schlaier, que me acolheram em casa por ocasião das minhas viagens de pesquisa a Munique. Klaus foi uma grande ajuda para o meu livro sobre Sophie Scholl e atualmente é um amigo estimado, assim como Magda. Agora a pequena Sophie também tem um tio novo. Meu grande amigo Jakob Knab propiciou-me valiosos contatos ao longo de todo este projeto. Sua esposa Steffi é médica, o que significa que Jakob está com o fígado sob firme controle. Ele também leu as provas com seus olhos de lince. Possui o maior caderno de endereços alemães que eu já vi. Por certo também toca violão maravilhosamente. Um gigante em tantas maneiras.

Gostaria de agradecer ao Departamento de História da John Moores University, em Liverpool, dirigido pelo Dr. Alex Miles, o financiamento de pesquisa que ajudou minhas viagens à Alemanha e a Londres no curso deste projeto. O Dr. Joe Yates, diretor da School of Humanities and Social Science, foi fonte de apoio constante ao meu trabalho.

Agradeço aos muitos estudantes que, durante tantos anos, deram ouvidos às minhas opiniões acerca do Terceiro Reich no meu curso na universidade.

As pessoas abaixo deram-me valiosíssimo apoio profissional e pessoal ao longo do caminho: o Dr. Mike Benbough-Jackson, um grande apoio para mim, o grande *sir* Richard J. Evans, cujo livro me inspira, o professor John Charmley, cuja obra sobre a política de apaziguamento também me inspirou, assim como o livro de Andrew Roberts a respeito de lorde Halifax. Quero expressar gratidão ao meu amigo Paul McGann e a toda a extraordinária família McGann, inclusive à mamãe Clare, por seu apoio e amizade. Estou solicitando adesão honorária à família. O professor Joe Moran deu-me conselhos importantíssimos sobre estrutura. Don Boyd, conselhos úteis sobre o desenvolvimento da narrativa. Também gostaria de agradecer o apoio das seguintes pessoas por me aconselharem ou me

proporcionarem noites divertidas ao longo do caminho: Dra. Kate Williams, Dr. Edward Harcourt, Phil Rothwell, Paul McDonough, Michael McDonough, meu irmão maravilhoso, Dr. Lorie Charlesworth, Tom Webber, Stuart Maconie, Janet Suzman, Melanie Sykes, Clare Mulley, professor Matt Feldman, Dra. Emma Vickers, Dra. Lucie Matthews-Jones, professor Alan Sharp, Dr. Sonny Kandola, Iorde David Alton, Cat Lewis, Roger Moorhouse, Kate Haldane e Pete Wylie.

Por meio da minha conta do Twitter, @FXMC1957, também tive o prazer de fazer muitos novos amigos, que acompanham minhas postagens de “hoje na história”.

Acima de tudo, quero agradecer à minha esposa maravilhosa, Ann, que é a rocha e o alicerce da minha vida desde 1983. Amo o seu corpo e a sua alma. Finalmente, gostaria de agradecer à minha adorável filha Emily, a quem dediquei este livro, ao seu bravo marido James e à nossa querida neta Martha. Um netinho novo está a caminho.

Alguém lá em cima gosta de mim.

Sumário

Introdução

1. A origem da Gestapo
2. Os homens e os métodos da Gestapo
3. O policiamento da fé religiosa
4. A caça aos comunistas
5. Denuncie o vizinho
6. A guerra racial contra os “marginais sociais”
7. A perseguição aos judeus
8. O julgamento da Gestapo

Notas

Glossário de termos e instituições alemães

Fontes e bibliografia

Índice remissivo

Introdução

Paul Schneider foi um pastor protestante

evangélico de mente aberta. Nasceu em 29 de agosto de 1897 na cidadezinha rural de Pferdsfeld, na Renânia. Num sermão de 8 de outubro de 1933, criticou Ernst Röhm, o líder das tropas de assalto hitleristas, por achar que a revolução nazista seria possível sem uma “renovação espiritual interior” das pessoas. Seus comentários foram denunciados às autoridades da igreja local. O bispo da região da Renânia, membro do movimento “germano-cristão”, pró-nazista, admoestou-o a não usar o púlpito para fazer comentários críticos aos líderes nazistas. Numa carta aos pais, Schneider escreveu: “Apesar do meu dever cristão de obediência, duvido que a Igreja evangélica consiga evitar entrar em conflito com o Estado nacional-socialista.” Em fevereiro de 1934, a hierarquia da Igreja protestante considerou-o “politicamente suspeito”. Para coagi-lo ainda mais, transferiu-o para a função de pároco de dois longínquos vilarejos rurais: Dickenschied e Womrath, que, juntos, tinham uma população de menos de mil habitantes. Em 11 de junho de 1934, Paul Schneider voltou a desafiar o Partido Nazista local. Dessa vez, protestou contra um membro da tropa de assalto que, durante o funeral de um membro da Juventude Hitlerista, disse que o mártir nazista Horst Wessel tinha “seguidores celestes”. A reação crítica de Paul foi denunciada à Gestapo, e ele acabou sendo

colocado sob “prisão preventiva” numa cadeia local. Os paroquianos fizeram um abaixo-assinado solicitando sua libertação. Schneider foi posto em liberdade. Durante o inverno de 1935-1936, foi denunciado em nada menos que doze ocasiões diferentes por fazer comentários antinazistas. Em 1937, a Gestapo o proibiu de morar ou mesmo de pregar em toda a região da Renânia. Desafiando flagrantemente essa ordem de “exílio interno”, retornou à paróquia e continuou pregando. No dia 3 de outubro de 1937, fez mais um sermão crítico. Este foi monitorado por um oficial da Gestapo local. Schneider foi preso e enviado a um presídio de Coblença. Em 27 de novembro de 1938, transferiram-no para o notório campo de concentração de Buchenwald. Ele ficou em confinamento solitário. À noite, frequentemente recitava palavras da bíblia em voz alta à janela de sua cela. Leonhard Steinwender, um sacerdote católico e também prisioneiro, descreveu Paul como “uma figura heroica para a qual o campo todo olhava com respeito e admiração. Nenhuma tortura o impedia de apelar repetidamente para a consciência dos guardas da SS e do comandante do campo”. Ele foi horrivelmente seviciado pelos guardas da SS - *Schutzstaffel*, a guarda pessoal de Hitler - por dizer o que pensava. Alfred Leikam recorda: “Schneider era submetido alternadamente a graves torturas físicas, humilhações e agonias e a duros espancamentos.” Mesmo Karl-Otto Koch, o brutal comandante do campo em Buchenwald, compreendeu que não podia quebrar o espírito de Paul Schneider. Decidiu soltá-lo, contanto que assinasse uma declaração prometendo não retornar à sua paróquia nem voltar a pregar. Ele se recusou a assiná-la. No dia 18 de julho de 1939, Paul Schneider foi assassinado na enfermaria do campo de Buchenwald com cinco injeções letais da droga estrofantina. Proibiram sua inconsolável esposa e os seis filhos de abrirem ou verem o caixão porque o cadáver se encontrava num estado terrível. Ao seu enterro em Dickenschied compareceram duzentos pastores da Igreja protestante confessional local, em companhia de uma

multidão enorme de paroquianos, para homenagear aquele indivíduo extraordinariamente destemido. Paul Schneider foi o primeiro pastor protestante confessional assassinado por desafiar o regime nazista por motivos religiosos.¹

Este livro examina a história marcante e inquietadora de indivíduos que foram presos pela Gestapo. Também se propõe a combinar uma explicação geral, baseada num número considerável de estudos existentes, com uma interpretação nova, apoiada em fontes originais de arquivos alemães, da atuação da Gestapo entre 1933 e 1945. Enfoca, exclusivamente, o que se passou na Alemanha (*Altreich*) no período nazista, e não nos territórios ocupados pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial. O propósito central aqui é explorar o impacto da Gestapo sobre os cidadãos alemães que viveram sob o domínio de Hitler. O livro começa com um exame minucioso de como a Gestapo veio a existir. Depois, investiga os antecedentes e os métodos dos seus funcionários, oferecendo algumas informações novas muito surpreendentes. Prossegue examinando as principais vítimas do terror nazista, particularmente os dissidentes religiosos, os comunistas, os marginais sociais e os judeus. É nesses capítulos que o trágico sofrimento humano das vítimas ocupa o centro do palco. A obra mostra ainda quanto a Gestapo contou com o auxílio do público, da polícia criminal (Kripo) e das instituições de bem-estar social. Também contém um pormenorizado capítulo final que explica o destino dos funcionários da Gestapo nos subsequentes julgamentos do pós-guerra. De modo geral, este livro fornece uma contribuição muito relevante para a compreensão do terror na sociedade nazista.

No período imediatamente posterior a 1945, os historiadores encararam a Alemanha nazista como uma ditadura totalitária todo-poderosa. Numerosos estudos foram publicados nessa fase, a maior parte deles escrita por historiadores de fora da Alemanha. Hannah Arendt, em seu influentíssimo livro *Origens do totalitarismo*, sugeriu que

todos os regimes totalitários dependem de uma polícia secreta para infundir medo na mente de cada cidadão e reprimir ferozmente todo e qualquer sinal de descontentamento. Também argumentou que a função principal de qualquer força policial secreta totalitária não é a de descobrir crimes, mas a de prender pessoas consideradas “inimigas do Estado”, e enfatizou que o papel da população foi decisivo na denúncia dos opositores.² Nesse arcabouço analítico totalitário, Adolf Hitler era retratado como o todo-poderoso “senhor do Terceiro Reich”; o povo alemão, como doutrinado pela propaganda nazista.³ Dava-se por líquido e certo que a Gestapo era uma organização gigantesca, com agentes em toda parte. Os documentários televisivos, os romances e os filmes vieram a reforçar esse ponto de vista difundido.⁴ Na realidade, quem aceitasse e apoiasse o sistema político nazista gozava de enorme liberdade individual. O regime de Hitler era imensamente popular. Basta reconhecer esse fato essencial para entender a realidade da vida na Alemanha nazista.

A Gestapo (*Geheime Staatspolizei*), ou Polícia Secreta do Estado, era um elemento-chave do sistema de terror nazista, mas é preciso compreender que ela começou como um mero departamento de polícia. Foi criada em 1933 para se encarregar dos adversários do regime. Até hoje, a palavra Gestapo evoca sentimentos de medo e horror. No entanto, a primeira história geral da corporação, do historiador francês Jacques Delarue, só foi publicada em 1962.⁵ Baseada exclusivamente nas fontes publicadas dos julgamentos de guerra de Nuremberg do fim da década de 1940, colocava no centro da análise os principais líderes da Gestapo: Hermann Göring, Heinrich Himmler e Reinhard Heydrich. Delarue tentou explicar como a polícia secreta operava não só na Alemanha, mas em toda a Europa ocupada pelos nazistas.⁶ Oferecia uma descrição então conhecida da Gestapo, como o ponto focal do brutal terror nazista, e alegava que todo o povo alemão estava sob vigilância constante.⁷

Essa imagem horripilante da Alemanha nazista só começou a mudar na década de 1970, quando os historiadores alemães, valendo-se dos arquivos recém-abertos em seu país, passaram a enxergar o nazismo com mais profundidade. A ênfase se deslocou da abordagem tradicional da “história de cima para baixo” (intencionista), centrada em Hitler, para uma abordagem nova da “história de baixo para cima” (estruturalista). O historiador alemão Martin Broszat foi crucial nessa radical mudança de rumo. No livro *The Hitler State* [O Estado de Hitler], de 1969, ele descreveu Adolf Hitler como um “ditador fraco”, que presidia duras lutas pelo poder entre indivíduos incompatíveis, num sistema caótico de impérios burocráticos rivais e discordantes.⁸ A seguir, reuniu uma equipe de elite de historiadores para trabalhar numa obra de seis volumes intitulada *Bayern in der N-Zeit* [A Baviera no período nacional-socialista]. O Projeto Baviera, como foi chamado, examinou a resistência ao domínio de Hitler na vida cotidiana.⁹ Concluiu que o governo nazista era muito menos totalitário na prática do que na teoria. O público tinha muito mais liberdade de criticar e reclamar do que se supunha anteriormente. O dinamismo real do regime hitlerista provinha dos jovens burocratas nazistas radicais que dispunham de uma enorme autonomia. Com frequência, Hitler endossava políticas cada vez mais radicais que outros já tinham posto em funcionamento. O modelo totalitário original foi exposto como um modo impreciso e inconclusivo de examinar a Alemanha nazista.

A abordagem da “história de baixo para cima” do estudo sobre a Alemanha durante o nazismo levou a um enfoque mais detalhado da relação entre a Gestapo e o povo alemão. O motivo da escassez de obras a respeito da polícia secreta de Hitler era a quantidade limitada de fontes disponíveis. A maior parte dos prontuários da Gestapo foi destruída no fim da Segunda Guerra Mundial, seja pelos Aliados, seja deliberadamente pelo próprio regime nazista. Só na região da Renânia subsistiu um grande número de

prontuários. O historiador alemão Reinhard Mann examinou uma amostra aleatória de 825 documentos de 73 mil prontuários da Gestapo sobreviventes no arquivo de Düsseldorf. Mann faleceu antes de concluir sua obra. Contudo, suas descobertas preliminares proporcionam uma destacada correção à interpretação ortodoxa da Gestapo como uma todo-poderosa “polícia do pensamento” no estilo orwelliano de 1984.¹⁰ Ele forneceu o princípio básico do que agora é conhecido como “interpretação revisionista” da polícia secreta.

Mann mostrou que a Gestapo nunca teve pessoal suficiente para espionar todos. Era um órgão muito pequeno, pobre em recursos e sobrecarregado, com menos de 15 mil funcionários incumbidos de policiar todos os crimes políticos de 66 milhões de alemães. Os funcionários da Gestapo não eram os nazistas brutais ideologicamente comprometidos do mito popular, e, sim, detetives de carreira que ingressaram na polícia muitos anos antes de Hitler chegar ao poder. A maioria das investigações dessa polícia secreta partia de denúncias do público em geral. Entretanto, Mann não concluiu que ela fosse um instrumento de terror ineficaz. Pelo contrário, entendeu que usava seus limitados recursos contra grupos definidos como exteriores à “Comunidade Nacional”, especialmente os que mobilizavam ativamente o descontentamento na população. Havia, porém, alguns problemas-chave no estudo de Mann. Por exemplo, concentrava-se nos conflitos privados entre “alemães comuns” e excluía da análise um exame detido de importantes grupos opositores, a saber, os comunistas, os judeus, os trabalhadores estrangeiros e um amplamente definido grupo de “marginais sociais”.

Foi o historiador americano Robert Gellately que, no livro *The Gestapo and German Society* [A Gestapo e a sociedade alemã], publicado em 1990, deu uma contribuição profundamente importante para nossa compreensão do funcionamento da Gestapo na Alemanha nazista.¹¹ Gellately reproduziu a abordagem de Mann de usar uma amostra

aleatória de arquivos da Gestapo, mas analisou uma região diferente: Würzburg, na Baixa Francônia, Baviera. Também examinou grupos diferentes dos de Mann, concentrando-se em prontuários referentes a judeus e trabalhadores estrangeiros. Revelou que as denúncias eram decisivas em 57% dos casos que consultou. Seu estudo deu forte apoio à opinião segundo a qual a Gestapo era um órgão com poucos funcionários que deixava em paz a vasta maioria dos “alemães comuns”. Mostrou também, mais claramente, como o apoio público auxiliava o trabalho da polícia secreta.¹² Sem dúvida alguma, Mann e Gellately desacreditaram a concepção popular da Gestapo como parte de um Estado policial todo-poderoso que impunha sua vontade a uma população aterrorizada. Segundo essa visão, ela não representava uma ameaça real aos cidadãos cumpridores da lei na Alemanha nazista.

Outro historiador radicado nos Estados Unidos, Eric Johnson, em seu minucioso livro *The Nazi Terror* [O terror nazista], publicado em 1999, ofereceu uma correção potente e nuançada à tendência geral de encarar a Gestapo como pouco diferente de uma sobrecarregada força policial moderna. Ele concentrou a pesquisa numa amostra aleatória de processos judiciais em Colônia e num número limitado de prontuários da Gestapo da cidade renana de Krefeld, suplementados com entrevistas de sobreviventes e provas estatísticas reveladoras. Seu trabalho confirmou que era um órgão pequeno, dependente da cooperação pública. Mostrou que tratava muito bem os “bons” cidadãos. A maioria dos alemães não estava longe de temê-la. Johnson divergiu de Gellately num aspecto importante, argumentando que os funcionários da Gestapo eram muito mais proativos e brutais.¹³

Meu interesse pessoal pelo papel da Gestapo foi despertado por minha pormenorizada biografia de Sophie Scholl. Ela era uma estudante universitária de Munique, de 21 anos, que, em 18 de fevereiro de 1943, foi presa pela polícia secreta por distribuir panfletos antinazistas. Em

seguida, foi interrogada e, quatro dias depois, executada numa farsa judicial organizada às pressas e comandada por Roland Freisler, conhecido como o “juiz enforcador de Hitler”.¹⁴ O interrogador de Sophie foi o calmo e profissional funcionário da Gestapo Robert Mohr, que atuou à maneira de um detetive “comum”, não como um nazista brutal ideologicamente motivado. O livro mostrou a importância de examinar minuciosamente as investigações da Gestapo. Também levantou duas questões relevantes dignas de mais pesquisa. Primeira: todos os inquéritos da polícia secreta nazista eram levadas a cabo com a eficiência demonstrada no caso de Sophie Scholl? Segunda: seus funcionários sempre se mostravam simpáticos como Robert Mohr?

Para falar com mais profundidade sobre essas importantes questões, decidi examinar uma ampla gama de detalhados prontuários referentes às pessoas caçadas pela polícia secreta nazista entre 1933 e 1945. Isso exigiu uma análise muito mais extensa. O maior número de prontuários sobreviventes na Alemanha está no arquivo de Düsseldorf, que contém 73 mil casos. Este livro se baseia principalmente em tais documentos, mas vai além do exame da cidade de Düsseldorf, empreendido por Reinhard Mann, e abrange uma amostra muito maior dos casos da Gestapo de toda a região de Norte-Vestfália, onde havia 4 milhões de habitantes durante o período nazista. Deram-me livre acesso a todos os prontuários remanescentes. Na época nazista, essa região era altamente industrializada, com uma grande população católica, um contingente protestante menor e uma comunidade judaica de tamanho médio nas principais cidades. As fontes do arquivo de Düsseldorf são suplementadas por documentos oficiais, arquivos forenses, relatos de testemunhas oculares, lembranças abrangentes e entrevistas de história oral. Reunidas, essas fontes permitiram-me pesquisar amplamente o modo de operar da Gestapo e como ela tratava suas vítimas.

Esta obra concentra-se principalmente numa vasta gama de grupos visados pelo serviço secreto nazista, inclusive os comunistas, os dissidentes religiosos, os marginais sociais e os judeus, mas também examina os motivos dos que denunciavam as vítimas. O principal problema nos arquivos da Gestapo geralmente não é o que eles registram, mas o que omitem. É de conhecimento público que ela recorria às chamadas “técnicas melhoradas de interrogatório”, que geralmente envolviam severos espancamentos punitivos, mas não há registro delas. Tentei apresentar indícios de julgamentos posteriores da Gestapo e relatos de testemunhas oculares para revelar como essas práticas brutais eram generalizadas.

O enfoque deste livro não é a quantidade de casos da polícia secreta, mas a sua qualidade. O arquivo de Düsseldorf contém milhares de prontuários extremamente breves. Esta obra baseia-se em investigações muito minuciosas da Gestapo, que em geral contêm centenas de páginas e envolvem o interrogatório de numerosas vítimas.¹⁵ Tal abordagem leva o leitor a entrar no cotidiano de uma amostra representativa de pessoas comuns e extraordinárias que viveram durante a época nazista, de uma ampla variedade de origens sociais. Nas páginas que se seguem, nos aventuraremos no centro habitacional da classe operária, na fábrica local, na cervejaria da esquina, no restaurante de bairro, nas casas e até nos quartos de cidadãos alemães comuns. Aqui, a história oculta do Terceiro Reich é elucidada como nunca antes.

Entre as muitas histórias individuais fascinantes examinadas, encontram-se testemunhas de Jeová que tiveram a coragem de se recusar a abrir mão de sua fé, padres e pastores que não se deixaram silenciar, comunistas que se negaram a transigir, operários que faziam pichações, jovens que formavam grupos dissidentes, trabalhadores que denunciavam os colegas de trabalho, vizinhos que culpavam gente que ouvia transmissões de rádio estrangeiras, esposas que davam informações sobre o

marido, amantes que se delatavam mutuamente e a história notável de um alemão “ariano” e sua noiva judia que arriscaram tudo por amor.

Aqui, o que se mostra, mais claramente do que nunca, é o alto nível de autonomia de que a Gestapo desfrutava para se ocupar dos casos e a quantidade de tempo, muitas vezes exaustiva, a eles dedicada. A maior parte das investigações se iniciava com a denúncia de um cidadão comum. A polícia política não só impunha sua vontade como pedia às pessoas que policiassem o comportamento dissidente. O que ela não previu é que muitas daquelas dedurações tinham motivação pessoal.

Ao contrário da suposição popular, a Gestapo não prendia indivíduos e simplesmente os deixava no portão dos campos de concentração. A maioria dos casos acabava sendo descartada, sem acusação ou com uma punição surpreendentemente indulgente. Os funcionários do serviço secreto nazista procuravam assegurar que se tomasse uma decisão sobre punição antes que expirasse a ordem de “prisão preventiva” inicial de 21 dias. Somente os casos considerados graves eram encaminhados cadeia de comando acima até o promotor público, que tomava a decisão final. As formas de tratamento mais severas concentravam-se naqueles que a Gestapo considerava importantes adversários políticos, religiosos e raciais. A libertação da prisão no fim das investigações era a regra, não a exceção. Para um órgão frequentemente acusado de agir fora da lei, revelo que acatava diretrizes legais rigorosíssimas.

A autonomia outorgada aos funcionários da Gestapo geralmente resultava em decisões diferentes, muitas vezes curiosas. Nas próximas páginas, você se surpreenderá repetidamente com a dureza ou a leniência mostrada em cada caso. Alguns, que oficialmente implicavam a pena de morte, eram descartados sem acusação, ao passo que outros, que pareciam muito triviais, acabavam em

tratamento severo. Todos os casos eram investigados com a habitual meticulosidade alemã.

Os funcionários da polícia política nazista emergem neste livro não como estereotipicamente maus, mas como um grupo bastante divergente cujos membros não podem ser facilmente classificados de “homens comuns”. Nas últimas etapas da guerra, a Gestapo tornou-se muito mais brutal no trato dos “inimigos do Estado”, e as “técnicas melhoradas de interrogatório” passaram a ser usadas com mais regularidade.

É esquadrinhando muito profundamente os casos do serviço secreto nazista que *Gestapo* oferece uma visão instigante e original da vida cotidiana no interior da Alemanha nazista e retrata as diversas vítimas de seu terror.



O corajoso pastor protestante Paul Schneider, fotografado como estudante em 1921.

Coleção pessoal.



O quartel-general da Gestapo na
Prinz-Albrechtstrasse, nº 8, em Berlim.
O edifício foi destruído por bombardeio
dos Aliados em 1945.

Bundesarchiv Bild 183-R97512(1).

1

A origem da Gestapo

A Alemanha tinha uma longa tradição de espionagem política. Durante a revolução de 1848, o rei Luís I da Baviera sancionou o monitoramento dos adversários políticos nas cervejarias locais. Quando da criação do Império Alemão em 1871, o gigantesco Estado da Prússia, que abrangia 60% do território alemão, tinha uma polícia política própria (*Politische Polizei*), o chamado Departamento V, sob a chefia de Wilhelm Stieber, nascido em Merseburg, na Saxônia, em 3 de maio de 1818, e de sólida família de classe média. Tendo se formado em direito antes de ingressar na força policial,¹ ficou conhecido como o “mestre espião” de Bismarck e foi fundamental tanto na inteligência alemã doméstica quanto na ultramarina. Ele expediu as seguintes instruções para os agentes:

O agente deve ser obrigado a manter algum tipo de estabelecimento à sua escolha, desde que, externamente, esteja em consonância com os requisitos comerciais ou outros do país no qual é empregado [...] Deve-se entender que, para os nossos agentes, é necessário inspirar confiança em círculos nos quais sua ação se concentra e

estabelecer essa confiança pela declaração externa de uma existência burguesa comum.²

Em suas memórias exageradas e geralmente pouco confiáveis, Stieber recorda que, quando estava realizando operações de inteligência em Londres, conseguiu imiscuir-se na casa de Karl Marx, o importante líder comunista alemão e livros, e roubar listas de militantes da Liga Comunista.³ O foco principal da polícia política prussiana na Alemanha era a vigilância de partidos e indivíduos contrários ao governo, particularmente na esquerda comunista.

Em 1918, a complexa rede de espionagem criada por Stieber no exterior desmoronou, mas o novo governo democrático de Weimar decidiu manter a polícia política. Na Prússia, esta foi renomeada como Departamento 1A e, posteriormente, passou a ser chamada simplesmente de Departamento 1. Em 1928, o ministro prussiano do Interior definiu o Departamento 1A como um órgão que observava, prevenia e investigava todos os crimes de natureza política.⁴ Em 1930, essa instituição contava com cerca de mil funcionários atuando em cada um dos 44 distritos administrativos da Prússia. A maior parte deles provinha da força policial criminal.⁵

A polícia política prussiana monitorava as atividades dos comunistas, mas também vigiava de perto o Partido Nazista. Antes de 1933, promoveu um total de 40 mil perseguições contra membros dessa agremiação.⁶ Monitorava rotineiramente os discursos e escritos dos nazistas mais destacados. Criou uma dedicadíssima Inspetoria Principal de partidos de extrema direita quando tais organizações começaram a proliferar no período de Weimar.⁷

No dia 20 de julho de 1932, a nomeação de Franz von Papen para o cargo de chanceler da Alemanha transformou o modo como a polícia política prussiana lidava com os “inimigos do Estado”. A luta contra os comunistas passou a ser o principal foco de atenção. O líder nazista Hermann

Göring assumiu o comando efetivo de toda a força policial prussiana, que somava 50 mil homens e incluía o departamento de polícia política. Ele acrescentou imediatamente um departamento especial, encarregado do combate ao comunismo. Afastou nada menos do que onze chefes de polícia considerados simpatizantes da democracia.

Esse desdobramento ajustou-se perfeitamente à principal meta nazista de assumir o controle de todos os serviços de segurança. As quatro figuras-chave no atingimento desse objetivo foram Hermann Göring e Rudolf Diels, na Prússia, e Heinrich Himmler e Reinhard Heydrich, na Baviera. Em grande parte, a Gestapo foi criada graças ao esforço desses quatro indivíduos. No fim, Himmler e Heydrich obteriam o controle total não só da Gestapo, mas de todo o sistema policial da Alemanha nazista, e isso poderia ter sido evitado.

Hermann Göring nasceu em Rosenheim, Baviera, em 12 de janeiro de 1893, numa família de classe média alta. Seu pai, Heinrich, tinha sido amigo pessoal do chanceler Otto von Bismarck no tempo em que era oficial do Exército alemão. Desde muito cedo, mapeou-se uma carreira militar para o jovem Hermann, mas ele era um adolescente voluntarioso, obstinado e problemático. Foi expulso do colégio depois de várias discussões explosivas com os professores. Seu pai decidiu que a disciplina militar podia domá-lo. Ele entrou numa escola de cadetes em Karlsruhe e, depois, foi admitido numa escola militar de Berlim. Em outubro de 1914, ingressou no recém-formado Corpo Alemão de Aviadores.* Tornou-se um destemido ás da aviação, na Esquadrilha Aérea Nº 1, de elite, comandada pelo lendário Sanguinário Barão Vermelho, o *Freiherr* von Richthofen. A disposição de Göring a empreender perigosas missões de combate levou-o a receber uma série de condecorações por bravura, entre as quais se destacam a Cruz de Ferro, a Primeira Classe e o *Pour le Mérite* ["O Max Azul"], a insígnia mais importante da aviação. No fim da Primeira Guerra Mundial, ele voltou a Munique, mas teve

dificuldade para arranjar emprego. No outono de 1922, quando ouviu um discurso de Adolf Hitler numa cervejaria, filiou-se ao Partido Nazista. No ano seguinte, participou do malogrado *Putsch* da Cervejaria de Munique e foi baleado duas vezes durante o sangrento confronto final com a polícia na Marienplatz, no centro da cidade. O *Putsch* foi uma tentativa de depor o governo estadual da Baviera, mas acabou como um fracasso humilhante. Em vez de tomar o poder, Hitler, apoiado pelas tropas de assalto, obteve o controle fugaz de uma cervejaria antes que as autoridades usassem a polícia local para restabelecer a ordem e prender os conspiradores. Quando estava se recuperando no hospital, Göring desenvolveu um forte vício em morfina, o que o levou a um breve período numa clínica psiquiátrica. No início dos anos 1930, era o principal conselheiro de Hitler em assuntos internos e líder da bancada do Partido Nazista no Reichstag. Em 1932, Franz von Papen o nomeou ministro prussiano do Interior e comandante da polícia.

Göring formou imediatamente uma estreita relação de trabalho com Rudolf Diels, o chefe da polícia política prussiana, um experiente servidor público civil e administrador da corporação. Ele se mostrou um senhor astuto e flexível da política burocrática de escritório. Sua disposição para fazer o que mandavam não tardou a torná-lo um conselheiro indispensável de Göring. Em suas pretensiosas memórias, Diels minimiza o porquê de haver deixado tão depressa de ser um defensor da democrática República de Weimar para se amoldar à agenda política nazista.

Um exame mais atento evidencia que Diels era um oportunista fingido e sem escrúpulos. Num *curriculum vitae* datado de 1935, ele explica como se envolveu profundamente com o desenvolvimento da Gestapo desde o começo:

Em 1930, fui nomeado para o Ministério do Interior, no qual logo assumi a chefia do departamento

responsável pelo combate ao movimento comunista. A partir de 20 de junho de 1932, o escopo da minha autoridade para lutar contra o comunismo ampliou-se substancialmente e, mesmo naquele estágio, pude me dedicar aos preparativos da destruição do comunismo na Alemanha em estreita conjunção com importantes membros do NSDAP.⁸

Não se sabe se a ideia de transformar a polícia política prussiana na polícia secreta nacional que viria a ser a Gestapo partiu de Diels ou de Göring, mas o Departamento 1A da polícia política prussiana continha um núcleo de funcionários que passou a ser a sua Gestapo. Göring sentia que os detetives criminais existentes podiam se assimilar ao trabalho mais repressivo de que em breve seriam incumbidos.

Heinrich Himmler, chefe da SS, a guarda pessoal de Hitler, e seu jovem protegido Reinhard Heydrich também foram centrais no desenvolvimento da Gestapo. O foco principal de suas atividades ficava na Baviera. Sem dúvida, Himmler foi a figura mais importante na transformação da SS e da Gestapo nas temíveis organizações que passaram a ser na Alemanha nazista. Ele tem sido rotineiramente descrito como o burocrata nazista por excelência, enfadonho, emocionalmente frio e calculista, preocupado com a teoria racial. Isso desmerece sua grande habilidade de manipulador, organizador e astuto agente político. Sua disposição para escolher pessoas leais, jovens e muito qualificadas permitiu-lhe montar uma equipe formidável de indivíduos eficientes e ideologicamente comprometidos que participavam de sua visão de criar um aparato policial de segurança inter-relacionado. Nenhum outro nazista importante escrevia relatórios convincentes como os de Himmler. Foi essa capacidade que o tornou uma figura tão indispensável na elite nazista.



Rudolf Diels, o primeiro chefe da Gestapo.

Bundesarchiv, Bild 183-K0108-0501-008.



Heinrich Himmler (à esquerda) com Ernst Röhm, o líder das tropas de assalto hitleristas, SA.

Bundesarchiv, Bild 102-15282.

Himmler nasceu em 7 de outubro de 1900 numa família de classe média de Munique. Seu pai, que impunha uma disciplina férrea, tinha sido tutor na corte da monarquia bávara. Sua mãe era de uma família que ganhava a vida com a horticultura. Ele foi criado como um católico rigoroso na pequena aldeia bávara de Landshut. Embora frequentasse a igreja com regularidade, tornou-se progressivamente hostil à doutrina cristã. Convocado pelo Exército em 1917, não chegou à frente de batalha. No fim da Primeira Guerra Mundial, foi dispensado do serviço militar em Berlim. Lá passou dois anos, mudando de um emprego tedioso para outro, entre eles o de vendedor de uma empresa de pincéis e o de operário numa fábrica de cola. Em 1921, regressou a Landshut. O pai comprou-lhe um pedaço de terra no qual ele passou a criar galinhas que matava diariamente, estrangulando-as com as mãos. Foi mais ou menos nessa época que começou a ler panfletos acerca do nacionalismo alemão. Muito influenciado por questões de raça e patriotismo, queria participar do esforço para derrotar a democracia de Weimar.

Tendo se mudado para Munique, Himmler não se apressou a ingressar no Partido Nazista. Inicialmente, preferiu um grupo chamado de Estandarte de Guerra do Império (*Reichskriegsbanner*). Foi quando estava atuando nessa organização que se aproximou de lideranças nazistas. Filiou-se ao partido em 1923 e participou da marcha ao Feldherrnhalle no fim do fracassado *Putsch* da Cervejaria de Munique. Não chegou a ser preso nem punido.

Himmler tornou-se proeminente no Partido Nazista graças ao seu papel na tropa de guarda pessoal de elite de Hitler: a SS. No dia 6 de janeiro de 1929, assumiu o comando da SS. Era um *workaholic* com padrões altíssimos. Em geral, começava a trabalhar em seu gabinete às oito horas da manhã e, às vezes, lá ficava até depois de meia-noite. Cuidava meticulosamente de toda a documentação.⁹ Em 1931, fundou a Seção 1C da SS em Munique. Seu

principal objetivo era colher informações a respeito dos adversários políticos, especialmente dos comunistas.

A fim de melhorar tal organização, nomeou Reinhard Heydrich, de 27 anos, seu principal oficial de segurança. Nascido em 7 de março de 1904 em Halle, Saxônia, esse indivíduo alto, bonito, loiro, atlético, trabalhador e implacável veio a ser o principal protegido de Himmler. Era de uma família de classe média interessada em alta cultura. Seu pai, Richard, era um famoso cantor de ópera e um nacionalista fervoroso. A mãe, Elizabeth, era atriz. Reinhard era um talentoso pianista e violinista. Também se destacava na esgrima, na natação e no atletismo. Posto que fossem muitas as opções de carreira abertas para ele, decidiu alistar-se na Marinha em 1922. Apesar dos modos grosseiros, subiu à patente de tenente. Sua boa aparência sempre chamou atenção das mulheres, e ele se entregava a vários casos amorosos. Isso acabou enredando-o num grande escândalo. Uma de suas namoradas, filha de um diretor da importante indústria química IG Farben, engravidou, mas Heydrich se recusou a se casar com ela. Um tribunal de honra decidiu que ele, com seu comportamento, havia desprestigiado a Marinha e o obrigou a se afastar, em abril de 1931. Uma carreira promissora pareceu liquidada. Foi sua nova namorada e futura esposa, Lina von Osten, que lhe proporcionou contato com destacadas figuras do NSDAP. Mais tarde, Lina recordou que, em 1931, quando ingressou no Partido Nazista, ele nem tinha lido *Mein Kampf*, de Hitler.¹⁰ Não tardou a ser recrutado pela SS. Impressionou muito Himmler, que nele enxergou o tipo ideal de oficial de elite da SS: enérgico, leal, ideologicamente determinado, eficaz, inclemente, bem-organizado e corajoso.

Em 1932, a Seção 1C foi rebatizada para Serviço de Segurança (*Sicherheitsdienst des Reichsführers* - SD). O SD era um órgão considerado muito mais proativo que a Seção 1C, nome tomado emprestado das forças armadas alemãs, nas quais a inteligência inimiga era da responsabilidade dos

oficiais da 1C. O SD identificava, rastreava e prendia os inimigos políticos e raciais. Por isso, mesmo antes de 1933, Himmler e Heydrich queriam transplantar os princípios de elite racial e ideológicos da SS para as práticas e atividades profissionais de uma nova polícia secreta nacional.

Um poderoso personagem nazista se interpunha aos seus planos e maquinações. Tratava-se do capitão Ernst Röhm, o feroz e errático comandante das tropas de assalto (*Sturmabteilungen* - SA). Nascido em Munique em 28 de novembro de 1887, ele era de origem humilde, filho de um ferroviário. Tendo se alistado no Exército em 1906, foi condecorado com a Cruz de Ferro Primeira Classe durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1919, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores Alemães, que passou a ser o Partido Nazista em 1920. Era um camarada muito próximo e amigo pessoal de Adolf Hitler. Baixo, atarracado, com feições duras, parecia ainda mais ameaçador devido a uma feia cicatriz na bochecha esquerda.

Após o fracassado *Putsch* da Cervejaria de Munique de 1923, Röhm deixou de atuar no Partido Nazista. Entre 1928 e 1930 foi assessor militar do Exército boliviano e publicou um livro de memórias impenitentes intitulado *História de um traidor*. Em 1930, Hitler lhe enviou uma carta pessoal convidando-o a voltar a Munique para chefiar o Estado-Maior das tropas de assalto reformadas. Röhm assumiu o posto em 5 de janeiro de 1931. Hitler queria que a SA agisse como força de briga de rua para intimidar os adversários políticos, especialmente durante os comícios e as campanhas eleitorais. Também achava que os inestimáveis contatos de Röhm com importantes oficiais do Exército auxiliariam o desejo nazista de tomar o poder.

Röhm tinha planos próprios, todos ambiciosos e radicais. Queria criar uma polícia secreta de Estado nazificada a partir da afiliação à SA.¹¹ Acreditava que os combatentes nazistas da vanguarda da SA deviam ter primazia sobre os policiais de carreira. Ainda mais controverso era seu propósito de incorporar o Exército existente (*Reichswehr*) à

SA. Em março de 1932, houve uma importante reunião no apartamento de Röhm, na Goetheplatz, em Munique, para discutir a proposta da polícia secreta nazista. Participaram dela Joseph Goebbels, o chefe da propaganda nazista, Rudolf Hess, o secretário de Hitler, e Heinrich Himmler, o chefe da SS e do SD. Concordou-se que a polícia secreta de um regime nazista tinha de ser uma organização nazista, controlada pela SS de Himmler, que trabalharia em estreita cooperação com o aparato partidário, inclusive a SA. Quando lhe perguntaram que tipo de pessoa faria parte dessa polícia política, Himmler respondeu: “Não vamos encontrá-las, vamos criá-las.”¹² Essa reunião deixou a SA com um papel mal definido no esquema de segurança de um futuro Estado nazista. Não surpreende que Röhm nunca tenha se sentido comprometido com as decisões tomadas.¹³

Hitler assumiu um enorme risco político ao trazê-lo de volta ao centro da liderança do Partido Nazista. A personalidade intransigente de Röhm vinha acompanhada de uma vida privada que era tema de escândalo sexual. Ele não escondia o fato de ser homossexual, o que na época era ilegal, segundo o artigo 175 do Código Penal alemão. E vivia cercado por um grupo de jovens gays.

Na primavera de 1932, jornais como o social-democrata *Münchener Post* e o esquerdista *Welt am Montag* publicaram uma série de cartas incriminadoras de Röhm ao seu médico Karl-Günther Heimsoth, na qual ele confessava “sentimentos e atos homossexuais” e classificava de desnaturado o sexo com mulheres.¹⁴ Por ocasião da eleição presidencial de 1932, os social-democratas publicaram essas cartas em forma de um panfleto de propaganda política antinazista intitulado *O caso Röhm*, que vendeu 300 mil exemplares e foi amplamente discutido na imprensa durante a campanha eleitoral. Mas quem tinha vazado essas cartas para a imprensa esquerdista? Ninguém menos que Rudolf Diels, o chefe da polícia política prussiana. Cópias das cartas se achavam em poder da promotoria pública, que estava investigando acusações das intensas atividades

homossexuais de Röhm. Os documentos foram transferidos para a polícia de Munique, mas o caso foi abandonado.

O novo governo de “coalizão nacional”, criado em 30 de janeiro de 1933, continha somente três nazistas: Adolf Hitler, o novo chanceler alemão, Göring, ministro sem pasta, e Wilhelm Frick, ministro do Interior. Este nasceu em 12 de março de 1877, em Alsenz, Baviera, e tinha formação em direito, além de ter concluído um doutorado. Havia dirigido a polícia de segurança de Munique e participado do fracassado *Putsch* da Cervejaria, quando foi condenado a quinze meses com sursis e exonerado da força policial. Pouco a pouco, conseguiu restaurar sua reputação. Em janeiro de 1930, tornou-se ministro estadual do Interior da Turíngia e chefe do departamento jurídico do Partido Nazista. Experiente como advogado e como funcionário do governo, Frick tinha grande pretensão de controlar a polícia da Alemanha nazista. De mentalidade conservadora, queria transformar as forças policiais estaduais independentes numa polícia criminal centralizada e profissional. Ele sabia que não seria fácil criar uma polícia nacional, em virtude da existência do sistema federativo de estados (*Länder*) governados independentemente. Cada estado tinha polícia própria, a qual incluía um pequeno número de funcionários encarregados do monitoramento político.

Não houve a nazificação em grande escala da polícia prussiana sob Frick. Apenas 1.453 policiais considerados inimigos do regime vigente foram demitidos no primeiro ano de governo nazista. Isso correspondia a 7,3% do pessoal. A maioria deles era constituída por policiais comuns dos graus mais baixos.¹⁵ O recrutamento para a polícia política e depois para a Gestapo baseava-se na experiência policial relevante e não era determinado pela afiliação ao Partido Nazista, à SS, ao SD ou à SA. Mais tarde, Rudolf Diels recordou que a maior parte dos funcionários originais da Gestapo era constituída por “antigos servidores civis, não nazistas”, e eles tentavam “resistir ao terror” da tropa de assalto. Os homens de Diels tiveram muita dificuldade para

lidar com os da SA no primeiro ano do governo nazista. A SA tendia a encarar os burocratas tradicionais com extremo desprezo e desobedecia constantemente a ordens de operar nos limites de qualquer forma de processo legal regulado pelo Estado.¹⁶

É claro que Göring e Diels apoiavam a repressão brutal aos comunistas no início do governo hitlerista. A iniciativa também contava com o apoio do próprio Hitler, que disse: “A luta contra os comunistas não deve depender de considerações jurídicas.”¹⁷ Num discurso franco a funcionários da polícia prussiana em 17 de fevereiro de 1933, Göring disse: “Cada bala que existe agora no tambor de um revólver da polícia é uma bala minha. Se vocês a usarem para matar, eu sou o matador. Eu ordenei tudo isso, assumo a culpa. Assumo toda a responsabilidade.”¹⁸ No dia 22 de fevereiro de 1933, ele assinou um decreto autorizando os membros da SA a ingressarem na polícia auxiliar. O objetivo era usar aqueles duros valentões de rua para esmagar os comunistas. Em questão de semanas, o número de auxiliares da SA superou o de policiais ordinários, na proporção de 7 para 1. O resultado foi uma onda de terror. A SA organizou incursões brutais, juntou milhares de comunistas e os encarcerou naquilo que ficou conhecido como “campos de concentração selvagens”, nos quais as pessoas eram mantidas sem julgamento, espancadas, torturadas e, muitas vezes, assassinadas em armazéns abandonados, quartéis e prédios em ruínas por toda a Alemanha. Em retrospecto, a decisão de Göring de usar a SA para reprimir os comunistas foi insensata. Anunciou um período de terror nazista desenfreado que depois se tornou difícil de conter.

Depondo nos julgamentos de Nuremberg, Rudolf Diels descreveu a brutalidade desordenada dos primeiros meses de governo nazista:

Os comunistas eram executados por vários grupos do partido, especialmente pela SA [...] Os métodos

aplicados eram os seguintes: seres humanos que, privados da liberdade, eram submetidos a graves sevícias ou assassinados. Essas detenções ilegais ocorriam em campos, geralmente antigos quartéis militares, alojamentos ou fortalezas da tropa de assalto. Mais tarde, esses lugares ficaram conhecidos como campos de concentração, como Oranienburg, perto de Berlim; Lichtenberg; Papenburg; Dachau, na Baviera etc. [...] Esses assassinatos eram camuflados por expressões: “Baleado ao tentar fugir” ou “resistência à prisão” ou coisas parecidas.¹⁹

Diels calculou que cerca de 40 mil pessoas foram submetidas à “prisão preventiva” (*Vorbeugehaft*) durante 1933, e de 5 mil a 7 mil adversários políticos foram assassinados daquela maneira no primeiro ano de poder.²⁰ Cifras oficiais revelam que 100 mil prisioneiros foram submetidos à prisão preventiva em 1933, mas a maioria deles foi capturada nos primeiros meses do ano. Esses números não incluem os que foram efetivamente sequestrados pela SA e levados a celas de tortura e campos de concentração irregulares. O número dos assassinados em 1933 é igualmente difícil de estimar com precisão, mas muito provavelmente ficou mais próximo de mil do que dos 7 mil calculados por Diels.

Heinz Gräfe, um jovem estudante de direito de Berlim, presenciou o início da violência da SA em março de 1933:

A revolta do Estado está acontecendo! Bandeiras pretas-brancas-e-vermelhas e estandartes da suástica foram içados em todos os salões e prédios públicos da cidade (tribunais, polícia e quartéis) ontem e anteontem. A SA está armada de metralhadora e age como uma força policial auxiliar. Sob a proteção da polícia, atacou prédios públicos e jornais. Em Pirna, a SA também ocupou a imprensa e

a livraria locais hoje ao meio-dia, prendeu o pessoal e afugentou outros; destruiu as placas do lado de fora, empilhou o material de impressão na rua e ateou fogo.²¹

Werner Schäfer, o comandante do campo de concentração de Oranienburg, afirmou que Diels tinha “relações muito estreitas” com os líderes da SA. Segundo ele:

Oranienburg logo passou a ser o único campo para adversários políticos de Berlim e da província de Brandemburgo [...] Oranienburg não tinha nem mil presos [no fim de 1933] e [...] Berlim era o centro dos adversários políticos do NSDAP e, portanto, tinha uma proporção extraordinariamente grande de adversários políticos.²²

Schäfer também discordou da afirmação de Diels, segundo a qual a polícia criminal e a Gestapo tratavam os presos políticos de modo não violento nos interrogatórios em Berlim e que toda a brutalidade durante o expurgo cruel dos comunistas era praticada pela SA. “Numa ocasião”, lembrou Schäfer, “a Gestapo em Berlim mandou para o campo dois presos gravemente feridos. No dia seguinte, eu procurei [...] meu superior e lhe pedi que protestasse, junto comigo, para a Gestapo na Prinz Albrechtstrasse e que exigisse uma explicação, o que eu pretendia tornar tema de um relatório para o Ministério do Interior prussiano.”²³ Uma vez investigado esse incidente, admitiu-se que a Gestapo havia seviciado os presos e não devia tê-los mandado a Oranienburg com tais ferimentos.

Hans Frank, um nazista convicto e ministro da Justiça em Munique, argumentou que as prisões arbitrárias, os interrogatórios violentos e a brutalidade rotineira da SA contra os adversários políticos precisava cessar.²⁴ No dia 2

de agosto de 1933, Göring desmembrou a polícia “auxiliar”. Em outros estados alemães, as forças policiais também abriram mão dos serviços violentos da SA. Expediram-se, então, diretrizes rigorosas, deixando claro que a Gestapo, apoiada pela polícia, era o único órgão autorizado a sujeitar as pessoas à prisão preventiva. A SS assumiu o controle dos campos de concentração e introduziu regulamentos severos concernentes às atividades dentro deles.

Se um dia pode ser definido como central para o estabelecimento da Gestapo, sem dúvida foi 27 de fevereiro de 1933. Nessa data, o Reichstag, o Parlamento alemão, foi incendiado. Isso ocorreu em meio à última campanha eleitoral democrática. Quando chegou ao local do incêndio, Hitler disse a Diels: “Agora não haverá misericórdia. Quem se interpuser no nosso caminho será derrubado.”²⁵ O incêndio foi supostamente provocado por Marinus van der Lubbe, um comunista analfabeto nascido na Holanda. Nunca se chegou a uma conclusão definitiva: se ele agiu sozinho, como confessou durante seu prolongado interrogatório, se o incêndio foi provocado como parte de uma conspiração comunista para solapar o recém-nascido regime de Hitler ou se não passou de um pretexto para um calculado plano dos nazistas de sufocar os comunistas e instalar a ditadura. Diziam os boatos que Göring planejou o incêndio do Reichstag a fim de favorecer a repressão da Gestapo. Ouvido nos julgamentos de guerra em Nuremberg, o general Franz Halder recordou que Göring assim se gabara: “A única pessoa que sabe realmente do Reichstag sou eu, porque o incendiei.”²⁶



Dois policiais inspecionando os danos causados pelo fogo após o incêndio no Reichstag, em fevereiro de 1933.

Bundesarchiv, Bild 102-14367.

No dia seguinte, o governo de Hitler promulgou o Decreto do Incêndio do Reichstag, redigido por Wilhelm Frick, que reduzia “para a proteção do povo e do Estado” todas as liberdades civis previamente oferecidas pela Constituição de Weimar. Agora todos os “inimigos do povo” podiam ser presos e postos em prisão preventiva (*Schutzhaft*). Isso acabou com o direito anterior da pessoa detida de ser libertada ou levada a um tribunal e acusada dentro de 24 horas. Dali por diante, qualquer um podia, teoricamente, ficar preso sem acusação nenhuma. Não havia defesa legal contra isso. Os direitos fundamentais consagrados pela Constituição de Weimar foram destruídos. Naquele mesmo ano, a polícia civil introduziu uma nova categoria de “prisão

preventiva” para manter os “criminosos de carreira” presos sem julgamento.²⁷ O sistema jurídico existente continuou em vigor no período nazista, mas atuando juntamente com os recém-criados “tribunais especiais”, instituídos em 1933 em estados individuais, que se ocupavam exclusivamente de “crimes políticos”. Em julho de 1934, criou-se o Tribunal do Povo, incumbido dos casos políticos mais graves, como os de alta traição. Esses tribunais ofereciam justiça rápida, com muitos casos decididos numa manhã ou numa tarde.

O Decreto do Incêndio do Reichstag foi relevante tanto por outorgar à Gestapo o poder de usar a prisão preventiva quanto por restringir a independência da jurisdição de todos os estados federados alemães e permitir que o governo central fizesse nomeações para as forças judiciárias e policiais de todo o país. Esse foi um desdobramento importantíssimo, pois pavimentou o caminho da criação de uma polícia política de âmbito nacional.²⁸

A Gestapo (*Geheime Staatspolizei*)²⁹ foi criada oficialmente com a primeira Lei da Gestapo, promulgada por Göring em 26 de abril de 1933. Significa Polícia Secreta do Estado. Göring definiu seu papel da seguinte maneira: “Sua missão é investigar, em todo o Estado, as atividades políticas que representem um perigo para o Estado e reunir e avaliar o resultado dessas investigações.”³⁰ Em primeiro lugar, restringia-se à Prússia, com a função especial de lidar exclusivamente com os adversários políticos do regime nazista. Nesse papel, ficou relativamente livre da jurisdição interna da Justiça e do governo. Estabeleceram-se escritórios regionais da polícia secreta em toda a Prússia. Foi Diels que achou o novo e notório endereço de seu quartel-general: Prinz Albrechtstrasse, 8, em Berlim. Lá a Gestapo ficou instalada de maio de 1933 a 1945. Hermann Göring foi nomeado “chefe da Polícia Secreta do Estado” e creditou a sua criação unicamente a si, como explicou em 1934:

Trabalhei pessoalmente na reorganização e consegui criar a Gestapo com meu esforço e por minha iniciativa. Esse instrumento que semeia o terror entre os inimigos do Estado tem contribuído imensamente para o fato de o perigo comunista ou marxista estar fora de cogitação na Prússia e na Alemanha.³¹

A administração cotidiana da Gestapo foi atribuída a Rudolf Diels, que recebeu o título de “inspetor da Polícia Secreta do Estado”. A seção administrativa do órgão ficou conhecida como Gestapa. A SS de Berlim considerava Diels um burocrata conservador e reacionário. Hans Gisevius, o secretário de Estado de Göring, espalhou o boato segundo o qual Diels não perseguia os comunistas com zelo suficiente por ser simpatizante do comunismo. Sua autoridade foi sendo progressivamente minada por tais rumores. Em outubro de 1933, um esquadrão renegado da SS invadiu sua casa na tentativa de desacreditá-lo. Diels não estava na hora da incursão. Sua esposa ficou trancada num quarto enquanto a SS revistava o imóvel em busca de provas incriminadoras. Usando a extensão do quarto, telefonou para o marido. Este foi rapidamente para lá, acompanhado de uma tropa de funcionários da Gestapo, que prendeu os invasores. Reagindo à pressão da SS, Göring ordenou que Diels fosse colocado em prisão domiciliar. Ele, que a essa altura estava paranoico e aterrorizado com intrigas que o cercavam, renunciou e fugiu para Karlsbad, na Tchecoslováquia, temendo por sua vida. Na verdade, Göring só pretendia deslocá-lo, provavelmente para fora de Berlim, a fim de atenuar o conflito na recém-nascida Gestapo.

Göring o substituiu por Paul Hinkler, um nazista leal e insignificante, beberrão e com pouca experiência administrativa. Foi uma escolha terrível. Os funcionários do quartel-general da Gestapo mostraram a Göring que o homem não tinha condições de ocupar o cargo. Hinkler durou só um mês no emprego, até que Göring enviasse uma

carta para o eLivros Diels, suplicando-lhe que voltasse. “Quero me livrar daquele *Dummkopf* hoje mesmo”, escreveu. “Preparei um decreto que dá independência a você.”³² Diels voltou e reassumiu a chefia da Gestapo. Göring se deu conta de que os boatos sobre sua lealdade tinham sido fabricados por seus inimigos da SS e da SA.

A luta interna na Gestapo levou Frick, o ministro do Interior, a recear que ela estivesse se transformando numa organização nazista fora de qualquer forma de regulação por parte do Estado. Göring agiu depressa para frustrar o esforço de Frick para enquadrar a Gestapo num arcabouço legal tradicional, promulgando outro decreto que a retirava do controle do Ministério do Interior prussiano e a colocava sob sua jurisdição pessoal, na qualidade de primeiro-ministro da Prússia. No dia 30 de novembro de 1933, a independência do órgão ficou ainda mais reforçada graças a uma segunda Lei da Gestapo, com a qual Göring a tirou da regulação do Ministério do Interior.

Paralelamente aos desdobramentos na Prússia, Himmler, o líder da SS, e Heydrich, seu ambicioso protegido, iniciaram a unificação de todas as outras forças policiais nos estados federais. O processo começou em 9 de março de 1933, quando Himmler assumiu o comando da polícia e da polícia política de Munique. Heydrich foi nomeado chefe do Departamento VI da polícia política de Munique (BPP). Himmler também foi responsável pela criação de um novo campo de concentração em Dachau, na periferia de Munique, que era controlado por Theodor Eicke, um dedicado homem da SS que usou as implacáveis Formações Caveira da SS para vigiar o campo. Foi Himmler que criou o sistema de tripla ligação entre a SS, a polícia política e o campo de concentração. Subsequentemente, seu modelo de terror nazista foi adotado em toda a Alemanha.

Inicialmente, ele não pôde estender o controle sobre as forças de polícia política de toda a Baviera. A SA de Ernst Röhm infiltrara a polícia da região depois da tomada do poder pelos nazistas. Milhares desses valentões de rua

afluíram para a recém-criada Polícia Auxiliar de Segurança. O *gauleiter* local, Adolf Wagner, principal funcionário nomeado pelo Partido Nazista na região, que conhecia muito bem a brutalidade desenfreada da SA, pediu a Himmler que criasse uma polícia política auxiliar rival, composta de homens da SS, que depois assumiria o comando das auxiliares da SA. Isso possibilitaria que a SA fosse controlada pela SS na região. Röhm não fez objeção porque, naquele estágio, ainda acreditava que a SS fosse subordinada à SA. Foi um grave erro tático. Himmler passou a comandar todas as forças de polícia política da Baviera e o poder da SA ficou enfraquecido. No dia 1º de abril de 1933, Himmler recebeu o título de comandante da Polícia Política da Baviera e assumiu a direção de todos os campos de concentração. Ao contrário dos campos “selvagens” da Prússia, os da Baviera ficaram sob controle administrativo adequado.

O rápido domínio do policiamento na Baviera por parte de Himmler gerou o temor de que a SS se apoderasse de toda a burocracia do estado e do sistema judiciário penal. Os conservadores nacionalistas tradicionais, que dominavam a Baviera, queriam um Estado autoritário que governasse por meio dos órgãos administrativos legais existentes, não um Estado policial regido pela SS. Em maio de 1933, duas ordens de Wagner limitaram consideravelmente o uso dos poderes de prisão preventiva no caso de “suspeitos significativos”. Ele alegava que, agora, com a ameaça comunista brutalmente esmagada, convinha restaurar a autoridade dos órgãos tradicionais do Estado.

Himmler tinha outras ideias. Entre setembro de 1933 e janeiro de 1934, deu continuidade à sua revolução para obter o controle de todas as forças de polícia política dos estados alemães, com exceção da Prússia. Começou por Hamburgo, Lübeck e Mecklenburg-Schwerin, a seguir, apossou-se de Anhalt, Baden, Bremen, Hesse, Turíngia e Württemberg. Em janeiro de 1934, Brunswick, Oldemburgo

e Saxônia passaram para sua jurisdição. Só lhe faltou conquistar o enorme Estado da Prússia e seus dois pequenos enclaves: Lippe e Schaumburg-Lippe.

Há muita especulação histórica sobre como Himmler obteve em tão pouco tempo esse nível impressionante de controle da polícia política alemã fora da Prússia. A promotoria sugeriu a Wilhelm Frick, no julgamento de Nuremberg, que ele é quem havia intermediado a célere conquista de vários estados federados pelo chefe da SS, uma vez que era favorável à centralização administrativa e da polícia e abolira os últimos poderes independentes dos estados alemães já em 12 de novembro de 1933. Frick negou veementemente. O grande aumento do poder da ideologicamente motivada SS de Himmler se opunha ao seu desejo de uma força policial centralizada, recrutada com base nas qualificações profissionais tradicionais da polícia. Himmler triunfou sobre Frick graças a uma bem-sucedida campanha de relações públicas, na qual visitou todos os territórios de polícia regional dos estados federados e convenceu suas lideranças de que a SS tinha mais aptidão para se ocupar dos inimigos políticos e raciais. Descobriu que essa linha de argumentação era mais atraente que as tentativas de Frick de centralizar as administrações regionais e aumentar a interferência burocrática do governo central nos estados federados. Para estes, a SS de Himmler parecia muito mais aceitável do que outorgar a Röhm e aos agressivos homens da SA mais poder sobre o policiamento local.

Fora da Prússia, vinha ganhando força o modelo de Himmler de uma Gestapo centralizada. Naquela etapa, Göring não mostrou disposição de entregar a Gestapo prussiana ao cruelmente ambicioso chefe da SS. Preferia uma revolução controlada em que os nazistas se aliassem às forças conservadoras tradicionais. “Pelo amor de Deus”, disse ele a Frick, “Himmler nos mata caso se apodere da força policial da Prússia.”³³ E também concordava com a ideia de Frick de que a prisão preventiva precisava de

regulação mais rigorosa. Em março de 1934, decretou que todas as ordens de prisão preventiva tinham de ser sancionadas pelo escritório central da Gestapo em Berlim.

Para impedir o aumento da infiltração dos homens da SS na Gestapo, Diels expediu uma diretiva para o departamento pessoal das polícias, recomendando que, nos critérios de recrutamento, o fato de ter patente na SS não pesasse tanto quanto as qualificações e a experiência no serviço policial e civil. Mostrou-se um erro de cálculo. Uma semana depois, devido à pressão da SS, Diels foi obrigado a abrandar sua diretiva. Em abril de 1934, quando Frick tentou regular as ordens de prisão preventiva fora da Prússia, Himmler protestou e o plano foi abandonado. Essas tentativas de conter o poder da SS mostram que a interpretação tradicional segundo a qual Göring teria maquinado o triunfo definitivo de Himmler sobre a Gestapo é profundamente errônea. Tampouco há indícios convincentes que sugiram que Hitler pavimentou o caminho para que Himmler controlasse a Gestapo. Göring e Hitler estavam muito mais preocupados com o problema imediato de refrear a independência de Röhm do que com as implicações de permitir que Himmler tivesse ainda mais controle sobre o sistema de segurança alemão.³⁴

Já que a poderosa SA de Röhm seria dominada, Göring acabou aceitando, ainda que com relutância, que o envolvimento da SS era um mal necessário. A reivindicação de uma “segunda revolução nazista” continuou figurando com insistência nos discursos do chefe da SA durante 1933. Segundo ele, Hitler estava comprometendo flagrantemente os princípios nazistas em troca de um regime colaboracionista com a direita conservadora e o Exército. “Adolf é uma vergonha”, disse Röhm a um de seus confidentes íntimos. “Está nos traindo a todos. Só frequenta os reacionários e confia tudo àqueles generais da Prússia Oriental.”³⁵

Hitler foi ficando cada vez mais exasperado com a fala inquietante de Röhm sobre uma “segunda revolução”.

“Estou determinado”, disse num discurso franco perante líderes da SA, “a reprimir toda e qualquer tentativa que venha perturbar a ordem vigente. Opor-me-ei com a máxima energia a uma segunda onda revolucionária, pois resultaria no caos. Qualquer um, pouco importa sua posição, que se levantar contra a autoridade regular do Estado, estará colocando sua cabeça num laço de força.”³⁶ Em outra alocução, em 6 de julho de 1933, frisou que “a revolução não é uma situação permanente” e “precisa ser conduzida pelo canal seguro da evolução”.

No dia 1º de dezembro de 1933, Hitler incluiu Röhm no gabinete como “ministro sem pasta”, na esperança de que isso o contivesse. No Ano-Novo, escreveu-lhe uma carta conciliadora:

No fim do ano da Revolução Nacional-Socialista, pois, sinto-me compelido a lhe agradecer, meu amigo querido Ernst Röhm, pelos serviços imperecíveis que você tem prestado ao movimento nacional-socialista e ao povo alemão, e a lhe garantir o quão grato sou por estar fadado a poder chamar homens como você de meus amigos e camaradas combatentes. Com verdadeira amizade e gratas considerações.³⁷

Embora tenha sido publicada no jornal do Partido Nazista *Völkischer Beobachter*, essa carta pouco fez para aliviar a tensão.

Em fevereiro de 1934, Röhm encaminhou um memorando ao gabinete de Hitler, argumentando que a SA devia substituir o Exército como a principal força de segurança alemã.³⁸ O general Werner von Blomberg, ministro da Defesa, ficava ultrajado diante de qualquer sugestão de que a SA controlasse o Exército profissionalmente treinado. No dia 28 de fevereiro, Röhm foi convocado para uma reunião decisiva com Blomberg e Hitler. Foi essencialmente uma reprimenda. No fim do

encontro, Röhm assinou um acordo prometendo não fazer nenhuma tentativa contundente de substituir o Exército por um novo “Exército do Povo”.

A essa altura, Göring tinha decidido que a melhor maneira de lidar com Röhm era chamar Himmler a Berlim e lhe entregar o controle total da Gestapo prussiana. No dia 1º de abril de 1934, Rudolf Diels foi “transferido” do cargo de chefe da Gestapo para o de governador distrital na cidade renana de Colônia. Com a mudança tendo sido apresentada como promoção para um posto mais bem-remunerado, ele foi afastado de qualquer influência sobre a Gestapo. Em suas memórias, recordou que, nesse período, estava sofrendo grave estresse físico e mental e aceitou de bom grado a nova função em Colônia. Foi uma boa maneira de fugir.³⁹ Lina Heydrich lembrou que houve muita discussão entre Himmler e Göring sobre o plano de levar o chefe da SS a Berlim para assumir o comando da Gestapo. O ponto de atrito era o fato de Himmler fazer questão de que seu implacável substituto, Heydrich, o acompanhasse. Göring sentia que a personalidade arrogante e cruel deste podia causar desentendimento entre os burocratas conservadores que administravam a Gestapo prussiana.⁴⁰



Heinrich Himmler, líder da SS (à esquerda), aperta a mão de Hermann Göring, criador da Gestapo.

Bundesarchiv, Bild 183-R96954.

Em 20 de abril de 1934, ele nomeou Himmler inspetor da Gestapo. Reinhard Heydrich, já diretor do SD (Serviço de Segurança), assumiu o controle da Gestapo, o braço administrativo do órgão. Göring conservou o título agora ornamental de chefe da Polícia Secreta do Estado, mas a SS de Himmler tinha o controle total da organização, embora Göring fizesse questão de ser mantido informado de todos os desdobramentos importantes. Daquele dia em diante, a Gestapo passou a ter jurisdição em toda a Alemanha. Como Wilhelm Frick observou com amargura: “Agora Himmler se tornava cada vez mais insubstituível.”⁴¹

O papel desempenhado por Himmler na destruição de Röhm foi o principal motivo pelo qual a SS obteve o controle total do policiamento na Alemanha nazista. É impossível reconstituir os motivos por trás do complô para ajustar contas com Röhm pelo fato de toda a documentação relevante relacionada com a SS, o SD e a polícia ter sido

destruída. Os relatos das testemunhas oculares provêm principalmente de pessoas envolvidas, e neles não se pode confiar acriticamente. Em 1945, a única figura sobrevivente diretamente envolvida com a conspiração para destruir Röhm era Göring, que, no entanto, foi extremamente evasivo quanto ao tema quando interrogado no julgamento de Nuremberg. As testemunhas eram unânimes em dizer que Himmler e Heydrich urdiram o boato segundo o qual Röhm tinha planos de depor o regime de Hitler e obtiveram o respaldo do general Kurt von Schleicher, ex-chanceler alemão, e de Gregor Strasser, o radical nazista.⁴² Rudolf Diels afirmou que Heydrich e Himmler manipularam Hitler com rumores igualmente falsos de que a SA estava infiltrada por comunistas.⁴³ Numa entrevista posterior, Frick comentou: “Estou convencido de que Röhm nem mesmo desejava um golpe.”⁴⁴

No relato que apresentou no Reichstag, em 13 de julho de 1934, acerca dos eventos que levaram à Noite das Facas Longas, Hitler afirmou que “acontecimentos inquietantes” haviam surgido nos últimos dias de maio, confirmando a ideia de que Röhm planejava um golpe. Na primeira semana de junho, Hitler se encontrou com ele numa última tentativa de resolver suas diferenças, frisando assim que ainda tinha esperança de chegar a um acordo:

Eu o informei de que tinha a impressão, devido a incontáveis boatos e numerosas declarações de leais e antigos líderes do partido e da SA, de que elementos sem princípios estavam preparando uma ação bolchevista nacional que nada traria à Alemanha, a não ser uma desgraça incalculável [...] Implorei-lhe pela última vez que abandonasse voluntariamente aquela loucura e, pelo contrário, usasse sua autoridade para impedir um desdobramento que, fosse como fosse, só podia acabar em desastre.⁴⁵

Também afirmou que, em vez de seguir tal conselho, Röhm fez “preparativos para me eliminar pessoalmente”. Todos os indícios sugerem que isso não era verdade. Um aspecto esquecido da destruição da SA de Röhm é o papel desempenhado pelo Exército. Demonstrou-se que o general von Reichenau também participou do preparo de provas fabricadas para acusar Röhm de planejar um golpe.⁴⁶

Em 17 de junho de 1934, contando com a bênção do presidente Hindenburg, o vice-chanceler Franz von Papen interveio dramaticamente na crise, fazendo um discurso sensacional na Universidade de Marburg. Elogiou o regime de Hitler por ter posto fim ao caos vigente no período de Weimar, mas alertou contra uma “segunda revolução”; a seguir, atacou o “culto à personalidade” que cercava Hitler. “Os grandes homens não são criados pela propaganda”, disse. “Nenhuma organização, nenhuma propaganda, por excelentes que sejam, podem manter sozinhas a confiança a longo prazo.”⁴⁷

Num discurso no mesmo dia em Gera, Hitler descreveu Papen como “um pigmeu que se imagina capaz de deter, com algumas frases, a gigantesca renovação da vida de um povo”. Graças a uma escuta telefônica da Gestapo, descobriu-se que a alocução de Franz von Papen tinha sido escrita pelo Dr. Edgar Jung, um jovem advogado conservador e íntimo conselheiro do ex-chanceler alemão. Jung acreditava que os conservadores podiam reivindicar o controle do regime de Hitler e impedi-lo de dominar a vida alemã. Quatro dias depois, por ordem de Heydrich, o advogado foi preso pela Gestapo em Munique, interrogado e transportado para o quartel-general da polícia secreta em Berlim.

Ernst Röhm só percebeu tardiamente o perigo mortal que estava correndo. Em 19 de junho de 1934, publicou no *Völkischer Beobachter* uma declaração preparada às pressas. Anunciava que os membros da SA tinham recebido ordem de tirar férias durante o mês de julho e estavam rigorosamente proibidos de envergar a farda nesse período.

Acrescentou que, por recomendação médica, estava de partida para Bad Wiessee, uma cidadezinha balneária ao sul de Munique, para descansar e se tratar.⁴⁸ Röhm esperava que essa declaração conciliadora concernente a suas atividades no período do verão convenceria Hitler de que o boato segundo o qual ele planejava um golpe não passava de especulação.

Em 21 de junho de 1934, o presidente Hindenburg reuniu-se com Hitler em sua casa, em Neudeck, e o informou de que, se o poder de Röhm não fosse dominado, ele declararia a lei marcial.⁴⁹ Este foi um momento decisivo na crise. Para continuar no poder, Hitler tinha de eliminar Röhm e a liderança da SA. No dia seguinte, o general von Fritsch, comandante-chefe, pôs o Exército em estado de alerta e cancelou todas as licenças. O Exército ficou pronto para intervir caso a SS não conseguisse se encarregar sozinha da SA. Em 28 de junho de 1934, Röhm foi expulso da Liga dos Oficiais Alemães. No dia seguinte, o general von Blomberg garantiu, num artigo no *Völkischer Beobachter*, que “o Exército respaldava Adolf Hitler”.⁵⁰

Naquele mesmo dia, Hitler, protegido pela SS, esteve no Hotel Dreesen, na pitoresca cidade renana de Bad Godesberg. Debateu com Göring, Himmler e Goebbels sobre como proceder. Ficou decidido que Röhm e seus principais adeptos seriam eliminados. A SS e a Gestapo foram incumbidas de elaborar uma lista de alvos. Comandos da SS se encarregariam dos assassinatos. Sentia-se que os homens da SS teriam menos escrúpulos para agir como carrascos, ao passo que os funcionários da Gestapo, sendo ex-detetives, talvez fizessem objeções a se envolver com uma matança arbitrária daquele tipo.

Göring, Himmler e Heydrich foram a Berlim para dirigir as operações contra a SA naquela cidade. Hitler, acompanhado de Goebbels, partiu para a Baviera, a fim de cuidar de Röhm e seus partidários mais próximos na SA. Às 4h30 da madrugada de 30 de junho de 1934, Hitler chegou de avião a Oberwiesefeld, nas proximidades de Munique. Mais

tarde, à frente de um comboio de carros lotados de guarda-costas da SS fortemente armados, dirigiu-se ao Hotel Hanselbauer, em Bad Wiessee, no qual Röhm e sua comitiva estavam hospedados.

Quando chegaram, estava tudo em silêncio. Hitler entrou no prédio e subiu a escada apressadamente. Invadiu primeiro o quarto de um líder da SA chamado Heines e o encontrou na cama com um chefe de tropa homossexual de 18 anos. Ambos foram presos pelos guardas da SS. A seguir, acompanhado de dois homens da SS, Hitler entrou no quarto de Röhm e gritou: “Você está preso.” Os outros membros da SA que se achavam no hotel também foram reunidos e jogados dentro de carros que aguardavam. Todos esses detidos foram parar no famoso presídio de Stadelheim, em Munique.

No dia seguinte, na cela número 474, deram a Röhm a oportunidade de “fazer a coisa decente” e se matar. Para tanto, um funcionário da prisão pôs um revólver na mesa junto à sua cama. Passaram-se dez minutos. Silêncio. O oficial da SS Theodor Eicke, comandante do campo de concentração de Dachau, acompanhado de um segundo oficial, entrou na cela. Estavam armados de revólver. Quando profusamente, nu até a cintura, Röhm se levantou numa atitude desafiadora. A sangue frio, o oficial da SS ergueu a arma e disparou várias vezes no seu tronco. Röhm caiu no chão e morreu em segundos.⁵¹

Ajustaram-se outras contas antigas no banho de sangue de Munique. Gustav von Kahr, ex-primeiro-ministro da Baviera, que havia traído Hitler durante o famoso *Putsch* da Cervejaria de Munique de 1923, foi espancado até a morte por guardas da SS armados de picaretas, perto do campo de concentração de Dachau. Alguns erros foram cometidos durante a frenética onda de incursões e assassinatos da SS. O Dr. Willi Schmid, proeminente crítico musical de um jornal da cidade, foi morto a tiros diante da esposa e dos filhos em seu apartamento de Munique. Os homens da SS que o mataram estavam à procura de um conhecido líder da SA

local de nome parecido, Willi Schmidt, mas um funcionário da Gestapo lhes deu o endereço errado. Seu alvo original acabou sendo localizado e também morto.⁵²

Enquanto tudo isso acontecia, Göring, Himmler e Heydrich, em Berlim, estavam atuando no estilo frio e direcionado dos gângsteres de Chicago. Na manhã de 30 de junho, guardas da SS tocaram a campainha da casa do general Kurt von Schleicher, o ex-chanceler alemão, no bairro nobre berlinense de Neubabelsberg. Quando a empregada abriu a porta, os homens da SS a empurraram, entraram e encontraram seu alvo na sala de estar. Abateram-no com uma chuva de balas. Sua esposa, que tentou protegê-lo, também foi morta. A empregada fugiu do local gritando. Quando voltou da escola, a filha de 12 anos do casal deu com os pais estendidos numa poça de sangue no tapete da sala.

O radical nazista Gregor Strasser, que abandonara o ativismo político nos primeiros meses de 1933, dirigia uma empresa farmacêutica quando foi tirado de casa em Berlim, levado para o quartel-general da Gestapo na Prinz Albrechtstrasse e colocado num vasto alojamento com um grande número de dirigentes da SA presos. Göring nunca o perdoou por ter negociado com o general von Schleicher, após as eleições de novembro de 1932, a formação de uma possível coligação de centro-esquerda.

Nos julgamentos de Nuremberg, Hans Gisevius, um funcionário da Gestapo, descreveu o que lhe aconteceu:

Um guarda da SS foi até a porta [da cela] e chamou Strasser. O homem que fora o segundo em importância depois de Adolf Hitler seria transferido a uma cela individual. Ninguém ligou para isso quando ele saiu vagarosamente do alojamento. Porém, menos de um minuto depois, todos ouviram o estampido de uma pistola. O homem da SS havia atirado no desprevenido Strasser pelas costas, atingindo-lhe a aorta. Um jato de sangue espirrou na

parede de sua acanhada cela. Ao que parece, ele não morreu imediatamente. O prisioneiro da cela contígua ouviu-o revirar-se na cama durante quase uma hora. Ninguém deu a mínima para isso. Por fim, o preso ouviu passos no corredor e ordens dadas aos gritos. Os guardas bateram os calcanhares, e o preso reconheceu a voz de Heydrich dizendo: “Ele ainda não morreu? Deixem esse porco sangrar até a morte.”⁵³



Reinhard Heydrich, figura principal na liderança da Gestapo, da SS e do SD.

Bundesarchiv, Bild 152-50-10.

De volta a Berlim, Hitler ficou chocado ao saber das circunstâncias horrendas da morte de Gregor Strasser e do tanto que a abrangência do expurgo se alargara para incluir figuras políticas conservadoras. Göring lhe disse que

Strasser não tinha sido assassinado, mas se suicidara na prisão. As circunstâncias de sua morte nunca foram investigadas. Hitler sancionou pessoalmente a pensão concedida pelo Estado à viúva de Strasser.

O destino de Franz von Papen também estava por um fio. Ele figurava no topo da lista de Himmler e Heydrich. Os guardas da SS foram à sua mansão no subúrbio de Berlim e o colocaram em prisão domiciliar. Decidiu-se enfim que Von Papen era demasiado importante para ser assassinado, de modo que eliminaram alguns de seus principais assessores a fim de alertá-lo para as consequências de quaisquer atos de desafio ostensivo. Uma pequena tropa de oficiais da SS invadiu seu escritório particular, revistou-o e depois matou Herbert von Bose, seu secretário, que estava sentado à escrivaninha. Erich Klausener, líder da Ação Católica, também foi morto em seu gabinete no Ministério das Comunicações. O assassinato de uma figura católica de tal importância suscitou protesto da hierarquia dessa Igreja. A Gestapo alegou que ele havia se suicidado num intervalo do interrogatório. O Dr. Edgar Jung, autor do discurso de von Papen em Marburg, foi baleado mortalmente por um oficial da SS por ordem direta de Heydrich. Depois jogaram humilhantemente seu corpo numa vala da estrada do campo de concentração de Oranienburg. Walter Schotte, autor de um livro sobre o governo de 1932 de Franz von Papen, que havia criticado o Partido Nazista, também foi assassinado a tiros. Convenientemente apavorado, Franz von Papen renunciou ao cargo de vice-chanceler no dia 3 de julho. Mesmo assim, continuou trabalhando para o regime nazista e aceitou a função de embaixador alemão em Viena, mas seu tempo no topo do poder na Alemanha era coisa do passado. O medo e a ansiedade passaram a ser seus companheiros constantes.⁵⁴

A sangrenta Noite das Facas Longas terminou no fim de 1º de julho de 1934. Numa transmissão radiofônica no dia seguinte, Goebbels afirmou que a matança tinha sido uma operação de limpeza essencial para impedir um golpe

liderado por Röhm e o ex-chanceler Kurt von Schleicher, juntamente com muitos outros que nunca aceitaram o regime de Hitler. Também destacou a “depravação sexual” de Röhm e sua comitiva. O gabinete aprovou uma lei retroativa, posteriormente ratificada pelo Reichstag, que legalizava os assassinatos como “medidas essenciais de defesa nacional”.⁵⁵ O público alemão não ficou chocado nem excessivamente preocupado com esse expurgo desordenado, que levou a uma queda acentuada do número de membros da SA, de 2,9 milhões em agosto de 1934 para 1,2 milhão em abril de 1938.⁵⁶

O presidente Hindenburg elogiou a “valente intervenção pessoal” de Hitler, que “salvou o povo alemão de um grande perigo”. Ele faleceu no dia 1º de agosto de 1934. Hitler fundiu os cargos de chanceler e presidente sob o título de líder (Führer). O Exército se dispôs a fazer o seguinte juramento: “Juro, perante Deus, obedecer sem reserva a Adolf Hitler, Führer do Reich, chefe supremo da *Wehrmacht*, e me comprometo, como soldado destemido, a sempre observar este juramento, mesmo com o risco da minha vida.” Agora Hitler era o líder incontestável e inquestionável do Terceiro Reich.

Nunca se estabeleceu plenamente o número exato de mortes no expurgo. Todas as ordens de execução foram assinadas por Himmler e Heydrich. Muitas das vítimas não tinham nenhum vínculo com a SA. O discurso de Hitler no Reichstag em 13 de julho deu uma cifra total de 74 mortos, inclusive dezenove “altos dirigentes da SA”, e anunciou que outros mil estavam detidos em presídios e campos de concentração. Doze das vítimas eram parlamentares no Reichstag. O *Livro branco do expurgo*, produzido por dissidentes alemães em Paris, afirmava que 401 pessoas haviam sido assassinadas, mas só dava 116 nomes. O tribunal de Nuremberg não estabeleceu um número exato.⁵⁷

A Noite das Facas Longas aumentou muito o poder da SS e da Gestapo. Dias depois do expurgo, Göring informou a Frick que, “em reconhecimento aos serviços especiais

prestados pela polícia política nos últimos dias, o chanceler do Reich deu ao Reichsführer-SS Himmler e a mim carta branca para decidir como a polícia política será dirigida no arcabouço de suas diretivas”.⁵⁸ Entretanto, seria insensato concluir que o controle de Himmler da Gestapo e do poder de polícia na Alemanha nazista estivesse completo nessa etapa. Durante os últimos meses de 1935, uma série de homicídios vitimou homens da SS em represália ao expurgo de Röhm. Foram encontrados nada menos que 150 cadáveres com um cartãozinho pregado em que se liam as iniciais “R.R.”, um acrônimo de “Vingadores de Röhm”. É provável que esses assassinatos tenham sido perpetrados por uma ala renegada da SA, mas, apesar da investigação abrangente realizada pela Gestapo, não se encontraram os culpados.⁵⁹

Ainda mais incômodo para Himmler e Heydrich foi o contra-ataque conservador liderado por Frick no Ministério do Interior. No dia 2 de julho de 1934, este se queixou a Hitler do envolvimento de organizações não policiais na Noite das Facas Longas e criticou sua natureza geralmente ilegal. Foi um ataque aberto contra Göring, Himmler e Heydrich. O Führer o repreendeu por tal intervenção. Em 6 de julho de 1934, Göring promulgou um decreto enfatizando uma vez mais que a Gestapo era uma parte independente da administração, sob sua jurisdição especial. No dia 20 do mesmo mês, Hitler ratificou essa ordem e frisou que Himmler agora se subordinava unicamente a ele.

Isso não impediu Frick de continuar tentando impor restrições a Himmler, desviando sua linha de ataque para os campos de concentração dirigidos pela SS. Estes estavam fora do controle do Ministério do Interior. Era de conhecimento comum que neles os prisioneiros eram tratados com brutalidade. Para se contrapor às críticas de Frick, Himmler criou um sistema de punições graduadas em todos os campos. O ministro do Interior também solicitou detalhes sobre o tratamento dispensado pela Gestapo, nos interrogatórios, às pessoas presas sob ordem de prisão

preventiva. Em 11 de outubro de 1934, Himmler reagiu, fazendo um discurso para funcionários da Gestapo, no qual disse que todos os casos deviam ser tratados com celeridade, que nenhum cidadão cumpridor da lei precisava temer ser preso e que era preciso dar a conhecer ao público alemão que “os membros da Gestapo são homens com bondade humana e correção absoluta” e tratam os detidos “com cortesia e gentileza”. Segundo Himmler, a polícia política devia ser considerada um órgão eficiente e rigoroso que, mediante o interrogatório forense e o acúmulo de provas, sabia distinguir os verdadeiros “inimigos do Estado” dos que eram leais ao país.⁶⁰

Para tornar a Gestapo uma parte indispensável do sistema policial da Alemanha nazista, Himmler precisava refutar o argumento conservador que sugeria que, com os comunistas e a SA já eliminados, ela e os campos de concentração podiam ser abolidos. Em 1935, Heydrich começou a expandir o conceito de “inimigos do povo” para além da restrita definição política habitual, passando a incluir o que ele chamava de “inimigo camuflado” - dissidentes religiosos e judeus - e também os “inimigos raciais” - elementos antissociais e delinquentes.⁶¹

O Dr. Werner Best, que no verão de 1934 assumiu a chefia da seção administrativa da Gestapo (a Gestapa), foi uma figura-chave na transformação da polícia secreta num instrumento moderno e eficiente do terror nazista. Nascido em Darmstadt em 10 de julho de 1903, formado e doutorado em direito, tinha sido advogado e juiz. Dono de uma capacidade tremenda de organização administrativa, teve muita influência no desenvolvimento da Gestapo. Sempre elaborava novas ideias administrativas, geralmente extraordinárias. Uma de suas reformas mais inovadoras foi a criação de um fichário catalográfico. O enorme sistema de lista circular de fichas perfuradas era movido por um motor elétrico. Isso possibilitava ao operador localizar rapidamente o prontuário de um indivíduo preso. Era o computador policial nacional da época. Mostrou-se inestimável para os

funcionários da Gestapo nos interrogatórios. Os indivíduos ingressavam em três categorias. Os do Grupo A1 eram classificados de “inimigos do Estado” e definidos como perigosíssimos. Suas fichas tinham uma marca vermelha. O Grupo A2, de marca azul, consistia em indivíduos que seriam presos em caso de guerra. As fichas do Grupo A3, sem marca, enumeravam um conjunto grande e variado de pessoas classificadas de “politicamente perigosas”. Uma turma cada vez maior de funcionários se encarregava de atualizar as fichas e os arquivos.⁶²

Criaram-se seções especializadas nos escritórios locais. Uma cuidava dos adversários políticos, outra se concentrava nos órgãos e seitas religiosos, e havia uma seção dedicada aos judeus. Havia ainda as encarregadas das “detenções protetivas” e de outros grupos definidos como “inimigos” da Comunidade Nacional.⁶³ Todos os funcionários da Gestapo eram incentivados a cumprir o “dever patriótico de silêncio” e manter todos os assuntos que investigavam rigorosamente confidenciais.⁶⁴

No fim de 1935, Adolf Hitler havia se declarado inteiramente disposto a dar a Himmler poder supremo sobre toda a segurança policial da Alemanha. Göring também admitiu a necessidade de uma nova lei que reconhecesse a posição única da polícia secreta no Estado nazista. A terceira e mais abrangente Lei da Gestapo, de 10 de fevereiro de 1936, foi redigida por Werner Best e sua equipe administrativa. Decretava que a Gestapo não podia ser submetida a nenhum tribunal judicial ou administrativo. Sua missão era investigar qualquer um que pusesse o Estado em perigo, executar a vontade de um líder único e preservar o povo alemão de todas as tentativas de destruição por inimigos internos e externos.⁶⁵ A lei também estipulava que os funcionários da Gestapo eram os inquisidores-mores e que seu escritório administraria os campos de concentração do Estado. Na prática, uma seção especializada da SS continuou a dirigir os campos. O papel do escritório da Gestapo era destinar os indivíduos presos a campos

específicos. Os campos de concentração continuavam sendo considerados independentes da supervisão do Estado pela nova “lei fundamental”.

Um decreto assinado por Hitler e datado de 17 de junho de 1936 nomeou Himmler chefe da polícia alemã, com o objetivo de defender o povo “contra todas as tentativas de destruição por inimigos dentro e fora do país”.⁶⁶ Em questão de dias, a polícia alemã foi dividida em duas partes controladas por ele: (i) o Escritório Central da ORPO (*Ordnungspolizei* - polícia da ordem), que incluía as forças policiais municipais, rurais e locais e era comandada por Karl Dalwege, um dedicado oficial da SS e ex-comandante das forças policiais prussianas; e (ii) o Escritório Central da SIPO (*Sicherheitspolizei* - polícia de segurança), comandada por Reinhard Heydrich. Esta última consistia na Gestapo, agora chefiada por Heinrich Müller, um policial de carreira não nazista. Seu principal papel era combater os “inimigos políticos”. A Kripo (*Kriminalpolizei*), a ala investigativa da polícia criminal à paisana, era encabeçada por Arthur Nebe, também um policial de carreira. Sua função era agir contra elementos “criminosos” que fossem uma ameaça para a comunidade em virtude de sua “degeneração física e moral”. Embora tivessem organizações administrativas separadas, a Gestapo e a Kripo trabalhavam em estreita colaboração. A Gestapo, o centro administrativo, continuou sob o controle do Dr. Werner Best. Agora a Gestapo, que se restringira à Prússia em 1933, era a Polícia Secreta do Estado de toda a Alemanha.

Heinrich Himmler se vangloriava de seu triunfo no policiamento da Alemanha nazista chamando seus arrogantes inimigos conservadores de equivocados na sua crença de que era possível o retorno à “normalidade”, com o esvaziamento dos campos de concentração e a dissolução da Gestapo. A única concessão que Frick obteve nessa luta prolongada e basicamente fútil foi impedir que Himmler fosse nomeado ministro. Este recebeu o título de secretário de Estado, e era supostamente subordinado a Frick no

Ministério do Interior. Frick pediu a Himmler que lhe prestasse contas dos assuntos policiais em reuniões mensais, mas este nunca se deu ao trabalho de comparecer a uma delas. Já não era “subordinado” a ninguém no Terceiro Reich, a não ser a Hitler.

No julgamento de Nuremberg, Hans Lammers, o chefe da chancelaria do Reich de Hitler, explicou a dimensão da derrota de Frick. “Diga ao senhor Frick”, ordenou Hitler a Lammers, “que ele não deve restringir muito Himmler na função de chefe da polícia alemã; com ele, a polícia está em boas mãos. Lammers que lhe dê o máximo de liberdade possível”.⁶⁷ Em 1937, Frick desistira de informar Hitler diretamente assuntos policiais.

No dia 27 de setembro de 1939, a Gestapo, a Orpo, a Kripo e o SD fundiram-se numa única autoridade centralizada de segurança para toda a Alemanha nazista: o Escritório Central de Segurança do Reich (RSHA). As autoridades policiais regionais ficaram subordinadas à jurisdição desse órgão todo-poderoso.

Agora a revolução do policiamento de Heinrich Himmler na Alemanha nazista entre 1933 e 1939 estava completa.



Um encontro das principais figuras no Escritório Central de Segurança do Reich (RSHA), em Berlim, em 1939. Da esquerda para a direita: Franz Huber, líder da Gestapo em Viena; Arthur Nebe, chefe da Kripo; Himmler, Heydrich e Heinrich Müller, chefes da Gestapo.

Bundesarchiv, Bild 183-R986860.

2

Os homens e os métodos da Gestapo

A propaganda nazista gostava de dar a impressão de que os funcionários da Gestapo eram onipresentes. Nada estava mais longe da verdade. Na realidade, a polícia política era um órgão muito pequeno. Em 1933, tinha apenas mil funcionários, subindo a 6,5 mil em 1937 e a 15 mil em 1939. No fim de 1944, chegou ao pico de 32 mil, incluindo a equipe de administradores.¹ O que mais lhe faltava era pessoal. Em Düsseldorf, com uma população de 500 mil pessoas, contava com 126 funcionários em 1937. Em Essen, com 650 mil habitantes, possuía 43. Duisburg, com 400 mil, tinha 28.² Colônia, cidade de 750 mil habitantes, tinha meros 69 funcionários.³ Nas cidadezinhas rurais geralmente não havia pessoal da Gestapo. O número de funcionários ativos em tempo integral nunca ultrapassou os 16 mil na Alemanha de Hitler.⁴

Embora a Gestapo empregasse espiões, pouca informação sobreviveu acerca de quantos eram e quanto ganhavam. Walter Weyrauch, trabalhando para os Estados Unidos, potência aliada ocupante, encontrou fichas

catalográficas de 1.200 informantes da Gestapo em atividade em Frankfurt. Muitos deles tinham sido de grupos de oposição e haviam concordado em atuar como agentes duplos para serem soltos mais cedo dos campos de concentração ou presídios. Alguns padres católicos foram recrutados.⁵ Arquivos remanescentes de Düsseldorf listam trezentos informantes da Gestapo com antecedentes comunistas. As informações passadas por esses colaboradores foram usadas com mais sucesso contra grupos comunistas de resistência. No entanto, a Gestapo foi totalmente incapaz de deter o avanço da Operação Valquíria, complô para assassinar Hitler liderado por Claus von Stauffenberg e seus companheiros, em 20 de julho de 1944.

A partir de 27 de setembro de 1939, a sede da Gestapo passou a ser a seção IV (Amt IV) do Escritório Central de Segurança do Reich (RSHA) em Berlim. Empregava 1.500 funcionários e se dividia em seis seções: a IVA ocupava-se dos inimigos da Alemanha nazista - marxistas, comunistas, reacionários, liberais, contrassabotagem e segurança geral -; a IVB enfocava as atividades políticas das Igrejas católica e protestante, das seitas religiosas, dos judeus e dos maçons; a IVC era especializada em processar ordens de prisão preventiva; a IVD concentrava-se totalmente nos territórios ocupados pelos nazistas; a IVE examinava a espionagem no país e no exterior; e a IVF, Polícia de Fronteira, incumbia-se de passaportes, documentos de identidade e do policiamento dos estrangeiros, especialmente do grande número de trabalhadores nessa condição que estavam na Alemanha durante a guerra.⁶

Os dirigentes da Gestapo no quartel-general de Berlim eram de três tipos. Primeiro: ex-policiais criminais experientes que, na maioria, não eram membros do Partido Nazista antes de 1933. Segundo: jovens administradores com educação superior e preocupados com a carreira. Terceiro: membros do SD que foram para a Gestapo via máquina da SS no Partido Nazista.⁷

O diretor da Gestapo entre 1936 e 1945 foi Heinrich Müller. Nascido em Munique em 1900, era filho de um policial e vinha de uma família operária católica tradicional. Saiu da escola sem qualificações. Seus históricos escolares o classificavam como “mediano” em todas as matérias. Ele tinha o forte sotaque da classe operária muniquense, do qual nunca tentou se livrar. Foi aprendiz de montador de estruturas metálicas na Bavarian Aircraft Company (Companhia Bávara de Aviões), mas decidiu não continuar trabalhando naquela indústria em crescimento. Em 1918, ingressou na força policial, que o designou para seu pequeno departamento político. Foi o regime generoso de pensão da polícia que o atraiu. Ele tinha apenas 36 anos quando se tornou chefe da Gestapo de toda a Alemanha nazista. Era um indivíduo adaptável e astuto. Trabalhou para a monarquia bávara, para o governo democrático de Weimar e para o regime nazista.

Além de ser um burocrata escrupuloso, Müller tinha grande capacidade de rastrear adversários políticos importantes. Descobriu que a inteligência britânica estava por trás do assassinato de Reinhard Heydrich em 1942.⁸ Desarticulou o notório círculo de espiões socialistas denominado de Orquestra Vermelha. Rudolf Hess afirmou, nos julgamentos de guerra de Nuremberg, que Müller era “politicamente descomprometido” e muito provavelmente nunca deixara de ser um “nacionalista conservador”.⁹ Um relatório pessoal confidencial de 1937 observava: “Sua esfera de atividade [no período de Weimar] era supervisionar e lidar com o movimento da ala esquerda. Deve-se admitir que o combateu muito. Mas é igualmente claro que fazê-lo era sua tarefa, e Müller teria agido do mesmo modo contra a direita.”¹⁰ Só ingressou no Partido Nazista em 1939, e apenas por motivos de carreira.¹¹ Chegou ao topo da Gestapo não por afinidade ideológica com o nazismo, mas devido ao talento administrativo, em particular à sua habilidade de rastrear grupos de resistência comunista. Estabeleceu os mesmos padrões de eficiência

burocrática para toda a sua equipe. Sua assinatura aparece em vários documentos da Gestapo, geralmente endossando ou corrigindo as decisões de outros. Costumava almoçar no Adlon Hotel, perto do Portão de Brandemburgo em Berlim, com Heydrich, que muito o estimava, e outras figuras importantes da polícia política.

Todos os outros chefes de seção da Gestapo no quartel-general berlinense também haviam iniciado a carreira na polícia criminal comum durante a democrática República de Weimar. Na Seção IVA, que se ocupava da oposição comunista, os antecedentes de todas as figuras destacadas eram parecidíssimos. Todos nasceram entre 1894 e 1903 e ingressaram na polícia antes de 1933. A maioria tinha instrução superior e provinha da classe média. Esses jovens empregavam métodos de investigação idênticos às práticas da polícia civil criminal. Somente um deles, Horst Kopkow, já era membro do Partido Nazista antes de 1933.¹²

Entre 1940 e 1942, o chefe da Seção IVA foi Josef Vogt, nascido em 1897. Formado em economia, ingressou na força policial em 1925. Entre 1929 e 1933, trabalhou no setor de homicídios do departamento de polícia criminal. Em maio de 1933, afiliou-se ao Partido Nazista. Pediu voluntariamente ingresso na Gestapo. Sua atuação enérgica no combate à resistência comunista chamou atenção e o destacou para promoção acelerada.¹³

Seu vice, Kurt Lindow, nascido em 1903, substituiu-o em 1942. Diplomado em direito e economia, ingressou na polícia criminal em 1928. Em 1933, passou para a Gestapo e trabalhou em vários casos notórios envolvendo alta traição. Era, essencialmente, um organizador eficaz e um administrador confiável.

Outra figura-chave na seção IVA era Rudolf Braschwitz, nascido em 1900. Embora tivesse estudado odontologia na Universidade de Breslau, preferiu ingressar na força policial a seguir a carreira de dentista. Em 1928, atuou na polícia política prussiana, comandando um pelotão de proteção que fazia a segurança do mundialmente famoso ministro das

Relações Exteriores Gustav Stresemann, que recebera várias ameaças de bomba de grupos direitistas. Em 1933, assumiu a chefia de uma seção dedicada ao combate ao comunismo. Só se filiou ao Partido Nazista em 1º de maio de 1933.¹⁴

Outro especialista em comunismo na Seção IVA era Reinhold Heller, nascido em 1885. Matriculou-se na faculdade de direito, mas não concluiu o curso.¹⁵ Ingressou na polícia política em 1919. Em 1931, passou a chefiar o departamento encarregado do combate à ameaça comunista. Afiliou-se ao Partido Nazista em 1º de maio de 1933. Aos 48 anos, teve um papel-chave na investigação do incêndio do Reichstag. Himmler e Heydrich achavam que os homens da idade de Heller estavam eivados da tradição democrática de policiamento de Weimar. Foi a inestimável experiência administrativa de Heller, além de sua adaptabilidade e de sua expertise no trato com a resistência comunista, que lhe possibilitaram conservar um papel importante na Gestapo.

A seção IVB se incumbia das igrejas cristãs, das seitas religiosas, como as testemunhas de Jeová, e dos judeus. Nesse departamento havia uma subseção concentrada na evacuação dos judeus no período do Holocausto. Era chefiado por um dos mais famosos funcionários da Gestapo: Adolf Eichmann, nascido em 1906 em Solingen, na Renânia, mas criado em Linz, na Áustria, cidade em que Hitler também havia morado na adolescência. O pai de Eichmann, Adolf, era dono de uma lucrativa empresa de mineração. Sua família era protestante devota, mas sua infância distante da casa dos pais foi infeliz. Menino tímido, não era apto para enfrentar a truculência e o estado de confusão da adolescência. Os colegas de escola o apelidaram de “judeuzinho” (*der kleine Jude*), devido à sua complexão morena. Ele saiu da escola sem nenhuma qualificação. Na década de 1920, seu pai usou amplos contatos comerciais de que dispunha para lhe arranjar emprego na indústria elétrica e depois na venda de petróleo. A empresa do pai

faliu durante a depressão. Em 1932, Eichmann ingressou no Partido Nazista austríaco.¹⁶ O momento decisivo em sua carreira foi a mudança para a Alemanha, na qualidade de protegido de Ernst Kaltenbrunner, figura importante do SD. Ele trabalhou no famigerado campo de concentração de Dachau antes de se tornar um conselheiro-chave em assuntos judaicos no SD. Sua laboriosa e inquestionável habilidade burocrática chegou ao conhecimento de Heinrich Himmler. Durante dois anos, entre 1938 e 1940, Eichmann organizou a deportação de judeus austríacos para a Polônia e repetiu esse processo com os judeus tchecos em Praga. Isso lhe valeu a promoção para a chefia da seção judaica no quartel-general da Gestapo em Berlim. Durante o Holocausto, coube-lhe organizar o transporte de judeus de toda a Europa para os campos de extermínio.¹⁷ Como carecia de diploma universitário e de experiência na polícia, Eichmann não era o tipo de funcionário burocrático da Gestapo que normalmente podia aspirar a um alto cargo.

O maior departamento do quartel-general berlinense era o IVC2, que se ocupava das ordens de prisão preventiva. Todos os seus homens-chave tinham sido funcionários da polícia criminal antes de 1933. Em 1944, ele empregava onze inspetores e 44 arquivistas e datilógrafos. Era chefiado por Emil Berndorff, nascido em 1882 e formado em direito e ciência política pela Universidade de Berlim. Em 1920, Berndorff doutorou-se em direito antes de ingressar na polícia criminal. Trabalhou em vários casos famosos de assassinato no departamento de homicídios no período de Weimar. Em agosto de 1932, ingressou numa recém-criada organização secreta do Partido Nazista para policiais. Especializou-se então no processamento de ordens de prisão preventiva. Também ajudou a desenvolver instruções sobre as técnicas do “interrogatório melhorado” da Gestapo, que incluíam o uso do espancamento e da tortura.¹⁸

A seção IVD tinha a incumbência de policiar os territórios ocupados pelos nazistas. Nesse departamento, todos os homens-chave eram muito jovens. Em 1939, nenhum deles

passava dos 40 anos de idade. Todos tinham instrução superior completa, e a metade, doutorado. Provinham do SD e ingressaram na Gestapo entre 1937 e 1938. A totalidade dos funcionários dessa seção atuava nos *Einsatzgruppen*, os esquadrões da morte móveis que operaram na Polônia e especialmente na União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial. Esses nazistas jovens e politicamente comprometidos estavam sendo preparados para desempenhar um papel importantíssimo na era nazista do pós-guerra.

O Serviço de Segurança (SD) tinha um Escritório Doméstico separado (III) no quartel-general berlinense. Era especializado em inteligência interna e avaliação da opinião pública. Seu chefe, o nazista de carreira Otto Ohlendorf, nasceu em 1907. Formou-se em direito e economia antes de se doutorar em direito pela Universidade de Pavia. Afilhou-se ao Partido Nazista em 1925 e ingressou na SS um ano depois. Então erigiu uma muito bem-sucedida carreira acadêmica de especialista econômico no Instituto de Economia Mundial de Kiel. Nomeado assessor econômico do SD em 1936, foi recrutado por Heydrich em 1939 para chefiar o Escritório III no quartel-general de Berlim. Ao assumir esse cargo, tinha apenas 32 anos. A rápida promoção de indivíduos jovens e altamente instruídos não era incomum na Alemanha nazista. De muitas maneiras, a promoção excessiva desses moços deu ao regime seu vigoroso radicalismo. No verão de 1941, Ohlendorf assumiu o comando do Einstazgruppe D, o esquadrão da morte móvel na União Soviética, responsável pelo extermínio de milhares de judeus. Era capaz de alternar entre o burocrata acadêmico e eficiente, preso à escrivaninha, e o assassino em massa com a farda da SS e totalmente alheio à imoralidade dos seus atos. Criou um grupo no Escritório III do SD, no quartel-general berlinense, que observava secretamente a opinião das pessoas nos lugares públicos na Alemanha nazista. Essa seção era dirigida pelo Dr. Hans Rössner, nascido em 1910 e formado em alemão e história

pela Universidade de Leipzig. Tendo ingressado no Partido Nazista em 1933, tornou-se membro do SD.¹⁹

A Gestapo tinha 54 escritórios regionais nos estados federados. Os principais comandantes desses escritórios também eram indivíduos carreiristas com histórico muito parecido com o dos lotados no quartel-general em Berlim: todos jovens de classe média e com instrução superior. Geralmente formados em direito, muitos tinham doutorado. Pouquíssimos provinham da comunidade em que estavam empregados. Muitos tinham feito o curso especial de polícia de segurança em Berlim. Esses chefes regionais utilizavam o enorme poder de decisão de que dispunham sobre as sedes locais da Gestapo que chefiavam. Decidiam que casos investigar e escolhiam o funcionário mais capacitado para conduzir as investigações.

Os chefes de departamento regionais tendiam a ser nazistas entusiásticos e ideologicamente comprometidos. Um exemplo típico é o Dr. Emanuel Schäfer, nascido em 1900 e chefe da Gestapo de Colônia. Filho de um dono de hotel, era protegido de Reinhard Heydrich. Formado em direito pela Universidade de Breslau, tinha doutorado em direito civil. Ingressou na polícia criminal de Potsdam em 1926. Dois anos depois, assumiu a chefia do departamento de homicídios da polícia de Breslau. Em fevereiro de 1933, tomou as rédeas da polícia política dessa cidade. Juntou-se ao Partido Nazista em 1º de maio de 1933 e, em seguida, à SS e ao SD. Foi nomeado chefe da Gestapo da cidade de Oppeln em maio de 1934. Na avaliação anual da equipe, ele é descrito como dono de uma “muito sólida visão de mundo nacional-socialista”. Em outubro de 1940, passou a dirigir a Gestapo de Colônia. Em outubro de 1941, organizou a então iniciada deportação dos judeus dessa cidade para os campos de extermínio. Todos os que o conheciam mencionavam sua paixão profunda pelo nacional-socialismo.²⁰

Para os rapazes ambiciosos, ideologicamente motivados e com diploma universitário como Emanuel Schäfer, o céu

era o limite na Gestapo. Sem tais atributos, o inverso era invariavelmente verdadeiro. Ludwig Jung, nascido em 1910, chefe da Gestapo de Krefeld, é um exemplo excelente. Filho de um açougueiro, não conseguiu concluir o curso de direito na Universidade de Giessen, mas, sendo o único funcionário da Gestapo de Krefeld que passara por uma faculdade, ainda manteve uma notável vantagem profissional sobre os colegas sem grau superior. Sua adesão apaixonada pelo nacional-socialismo certamente também o ajudou. Ele ingressou no Partido Nazista em 1930. Ter se afiliado antes que Hitler tomasse o poder sempre auxiliava nas entrevistas de emprego. Em março de 1938, depois de fazer um curso especial de treinamento de liderança na polícia em Berlim, Jung foi nomeado chefe da Gestapo de Krefeld. Tinha apenas 28 anos. Entretanto, não voltou a subir na escala hierárquica da polícia secreta. Não ter concluído os estudos e a origem na baixa classe média contaram contra ele.²¹

Em 1938, 95% dos dirigentes regionais da Gestapo haviam concluído o ensino médio (*Abitur*).²² Oitenta e sete por cento eram formados em direito, e a metade deles tinha doutorado. A alta hierarquia da Gestapo se parecia mais com a sala dos professores de uma universidade do que com um departamento de polícia. Todos eles tinham menos de 40 anos. No fim da década de 1930, a experiência policial perdeu importância na corrida promocional dentro da Gestapo. A qualificação principal para nela obter ingresso graduado era o diploma de direito. Tornou-se normal os diplomados recém-incorporados serem rapidamente promovidos em detrimento dos investigadores de polícia mais velhos e experientes, porém sem qualificação acadêmica.²³ O Dr. Werner Best, chefe de pessoal do quartel-general da Gestapo, acreditava que o esforço necessário para se diplomar em direito combinava com o trabalho investigativo da polícia secreta, por isso, a partir de 1936, passou a incentivar proativamente a nomeação de formados em advocacia para os cargos mais altos.

Os funcionários ordinários da Gestapo eram muito diferentes dos chefes com alto grau de instrução. Sua base dividia-se em duas patentes: assistente criminal (*Kriminalassistent*) e secretário criminal (*Kriminalsekretär*). A maioria deles era de origem operária ou de classe média baixa. Quase todos haviam saído da escola aos 16 anos sem nenhuma qualificação formal. Raramente possuíam diploma universitário e poucos subiam na escala hierárquica. Estimou-se que 50% dos antigos policiais de carreira de antes de 1933 que ingressaram na Gestapo continuavam no mesmo posto em 1945.²⁴ Em 1939, somente 3 mil funcionários da polícia secreta tinham uma patente adicional na SS.

Nos julgamentos de guerra subsequentes, os funcionários da Gestapo se definiam como policiais de carreira comuns que, durante as investigações, não se comportavam diferentemente dos detetives criminais. Todos os funcionários da polícia secreta ouvidos nos julgamentos de Nuremberg afirmaram que, em 1933, o pessoal da Gestapo consistia em membros da força policial existente.²⁵ Conforme seu depoimento, eram funcionários da polícia profissionais e eficientes que recebiam ordens dos superiores e raramente tomavam iniciativa própria.²⁶ Adaptaram-se de modo pragmático às novas circunstâncias e filiaram-se ao Partido Nazista principalmente para não perderem o emprego. Durante as investigações de desnazificação do pós-guerra empreendidas pelos oficiais aliados das forças de ocupação, a expressiva maioria dos ex-funcionários da Gestapo era classificada de “homens comuns”, “desnazificados” e “isentos” de responsabilidade por “crimes contra a humanidade”. A maior parte continuou recebendo a generosa aposentadoria.

O historiador Eric Johnson examinou os antecedentes dos dezenove funcionários da Gestapo que atuaram em Krefeld entre 1937 e 1945. Descobriu que todos tinham trabalhado na força policial de Weimar. Nenhum era filiado ao Partido Nazista. Todos provinham do operariado ou da classe média

baixa, haviam saído da escola aos 16 anos sem qualificação, e nenhum tinha diploma universitário. A maioria ingressou no Partido Nazista unicamente por motivos de carreira. Mas todos eram muito bons no serviço burocrático associado ao ofício. Seus relatórios apresentavam um domínio impressionante da gramática e da ortografia. Em julgamentos subsequentes, esses funcionários de Krefeld frisaram que, embora tivessem sido pressionados para ingressar na Gestapo e obrigados a se filiar ao Partido Nazista, continuaram sendo “homens comuns”, essencialmente decentes e profissionais.²⁷

Robert Gellately examinou o histórico dos 22 funcionários da Gestapo de Würzburg. Todos eram policiais de carreira. Antes de 1937, praticamente nenhum deles tinha se filiado ao Partido Nazista. O único nazista era o chefe do departamento, Joseph Gerum, nascido em 1888. Assumiu o comando da Gestapo de Würzburg em abril de 1934. Ingressara no Partido Nazista em 1920 e havia participado do famoso *Putsch* da Cervejaria de Munique, o que lhe valeu quinze meses de reclusão. Estando na força desde 1917, ele também era um policial muito experiente. Em 1933, entrou na polícia política de Munique antes de ser colocado na chefia do escritório de Würzburg.²⁸

O termo “comum” ou “ordinário” pode ser demasiado brando em relação aos funcionários da Gestapo. No período de Weimar, a polícia alemã tivera de enfrentar uma onda de violência de rua sem precedentes perpetrada por nazistas e comunistas. A maioria dos investigadores criminais que ingressaram na Gestapo já estava escolada no policiamento duro e tampouco era contrária à brutalidade. Tinham lidado frequente e cotidianamente com assassinos, estupradores e perigosos gângsteres antes de os nazistas tomarem o poder. Também eram hábeis na arte do interrogatório minucioso.

No fim da década de 1930, a Gestapo continuou recrutando indivíduos oriundos da baixa classe média e do proletariado, mas houve mudanças notáveis. A maioria dos novos recrutas não chegava a 30 anos de idade.

Pouquíssimos tinham experiência policial prévia. Os critérios fundamentais de recrutamento do funcionário da Gestapo passaram a ser: prova de linhagem alemã, boa instrução geral, mas sem qualificações educacionais específicas, boa forma física e conhecimento de taquigrafia e datilografia. A filiação ao Partido Nazista ou a uma de suas suborganizações passou a ser considerada “desejável”, mas ainda não essencial.²⁹ Sem dúvida, esse afluxo de funcionários jovens e inexperientes alterou o *ethos* da Gestapo. Ficou difícil preparar os recém-chegados nas técnicas policiais investigativas profissionais estabelecidas. Os policiais profissionais da “velha guarda” da época de Weimar vinham se aposentando ano a ano. No período da guerra, os métodos mais brutais de interrogatório aumentaram entre os jovens funcionários ideologicamente comprometidos.

Quando nomeado, cada um deles recebia um detalhado manual de instrução de como se comportar ao rastrear, prender e interrogar indivíduos. Este recomendava que, quando fossem prender um indivíduo, não portassem documento de identidade e só usassem “roupas civis, inclusive a roupa de baixo pessoal”.³⁰ Dava instruções detalhadas para o uso da bússola, a elaboração de mapas para um relatório de inteligência, a condução de operações de vigilância, o preparo de incursões, a compilação de todos os relatórios necessários e a coleta de provas ligadas a uma investigação.

Eram igualmente pormenorizadas as diretrizes sobre como lidar com os detidos. Dependendo da natureza da acusação, o prisioneiro tinha de ser interrogado por um funcionário da Gestapo ou por um investigador criminal da Kripo. Elas frisavam que, no princípio de cada caso, deviam ser nomeados um promotor e um juiz de instrução. A principal tarefa de cada funcionário da Gestapo era colher e proteger todas as provas, interrogar as testemunhas, manter um registro detalhado dos interrogatórios e investigar cabalmente cada particularidade. O manual da

Gestapo recomendava o uso de “todas as técnicas investigativas aplicáveis” durante a investigação.³¹ Nos próximos capítulos, veremos minuciosamente como os funcionários da Gestapo cuidavam dos casos individuais.

A suposição de que os oficiais da Gestapo prendiam indivíduos, interrogavam-nos brutalmente e então os mandavam para um campo de concentração não passa de um mito. Eles se ocupavam exaustivamente de cada caso antes de tomar qualquer decisão quanto à punição. Na maior parte, os presos acabavam submetidos ao sistema judiciário tradicional, acusados de um crime específico e julgados pelos tribunais. Enviar um indivíduo para um campo de concentração sempre era o último recurso, especialmente no caso do cidadão alemão comum, sem vínculo com os grupos de oposição selecionados como alvo. Muitos detidos acabavam sendo postos em liberdade sem nenhuma acusação.

Nos primeiros anos do regime nazista, o sistema de campos de concentração era muito pequeno em comparação com o sistema prisional tradicional. No verão de 1935, somente 4 mil prisioneiros se achavam nos campos de concentração administrados pela SS.³² Esse número aumentou rapidamente no fim da década de 1930, mas isso se deveu à ampliação da definição de “inimigo do Estado”, denominação que, além de abranger os adversários “políticos”, passou a incluir os “raciais”. No dia 1º de setembro de 1939, a SS mantinha 21,4 mil prisioneiros nos seis campos de concentração seguintes: Dachau, Sachsenhausen, Buchenwald, Mauthausen, Flossenbürg e Ravensbrück. Como veremos em mais detalhes adiante, esses campos se transformaram em locais de despejo dos recém-definidos inimigos raciais “associais”.

Em comparação, 120 mil presidiários se achavam nas prisões tradicionais antes da Segunda Guerra Mundial. Posto que a maioria deles estivesse cumprindo pena criminal convencional, era frequente que os adversários políticos e religiosos também ficassem reclusos num presídio.

Desenvolveu-se um sistema de estreita colaboração entre a Gestapo e os funcionários prisionais. Os presos políticos que cumpriam pena em prisões geralmente achavam difícil escapar das garras da polícia secreta. Os diretores de presídio, quase sempre burocratas conservadores da velha guarda, preparavam um relatório sobre cada adversário político ou religioso prestes a ser libertado. O relatório era encaminhado invariavelmente para a Gestapo. Em alguns casos, o preso podia ser solto se o relatório do diretor lhe fosse favorável, mas então a Gestapo lhe impunha a prisão preventiva assim que ele passasse pelo portão do presídio. Um caso típico é o de um ativista comunista chamado Max, que em junho de 1934 foi condenado a 27 meses de reclusão por seu papel importante num movimento clandestino comunista. Na prisão, comportou-se impecavelmente bem. No entanto, três meses antes de sua libertação, o diretor do presídio informou à Gestapo:

Ele não chamou particularmente atenção na instituição. Mas, considerando sua vida pregressa, não posso acreditar que tenha mudado de ideia e penso que, exatamente como a maioria dos líderes comunistas, apenas procurou não se meter em encrenca por puro cálculo astucioso. Na minha opinião, é absolutamente essencial que, depois de cumprir sentença, esse comunista ativo e importante seja tomado em prisão preventiva.³³

Os funcionários da Gestapo tinham um modo estabelecido de tratar dos casos. Este geralmente se iniciava com uma denúncia do público, que chegava pelo correio, por telefone ou era feita pessoalmente. Com menos frequência, os casos começavam via operações de vigilância, pistas de informantes ou informações enviadas pelos líderes de quartirão nazistas. A política da Gestapo consistia em investigar toda denúncia pública, por mais trivial que fosse. Então todas essas imputações eram

examinadas pelo chefe do departamento local e seu pessoal administrativo-chave. O chefe de departamento decidia que funcionário era mais apto para assumir o caso. Como todos os escritórios tinham especialistas em todas as áreas fundamentais de atividade da oposição, a alocação dos casos era uma tarefa bastante simples.

O funcionário indicado para chefiar a investigação passava a reunir informações sobre o caso, a organizar a prisão de um indivíduo e a conduzir os interrogatórios associados. A pessoa acusada podia ser detida após a expedição de uma ordem de prisão temporária, que permitia que o acusado ficasse dez dias preso sem que houvesse necessidade de apresentar uma acusação. Já a prisão preventiva só podia ser autorizada quando havia uma acusação contra a pessoa suspeita. As declarações no interrogatório eram examinadas pelo chefe de departamento, e a decisão final de uma ordem de prisão preventiva precisava ser endossada pelo promotor nomeado. Repetidamente, esta era transferida para o departamento encarregado das ordens de prisão preventiva no quartel-general de Berlim.³⁴

Cada preso que entrava na Gestapo era fotografado e tinha as impressões digitais coletadas. Geralmente ficavam detidos enquanto se procedia à investigação. Cada dossiê da polícia secreta correspondia a um único indivíduo acusado, mesmo que várias outras pessoas estivessem envolvidas. As informações de cada prontuário pessoal eram registradas num documento oficial uniforme. A grande maioria desses documentos está datilografada. Na primeira página aparecem três fotografias de prontuário do acusado. As primeiras páginas contêm detalhes pessoais como nome, data e lugar de nascimento, endereço residencial, estado civil, religião, condenações anteriores, registro do serviço militar e pormenores de um eventual período anterior na prisão ou campo de concentração. A maior parte de cada dossiê contém as declarações do acusado durante o interrogatório, assim como o depoimento de todas as

testemunhas envolvidas no caso. Incluem-se todas as cartas a ele relacionadas. Muitos prontuários da Gestapo chegam a ter várias centenas de páginas. Cada um deles era evidentemente preparado na presunção de que acabaria no tribunal.

A parte principal de todas as investigações da Gestapo era o interrogatório. A pessoa acusada era obrigada a responder a uma série de perguntas. Os interrogadores costumavam usar a declaração de denúncia e o depoimento das testemunhas para formular essas perguntas. O objetivo era fazer com que o acusado confessasse. Provas documentais como cartas e diários eram produzidas e destacadas durante o interrogatório. Na grande maioria dos casos, a principal fonte de informações que determinava a culpa ou a inocência era o protocolo de interrogatório. À medida que cada caso progredia, o funcionário encarregado da investigação consultava muitas vezes o chefe de departamento. Uma vez concluída a investigação, ele preparava um relatório escrito completo sobre o caso e recomendava a linha de ação a ser adotada. As decisões finais sempre eram tomadas pelos chefes de departamento, pelos chefes dos funcionários regionais, pelos promotores públicos e, mais raramente, pelo quartel-general berlinense. Os dossiês apresentam frequentemente a marca de carimbos e assinaturas desses indivíduos e departamentos. Cabia ao chefe de departamento, depois de consultar o chefe do escritório regional e o promotor público, decidir se uma pessoa seria mandada para um campo de concentração ou se o caso ia para um tribunal. Esse arcabouço burocrático hierárquico e claramente definido mostra que os funcionários da Gestapo não exerciam o poder arbitrário a eles atribuído com tanta frequência. A maioria dos chefes de departamento endossava as decisões tomadas pelo funcionário incumbido da investigação. Só as autoridades superiores reviam ou alteravam as decisões, mas isso era raríssimo.³⁵

Sem dúvida alguma, a tortura era usada por certos funcionários da Gestapo a fim de extrair confissões durante as investigações. A tortura fora das punições prescritas nunca foi oficialmente sancionada nos documentos escritos remanescentes. Repetidamente, o Ministério da Justiça enviava advertências aos funcionários da Gestapo, chamando atenção para as rigorosas penalidades criminais a que estavam sujeitos se os prisioneiros fossem maltratados sob custódia.³⁶ A extensão da tortura também é notoriamente difícil de avaliar. Era muito menos comum na Alemanha do que nos territórios ocupados. Foi usada com mais frequência nos primeiros meses do governo nazista, quando a SA atuou como polícia auxiliar e estabeleceu os “campos de concentração selvagens”.

Ela prosseguiu inquestionavelmente durante o período nazista, em especial contra os comunistas e outros grupos-chave visados. Alguns indivíduos se suicidaram durante longos períodos de interrogatório da Gestapo. Nesses casos, a causa da morte em geral é registrada como “suicídio”, mas pode ter resultado de períodos de tortura excessivamente prolongados. Não há como estabelecer a verdadeira causa da morte a partir da documentação sobrevivente. Nos julgamentos de guerra subsequentes e nas investigações da desnazificação, quase todos os funcionários da Gestapo negaram ter recorrido à tortura alguma vez, em especial na Alemanha. As testemunhas dos julgamentos do pós-guerra contaram uma história diferente.

O castigo oficialmente sancionado mais comum era a vara de bambu. Até 25 açoites nas nádegas, com a presença de um médico, eram aplicados pelos funcionários da Gestapo que lançavam mão desse método. Jan Valtin, um ativista comunista, recordou que foi açoitado com tanta violência que, no fim, sua camisa ficou empapada de sangue.³⁷

Outros métodos de tortura “extraoficiais” relatados pelos sobreviventes incluem o afogamento, que consistia em mergulhar a pessoa numa banheira cheia de água fria até

quase a asfixia. Também se mencionaram os exercícios de exaustão e a privação do sono. Ao que parece, davam choques elétricos nas mãos, no ânus e no pênis dos prisioneiros. Seus testículos eram frequentemente esmagados com uma prensa parecida com um espremedor de alho, para obter informações. Muitos presos ficavam pendurados pelas mãos durante um tempo variado até que confessassem. Às vezes, queimavam-lhes os dedos com fósforos.³⁸

Essas medidas extremas eram reservadas para os “marginais sociais” e os presos políticos importantes, particularmente os comunistas. Quando a confissão não saía, a tortura aumentava. Maria Grimme, uma presa, observou Mildred Harnack (nascida em 1902 como Mildred Fish, em Milwaukee, Wisconsin, Estados Unidos), militante da oposição socialista Orquestra Vermelha, ser levada à cela depois de ter passado por um interrogatório “melhorado” da Gestapo em outubro de 1942:

Trouxeram alguém de maca à sala de espera, mal respirava. A maca foi colocada de modo que a cabeça da pessoa ficasse bem perto de mim. Eu dei uma olhada e fiquei surpresa com a expressão dos seus olhos [...] Pouco depois, dois funcionários da Gestapo entraram, puxaram-na pelos braços para que ficasse de pé e disseram: “E então, Frau Harnack, sentindo-se melhor?” Frau Harnack foi levada para fora [para continuar sendo interrogada] e alguns dias depois trouxeram-na de volta na maca. Embora ela se queixasse do frio, nenhum prisioneiro se atreveu a lhe dar um dos cobertores disponíveis. Passado algum tempo, ela tentou pegar um, mas caiu.³⁹

Os investigadores criminais da Kripo tendiam a menosprezar essas técnicas brutais. Não gostavam de se

envolver com o trabalho “político” da Gestapo. Consideravam-se usuários de técnicas forenses e científicas e de provas físicas para provar a culpa da pessoa acusada. Seu trabalho estava sujeito ao exame atento do sistema judiciário tradicional e dos advogados de defesa. Os funcionários da Kripo sentiam que o método da Gestapo de concentrar toda a investigação no interrogatório não se destinava a apurar a verdade com base em provas independentes, mas a resolver os casos rapidamente.⁴⁰

Está claro que os funcionários da Gestapo eram, em sua maioria, policiais de carreira com tendências direitistas, não fanáticos nazistas brutais. Homens desse tipo permaneceram no cargo durante toda a era nazista. A chefia da Gestapo em Berlim e nas regiões era muito diferente. Lá, indivíduos jovens, radicais e dinâmicos, com instrução superior, estavam decididos a mudar os valores da polícia da “velha guarda” herdados da época de Weimar e transformá-los em prerrogativas ideológica e racialmente motivadas que desprezavam o “império da lei”. Não houve revolução de um dia para o outro no pessoal da Gestapo, e, sim, uma transição muito gradual, na qual os funcionários “ordinários” do período de Weimar foram desafiados a se adaptar a novos tipos de policiamento com viés racial, comandados por ambiciosos portadores de diploma universitário que estavam a 1 milhão de quilômetros de distância dos brutamontes valentões das tropas de assalto do período da ascensão de Hitler ao poder.



Prisioneiros políticos submetidos a
trabalho forçado no campo de
concentração de Dachau, em 1933.

Bundesarchiv, Bild 152-01-26.

3

O policiamento da fé religiosa

Em *Mein Kampf*, Adolf Hitler criticou com veemência as igrejas cristãs por serem incapazes de reconhecer a importância da Questão Judaica. O ponto 24 do programa do Partido Nazista fazia a seguinte e ambígua promessa ligada à matéria religiosa:

Exigimos liberdade para todas as denominações religiosas, desde que não representem um perigo para o Estado e não militem contra os costumes e a moralidade da raça alemã. O Partido como tal defende o cristianismo, mas, em matéria de credo, não se prende a nenhuma denominação. Combate o espírito do materialismo judeu *dentro* e *fora* das nossas fileiras e está convencido de que nossa nação pode alcançar a saúde permanente, a partir de dentro, somente com base no princípio: “O bem-estar comum prevalece sobre o bem-estar individual.”¹

Na realidade, o regime nazista estava determinado a limitar a influência da religião cristã sobre o povo alemão. O censo de 1939 mostra que essa era uma tarefa árdua. Nada menos que 95% dos que viviam dentro das fronteiras alemãs originais de 1933 se registraram como membros de uma das duas igrejas cristãs, sendo que apenas 1,5% se declarou ateu.² Isso ajuda a explicar por que tão poucos casos da Gestapo contra clérigos começaram com a denúncia de um membro do público.³

Ao chegar ao poder, Hitler prometeu publicamente “proteger o cristianismo como base de toda a nossa moralidade”, mas disse em particular: “Nenhuma denominação – católica ou protestante – tem futuro. Pelo menos para os alemães [...] Ou se é cristão ou alemão. Não se pode ser as duas coisas.”⁴ Num apontamento no diário, datado de 29 de dezembro de 1939, Joseph Goebbels fez a seguinte observação acerca da postura religiosa de Hitler: “O Führer é profundamente religioso, mas completamente anticristão. Encara o cristianismo como um sintoma de decadência. Tem razão. É um ramo da raça judaica. Coisa que se pode ver na semelhança de seus ritos religiosos.”⁵

Num importante discurso para os deputados do Reichstag em 23 de março de 1933, Hitler fez uma promessa docemente calculada para as igrejas cristãs:

O governo nacional vê em ambas as denominações cristãs o fator mais importante para a manutenção da nossa sociedade. Ele respeitará os acordos ajustados entre as igrejas e as províncias; seus direitos não serão tocados [...] O governo tratará todas as outras denominações com justiça objetiva e imparcial [...] O governo nacional permitirá e confirmará para as denominações cristãs o usufruto de sua influência nas escolas e no Estado. E se interessará pela cooperação sincera entre Igreja e Estado.⁶



Ex-chanceler alemão Franz von Papen
discursando na Áustria.

Bundesarchiv, Bild 183-2002-0624-503.

Para aliviar a ansiedade dos católicos, Hitler iniciou negociações com o Vaticano para obter uma Concordata que, em princípio, daria à Igreja católica independência para administrar seus negócios, em troca da promessa de se retirar completamente dos assuntos políticos. No dia 20 de julho de 1933, uma Concordata entre a Alemanha e o Vaticano foi devidamente assinada, numa esplêndida cerimônia, pelo vice-chanceler Franz von Papen, em nome do governo alemão, e pelo monsenhor Eugenio Pacelli, pela Igreja Católica Romana.⁷

Essas moderadas demonstrações públicas de tolerância para com os assuntos religiosos ocultavam uma agenda privada muito diferente. Às igrejas cristãs cabia aceitar a conformidade exigida pelo regime nazista ou então enfrentar uma perseguição cada vez mais intensa. A

Gestapo, sob as ordens de Heydrich, recebeu ordem de traçar planos para enfrentar qualquer sinal de dissidência religiosa. O ódio que Heydrich devotava às igrejas “beirava o patológico”.⁸ Privadamente, Heinrich Himmler também falava com extremo desprezo pelo clero cristão, mas em público geralmente dava a impressão de que os homens da SS acreditavam em Deus:

Nós rejeitamos ser chamados de ateus, porque, como uma sociedade, não estamos presos a esta ou aquela denominação, nem como indivíduos. Mas nos encarregamos de traçar uma linha clara e nítida entre Igreja e sociedade denominada, de um lado, e marcialidade política ou ideológica, do outro, e atacaremos muito prontamente qualquer sobreposição. Ao mesmo tempo, apesar de algumas péssimas experiências e bem-justificadas causas de exasperação que a nossa gente [SS] nessa área teve no passado, continuamos ensinando nossos homens a respeitarem tudo quanto for sagrado para nossos concidadãos, da instrução à educação, que por nós serão estimadas em palavras e atos.⁹

Durante a era nazista, padres, freiras e monges foram presos; colégios e organizações juvenis católicos, fechados; e propriedade eclesiástica, confiscada sem nenhuma indenização. Os sacerdotes católicos eram considerados agentes da reação e sistematicamente perseguidos. Nada menos que 447 padres alemães passaram uma temporada no campo de concentração de Dachau.¹⁰ Um número significativo de sacerdotes ficou preso em todos os outros campos de concentração nazistas, sendo que alguns foram maltratados e executados. A perseguição dos católicos na Alemanha não foi um fenômeno unicamente ligado ao nazismo. Entre 1871 e 1878, a notória “luta cultural” (*Kulturkampf*) de Otto von Bismarck tentara

implacavelmente reduzir o poder e a influência da Igreja católica e seu clero na Prússia.¹¹

A Gestapo liderou o impulso nazista de enfraquecer a influência do cristianismo sobre o coração e a mente do povo alemão, mas seus funcionários evitavam interferir nas cerimônias religiosas, como deixa claro esta carta circular de 6 de maio de 1935 para os funcionários da Gestapo bávara:

Nos últimos meses, ficou nítido que o clero de ambas as denominações cristãs está trabalhando mais franca e ativamente contra o Estado. Para superar isso, é necessário que cada destacamento preste particularmente atenção às atividades do clero. Mas se ordenou rigorosamente que não haja interferência, em circunstância alguma, nas cerimônias da Igreja. Devem ser feitos relatórios imediatos sobre qualquer assunto importante.¹²

A Igreja evangélica protestante representava aproximadamente 40 milhões de alemães, o correspondente a 66% da população. Organizava-se em 28 igrejas federadas regionais luteranas e calvinistas. Gozava tradicionalmente de autonomia considerável. Os pastores protestantes acatavam firmemente a ideia luterana de profunda lealdade ao Estado. A maioria tinha hostilizado muito a República de Weimar democrática. Em 1933, 40% dos clérigos evangélicos eram membros do Partido Nazista. Não surpreende, pois, o fato de um grupo de fanáticos religiosos chamado Cristãos Alemães - constituído de 3 mil dos 17 mil pastores protestantes - ter ficado em evidência pouco depois que Hitler foi nomeado chanceler, em 30 de janeiro de 1933. Os Cristãos Alemães reivindicavam uma igreja do Reich centralmente controlada e "nazificada", com a expulsão de todos os clérigos "não arianos".¹³ Sua chamativa palavra de ordem era: "Um povo. Um Reich. Uma

fé.” Nas eleições eclesiásticas de 23 de julho de 1933, esse grupo obteve 75% dos votos e assumiu o controle de muitas regiões da Alemanha. Ludwig Müller, um nazista fervoroso, foi nomeado bispo de uma nova Igreja Evangélica do Reich. Os cristãos alemães queriam erigir uma versão nazificada do cristianismo que minimizasse os aspectos judaicos do Antigo Testamento e purgasse os aspectos internacionalistas do Novo Testamento. E mais: consideravam a cruz um símbolo judaico, e o crucifixo, um signo derrotista.

Para muitos membros do clero evangélico, tais propostas eram excessivamente radicais. Martin Niemöller, nascido em 1892, criou uma forte oposição aos Cristãos Alemães. Era um rebelde improvável. Tinha sido um dedicado nacionalista conservador durante o período de Weimar. Nomeado pastor do distrito berlinense de Dahlem, em 1931, aplaudiu a nomeação de Hitler para chanceler. Em sua autobiografia, que virou best-seller, *Do submarino ao púlpito*, publicada em 1931, Niemöller narrou sua odisseia pessoal de patriótico comandante de submarino na Primeira Guerra Mundial para a carreira posterior de eminente clérigo protestante. Na conclusão, esclareceu que não se opunha ao regime de Hitler por razões ideológicas. Sua oposição aos Cristãos Alemães era puramente teológica. Ele acreditava firmemente que o conteúdo das cerimônias religiosas e as palavras da bíblia eram sacrossantas.

Em toda a Alemanha começaram comícios contrários aos planos dos Cristãos Alemães. Em maio de 1934, um sínodo em Barmen, inspirado pelas ideias do professor Karl Barth, um importante teólogo protestante, defendeu as “verdades centrais do cristianismo” e rejeitou totalmente as “falsas doutrinas” dos Cristãos Alemães.¹⁴ Seguiu-se, em 11 de setembro de 1933, a formação da Liga de Emergência do Pastor, uma organização evangélica de defesa da independência da igreja contra a penetração ideológica. Ficou conhecida como a Igreja Confessante (*Bekennende Kirche*). Nela, ingressaram 9 mil pastores protestantes.

Eram, na maioria, membros da classe média com diploma universitário. Somente 5% deles eram filiados ao Partido Nazista. Em novembro de 1934, a Igreja Confessante se declarou a única “igreja protestante legítima na Alemanha”.¹⁵ Esse comportamento dissidente arruinou os planos dos Cristãos Alemães. Ludwig Müller, o bispo do Reich, obviamente incapaz de enfrentar a situação, foi descartado por Hitler, que decidiu que a nazificação do cristianismo era politicamente inviável em curto prazo, e nunca foi implementada no período nazista. Em 1935, criou-se um novo Ministério de Assuntos da Igreja sob o controle do advogado nazista Hanns Kerrl, que se propunha a ganhar a lealdade das igrejas protestantes para o regime nazista e romper a resistência dos rebeldes dissidentes da Igreja Confessante.

Em 1937, a Gestapo criou uma seção especializada chamada IVB, encarregada das “igrejas políticas, das seitas e dos judeus”. Contava com três ex-padres católicos e um ex-pastor protestante evangélico. O conhecimento interno desses homens possibilitou à polícia secreta conceber um plano coordenado para intimidar e reprimir os clérigos dissidentes.

Enke Hansse (nascido em 1896) era pastor da Igreja Confessante e morava em Colônia.¹⁶ Tinha 41 anos quando os agentes da Gestapo começaram a observar seus cultos. No dia 30 de setembro de 1937, ele fez um sermão numa cerimônia religiosa na cidade de Wuppertal, na Renânia do Norte. Uma grande congregação o ouviu, estimada entre 1.300 e 1.500 pessoas. Enke disse que a miséria e as dificuldades incalculáveis a que os clérigos locais eram submetidos em virtude das proibições e prisões impostas pelo regime nazista haviam levado a que “as crianças já não sejam educadas de maneira cristã” e a que os clérigos tivessem que enfrentar cotidianamente “a zombaria com a palavra de Deus”. Outro pastor, chamado Hamburg, também criticou a perseguição religiosa nazista durante o culto, declarando que a liderança da igreja protestante

estava nas mãos de homens que eram figuras distantes. Também lembrou à congregação que estava ocorrendo uma onda de prisões em Brandemburgo e na Saxônia. A Gestapo tomou nota desses comentários críticos, mas decidiu não prender nenhum pastor.

Só dois anos depois Enke foi preso pela Gestapo. Isso aconteceu porque um membro do público o denunciou por ter atuado como o principal supervisor de uma investigação organizada pela Igreja Confessante, realizada em 2 de outubro de 1939, com pleno conhecimento de que tal investigação não tinha jurisdição oficial. Durante o interrogatório, Enke declarou que havia combatido pelo seu país na Grande Guerra entre 1914 e 1918, reconheceu que era ativo na Igreja Confessante, mas negou ter estado presente na investigação, afirmando que havia se afastado da comissão examinadora antes que a averiguação fosse realizada. No dia 27 de abril, a Gestapo arquivou o caso por “falta de provas”.¹⁷

Esse caso não foi atípico. A polícia secreta geralmente procedia com muito cuidado antes de prender clérigos da Igreja Confessante. Raramente esses casos eram levados à Justiça. Os julgamentos justos eram a regra no caso dos clérigos protestantes, não a exceção. O juízes, na maioria, eram conservadores da velha guarda, não nazistas. O caso do membro mais célebre da Igreja Confessante, Martin Niemöller, ilustra bem esse ponto. Depois de quatro anos de oposição pública à política religiosa nazista, a Gestapo enfim resolveu prender Niemöller, no dia 27 de junho de 1937, quando ele fez mais um sermão crítico na paróquia de Dahlem, em Berlim. Foi mantido em prisão preventiva no presídio berlinense de Moabit e, a seguir, posto em confinamento solitário no famoso campo de concentração de Sachsenhausen.

A principal promotoria pública passou sete meses preparando aquele que devia ser um caso incontestável contra o pastor rebelde. Antes do notório julgamento de Niemöller, que chamou atenção da mídia internacional, o

Ministério da Propaganda de Goebbels orquestrou contra ele, na imprensa, um desconcertante assassinato de reputação. Niemöller foi acusado de traição por ser admirado nos países democráticos “dominados pelos judeus”. No dia 2 de março de 1938, os três juízes superiores do Tribunal Especial deram o surpreendente veredito de inocente e recomendaram que Niemöller fosse solto, pois já tinha sofrido vasta punição.



O líder da Igreja Confessante, pastor
Martin Niemöller.

Bundesarchiv, Bild 194-5268-24.

Essa decisão enfureceu Adolf Hitler, que ordenou pessoalmente que o pastor voltasse a ser preso. Em 1939, Pauline, a esposa de Niemöller, escreveu-lhe uma carta pessoal pedindo que seu marido fosse solto. Na sua resposta, Hitler afirmou que, se fosse posto em liberdade, o líder voltaria a ser o centro de um círculo oposicionista cujas atividades punham em perigo a unidade do povo alemão.¹⁸ A prisão de Niemöller debilitou muito a rebelião na Igreja Confessante, mas não a extinguiu completamente. No fim

de 1938, a maioria dos pastores protestantes realizou um juramento voluntário de lealdade a Hitler.

Apesar do prolongado confinamento solitário em Sachsenhausen e Dachau, Niemöller sobreviveu ao regime de Hitler, mas, no pós-guerra, sempre sentiu um profundo remorso por não ter se manifestado com mais veemência a favor de todos os perseguidos pelo regime nazista, especialmente os judeus. Tais sentimentos se expressaram de modo mais memorável e eloquente em sua declaração (agora considerada um poema) sobre a perseguição dos oponentes pela Gestapo, intitulada “Primeiro eles vieram”:

Primeiro eles vieram buscar os socialistas, e eu não disse nada, pois não era socialista.

Então vieram buscar os sindicalistas, e eu não disse nada, pois não era sindicalista.

Depois vieram buscar os judeus, e eu não disse nada, pois não era judeu.

Quando eles vieram me buscar, já não havia ninguém que pudesse protestar.¹⁹

De todos os grupos mencionados em “Primeiro eles vieram”, o dos judeus foi o que menos apoio recebeu da Igreja protestante. Poucos pastores se mostraram contra a crescente política nazista do antissemitismo. A única assistência direta oferecida aos judeus restringiu-se a um reduzido número de clérigos protestantes corajosos e dedicados. Um pastor berlinense da Igreja Confessante, Heinrich Grüber, fundou uma instituição assistencial para auxiliar judeus a emigrarem, a maior parte dos quais se convertera ao cristianismo. Encarava seu papel como o de um “bom samaritano”. Grüber foi preso pela Gestapo em 19 de dezembro de 1940 e passou três anos em prisão

preventiva nos campos de concentração de Sachsenhausen e Dachau. Sofreu espancamentos brutais. Um deles custou-lhe todos os dentes.²⁰

Só em 1943 os membros da Igreja Confessante começaram a se manifestar abertamente acerca do transporte forçado de judeus para a Polônia. No dia 12 de março desse ano, o bispo Theophil Wurm, de Württemberg, escreveu uma carta para o ministro da Igreja nazista a respeito do tratamento dispensado aos judeus:

As medidas tomadas contra os judeus, em particular, à proporção que elas não ocorrem no âmbito da legislação atualmente em vigor, vêm deprimindo há muito tempo diversos círculos na nossa nação, em especial os cristãos. As difíceis circunstâncias presentes levam muitas mentes a indagar se a nossa nação não vem se tornando culpada de privar homens de seu lar, de sua ocupação e de sua vida sem a sentença de um tribunal civil ou militar [...] As igrejas cristãs têm exercido grande restrição nesse aspecto. Não podem, porém, ficar em silêncio quando, ultimamente, até mesmo judeus que vivem em casamento misto com cristãos alemães, alguns dos quais inclusive membros de igrejas cristãs, vêm sendo arrancados de casa e de suas ocupações para serem transportados para o Leste.²¹

Helmut Hesse (nascido em 1916) foi outro pastor protestante que se recusou a ficar calado perante a perseguição aos judeus. Ele era de Bremen e morava em Wuppertal quando passou a ser investigado pela Gestapo.²² Os membros da profundamente religiosa família Hesse já eram bem conhecidos pela polícia secreta por serem críticos de longa data da política religiosa do regime nazista. Na família, havia vários pastores protestantes, inclusive o pai de Helmut, Hermann, seus dois irmãos e seu cunhado. Todos

cumpriram prisão preventiva por expressar inconformismo durante as cerimônias religiosas na era nazista.²³

No dia 24 de maio de 1943, um informante da Gestapo espionou um sermão feito por Hesse numa igreja da região de Elberfeld, de Wuppertal. Helmut leu para a congregação um capítulo da bíblia que continha as frases: “E tu, Senhor, apoia os judeus, reúne o povo perseguido de Israel. Nós te imploramos, Senhor, que salves essa gente boa e te imploramos, quanto à gente ruim, que lhe mude o coração.” Em 7 de junho de 1943, outro funcionário da Gestapo observou o culto em Wuppertal, no qual Helmut disse que a Igreja Confessante, em sua luta com o Estado nazista, estava combatendo “as potências ocultas das trevas”. Também mencionou que um número crescente de clérigos vinha sendo mandado para campos de concentração e presídios por causa de suas convicções religiosas. Por fim, exprimiu seu alarme profundo com a escalada da perseguição à população judaica.

Isso levou a polícia secreta a prender Helmut no dia 8 de junho de 1943, por “se solidarizar publicamente com a situação dos judeus”. Foi apreendida uma carta em que Helmut expressava sentimentos pró-judaicos ao bispo bávaro Hans Meiser:

Nós, cristãos, não devemos tolerar mais que a Igreja na Alemanha continue em silêncio no tocante à perseguição aos judeus. A igreja tem responsabilidade sobre a situação atual, quando até os chamados judeus privilegiados são deportados. Hoje, na Alemanha, todo “não ariano” corre o perigo de ser assassinado e, portanto, os membros da Igreja devem tomar partido: ou agem como sacerdotes e levitas, ou como samaritanos? Esta é uma questão de caridade. A questão judaica é uma questão evangélica, não política. A Igreja [Confessante] tem que apoiar os judeus e resistir a qualquer “antissemitismo cristão” no interior de sua

comunidade [...] A Igreja precisa resistir a qualquer tentativa de eliminar os judeus, custe o que custar, e deve encarar essa tentativa como um ataque à Igreja e a Cristo. Essa resistência é necessária como um testemunho contra a violação dos Dez Mandamentos. Em público, nos sermões e discursos, o bispo deve testemunhar, instruir a consciência dos judeus, das comunidades cristãs, assim como a dos perseguidores.

Na última semana de junho de 1943, Helmut Hesse foi interrogado duas vezes pela Gestapo. Negou ser fundamentalmente antinazista. Disse que ingressou na SA em março de 1934 e só saiu em outubro de 1935 porque não podia combinar o estudo acadêmico de teologia para se qualificar como pastor com o serviço nas tropas de assalto. Prosseguiu dizendo que foi ordenado no dia 11 de abril de 1943 e designado para uma igreja em Oberkassel, perto de Bonn. Ainda interrogado, admitiu que havia oferecido orações pelos clérigos presos e pelos judeus porque acreditava que era o dever da igreja orar por cada ser humano. Suas orações pelos judeus, disse, destinavam-se a ajudar na conversão deles ao cristianismo, pois um apóstolo havia dito certa vez que Cristo só retornaria à Terra se todos os judeus se tornassem cristãos. Ele concluiu dizendo que seu discurso se dirigia à congregação no contexto de uma cerimônia religiosa, e não pretendia ser uma declaração pública sobre a política antisemita no nazismo.

O funcionário da Gestapo anotou em seu resumo do caso, datado de 29 de junho de 1943, que Hesse era um seguidor radical da Igreja Confessante e que sua declaração pró-judaica tinha sido feita em público, diante de uma plateia numerosa. Também observou que outras averiguações na vida privada de Helmut por parte da Gestapo haviam revelado que ele tinha um caso amoroso com a esposa de um colega pastor, que estava fora, servindo como oficial da *Wehrmacht* na Frente Oriental.

Informou ainda que Helmut estivera em contato com o professor Karl Barth, figura proeminente na Igreja Confessante que estava e Livros na Basileia, na Suíça.

A Gestapo concluiu que Helmut Hesse era um adversário perigoso. Ele foi enviado para o campo de concentração de Dachau. Em 24 de novembro de 1943, morreu lá de “insuficiência cardíaca”, como ficou oficialmente registrado, porém é muito mais provável que sua vida tenha chegado ao fim graças a uma injeção letal aplicada na mortal enfermaria do campo. Aos 27 anos de idade, Helmut Hesse tornou-se o mártir mais jovem da Igreja Confessante.²⁴



Fotografia de identificação policial de Helmut Hesse, um valente religioso protestante dissidente.

Landesarchiv Nordrhein-Westphalen, RW 58/47309.Abb4.

Foram comentários negativos sobre a situação militar cada vez pior na Frente Oriental, em 1943, que chamaram atenção da Gestapo para o pastor protestante Wilhelm Kenath (nascido em 1896). Ele nasceu na pitoresca cidadezinha de Sigmaringen, no estado alemão de Baden-Württemberg, ao sul do país.²⁵ Em maio de 1943, estava morando no povoado de Gahlen, na Baixa Renânia, quando

pronunciou algumas palavras à beira do túmulo de um paroquiano falecido em Bruckhausen. Wilhelm sublinhou a miséria dos soldados da *Wehrmacht* mortos em Stalingrado, lamentou o fato de tão poucos capelães de campanha estarem presentes para consolar os soldados durante a batalha e afirmou que o povo alemão havia “abandonado Deus” completamente. Vários dos enlutados não gostaram de tais comentários e deram parte à polícia local, que informou à Gestapo. “Semelhantes declarações são insultuosas e intoleráveis para todo alemão, homem ou mulher”, observou o agente policial local em seu relatório sobre o caso. “Todos os sacrifícios na batalha foram desrespeitados.” Também ficou registrado que, no dia 24 de maio de 1943, Gerhard Berger, o genro do falecido, conversara com o prefeito de Bruckhausen a respeito dos comentários antipatrióticos do pastor. Um professor da cidadezinha, em mais uma prova, disse que o discurso fúnebre foi inoportuno e havia desmoralizado os presentes ao questionar a coragem dos bravos soldados que estavam combatendo na Frente Oriental. A Gestapo interrogou Wilhelm, que admitiu todas as acusações feitas contra ele. No dia 21 de outubro de 1943, um Tribunal Especial nazista condenou-o à multa de 2 mil Reichsmark, por ter feito “comentários subversivos” acerca do esforço de guerra, mas ele teve a sorte de escapar de uma sentença de reclusão.²⁶

Os católicos, 20 milhões de pessoas, que constituíam 33% da população alemã no período nazista, eram encarados pelo regime com muito mais desconfiança do que a comunidade protestante. Antes de 1933, as regiões industriais católicas em Berlim, na Renânia e na Baviera tinham sido muito resistentes ao apelo eleitoral do Partido Nazista. Em contrapartida, a força eleitoral nazista era maior nas regiões rurais protestantes do norte e do leste da Alemanha. Reinhard Heydrich sentia que os católicos deviam lealdade a Roma e, portanto, eram “racialmente suspeitos”. Nos termos da Concordata, a liberdade religiosa

da Igreja católica estava aparentemente garantida. Os bispos católicos pensavam que Hitler ia acatar seus termos. Isso se revelou um erro de cálculo fatal. Embora não tenha chegado a rescindir a Concordata, o regime nazista difamou, fustigou e prendeu padres, freiras e monges, dissolveu mosteiros, confiscou propriedades e contas bancárias eclesiásticas, proibiu grupos de jovens e fechou escolas católicas.

Em 2 de julho de 1933, os funcionários da polícia política bávara receberam instruções sobre como tratar os casos que envolvessem padres católicos:

1. Em princípio, os membros do clero só podem ser tomados em prisão preventiva se (a) os fatos estabelecidos assegurarem que será instituída uma acusação criminal, ou (b) se a detenção parecer absolutamente essencial para proteger a segurança do padre.
2. Em todos os casos, os relatórios dos procedimentos devem ser submetidos, por questão de rotina, ao comandante da polícia política antes que se proceda a qualquer outra ação. Na ausência de fatos que justifiquem a perseguição, os membros do clero podem ser tomados em prisão preventiva sem consulta anterior ao comandante da polícia política unicamente se isso parecer absolutamente essencial para a manutenção da segurança e da ordem públicas.²⁷

Joseph Broch (nascido em 1907, em Genhülsen, perto de Münchengladbach) era um capelão católico e professor de meio período no vilarejo rural de Monschau, na região da Renânia do Norte.²⁸ No dia 24 de abril de 1934, um membro da Juventude Hitlerista local, tendo assistido a uma das suas aulas de religião, deu parte dele à Gestapo porque, aparentemente, teria aconselhado os garotos a não

ingressarem em nenhuma organização que não lhes desse tempo de comparecer às cerimônias religiosas.

A polícia secreta procedeu a uma investigação muito minuciosa das acusações contra Joseph, entrevistando vários meninos, que contaram o que havia acontecido. Hubert Hösenner, um líder de 19 anos da Juventude Hitlerista do lugar, negou que Broch tivesse recomendado aos garotos participar unicamente de organizações religiosas e juvenis católicas. Josef Roden afirmou que, certa vez, Broch fizera um sermão atacando o Partido Nazista e a Juventude Hitlerista e dizendo que a educação devia ser responsabilidade exclusiva da Igreja católica. Outro rapaz recordou que Broch teria dito durante um sermão: "Atualmente, há uma falta de orientação correta para vocês." Outra testemunha ouvira-o falar nas "heresias do nazismo" e ridicularizar a SA. Outro garoto contou que ele os havia autorizado a cantar canções de acampamento proibidas por ocasião de uma excursão.²⁹

No dia 1º de maio de 1934, uma nova testemunha se apresentou, relatando que Broch tinha o costume de chefiar uma delegação de escoteiros católicos, acompanhados por homens da SA, sempre que um membro da tropa de assalto era solto de uma prisão das redondezas. Em certa ocasião, parece que esteve com um grupo que aplaudiu quando um homem da SA saiu da prisão, cantou uma canção de apoio a ele e até lhe entregou um ramo de flores. Posteriormente, o capelão católico teria levado todo o grupo a uma cervejaria e pagado uma rodada. Ele teria feito tudo isso com segundas intenções, afirmou o denunciante, já que durante a libação etílica aconselhou todos os presentes a ingressarem no grupo de trabalhadores católicos quando arranjassem emprego, não na Frente Alemã de Trabalho (DAF), patrocinada pelos nazistas.

A Gestapo apresentou todas essas acusações a Broch durante seu longo interrogatório. Ele as negou categoricamente, uma por uma. Dava aula de religião só uma vez por semana. Não disse que era pecado deixar de ir

à missa cujo horário coincidia com o de uma reunião da Juventude Hitlerista. Nunca se encontrava com homens da SA recém-saídos da prisão nem ia beber com eles. Jamais criticava a SA ou o regime nazista nas aulas ou nos sermões. Todas as aulas que deu para os garotos eram completamente voluntárias. Nunca mandou nenhum menino colocar seus deveres para com a Juventude Hitlerista abaixo de suas obrigações com a Igreja católica.

Broch disse aos interrogadores que seu relato dos fatos era verdadeiro e que a versão apresentada pelos garotos era fabricada. A Gestapo rejeitou todas as acusações feitas pelos meninos, com exceção de que ele teria ridicularizado a SA numa aula de religião. Por isso, passou uma semana na cadeia. Foi uma advertência breve e dura para convencê-lo a deixar de criticar o Partido Nazista dali por diante. O tratamento que ele recebeu da Gestapo o irritou muito. Em 2 de maio de 1934, um dia depois de libertado, Broch enviou uma carta ao escritório local da Gestapo em Aachen, exigindo a prisão de todos os indivíduos que o haviam denunciado “falsamente”. A Gestapo nem se deu ao trabalho de responder, e o caso foi encerrado.³⁰

Em julho de 1934, Heydrich expediu uma ordem para todos os funcionários da polícia secreta, proibindo as organizações juvenis católicas de participarem de qualquer atividade pública que não fosse de natureza puramente religiosa. Cada vez mais, os eventos eclesiais católicos passaram a ser realizados dentro das igrejas. Os eventos esportivos, as marchas e excursões para acampar foram proibidos. O uso de uniformes e da insígnia dos grupos juvenis católicos foi expressamente proibido. No entanto, as tentativas de retirar os crucifixos das escolas topou com forte oposição pública. Em Oldemburgo, no norte da Alemanha, em 1936, a resistência à política do crucifixo foi tão vigorosa que esta foi abandonada.

A perseguição aos padres passou a ser o foco central do assédio nazista à Igreja católica. Na Alemanha de Hitler, um terço dos 25,5 mil sacerdotes foi submetido a alguma forma

de tormento por parte da Gestapo, que ia do monitoramento das cerimônias religiosas aos interrogatórios, aos processos, ao *bullying*, à prisão, à tortura, aos espancamentos e, em alguns casos, à execução.³¹ A polícia política preparava listas de padres considerados desleais e os escolhia para perseguição exaustiva.³² O semanário da SS *Das Schwarze Korps* [O corpo negro] trazia repetidamente propaganda anticatólica e dava destaque a acusações de abuso sexual. Em 1937, todos os padres e estudantes de teologia católica foram proibidos de ingressar no Partido Nazista. Um levantamento do número de sacerdotes que estavam em Dachau no dia 15 de março de 1945 dá uma ideia de como era generalizada a provocação nazista ao clero católico em toda a Europa ocupada pelos alemães. Dos 1.493 que se achavam no campo, 261 eram alemães; 791, poloneses; 122, franceses; 64, austríacos; 38, holandeses; 34, belgas; e 29, italianos.³³

O centro do esforço para solapar a credibilidade da Igreja católica entre os paroquianos eram as acusações de contrabando de divisas e abuso sexual. Joseph Goebbels, do Ministério da Propaganda, apresentava a Igreja católica como um viveiro de homossexuais e abusadores de crianças em inúmeros discursos públicos. Em maio de 1936, duzentos monges franciscanos foram acusados de abuso sexual de crianças. As freiras eram acusadas de administrar bordéis. A Gestapo incitava o público a se apresentar e dar queixas históricas de abuso sexual. Em abril de 1937, um artigo de jornal afirmou que mil padres e monges católicos estavam aguardando julgamento por abuso sexual.³⁴ É claro que muitos desses casos eram falsos. Em outros, a Gestapo chegava até a oferecer doces a crianças para que fizessem falsas acusações de abuso sexual contra padres.³⁵ Quando era verdadeiro, o caso recebia o máximo possível de publicidade. Em março de 1937, o reitor de um colégio católico denunciou para o Partido Nazista um padre assistente de Mönchengladbach que molestara sexualmente

vários rapazinhos entre 1931 e 1933. O caso foi levado à Gestapo, que empreendeu uma investigação abrangente. Foram interrogados seis rapazes com menos de 14 anos. Todos declararam ter sido apalpados de maneira inadequada pelo clérigo em diversas ocasiões. A polícia secreta decidiu levar o padre a julgamento. Os detalhes escabrosos eram esmiuçados diariamente pela imprensa. O sacerdote foi condenado a 21 meses de reclusão. Quando libertado, continuou a abusar sexualmente de crianças. Tornou a ser preso e condenado. Depois de cumprir pena de dezoito meses, foi transferido para o campo de concentração de Dachau, no qual morreu de pneumonia em 19 de janeiro de 1943.³⁶

Os padres dissidentes que não podiam ser acusados de corrupção sexual eram silenciados de outros modos. Em julho de 1935, na qualidade de primeiro-ministro da Prússia, Göring expediu uma diretiva destinada a tratar do que ele denominava “catolicismo político”:

Deve-se compreender fundamentalmente que se espera de todos os padres em atividade no serviço público – por exemplo, dando instrução religiosa em escolas públicas [do Estado] – que não se restrinjam a evitar qualquer atitude negativa para com o nazismo em seu magistério, mas que, como todos os outros membros do serviço público, se comprometam positivamente a favor do nazismo e, assim, se ponham sem hesitação a serviço do nazismo.³⁷

Havia padres que se recusavam categoricamente a obedecer a tais ordens sufocantes. Rupert Mayer, nascido em Stuttgart em 23 de janeiro de 1876, foi o primeiro padre católico condecorado com a Cruz de Ferro Primeira Classe na Primeira Guerra Mundial. Em 1916, gravemente ferido na Romênia, perdeu uma perna. Usou prótese de madeira pelo

resto da vida. Depois da guerra, estudou teologia, tornou-se sacerdote e ingressou na altamente severa ordem jesuíta. Trabalhou incansavelmente pelos pobres em toda a região de Munique, estabelecendo a Congregação das Irmãs da Sagrada Família, que auxiliou muitas famílias na pobreza extrema. Em 1923, Rupert compareceu a um comício que discutia a questão: “Um católico pode ser nacional-socialista?” O primeiro orador foi Adolf Hitler. Mayer disse ao público: “Um católico romano não pode ser nacional-socialista em hipótese alguma.”

E sustentou esse ponto de vista até o fim da vida. Em maio de 1937, seu volumoso prontuário na Gestapo arrolava 77 relatos de “insubordinação” contra o regime nacional-socialista.³⁸ Na época, ele era um dos sacerdotes mais populares e carismáticos da região de Munique. Suas missas atraíam multidões. Célebre por defender a Igreja católica contra os ataques nazistas, Mayer foi proibido pela Gestapo de falar em reuniões públicas. No dia 5 de junho de 1937, colocaram-no em prisão preventiva com base na “Lei contra ataques insidiosos ao Estado e ao partido”. Em seu notório processo, em julho de 1937, disse que continuaria defendendo a Igreja católica porque a Concordata o autorizava a fazê-lo. Os três juízes principais aceitaram que Rupert Mayer era um homem de “grande intelecto e coração”, mas decidiram que seus sermões e discursos o transformavam num “risco para a estabilidade do Estado”. Condenaram-no a cinco meses de prisão na fortaleza de Landsberg, ironicamente o mesmo presídio em que Hitler cumprira sentença por “alta traição” em 1924, depois do fracassado golpe na cervejaria de Munique.³⁹ Houve uma manifestação pública contra a pena de reclusão imposta a Mayer pelo tribunal. Após sua libertação, a ordem de mordaca que o calava não foi suspensa. Com a eclosão da guerra, em setembro de 1939, ele voltou a ser posto em prisão preventiva e, a seguir, em confinamento solitário em Sachsenhausen. Um ano depois, foi transferido para um mosteiro beneditino remoto em Ettal e recebeu ordem de

nunca se aventurar a sair de lá. Rupert sobreviveu à guerra, mas sofreu um ataque cardíaco fatal quando estava celebrando uma missa no dia 1º de novembro de 1945.⁴⁰

A prisão de dissidentes destacados como Rupert Mayer fazia parte da intensificação dos ataques à Igreja católica que se seguiu à ampla publicação da encíclica papal *Com ardente preocupação*, divulgada pelo papa Pio XI em 14 de março de 1937. Ela acusava o governo nacional-socialista de persistentes evasões e violações da Concordata. Tendo entrado clandestinamente na Alemanha, foi lida pelos padres em todas as missas do dia 21 de março de 1937. O papa afirmava que o regime nazista estava travando uma “guerra religiosa” com as doutrinas cristãs à qual era preciso opor resistência. Também criticou o “neopaganismo” que se difundia na Alemanha nazista.⁴¹ Hitler ficou profundamente indignado com a intervenção papal nas questões religiosas alemãs. Funcionários da Gestapo invadiram igrejas católicas em todo o país e apreenderam todos os exemplares da encíclica que conseguiram encontrar. O ministro alemão das Relações Exteriores protestou contra “essa ingerência em assuntos domésticos da Alemanha”.⁴² No seu discurso de Natal de 1937, em Roma, o pontífice voltou a salientar a questão do duro tratamento dispensado à Igreja católica na Alemanha de Hitler:

Na Alemanha, há uma verdadeira perseguição religiosa. Durante um tempo considerável, o regime nazista se esforçou para fazer com que o povo acreditasse que não havia perseguição. Mas se sabe que a perseguição existe e é pesada. Aliás, raramente tem havido uma opressão tão dura, tão aterrorizante, tão grave e lamentável em seus efeitos de longo alcance. Trata-se de uma perseguição que não poupa força, nem opressão, nem ameaças, nem o subterfúgio da intriga e da falsificação dos fatos.⁴³

Os discursos públicos de muitos cardeais e bispos sempre continham referências à intimidação geral da Igreja católica pelo regime nazista. Em Breslau, o cardeal Bertram, um crítico pensativo e intransigente do regime nazista, apresentou reiteradas petições e queixas contra o regime, resumindo numerosas contravenções da Concordata. Os nazistas fizeram pouco caso de todas elas. Em março de 1936, em Xanten, o bispo Clemens Galen, de Münster, fez um discurso franco em que nada ficou por ser dito:

Vede como a Santa Igreja, o papa, os bispos, os sacerdotes [...], vede como os leais, os filhos da Igreja são insultados, injuriados e ridicularizados publicamente e com impunidade. Quantos sacerdotes e leigos católicos vêm sendo atacados e enxovalhados nos jornais e em comícios públicos, expulsos de sua profissão e posição e presos e maltratados sem que se haja pronunciado sentença judiciária. Há túmulos no solo alemão em que jazem as cinzas daqueles que o povo católico considera mártires da Fé.⁴⁴

Em julho de 1937, realizou-se em Berlim um congresso especial do pessoal da Gestapo, intitulado “Os próximos objetivos na campanha contra os adversários denominados”, no qual se propôs um plano proativo para lidar com a oposição eclesiástica. Um sistema de contatos de inteligência - os “Homens-V” (*V-Männer*) - seria incumbido de cuidar exclusivamente do clero dissidente. Seus participantes informariam sobre o conteúdo dos sermões nas igrejas e identificariam os adversários religiosos. A seguir, as informações recebidas seriam analisadas pelos chefes de departamento da polícia secreta para decidir se um clérigo devia ser preso ou não. As publicações da Igreja seriam monitoradas sistematicamente, restringidas e, quando necessário,

proibidas.⁴⁵ Os clérigos que viajassem ao exterior para tratar de assuntos da Igreja seriam vigiados de perto. Em novembro de 1938, o monsenhor Ehrenfried, bispo de Würzburg, passou horas detido na fronteira italiana em viagem a Roma. Sua bagagem foi revistada, e todos os seus documentos, fotocopiados antes de serem devolvidos.⁴⁶ Grande parte das propriedades da Igreja católica foi confiscada sem indenização. Em abril de 1940, relatou-se que, só em Wiesbaden, foram tomadas propriedades eclesiásticas no valor de 30 milhões de Reichsmark. Os bispos católicos, apoiados pelo Vaticano, protestaram contra esse confisco de bens. No verão de 1941, eles foram contidos por ordem pessoal de Adolf Hitler.⁴⁷

Em 1939, o poder político da Igreja católica na Alemanha de Hitler tinha sido solapado progressivamente, mas a lealdade da esmagadora maioria dos católicos à sua fé sobrevivia. Aliás, o comparecimento às igrejas católicas aumentou durante o período da guerra. Como disse o importante nazista Rudolf Hess: “Uma religião que influencia, aliás, domina a vida do povo durante 2 mil anos não pode ser derrotada por medidas externas e muito menos pelo escárnio superficial.”⁴⁸ Os líderes da Igreja católica frisavam que eles apoiavam totalmente o esforço de guerra alemão. Em setembro de 1939, os bispos divulgaram a seguinte declaração, delineando sua atitude para com a luta que viria:

Nesta hora decisiva, incentivamos e exortamos nossos soldados católicos, em obediência ao Führer, a cumprirem o seu dever e estarem dispostos a sacrificar toda a sua existência. Apelamos aos fiéis a nos acompanharem em oração ardente para que a Divina Providência leve ao sucesso abençoado para a Pátria e o povo.⁴⁹

Os sacerdotes começaram a adaptar as cerimônias fúnebres dos mortos na guerra às necessidades dos paroquianos patrióticos, como deixa claro este relatório secreto da Gestapo:

A Igreja católica está desenvolvendo uma fantasia [atmosfera] extraordinária, na qual os funerais são organizados, como dizem os relatos das regiões católicas, por unanimidade. Conseqüentemente, está exercendo uma influência profunda e duradoura nos parentes [dos mortos] e na população. O foco desses eventos em homenagem aos mortos são exéquias ou missas pelo soldado morto:

1. O sarcófago memorial (*tumba*) é coberto de preto e enfeitado de flores. Numerosas velas ardem a seu lado, sobre elas ficam um capacete e armas cruzadas.
2. Ou, em vez disso, monta-se um túmulo simbólico do soldado na igreja, que é ricamente coberto de flores, uma cruz de bétula, um capacete de aço ou uma Cruz de Ferro.
3. Os procedimentos cultuais fazem uso especial de peças corais e orquestrais, procissões de crianças e leituras de poesia.
4. Ocasionalmente, um altar lateral é transformado em altar do soldado morto. Sob flores e velas acesas, arranjam-se retratos dos falecidos, juntamente com seus nomes e condecorações militares. Os parentes e a população [em geral] podem se ocupar da memória do morto a qualquer hora do dia.⁵⁰

Apesar dessas demonstrações públicas de afinidade com o destino dos soldados alemães, o regime nazista continuava considerando os padres suspeitos. Muitas igrejas

católicas das grandes cidades foram fechadas por ficarem longe dos abrigos antiaéreos. O Estado reduziu gradualmente o subsídio para a Igreja católica. Num longo relatório da Gestapo, apresentado a Hitler em outubro de 1939, Heydrich avisou que os clérigos ainda precisavam ser monitorados de perto, já que provavelmente recorreriam à resistência passiva, e também avisou que qualquer um que promovesse a subversão ou fizesse comentários derrotistas seria tratado com o máximo rigor.⁵¹

O padre Carl Lampert (nascido em 1894, em Göfis, na Áustria) já havia passado vários períodos em prisão preventiva antes de ser preso pela Gestapo em Stettin, em fevereiro de 1943, por ter feito comentários críticos em alguns sermões a respeito da condução da guerra por Hitler. Carl suportou vários meses de brutais interrogatórios pré-judiciais. Em três julgamentos de fachada, foi falsamente acusado, junto com outros dois sacerdotes, de passar segredos militares para os aliados. O juiz que presidiu o terceiro julgamento, no presídio militar de Torgau, em 24 de julho de 1944, achou que todas as acusações tinham sido fabricadas pela Gestapo. Um dia antes de ser obrigado a condenar os três padres à morte, suicidou-se com um tiro. Isso não impediu que as sentenças de morte fossem impostas. Numa carta de despedida para o irmão, Carl escreveu:

Agora chegou a hora, a hora tão terrível para você e para todos os meus entes queridos, mas a hora da libertação para mim. Estou me aproximando do destino final no meu caminho do Calvário. A escuridão desceu, mas o “dia” está raiando. Em Vós, ó, Senhor, eu confio.

Carl Lampert foi executado no dia 13 de novembro de 1944.⁵²

O maior desafio da Igreja católica em relação ao regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial se direcionava à política de eutanásia estabelecida em agosto de 1939 sob o famoso nome de Programa T4. Milhares de doentes mentais e deficientes físicos, tanto adultos quanto crianças, foram mortos em diversos hospitais psiquiátricos alemães.⁵³ O bispo Clemens Graf von Galen fez um sermão poderoso na igreja de São Lamberto, em Münster, no qual defendeu vigorosamente a santidade da vida humana:

Garantiram-me que o Ministério do Interior do Reich e o gabinete do líder dos médicos do Reich, o Dr. Conti, não fazem segredo do fato de que, na realidade, um grande número de doentes mentais na Alemanha vem sendo morto deliberadamente, e outros serão mortos no futuro.

Por que motivo?

Esses pacientes infelizes têm que morrer [...] porque, na opinião de um departamento qualquer, no testemunho de uma comissão qualquer, se tornaram “vida sem valor” porque, segundo esse testemunho, são “camaradas nacionais improdutivos”. O argumento é: eles não podem mais produzir bens, são como uma máquina velha que já não trabalha, são como um cavalo velho que ficou incuravelmente manco, são como uma vaca que não dá mais leite [...] Se você estabelecer e aplicar o princípio de que pode matar seres humanos “improdutivos”, então a desgraça se abaterá sobre todos nós quando ficarmos velhos e frágeis!⁵⁴

Distribuíram-se cópias do sermão em todo o país. Hitler cogitou mandar enforcar Galen por ter desferido um ataque tão direto contra uma política que ele ordenara pessoalmente.⁵⁵ A Gestapo tentou apreender todas as cópias do sermão. As enfermeiras (*Reichspflegerinnen*) que trabalhavam nos hospitais que levavam a cabo a matança

se opuseram às francas convicções de Galen. Muitos padres davam a extrema-unção aos selecionados para a morte. Uma freira que participou do Programa T4 recordou, posteriormente:

Procurávamos facilitar ao máximo a derradeira viagem dos pacientes selecionados. Aliás, ocorre-me que uma paciente era muito católica e, no último dia, perguntou se podia receber a extrema-unção de um sacerdote antes [de ser morta]. Ainda me lembro claramente e posso dizer com certeza absoluta que o padre foi informado antes do assassinato e que a paciente, que pelo menos naquele dia estava perfeitamente lúcida, dele recebeu os santos óleos.⁵⁶

Acusada de haver distribuído cópias do sermão do bispo Galen, uma idosa aposentada chamada Seline Winter (nascida em 1873) foi interrogada pela Gestapo. Quando foi presa, morava na cidade de Krefeld, na Renânia do Norte.⁵⁷ A Gestapo achou seu histórico um tanto excêntrico. Ela havia frequentado regularmente o culto da Igreja Evangélica Protestante, mas depois desistiu. Participava da obscura e pró-monarquista Liga Luise (*Luisenbund*), que considerava Louise von Mecklenburg-Strelitz, rainha da Prússia na era napoleônica, uma figura sagrada. Esse grupinho cultural admirava essa antiga monarca prussiana pela beleza extraordinária, pelo patriotismo profundo e pela “postura feminina”.⁵⁸

No momento de sua prisão, Seline também era membro de uma seita ateuista, aconfessional e neopagã chamada Crentes em Deus. Tratava-se de uma alternativa pró-nazista às igrejas cristãs, aprovada pelo chefe da SS, Heinrich Himmler, e por alguns outros nazistas importantes, ainda que não por Hitler.⁵⁹ No dia 15 de dezembro de 1941, um parente de Seline, a quem ela havia dado uma cópia do sermão do bispo Galen, denunciou-a à Gestapo de Krefeld.

Um relatório da Gestapo sobre o caso, datado de 17 de dezembro de 1941, afirmou que um homem chamado Hans Forst fizera cópias do sermão de Galen e dera uma delas a Seline Winter. Forst era ex-inspetor da polícia de Kassel. Em 1933, foi nomeado diretor de um campo de concentração “selvagem” montado às pressas em Lichtenberg, uma pobre região operária berlinense. Um ano depois, acabou sendo afastado do cargo por infligir graves maus-tratos aos prisioneiros do campo, crime que lhe valeu um ano de confinamento num campo de concentração. Posto em liberdade, trabalhou como corretor de seguro. Depois solicitou ingresso na SS, mas foi rejeitado devido à prisão anterior. Interrogado pela Gestapo, Forst se declarou membro dos Crentes em Deus, mas disse que não havia nenhum motivo político por trás de sua decisão de dar a Seline uma cópia do texto de Galen.

Em 16 de dezembro de 1941, Seline Winter foi interrogada pela Gestapo. Afirmou que se interessara pelo sermão por mera curiosidade. Declarou que um amigo havia lhe dado a cópia, mas contradisse Forst ao revelar que pedira a ele que lhe copiasse o texto. Recusou-se a dar à Gestapo o nome do amigo que lhe entregara o sermão. Longe de concordar com as palavras críticas do bispo Galen, Seline disse que aprovava inteiramente a política nazista de eutanásia. Enfim, percebendo que ela era uma adepta fervorosa do regime, a Gestapo a soltou sem nenhuma acusação.⁶⁰

Depois do ataque do bispo von Galen à eutanásia, o nazismo decidiu abrandar a repressão contra a Igreja católica. Hitler receava que esses conflitos públicos tornassem o regime impopular durante a guerra. Em setembro de 1941, os funcionários da Gestapo receberam uma série de instruções sobre como passar a lidar com as questões eclesiásticas, a fim de assegurar:

1. A evitação de todas as operações e medidas importantes contra as igrejas e suas instituições.

2. O cancelamento de novas medidas contra os mosteiros, inclusive as disfarçadas.



Clemens Graf von Galen, bispo de Münster. Ele comandou os protestos católicos contra a eutanásia praticada pelo nazismo.

Bundesarchiv, Bild R32484.

3. Que ações em casos individuais podem ser tomadas, desde que se informe o Escritório Central de Segurança do Reich. Os casos particularmente graves devem ser submetidos à decisão do Führer.
4. O essencial é cuidar para que a Igreja não recupere nenhuma de suas posições anteriores. A nós cabe nos limitarmos a manter as posições já capturadas.
5. O principal esforço [agora] deve ser o trabalho de inteligência. Todo e qualquer material significativo que possa ter importância futura deve ser colhido com cautela [...] A rede de

agentes precisa ser cuidadosamente mantida e ampliada mediante o recrutamento de novos informantes. Convém prestar particular atenção às conexões entre os círculos eclesiásticos e as repartições públicas.⁶¹

O regime nazista sabia perfeitamente que enfraquecer o controle das igrejas cristãs sobre o povo alemão era um projeto de longo prazo. Muito mais fácil era intimidar as seitas menores, que raramente contavam com figuras públicas poderosas dispostas a defendê-las. Um grupo religioso vítima de perseguição extremamente brutal por parte da Gestapo foi o Testemunhas de Jeová, criado em 1879 pelo empresário americano Charles Russell.⁶² Nos prontuários da polícia secreta, ele figura como “Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia” ou “Sérios Estudantes da Bíblia”.⁶³ Foi a primeira denominação religiosa oficialmente proibida na Alemanha de Hitler. Alguns historiadores a consideram a “vítima esquecida” da perseguição religiosa nazista. As 25 mil testemunhas de Jeová alemãs eram recrutadas principalmente nos setores mais desfavorecidos do proletariado. A Gestapo as considerava perigosas e fanaticamente independentes. Calcula-se que 85% das testemunhas de Jeová nunca votaram em nenhum partido político. O restante era constituído, em sua maioria, de eleitores do KPD (Partido Comunista Alemão) ou do SPD (Partido Social-Democrata). Martin Broszat classificou a resistência desse grupo de “fútil martírio”.⁶⁴ Sua adesão obstinada às profecias do Antigo Testamento e seu pacifismo levaram os nazistas a acreditarem que suas convicções religiosas fossem uma máscara para ocultar secretas simpatias pelo comunismo. É preciso entender que as testemunhas de Jeová se opunham ao sistema nazista não por motivos ideológicos ou políticos, e sim para preservar suas práticas religiosas. Muitas

preferiram a morte a renunciar a sua fé. Semanas depois de chegar ao poder, um funcionário nazista escreveu:

Não convém subestimar o perigo para o Estado representado pelas testemunhas de Jeová, uma vez que os membros dessa seita, graças a seu fanatismo incrivelmente forte, são completamente hostis à lei e à ordem do Estado. Não só se recusam a fazer a saudação alemã [o cumprimento hitlerista], a participar de quaisquer funções nacional-socialistas ou do Estado e a prestar o serviço militar como divulgam propaganda contra o alistamento no Exército e, apesar da proibição, tentam distribuir suas publicações.⁶⁵

Em dezembro de 1933, Heydrich ordenou que todo adepto das Testemunhas fosse colocado em prisão preventiva pela Gestapo. Em 1935, a organização foi proibida oficialmente. Isso não a impediu de promover reuniões, fazer pregação porta a porta e distribuir publicações como *A sentinela* e a *Idade de ouro*. As denúncias do público tiveram um papel secundário na perseguição da Gestapo a testemunhas de Jeová. A maior parte dos casos veio das informações da vigilância coletadas pela Gestapo.⁶⁶ No período do Terceiro Reich, 10 mil membros dessa seita foram presos e se estima que entre 950 e 1.200 foram assassinados sob custódia nazista.⁶⁷ Nos campos de concentração, eles levavam um triângulo roxo no uniforme, recusavam-se a ficar em posição de sentido durante a chamada diária, faziam greve de fome, negavam-se a servir ao Exército e, nas fábricas, a trabalhar em qualquer coisa relacionada com as forças armadas.⁶⁸ Um relatório do campo de concentração de Sachsenhausen observava: “O comportamento dos ‘Sérios Estudantes da Bíblia’ é verdadeiramente espantoso. Essa gente demonstra uma disposição inabalável para a oposição.”⁶⁹

Em agosto de 1937, um chefe de departamento instruiu os funcionários da Gestapo para o trato com os casos que envolvessem as testemunhas de Jeová:

1. Se uma testemunha for absolvida num procedimento penal ou se sua prisão for declarada já efetuada por causa da prisão preventiva, ela não deve ser levada [novamente] ao tribunal, e sim colocada em prisão preventiva.
2. Se as autoridades responsáveis pela execução da sentença anunciarem a imediata libertação [da prisão] de uma testemunha [de Jeová], eu devo ser consultado prontamente sobre as medidas a serem tomadas pela Polícia do Estado [Gestapo] no tocante a sua transferência para um campo de concentração assim que ela tiver cumprido pena.
3. Se após o cumprimento da pena de reclusão não for possível a transferência para um campo de concentração, a testemunha [de Jeová] deve ficar presa numa delegacia de polícia.⁷⁰

Wilhelm Gerres (nascido em 1901) tinha diversos empregos, entre eles o de motorista de furgão e o de serralheiro. Casado, morava em Rheydt, uma cidade independente na era nazista que se fundiu com Mönchengladbach em 1975.⁷¹ No dia 13 de dezembro de 1936, a Gestapo pôs Wilhelm em prisão preventiva por ser um membro ativo das testemunhas de Jeová, nos termos do decreto prussiano de 1933, que proibia a afiliação à organização. A Gestapo descobriu livros e panfletos ao revistar a casa de Wilhelm. Seu pai, também membro da seita, enviou uma carta para a Gestapo em 12 de janeiro de 1937, pedindo a libertação do filho. Este foi solto, mas só depois de assinar a declaração padrão que todas as testemunhas de Jeová eram obrigadas a assinar quando postas em liberdade:

1. Eu fiquei sabendo que a Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia [testemunhas de Jeová] dissemina falsas doutrinas e, sob o disfarce de religião, apoia objetivos perigosos para o Estado.
2. Por esse motivo, abandonei completamente essa organização e me liberei inteiramente dos ensinamentos dessa seção.
3. Pela presente, garanto que nunca mais participarei das atividades da Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia. Caso uma pessoa me aborde com a doutrina dos estudantes da Bíblia ou de algum modo se mostre a eles associada, darei parte [à polícia] imediatamente. Se me for enviada alguma literatura de estudante da Bíblia, eu a levaria imediatamente à delegacia de polícia mais próxima.
4. Daqui por diante, respeitarei as leis do Estado e, especialmente em caso de guerra, defenderei a Pátria de arma nas mãos e me integrarei à comunidade racial do povo [alemão].
5. Estou informado de que voltarei a ser tomado em prisão preventiva caso eu aja contrariamente à declaração hoje prestada.⁷²

Wilhelm não cumpriu o acordo que tinha feito com a Gestapo. Tornou a ser preso. Em 12 de fevereiro de 1937, foi condenado a três meses de reclusão. O jornal local informou os detalhes do caso. Contou que Wilhelm era um “missionário” ativo das Testemunhas de Jeová e todo domingo distribuía panfletos da seita, muito embora soubesse perfeitamente que se tratava de uma “organização ilegal”. O jornal também afirmava que as testemunhas de Jeová da cidade estavam arrecadando secretamente dinheiro para a resistência clandestina comunista, ainda que, em seu prontuário na Gestapo, não haja nenhuma alusão a tal vínculo.⁷³

Wilhelm voltou a ser posto em liberdade, mas continuou se recusando a comprometer seus princípios religiosos. Durante outro interrogatório da Gestapo, em 26 de junho de 1939, declarou que havia sido protestante até 1924, quando ingressou no Testemunhas de Jeová. Não se arrependia de nenhum de seus atos. Permaneceria fiel a suas convicções religiosas, fossem quais fossem as punições a ele impostas. Prometeu unicamente não tornar a distribuir panfletos da organização ao público. A Gestapo recomendou que dessa vez ele fosse processado. Em julho de 1937, um Tribunal Especial o sentenciou a um ano de prisão, mas ele só foi solto em junho de 1939. Apesar de todo esse castigo, Wilhelm persistiu quase fanaticamente em se recusar a abandonar a sua fé. No dia 14 de julho de 1939, viu-se uma vez mais em prisão preventiva, mas, nessa ocasião, não foi para o tribunal nem para a prisão, e sim para um campo de concentração local.

Os familiares de Wilhelm escreveram várias solicitações à Gestapo para que o libertassem. Numa carta do escritório da polícia secreta em Düsseldorf aos colegas de Münchengladbach, datada de 14 de julho de 1939, a família era classificada de “irrepreensível”, mas Wilhelm era descrito como dono de uma “mentalidade primitiva e teimosa” e propenso a se deixar enganar facilmente. O escritório de Düsseldorf aprovou uma “soltura provisória”, mas o de Münchengladbach encarou o caso de maneira mais rigorosa e sugeriu que, sendo um criminoso reincidente, ele devia ser mandado para o campo de concentração de Buchenwald, que criara um dedicado Comando Punitivo (*Strafkommando*) para lidar especialmente com os integrantes do Testemunhas de Jeová. Quando eles se recusavam a renegar sua fé, davam-lhes duro trabalho forçado nas pedreiras e ração de fome, proibiam-nos de enviar ou receber cartas e obrigavam-nos a fazer exercícios fisicamente exaustivos, como rolar no chão, pular numa perna só e correr longas distâncias.⁷⁴ Em

dezembro de 1937, 10% dos prisioneiros de Buchenwald eram testemunhas de Jeová.

Havia, evidentemente, uma grande diferença de opinião entre o escritório da Gestapo de Düsseldorf e o de Münchengladbach quanto a como tratar o caso de Wilhelm. No dia 4 de agosto de 1939, o escritório de Düsseldorf observou que sua libertação não era possível no momento, mas não explicou por quê. Wilhelm foi transferido para o campo de Buchenwald, mas sua ficha na Gestapo não dá indicação de seu destino final.⁷⁵

A perseguição às testemunhas de Jeová pela Gestapo chegou ao auge em 1937. Foi nesse ano que circulou amplamente uma “carta aberta”, intitulada “Para o povo da Alemanha que acredita na bíblia e no amor de Jesus”, da qual se estima que foram distribuídas 100 mil cópias.⁷⁶ A carta se queixava da proibição imposta às testemunhas de defender a sua “liberdade espiritual” e enumerava acusações de que os crentes vinham sendo difamados, caluniados, perseguidos, intimidados e submetidos a um “tratamento reminescente da Inquisição” nos presídios e campos de concentração.⁷⁷

Heinrich Winten (nascido em 1905 em Orken, uma cidadezinha da Renânia próxima de Münchengladbach) foi um das centenas de testemunhas de Jeová presas em 1937 por distribuir a carta aberta. Casado, ele definia sua ocupação como “modelador”.⁷⁸ Em 25 de outubro de 1937, Heinrich estava entre os dez indivíduos presos pela Gestapo suspeitos de serem membros ativos das testemunhas de Jeová. Durante o interrogatório, admitiu sem reservas ter distribuído quarenta cópias da carta aberta na localidade. Sua esposa, Elizabeth, também foi interrogada. Embora tenha reconhecido ser testemunha de Jeová, ela negou ter distribuído cópias da carta aberta. Declarou que um vizinho quis vender ao casal uma revista publicada pela Associação dos Sérios Estudantes da Bíblia, mas eles a rejeitaram, pois consideravam perigosíssimo estar em posse de semelhante material.

No dia 23 de dezembro de 1937, um Tribunal Especial de Düsseldorf condenou Heinrich Winten a dezoito meses de reclusão. Seus três filhos ficaram sob custódia do Estado, uma vez que o tribunal determinou que Elizabeth, sua segunda esposa, que fazia o papel de madrastra dos pequenos, não tinha o direito de tutela das crianças.⁷⁹

Muitos outros filhos de testemunhas de Jeová ficaram sob custódia do Estado. Paul Schlemann (nascido em 1882) era juiz distrital em Oberhausen, uma cidade industrial do Ruhr, e presidia um tribunal de tutela que dava ordens de custódia.⁸⁰ Foi denunciado à Gestapo por ter se recusado a dar ao Estado a ordem de custódia de duas crianças cujos pais eram testemunhas de Jeová. Em sua sentença de 19 de fevereiro de 1942, Paul havia dito:

Está tudo em ordem com a família Mokr, com exceção da crença religiosa dos pais; no entanto, não se pode privar os pais da custódia dos filhos somente por esse motivo. Sempre haverá pessoas não interessadas pelo nacional-socialismo e até que o combatam, mas elas são muito poucas para representar um perigo potencial.

O funcionário do Bem-Estar do Menor discordou e disse ao juiz: “Não se pode permitir que os inimigos públicos eduquem seus filhos.” Em 20 de julho, decidiu-se que Schlemann nunca mais seria autorizado a julgar casos de custódia de menores.⁸¹

Como já vimos, nos campos de concentração, as testemunhas de Jeová eram frequentemente submetidas a castigos brutais e desumanos. Eugen Kogon presenciou um desses incidentes no campo de Dachau, numa véspera de Natal durante a guerra:

Uma árvore [de Natal] grande foi erguida e decorada com velas elétricas e outros enfeites. Os 45 mil

prisioneiros do campo, inclusive duzentas testemunhas de Jeová, esperavam ter alguns dias de paz. Mas o que aconteceu? Às oito horas, na véspera de Natal, quando todos os presos estavam nos barracões, as sirenes começaram a tocar de repente; os prisioneiros receberam ordem de sair ao pátio o mais depressa possível. Ouviu-se a banda da SS tocando. Cinco companhias totalmente equipadas da SS entraram marchando. O comandante do campo, acompanhado de oficiais da SS, fez um breve discurso, dizendo que iam comemorar o Natal com eles à sua maneira particular. Então tirou da pasta de documentos uma lista de nomes e, durante quase uma hora, leu os dos que tinham sido castigados nas semanas anteriores. Trouxeram o bloco [de punição] e o primeiro prisioneiro foi atado a ele. A seguir, dois homens da SS equipados de chicotes de aço se posicionaram à direita e à esquerda do bloco e começaram a bater nele enquanto a banda tocava “Noite feliz”; todos os prisioneiros tiveram de cantar. Ao mesmo tempo o preso que estava recebendo 25 chicotadas foi obrigado a contá-las em voz alta.⁸²

As mulheres também eram submetidas a castigos não menos horrendos. Uma testemunha de Jeová de 27 anos descreveu o tratamento que recebeu de um funcionário da Gestapo durante um interrogatório em Krefeld:

Como eu não desse a informação exigida, ele me esbofeteou com muita violência. Então chamou outros dois funcionários da polícia secreta pelo telefone, que me levaram ao porão. Logo Dihr chegou. Por ordem dele, dois funcionários me estenderam numa mesa que lá estava. Depois de me arrancarem o vestido, ambos me bateram com uma vara ou coisa parecida. Depois de muitas pancadas, pararam durante algum tempo e Dihr voltou a me

interrogar. Como eu continuasse sem dar uma resposta satisfatória, tornaram a me bater até que eu dissesse que ia depor. Então fui levada novamente para cima, e Dühr continuou com o interrogatório. Eu confessei ter trabalhado ilegalmente contra o governo de Hitler, pois preferia receber a pena capital a ser torturada até a morte. Por causa da agressão [que sofri], passei vários dias sem poder andar.⁸³

Ilsa Unterdorfer, que estava presa no campo de concentração feminino de Lichtenburg, recordou posteriormente como as testemunhas de Jeová eram tratadas lá:

Fazia-se de tudo para obrigá-las a assinar uma declaração renunciando à sua fé. Um dia, a irmã Elizabeth Lange, que veio de Chemnitz, foi chamada pelo diretor [do campo]. Ela se recusou a assinar a declaração, coisa que lhe valeu ficar trancafiada no calabouço daquele velho castelo. As celas [de castigo] eram buracos pretos com uma janelinha estreita com grades. A cama era de pedra e ela teve de ficar a maior parte do tempo deitada naquela cama fria e dura sem nem mesmo um colchão de palha. A irmã Lange passou seis meses naquele buraco.⁸⁴

A tentativa nazista de debilitar e solapar a fé cristã na Alemanha foi contraproducente. As igrejas cristãs defenderam com sucesso a sua autonomia organizacional e independência espiritual. As testemunhas de Jeová preferiam o martírio à renúncia. A ideologia nazista nunca se integrou às práticas religiosas das igrejas. Em 1945, a Alemanha continuava sendo uma sociedade predominantemente cristã e tão praticante quanto em

1933. Durante a Segunda Guerra Mundial, orar a Deus confortava a maioria dos alemães - especialmente os que haviam perdido entes queridos no conflito - muito mais do que os cada vez mais raros discursos de Hitler. Talvez não surpreenda saber que o católico devoto Claus von Stauffenberg visitou a Rosenkranzkirche (igreja do Rosário), em Berlim, na véspera de sua tentativa de assassinato, e que seu último grito antes de ser executado, em 20 de julho de 1944, foi: "Viva a Alemanha sagrada!"

4

A caça aos comunistas

Um jovem ativista comunista chamado Walter Husemann escreveu a seguinte carta ao pai no dia de sua execução, 13 de maio de 1943:

Seja forte! Eu vou morrer como vivi; como um combatente da guerra de classe! É fácil dizer-se comunista quando não é preciso derramar uma gota de sangue por isso. A gente só sabe se o é realmente quando chega a hora em que tem de prová-lo a si próprio. Eu o sou, pai.¹

Comunistas como esse eram o grupo político mais sistematicamente perseguido na Alemanha nazista. Nada mais difícil do que ser um comunista dedicado e evitar ser denunciado para a Gestapo. Entre 1933 e 1945, a maioria dos ativistas comunistas passou algum tempo num campo de concentração ou numa cela de prisão nazista por causa das suas convicções políticas. Com muita frequência, eram submetidos à tortura, a espancamentos e à intimidação psicológica.² Só em 1933, 60 mil comunistas foram presos, e aproximadamente 2 mil, mortos.³

Antes de 1933, a Alemanha tinha o maior partido comunista fora da União Soviética. Estabelecido em 1919 e dirigido por Ernst Thälmann, um “homem do povo” franco e carismático, o Partido Comunista da Alemanha (KPD) era a voz apaixonada dos setores revolucionários da classe operária industrial. Em janeiro de 1933, o KPD contava com 360 mil militantes oficiais com idade média de 30 anos, o que mostra o quanto ele era atraente para a juventude das grandes cidades industriais. Os trabalhadores de colarinho branco, os profissionais liberais e os funcionários públicos constituíam apenas 10% de sua militância.⁴ Em 1929, somente 17% dos afiliados ao KPD eram mulheres, muito embora o partido advogasse vigorosamente sobre os direitos da mulher.⁵ As mulheres raramente aparecem nos arquivos judiciais referentes aos grupos comunistas de resistência. Num estudo de 355 processos de comunistas que se opuseram ao nazismo entre 1933 e 1935 na região da Norte-Vestfália, apenas 4% envolviam mulheres.⁶

O militante típico do KPD era o jovem operário semiqualficado ou não qualificado que morava num distrito proletário muito unido de uma grande cidade industrial.⁷ Era nas “cidadelas vermelhas” dos bairros solidamente operários de Berlim, Stuttgart, Hamburgo, Colônia, Düsseldorf e Münchengladbach que a militância do KPD tinha mais força. Em novembro de 1932, na última eleição democrática antes que Hitler tomasse o poder, o partido obteve 37,7% dos votos nas principais regiões industriais. Os ativistas comunistas se consideravam soldados firmes, abnegados e intransigentes na luta contra o fascismo.⁸ O KPD tinha um setor paramilitar chamado Liga dos Combatentes da Frente Vermelha.⁹ Era um grande aliado da Oposição Sindicalista Revolucionária.¹⁰ Nas regiões operárias havia numerosos clubes esportivos, bandas, coros, centros comunitários e clubes sociais patrocinados pelo KPD. O partido também produzia uma grande

variedade de literatura, publicando livros, jornais, revistas, panfletos e cartazes.

Sua liderança mantinha estreito contato com o regime soviético e a Comintern, o órgão internacional criado para disseminar as ideias comunistas. Alegou-se com frequência que o KPD não passava de um “fantoche” ou “peão” do regime de Stalin, e recebia um apoio financeiro substancial da União Soviética. O partido era financiado exclusivamente pelas subscrições dos afiliados, as doações e a renda gerada pela venda dos seus jornais e revistas.¹¹

É preciso compreender que, na Alemanha, a classe operária ficou extremamente dividida logo após o fim da Primeira Guerra Mundial. Isso aconteceu porque o Partido Social-Democrata (SPD), a agremiação operária mais popular da República de Weimar, colaborou com os renegados direitistas do Freikorps e o Exército para suprimir a Revolta Espartaquista revolucionária de 1919, liderada pelos emblemáticos comunistas Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, ambos brutalmente assassinados em Berlim. Tal fato levou os comunistas a apelidarem o SPD de “social-fascistas” e produziu uma ruptura devastadora na classe operária. Essa desunião na esquerda ajudou muito a ascensão de Hitler ao poder. Os ativistas do KPD consideravam que a liderança moderada do SPD era constituída por “reformistas e conciliadores” com o Estado existente. Os líderes e a massa dos afiliados ao SPD eram extremamente anticomunistas e pensavam nos membros do KPD como fanáticos pró-stalinistas e sectários. Havia poucos pontos de convergência entre as duas correntes.

Um desafiante panfleto comunista, produzido no dia em que Adolf Hitler tomou posse, descrevia seu regime como “uma ditadura fascista deslavada” e convocava greves maciças.¹² Os ativistas do KPD acreditavam desdenhosamente que o governo de coalizão de Hitler não tardaria a se cindir. No dia 7 de fevereiro de 1933, o dirigente do KPD Ernst Thälmann fez um discurso inflamado, no qual argumentou que só uma revolução podia derrubar o

regime de Hitler, mas duvidava que isso acontecesse. Foi uma previsão bastante exata do que se seguiria.

O incêndio do Reichstag, em 27 de fevereiro de 1933, ofereceu ao regime de Hitler o pretexto ideal para desencadear uma onda brutal e sem precedentes de violência contra o Partido Comunista. Na noite do incêndio, 10 mil comunistas foram presos. Os jornais comunistas foram fechados, as manifestações e comícios, proibidos. Os campos de concentração “selvagens” improvisados pela SA passaram a ser o foro principal da violência anticomunista. A Gestapo, a polícia criminal, os tribunais e as autoridades locais cooperaram nessa orgia do terror. A prioridade máxima dada pelo regime de Hitler à repressão aos comunistas pode ser avaliada pelos arquivos remanescentes da Gestapo, que revelam que mais de 80% dos tomados em prisão preventiva em 1933 eram comunistas.

Embora não tenha sido proibido oficialmente, o KPD não pôde fazer campanha aberta na última eleição supostamente democrática, realizada em 5 de março de 1933. Dois dias antes da votação, o dirigente do KPD Ernst Thälmann foi colocado em prisão preventiva, mantido em confinamento solitário, repetidamente interrogado e muitas vezes espancado. Passou por vários presídios e campos de concentração até ser fuzilado, por ordem de Hitler, no dia 18 de agosto de 1944, no campo de Buchenwald. Apesar da violenta *blitz* anticomunista que precedeu a eleição de março, o KPD recebeu 4.847.939 votos, o equivalente a 12,3% dos depositados em todas as urnas. O partido tinha direito a 81 deputados no Reichstag, mas estes foram proibidos de tomar posse.¹³ Considerando as circunstâncias extraordinariamente violentas que cercaram a campanha eleitoral, o desempenho do KPD foi notável e mostrou a lealdade residual de que desfrutava nas regiões operárias na primeira fase do governo de Hitler.



Ernst Thälmann, líder do Partido
Comunista Alemão (KPD).
Ele foi assassinado por ordem de Hitler
em 1944.

Bundesarchiv, Bild 102-183-50.

Apesar de oficialmente proibido no dia 14 de julho de 1933, o KPD, desafiante, exortou a classe operária a continuar resistindo ao regime nazista. A palavra escrita foi a principal arma na luta dos comunistas contra os nazistas, ao passo que a luta armada e o terrorismo foram descartados. Os jornais, as revistas e especialmente os panfletos ocuparam o centro da propaganda clandestina do KPD. Muitos panfletos tinham tiragem superior a 10 mil exemplares. O jornal diário comunista *Rote Fahne* [Bandeira Vermelha] continuou sendo publicado ilegalmente entre 1933 e 1935. Em 13 de outubro de 1933, a distribuição de “literatura traidora” passou a ser considerada crime passível de pena de morte, prisão perpétua ou quinze anos de reclusão.

Em 1934, a Gestapo apreendeu nada menos que 1.238.202 panfletos comunistas e, em 1935, mais 1.670.300. Isso mostra quanto a Gestapo era proativa na perseguição aos comunistas. Conforme os registros

sobreviventes do KPD, produziram-se 2 milhões de exemplares de jornais em 1935. A maior parte da literatura ilegal do partido era produzida fora da Alemanha e contrabandeada para o país. Certas publicações do KPD às vezes eram curiosas, como uma apreendida pela Gestapo em 1934 e intitulada *70 receitas aprovadas*, todas sem dúvida preparadas com ingredientes adequadamente não nazistas.¹⁴ Em retrospecto, a obsessão comunista pela produção e distribuição de panfletos antinazistas foi contraproducente, uma vez que quem os recebia geralmente os entregava à Gestapo.¹⁵

Em junho de 1933, uma circular do KPD continuava dando um tom decididamente otimista:

A luta heroica do nosso partido contra a ditadura de Hitler já está frutificando. Nós conseguimos – apesar do sangrento terror fascista e da queda de dezenas de milhares dos nossos melhores camaradas – reestruturar o partido [...] Agora, nas condições diferentes da ditadura fascista, nossos quadros verdadeiramente bolcheviques estão se transformando em corajosos e resolutos líderes das massas no sistema de classes.¹⁶

No mesmo mês em que essa carta foi distribuída, várias comunidades da classe operária sofreram incursões da Gestapo. No subúrbio berlinense de Köpenick, setenta comunistas foram mortos naquilo que o regime nazista afirmou que se tratava da supressão de um levante armado. Em julho de 1933, seis comunistas foram condenados à morte por terem matado dois homens da SA durante um conflito de rua, em Colônia, quatro meses antes. Usava-se um machado na execução dos condenados por homicídio.¹⁷ A Gestapo pôde perseguir os comunistas ainda mais sistematicamente depois que a sede do KPD foi invadida, e listas de afiliados, confiscadas.

É claro que, na caça aos comunistas, a Gestapo era auxiliada por informantes infiltrados nos grupos de resistência do KPD, como recordou mais tarde Jakob Zorn, um importante ativista do partido:

No começo, conduzimos a resistência de modo relativamente aberto. Não dávamos a atenção adequada às regras da conspiração, que é preciso acatar quando se enfrenta um inimigo tão brutal. Acho que é esse o motivo pelo qual sofremos perdas tão pesadas. Hordas de informantes se infiltraram entre os indecisos do partido, gente que se deixava subornar, o tipo de gente que sempre aparece. Por trás de quase todo processo judiciário em Colônia havia um informante que pertencera ao movimento operário.¹⁸

Em apenas seis breves meses de 1933, a maior e mais bem-organizada classe operária de qualquer uma das grandes nações industriais da Europa ficou extraordinariamente enfraquecida. Hannah Galm, uma comunista dedicadíssima, observou as mudanças que o governo nazista operou na sua cidade natal:

Eu não reconheci a cidade. Offenbach sob a suástica! Bandeiras com a suástica em toda parte. A praça do Mercado estava assombrosa. Fomos aos distritos operários de onde vinham os nossos votos [comunistas]. A bandeira da suástica em todas as janelas. Foi difícil de aceitar. Uma grande decepção. Onde arranjam tantas bandeiras? Ora, nós sabemos, é claro. Havia muito desespero envolvido. Claro que havia. Não conseguíamos entender como aquilo tinha acontecido.¹⁹

O objetivo da onda brutal de terror nazista era não só esmagar os militantes do KPD como também mostrar à classe operária o perigo mortal a que se expunha se continuasse a ajudar os comunistas. No dia 2 de fevereiro de 1934, John Schehr, membro do comitê central do KPD, foi assassinado pela Gestapo na sua cela, deixando Franz Dahlem como o único dirigente do partido ainda em liberdade. As lideranças restantes já tinham fugido para o exílio, com exceção de Ernst Thälmann, que estava preso. Vários países serviram de refúgio para os comunistas alemães e Livross durante a era nazista, sobretudo a França, a Holanda, a Bélgica e, especialmente, a União Soviética, que os membros do KPD viam como um sistema comunista modelo.²⁰

Conforme o artigo 22 da Constituição soviética de 1925, o asilo político era concedido a qualquer pessoa obrigada a fugir de seu país em virtude de “atividade revolucionária”. Na prática, só se dava visto a comunistas ativos e dignos de confiança.²¹ Estima-se que três mil militantes do KPD se exilaram na União Soviética depois que Hitler tomou o poder. Muitos importantes e Livross alemães se hospedaram no luxuoso Hotel Lux, em Moscou, onde também ficava a sede da Comintern. A Rússia de Stalin não foi o refúgio seguro que os comunistas alemães supunham idealisticamente. Das 68 destacadas figuras do KPD que fugiram da Alemanha de Hitler para a União Soviética, 48 foram mortas. Ao todo, 70% dos e Livross comunistas alemães sucumbiram aos brutais expurgos políticos de Stalin. O regime stalinista os considerava excessivamente ligados às ideias internacionalistas consagradas pela Comintern ou os acusava de favorecer as ideias de Leon Trotsky. É uma grande ironia constatar que Stalin foi responsável pela morte de mais militantes do KPD do que Hitler.²²

Só uma reduzida minoria de comunistas alemães e Livross voltou viva para a Alemanha. Os retornados enfrentavam perseguição administrativa e ficavam sob o

escrutínio da Gestapo. Luise Vögler (nascida em 1904) era uma exilada alemã que voltou. Vivera na União Soviética desde 1931, com o marido Karl, um chaveiro que tinha sido militante ativo do KPD na República de Weimar.²³ Em 1937, ela, que era costureira, estava morando numa pensão para alemães repatriados em Düsseldorf quando a Gestapo começou a investigar sua vida no exílio na União Soviética. Luise era de uma família austríaca de classe média alta que, no entanto, a excluiu quando ela se casou com um comunista alemão e se mudou para a União Soviética. Em 1936, o casal solicitou cidadania soviética, mas as autoridades recusaram. Luise não explicou à Gestapo por que o pedido de cidadania do casal foi negado. Quando Karl regressou à Alemanha, a polícia secreta o definiu imediatamente como “inimigo do Estado” e o colocou em prisão preventiva num campo de concentração. Ele nunca foi solto.

A Gestapo interrogou vários outros e livros alemães acerca das atividades dos Vögler na União Soviética. Em janeiro de 1938, Josef Solnitz e a esposa apresentaram acusações incriminadoras contra o casal. Disseram que eram comunistas ativos quando moravam na União Soviética. Luise escrevera dois artigos antinazistas que haviam sido publicados em jornais soviéticos. Um deles dava pormenores de suas férias de quatro semanas na Alemanha de Hitler em 1936. A classe operária, escrevera no artigo, estava passando fome. Ela acrescentou ainda que sua antiga pátria tinha se transformado num “enorme campo de concentração”. Em agosto de 1938, a Gestapo interrogou Aloisia Karn, em Viena, que também conheceu os Vögler quando estavam morando em Vorochilovgrad,²⁴ na Ucrânia, durante o período de exílio. Ela disse que os dois tinham se mostrado “comunistas convictos” durante todo o tempo em que convivera com eles na União Soviética. O ramo do Partido Nazista Organização do Exterior (*Auslandsorganisation NSDAP-AO*) também confirmou que o

casal havia escrito artigos antinazistas que foram publicados na imprensa soviética.

Luise Vögler foi interrogada pela Gestapo em quatro ocasiões separadas. Reconheceu que seu marido Karl havia militado ativamente no KPD, na Alemanha, antes que o casal partisse. Sua principal lealdade era para com a causa soviética contra a Alemanha nazista. Ela tampouco negou sua simpatia pelo comunismo e pela União Soviética. Confirmou que passara quatro semanas em Mannheim no verão de 1936. A venda de um imóvel que o casal possuía na cidade foi o principal motivo da visita. Durante a viagem, ela teve a impressão de que o desemprego continuava altíssimo na Alemanha de Hitler, apesar de toda a propaganda nazista. Negou ter escrito artigos antinazistas na imprensa soviética. Disse que o depoimento do casal Solmitz não merecia crédito. Observou que a Sra. Solmitz não só era judia, como ficara com inveja dos vestidos novos que ela havia levado para a União Soviética quando da viagem à Alemanha. Luise afirmou que a Sra. Solmitz a tinha examinado quando ela estava com um dos vestidos novos e dito: “Você é um ótimo exemplo do quanto a economia alemã está prosperando.” Todas as acusações feitas pelo casal Solmitz eram motivadas pela malícia pessoal, acrescentou. A Gestapo resolveu aceitar a versão de Luise dos fatos. Em agosto de 1938, decidiu-se não empreender mais nenhuma ação contra ela, mas a aconselharam a não trabalhar para empresas ligadas à indústria bélica.

A história não acabou aí. Em agosto de 1941, um representante da organização feminina nazista *Deutsches Frauenwerk* mandou à Gestapo uma carta não solicitada a respeito de Luise. Explicava que ela continuava morando em Düsseldorf com a filha de 9 anos e exercendo a profissão de costureira, com uma clientela riquíssima. A carta descrevia Luise Vögler como “inteligente, bem-educada e cautelosa”. Em compensação, alegava que ela se comportava “como uma comunista”, embora não desse nenhum detalhe

específico do que isso significava. A carta também frisava que Luise ficara muito amiga de certa “Sra. Sellicht”, a esposa russa de outro alemão retornado da União Soviética, cujo marido, suspeito de ativismo comunista, também se achava em prisão preventiva. A autora da carta instava a Gestapo a monitorar de perto as duas mulheres, pois eram “obviamente simpatizantes do comunismo”.

Em setembro de 1941, a Gestapo respondeu informando que, embora tanto Luise quanto a Sra. Sellicht tivessem passado os últimos seis meses sob a atenta vigilância da Gestapo e de funcionários do Partido Nazista, não se achou nenhum indício de atividades comunistas. Luise, prosseguia a carta, estava em contato com o líder local do Partido Nazista, que havia apoiado uma petição para obter a libertação de seu marido ainda detido num campo de concentração.²⁵

É difícil saber se Luise continuou militando no Partido Comunista. Sem dúvida alguma, era adepta do regime de Stalin quando morava na União Soviética. Os historiadores que examinaram os porquês de os eLivross alemães retornarem daquele país frisaram que o medo dos expurgos de Stalin ou a desilusão com o regime soviético eram os dois principais.²⁶ Entretanto, os Vögler só retornaram porque sua solicitação de cidadania foi inesperadamente indeferida. O fato de a polícia secreta ter passado tanto tempo monitorando a vida pessoal de Luise sugere que havia uma possibilidade real de ela estar envolvida com a espionagem soviética ou com as atividades da resistência comunista e, obviamente, a Gestapo achava que podia descobrir um eventual círculo de espionagem soviética se a deixasse solta.



Fotografia de identificação policial de Luise Vögler, denunciada por sua alegada afinidade pró-soviética.

Landesarchiv Nordrhein-Westphalen, RW 58/288 Abb 44.

Os membros comprovados da resistência comunista não eram tratados com tanta leniência quanto Luise Vögler. O destino de Eva Maria Buch é bem mais típico. Nascida em 1921 em Berlim, ela estudava línguas estrangeiras na Universidade Humboldt quando se envolveu com o famoso grupo de resistência socialista chamado Schulze-Boysen-Harnack, que tinha ligações com o Ministério da Aeronáutica, as universidades e o funcionalismo público e era suspeito de passar segredos de inteligência para a União Soviética.²⁷ A Gestapo chamava o grupo de Orquestra Vermelha. Em 10 de outubro de 1942, Eva foi presa quando a Gestapo descobriu que ela havia escrito e traduzido um panfleto exortando os trabalhadores escravos franceses a fazerem campanha contra o regime nazista. Quando um funcionário da Gestapo lhe disse, durante o interrogatório, que ela seria tratada com mais leniência se desse o nome de outros colaboradores do grupo, Eva respondeu: “Isso me tornaria tão baixa e depravada quanto você quer que eu pareça.” Em seu resumo do caso, o juiz disse que ela mostrara a astúcia de uma católica e a subversividade de uma comunista. Eva foi condenada à morte. No dia da

execução, escreveu as seguintes palavras numa carta de despedida para os pais: “Eu lamento não ter podido poupá-los dessa dor tão terrível. Mas é bom que tenha acabado como acabou. Havia dentro de mim um conflito tão maldito; suportar os últimos meses trouxe a resposta. Agora está tudo calmo e em paz.”²⁸

Militantes comunistas destemidos como Eva Buch são frequentes nos arquivos da Gestapo. As memórias de Rudolf Goguel, líder do sindicato comunista dos trabalhadores de colarinho branco, dá uma boa ideia dos problemas enfrentados por quem se engajava na atividade comunista clandestina. Ele afirmou que, logo depois da Noite das Facas Longas, o KPD tentou atrair os membros descontentes da SA de Düsseldorf. O resultado foi catastrófico. Os militantes do KPD foram denunciados, um a um, pelos membros da SA dos quais eles se fizeram amigos. Em outubro de 1935, dos 422 importantes funcionários do KPD quando Hitler tomou o poder, 219 estavam presos, 125 estavam eLivross, 24 tinham sido assassinados e 42 saíram do partido; os doze restantes ainda estavam soltos.²⁹ Estima-se que, em 1935, apenas 10% dos 360 mil membros originais do KPD continuavam ativamente envolvidos com a militância comunista clandestina.

Um relatório da Gestapo de outubro de 1935 chegou a elogiar a bravura dos comunistas que persistiam numa luta clandestina que então parecia desesperançada:

Durante as diversas descobertas de grupos do KPD ocorridas nos últimos meses, houve reiteradas oportunidades de observar a abnegação de todos os partidários do KPD ilegal, que se dispunham a preencher qualquer vazio que ocorresse em suas fileiras e a substituir os camaradas presos, sem se deixar intimidar pelas pesadas penas de prisão. É tamanha essa disposição a se sacrificar pela ideia do comunismo que muitas e muitas vezes os

comunistas convictos sacrificam a própria vida para não trair os camaradas.³⁰

Em algumas regiões proletárias, não foi fácil extinguir a solidariedade com a causa comunista. No dia 24 de março de 1937, Adam Schäfer, um conhecido ativista do KPD, foi morto a tiros, no campo de concentração de Dachau, por um guarda da SS que alegou ter sido atacado por ele. Crivado de balas, o cadáver de Schäfer foi entregue à família enlutada para o sepultamento. Em 29 de março, foi enterrado num distrito operário de Wiesbaden. Uma enorme multidão estimada em oitocentas pessoas acudiu a prestar a última homenagem àquele herói comunista local. Um funcionário da Gestapo foi enviado, incógnito, para observar o enterro. No seu relatório, afirmou que 75% dos presentes eram conhecidos ex-militantes do KPD. Um ativista do partido depositou uma enorme coroa de flores no túmulo num gesto simbólico de solidariedade operária a um camarada morto. A Gestapo não tardou a pôr esse homem em prisão preventiva.³¹

É difícil calcular até que ponto se difundiam essas flagrantes demonstrações públicas de resistência comunista. Alguns ativistas do KPD sentiram que sua situação mudou extraordinariamente no fim da década de 1930. Jakob Zorn, um importante funcionário do partido, que foi preso em 1934 e solto em 1937, pintou um retrato muito sombrio da resistência no fim do decênio. “Eu tive oportunidade de ver o quanto a resistência havia diminuído”, observou ele. “O número de vítimas era enorme. Não se tratava, pois, de um ressurgimento como em 1933-1934, que fora gigantesco, maciço. As perdas que o partido [KPD] tinha sofrido, que o antifascismo como um todo tinha sofrido, mantivera a resistência comparativamente pequena.”³² Os números de prisões de comunistas pela Gestapo indicam a brusca redução da sua atividade de resistência. Em 1936, 11.678 comunistas foram presos, em 1937, 8.068, número que caiu para 3.800 em

1938.³³ Em Dresden, os registros do KPD de janeiro de 1936 indicavam que restavam somente 75 militantes ativos na cidade.³⁴ Um padrão semelhante emergiu em outro lugar. Os relatórios do Sopade clandestino, preparado pelos ativistas na ilegalidade do SPD, revelou que a maioria da classe operária aceitara com relutância o regime nazista como uma realidade, no fim da década de 1930, como ilustra este relato de julho de 1938:

O estado de ânimo geral na Alemanha se caracteriza pela indiferença política. A grande massa do povo está completamente desanimada e não quer ouvir falar em política [...] A coisa mais chocante é a ignorância, em amplos círculos, do que está acontecendo. As pessoas estão totalmente convencidas de que já não existem campos de concentração; simplesmente não querem acreditar que os nazistas tratam seus adversários com brutalidade implacável. Não querem acreditar nisso porque seria terrível demais para elas: preferem fechar os olhos.³⁵

Frente à apatia crescente da classe operária, o comportamento dissidente comunista tornou-se mais individualista. A Gestapo passou a depender cada vez mais de que o público denunciasse um número minguante de agitadores pró-comunistas. Karoline Krupp (nascida em 1905, na cidade industrial operária de Essen, no Ruhr) continuou sendo tenazmente uma comunista convicta durante a era nazista. Morava com o marido, Erich, num apartamento do andar térreo de um edifício grande, em Essen, no qual havia vários apartamentos.³⁶ No dia 14 de abril de 1937, foi presa porque seu vizinho, Karl Muth, um sapateiro desempregado, contou à Gestapo que ela fazia reiterados comentários pró-comunistas e até usava uma bandeira vermelha soviética como toalha de mesa na sala

de jantar. Numa ocasião em que ouviu o vizinho Karl escutando um discurso de Adolf Hitler transmitido pela rádio nacional alemã durante os Jogos Olímpicos de 1936, ela subiu a escada correndo, bateu na porta dele e gritou: “Desligue esse lixo.” Quando ouviu uma vizinha se queixar de não ter dinheiro para comprar manteiga, Karoline lhe disse, com desdém: “Para começar, a culpa da sua privação é toda sua, porque você votou em Hitler.”

A investigação da Gestapo logo revelou que no prédio fermentavam tensões entre quase todos os inquilinos. Karl Muth contou aos policiais que conhecia a família Krupp desde 1930. Depois reconheceu que o motivo real pelo qual denunciara Karoline era, em primeiro lugar, o fato de ela e o marido sempre o intimidarem e entrarem frequentemente em discussão e desavenças com ele e com muitos outros moradores. Maria Graf, que tinha prestado serviço de babá para a família Krupp, contou à Gestapo que a história da bandeira vermelha na mesa era verdadeira. Aparentemente, antes que Hitler tomasse o poder, Karoline havia sido simpatizante do KPD durante muito tempo. Maria se lembrou de tê-la visto muitas vezes conduzindo a bandeira vermelha nos comícios do KPD durante o período de Weimar. Uma vizinha idosa, chamada Rosa Barr, declarou que era de conhecimento geral que Karoline tinha sido militante do KPD e afirmou que ela uma vez lhe contou que só havia inscrito os filhos nas organizações da Juventude Hitlerista para dar a impressão de que agora era leal ao regime nazista. Hermann Gablon, mais um morador do prédio, disse nunca ter presenciado discussões de Karoline com os vizinhos, mas sua filha havia falado nisso. Ele acreditava que todas as acusações feitas contra Karoline referentes a sua eterna lealdade à causa comunista eram verdadeiras. O zelador do prédio confirmou que ela era uma influência incômoda e assinalou que frequentemente se envolvia em discussões com os vizinhos na lavanderia comum.

A Gestapo interrogou Karoline longamente. Ela negava as acusações dos delatores. Lembrou que seu marido trabalhava na Frente Alemã de Trabalho e que seus filhos participavam da Juventude Hitlerista, coisas que provavam que ela era um membro leal da Comunidade Nacional. “Essas acusações não passam de um sórdido ato de vingança”, acrescentou. Em novos interrogatórios, admitiu que tinha sido afiliada ao SPD socialista, mas não ao KPD.

O funcionário da Gestapo anotou em seu relatório que Karoline era uma “mulher desonesta”, que só admitia alguma coisa quando lhe apresentavam “provas irrefutáveis”. Pediram ao chefe do Partido Nazista no distrito de Essen um relatório sobre a confiabilidade da família Krupp. Ele descreveu Karoline como “briguenta” e “politicamente pouco confiável”. Também se verificou que nem Karoline nem Erich tinham sido militantes do KPD, mas foram ativos no SPD na República de Weimar. No fim dessa demorada investigação, o funcionário da Gestapo encarregado do caso concluiu que a simpatia de Karoline pelo comunismo era bem evidente. Ele ficou satisfeito em constatar que as acusações contra ela não eram motivadas por vingança, mas expressavam preocupações genuínas e generalizadas, no prédio de apartamentos, com a lealdade política de Karoline à Comunidade Nacional. Não se levantou nenhuma prova de que Karoline continuasse ativa na clandestinidade comunista, mas a Gestapo a acusou de “preparar alta traição” e a entregou ao Tribunal Especial de Dortmund para que a julgasse. Ela foi condenada a uma breve pena de reclusão.³⁷ A Gestapo decidiu mostrar a Karoline que o regime nazista tinha tolerância zero em relação a comprovadas atitudes de dissidência comunista.

Outro simpatizante do comunismo, Peter Penk, nascido em 1915, morava na cidade industrial de Mönchengladbach, na Renânia ocidental.³⁸ Era católico, como a maioria dos habitantes da cidade.³⁹ O KPD tinha o maior número de adeptos numa região em torno das fábricas de algodão e têxteis do lugar. Peter era fiandeiro de algodão numa delas.

No dia 2 de maio de 1937, quebraram a vitrine da loja de Buray Kuzment, um judeu da Polônia. Este declarou que três pessoas tinham perpetrado o ataque e identificou duas delas num bar: Michael Dorf e Arnold Siegler. A Gestapo os prendeu. Eles negaram qualquer envolvimento, mas disseram que o malfeitor era Peter Penk. Logo apareceram outras testemunhas. Todas descreveram Peter como um conhecido ativista comunista e um chato. A Gestapo decidiu não ver motivação antissemita no incidente. Pelo contrário, o funcionário encarregado da investigação afirmou que se tratava do conhecido esquema comunista de atacar lojas de judeus e pôr a culpa nas tropas de assalto nazistas. “O público é facilmente inclinado a culpar o movimento [nazista] de tais crimes”, escreveu em seu relatório do incidente. A afirmação não contou com o respaldo de nenhum exemplo específico de ataque a lojas de judeus cometido por comunistas.

A Gestapo submeteu Peter Penk a interrogatório. Ele negou ter simpatia pela doutrina comunista. Disse-se um bom nacional-socialista e membro da Juventude Hitlerista de 1931 a 1933. Apenas a deixou por ter perdido o emprego e não poder comprar o uniforme e o equipamento necessários. O interrogador lhe perguntou como a vitrine da loja tinha se quebrado. Ele disse que passara o dia todo numa cervejaria e havia bebido uns vinte chopes ao todo. Ao voltar para casa, muito bêbado, perdeu o equilíbrio e caiu acidentalmente na vitrine. Ao se levantar, chutou o vidro por pura frustração, e foi para casa dormir até que a bebedeira passasse.

Achando a história de Peter totalmente “inverossímil”, a Gestapo examinou seu prontuário pregresso. Ele tinha sido condenado sete vezes por crimes comuns, sobretudo roubo e contrabando. Sua reputação de leal adepto da Comunidade Nacional estava, segundo o relatório da Gestapo, “consideravelmente prejudicada” pela sucessão de pequenos delitos por ele cometidos. Durante a investigação,

não veio à luz nenhum indício de quaisquer crimes politicamente motivados.

Os investigadores pediram a Michael Dorf, que havia bebido com Peter no dia do incidente, que desse a sua versão dos fatos. Contrariando o depoimento do acusado, Dorf disse que Peter não estava completamente bêbado quando saiu da cervejaria. Não tardaram a surgir outras discrepâncias na história. Peter nunca tinha sido membro da Juventude Hitlerista, tampouco era um firme adepto do nacional-socialismo como sugeriu durante o interrogatório. A Gestapo decidiu que a solução era um pequeno choque bem doído. Peter não foi encaminhado a um tribunal criminal por ter quebrado a vitrine, passou uma semana em prisão preventiva. No dia em que foi posto em liberdade, assinou um termo de compromisso prometendo não dar nenhuma declaração nem empreender nenhuma ação contra o governo nazista dali por diante.



Fotografia de identificação policial de Peter Penk, acusado de ser simpatizante do comunismo.

Landesarchiv Nordrhein-Westphalen, RW 58/1959, Abb. 3.

Tal promessa não pôde cumprir. Em 18 de outubro de 1938, dezoito meses depois do incidente da vitrine quebrada, voltaram a dar parte de Peter à Gestapo. Um garçõete disse que, além de fazer um comprido discurso pró-comunista numa cervejaria lotada de Münchengladbach, ele gritou "*Heil Moskau!*" ["Salve, Moscou!"]. Três dias depois, Peter foi preso e mantido por dezesseis dias em prisão preventiva na cela de um presídio de Düsseldorf, enquanto o incidente era investigado cabalmente.

A Gestapo interrogou diversas pessoas. A primeira testemunha arguida foi Gertrud Engel, a filha da dona da cervejaria e autora da acusação inicial. Estava trabalhando de garçõete no bar no dia em questão. Peter pediu e bebeu vários chopes, mas depois se recusou a pagar a conta. Seguiu-se um bate-boca exaltado durante o qual Peter chamou a mãe de Gertrud de "bruxa velha". Ele iniciou um discurso vociferante dirigido a todos os outros clientes junto ao balcão, atacando a política externa "agressiva" de Hitler e o programa anual "corrupto" de Campanha de Inverno (*Winterhilfswerk*) dos nazistas, que usava doações públicas para financiar o auxílio a aposentados idosos e gente pobre nas áreas rurais.

Peter Schoemann, um limpador de chaminés, corroborou a história de Gertrud. Disse que Peter era um conhecido simpatizante dos comunistas. Durante seu discurso antinazista, perguntou a todos os fregueses do bar se iriam se unir a ele para "pegar em armas contra Hitler". Quando eles responderam "de jeito nenhum", Peter os chamou de "idiotas e covardes". Depois xingou Schoemann de "crápula" e o esbofeteou, antes de dizer a outro grupo de bebedores perto do balcão: "Se vocês disserem '*Heil Hitler!*', são todos uns bundões e uns covardes. Eu digo '*Heil Moskau!*', e o mais importante é que nós [comunistas] estamos avançando."

Um lojista de 41 anos chamado Wilhelm Herson disse à Gestapo que, no seu longo falatório de bêbado, Peter também afirmou que os capitalistas e os líderes nazistas

tinham um alto padrão de vida graças ao lucro oriundo dos descontos na folha de pagamento dos operários. Herson rebateu dizendo que, como veterano que havia lutado pela Alemanha na Primeira Guerra Mundial, marcharia “imediatamente se Hitler chamar a nação às armas”. Peter o xingou de “idiota”.

Num prolongado interrogatório da Gestapo, Peter foi convidado a explicar seus atos na cervejaria. Ele respondeu que estava completamente embriagado naquele dia e não se lembrava de nada. Havia perdido o emprego em 1932, no auge da depressão, mas então ingressou no Serviço de Trabalho nazista e assegurou um emprego de fiandeiro de algodão. Não tinha nenhum motivo para atacar o governo de Hitler, afirmou, e jurou jamais ter tido simpatia pelo KPD.

A Gestapo concluiu que as testemunhas diziam a verdade e Peter mentia. Apesar disso, e possivelmente por já ter passado quase vinte dias encarcerado, ele foi solto, cabendo ao promotor público decidir que ação empreender no caso. A espiral descendente de Peter prosseguiu. No dia 13 de dezembro, voltou a ser preso. Dessa vez, a acusação era criminal. Alcoolizado, estava dirigindo um carro e atropelou um pedestre, “causando-lhe ferimentos”.⁴⁰ Em 9 de janeiro de 1939, o escritório da Gestapo em Münchengladbach comunicou ao quartel-general de Düsseldorf que o caso das acusações na cervejaria seria arquivado. Contudo, o procurador-geral entrara em acordo com as autoridades militares para que Peter fosse recrutado imediatamente pelo Exército alemão.⁴¹

Havia prova clara das opiniões fortemente pró-comunistas de Peter Penk, mas suas atividades criminosas, inclusive roubo, vandalismo, embriaguez no trânsito, assalto e contrabando eram igualmente graves. A Gestapo o havia tratado com notável indulgência. Como se não bastasse, ele era um bêbado problemático e arruaceiro. A decisão final do procurador-geral foi de recrutá-lo à força no Exército. Tendo em conta a personalidade antiautoritária de Peter, é difícil imaginar que a rígida disciplina da vida militar acabasse

com seu conflito com o sistema nazista. O destino final de Peter é desconhecido.

Em 1937, quando se intensificou o rearmamento, a resistência dos operários comunistas mudou-se para as fábricas e canteiros de obras. Exemplos de absenteísmo, operação tartaruga e sabotagem tornaram-se um problema constante nas fábricas de armamento.⁴² Em junho de 1936, 262 operários participaram de uma paralisação de dezessete minutos na fábrica Opel, em Rüsselsheim, em protesto contra o corte nos salários. Isso levou à prisão, pela Gestapo, de todos os seus líderes rebeldes. Nesse período, houve greves parecidas em Berlim, Dortmund e Hamburgo.⁴³ Um relatório de inteligência de 1937 produzido pela Gestapo de Düsseldorf manifestava preocupação com o aumento do descontentamento entre os trabalhadores:

Depois das reuniões de fábrica, nas quais falaram oradores da Frente para o Trabalho, alguns dos quais foram um tanto desajeitados em suas declarações, o clima de descontentamento entre os trabalhadores ficou evidente nas discussões subsequentes. Numa fábrica bem grande, o orador da Frente para o Trabalho cumprimentou os operários com a saudação alemã [nazista], mas os operários responderam com resmungos. Quando o orador encerrou o desfile da fábrica com a saudação alemã, eles responderam claramente e em voz alta, mas deixaram claro que só usaram a saudação alemã porque ela pôs fim ao desfile na fábrica. Os deslocamentos contínuos dos trabalhadores nas várias fábricas, imposto pela escassez de matérias-primas, cria solo mais fértil para a subversão dos trabalhadores pelo KPD.⁴⁴

É claro que muitos ativistas do KPD estavam decididos a solapar o programa de rearmamento. Um deles foi Anton Kendricks (nascido em 1887, em Münchengladbach), um

operário não qualificado da construção civil e comunista convicto. Católico, ele morava em Viersen, um lugarejo a oito quilômetros de sua cidade natal. No arquivo da Gestapo, consta que seu estado civil era “divorciado”.⁴⁵ No verão e no outono de 1938, Anton trabalhou para a construtora Züblin em fortificações militares na fronteira ocidental da Alemanha.⁴⁶

Ludwig Esslinger era o mestre de obras da construção, cujos cerca de 140 operários se alojavam em barracões no canteiro. O trabalho era esgotante, a jornada, longa, e o salário, baixíssimo. Surgiram manifestações de descontentamento com a situação da construção numa pequena minoria de trabalhadores. No outono de 1938, as coisas esquentaram numa tarde de sexta-feira em que três operários (chamados Feder, Bloedel e Glanzer) saíram da construção, sem permissão, e foram a uma cervejaria próxima. Quando voltaram da libação não autorizada, o mestre de obras disse que o pagamento daquele dia seria descontado no fim do mês. Ao ouvir isso, os três se enfureceram e ficaram muito agressivos. Ameaçaram espancá-lo e disseram que não trabalhariam mais se ele se atrevesse a não lhes pagar.

O administrador da obra deu parte à Gestapo. Vários operários da construção foram interrogados. Emil Schuler contou aos policiais que Anton, que não estava envolvido no incidente da cervejaria, era o verdadeiro cabeça de todos os trabalhadores insatisfeitos da obra. Supostamente, fazia semanas que ele vinha reclamando com os operários das longas jornadas e do salário de fome, e havia iniciado uma campanha de difamação com o fim de minar a administração. Outro trabalhador, chamado Kurt Dorner, confirmou esse depoimento e afirmou que Kendriks o havia agredido quando ele se recusou a participar de uma greve. Os quatro operários que lideravam o descontentamento eram comunistas ativos, acrescentou. Um terceiro empregado chamado Wilhelm Gelling declarou que os cabeças viviam intimidando e incitando todos os

trabalhadores da construção. Nos turnos da noite, distraíam persistentemente os colegas, impedindo-os de se concentrarem no importante trabalho de rearmamento. Wilhelm também tinha ouvido Glanzer dizer, ao escutar um discurso radiofônico de Adolf Hitler: “O Führer que beije a minha bunda.”

No dia 28 de outubro de 1938, a Gestapo interrogou Anton Kendricks, que admitiu que todas as acusações feitas pelos colegas, inclusive a de intimidação violenta, eram verdadeiras, mas negou ser simpatizante do KPD. Feder foi interrogado no mesmo dia e negou ter expressado opiniões comunistas. No dia seguinte, quem passou pelo interrogatório foi Glanzer. Reconheceu ter passado dois dias na prisão, em 1931, por distribuir panfletos comunistas. Disse que nunca militou no KPD, mas admitiu ter sido um “simpatizante ativo” até 1936, embora já não fosse o adepto forte que tinha sido antes de 1933. Também reconheceu as acusações de intimidação, mas afirmou que Feder e Kendricks eram os chefes do descontentamento dos operários na obra.

Em 29 de outubro de 1938, o relatório final da Gestapo notou que Kendricks era militante do KPD desde 1927. Concluiu que, muito provavelmente, os três líderes da agitação no canteiro estavam em contato com um grupo comunista clandestino do lugar, mas não foi possível verificar cabalmente esse vínculo. Kendricks e Glanzer ficaram na prisão até janeiro de 1939; Feder, até março do mesmo ano. Bloedel, que participara da excursão vespertina à cervejaria, não recebeu castigo algum.

É fascinante ver que um grupo de comunistas convictos tentou incitar o descontentamento operário num projeto relacionado com a defesa nacional. A sentença que receberam foi muito branda. A pressão usada para obter o apoio dos trabalhadores na construção não foi a persuasão, e sim a ameaça de intimidação e violência. O caso chegou à Gestapo porque o pequenino grupo de operários rebeldes, sob a influência do álcool, ameaçou agredir o mestre de

obras. Assim que foi informado do problema, o administrador acionou a Gestapo. A maioria silenciosa dos operários, agora livre da intimidação, sentiu que podia denunciar os rebeldes.⁴⁷

Em inúmeros casos, a Gestapo teve dificuldade de distinguir comportamento “dissidente” de genuína resistência comunista. Sua investigação de Heinz Wasschermann, nascido em 1921, e um grupo de aprendizes fabris é um ótimo exemplo. Heinz, natural de Essen, era aprendiz de tecelão de seda.⁴⁸ Foi acusado de encabeçar um grupo de jovens operários que haviam escrito palavras de ordem antinazistas nas portas do banheiro de duas fábricas. O caso começou quando um gerente da fábrica de seda Gehr, em Essen, informou a Frente para o Trabalho da cidade que tinham sido descobertos “escritos comunistas” nos banheiros. Os slogans “Fuzilem Hitler”, “Enforcem Göring”, “Viva Thälmann (o dirigente preso do KPD) e “Salve Moscou” foram encontrados rabiscados em várias portas de banheiro da fábrica Gehr. Em 16 de dezembro de 1937, também acharam o desenho de um índio americano olhando para uma estrela vermelha, o símbolo da União Soviética, e abaixo os dizeres “Olhando para o futuro”. Todas essas informações foram encaminhadas para a Gestapo no dia 5 de janeiro de 1938.

A Gestapo ligou o caso a uma onda parecida de pichações antinazistas descobertas, em 1937, numa fábrica próxima, de propriedade da Companhia Colsmann, na qual encontraram a palavra de ordem “Os russos virão para a Alemanha” e outros comentários pró-soviéticos em várias portas de banheiro. O gerente sugeriu que “a paz laboral na nossa fábrica ficou seriamente perturbada com tal difamação”. Como eram muitos os operários que usavam o banheiro, a Gestapo não teve como determinar quem eram os verdadeiros culpados e arquivou o caso.

Hans Zindel, o líder da Frente para o Trabalho na fábrica Gehr, disse à Gestapo que o autor das pichações pró-comunistas podia ser Rudolf Keelmann, que nunca fazia a

saudação nazista e, geralmente, era considerado pelos colegas como antipático ao nazismo. Ele foi interrogado. Negou ser ou ter sido filiado ao KPD. Havia descoberto o desenho do índio americano no banheiro e, com raiva, avisou imediatamente o capataz da fábrica. Outro operário chamado Wilhelm Frenz disse que era verdade que Keelmann havia descoberto a pichação no banheiro, mas também disse acreditar que Keelmann era um “resmungão e chorão” pró-comunista e pôs em dúvida sua afirmação de que tinha ficado indignado com a pichação.

A Gestapo interrogou muitos operários na fábrica, na tentativa de identificar o responsável. Heinz Dresden, um membro pró-nazista da Juventude Hitlerista, negou ter escrito o que quer que fosse nas portas do banheiro. Hermann Stein, outro membro da Juventude Hitlerista, reconheceu ter escrito o próprio nome numa porta em outubro de 1937, mas negou a autoria dos slogans lá encontrados. Afirmou que Heinz Wasschermann havia desenhado a imagem do índio americano e escrito embaixo as palavras “Olhando para o futuro”. Também declarou que Wasschermann desenhara a imagem de uma força em outra porta acima das palavras “A Rússia de hoje”. Tratava-se evidentemente de um slogan antissoviético e de uma clara referência aos expurgos brutais de Stalin. Não podia ser considerado antinazista.

Hans Zindel, o representante da Frente Alemã de Trabalho na fábrica, disse à polícia secreta que os escritos nas portas do banheiro não passavam de “brincadeiras de adolescente” e não serviam de prova de uma importante atividade de resistência comunista na fábrica. Para ele, o mais provável era que Keelmann tivesse incitado os outros jovens aprendizes a pichar as portas, mas duvidava que ele tivesse aptidão artística para traçar a figura do índio. Hans Gudland, um aprendiz de 15 anos, admitiu ter delineado o contorno de cabeças de um “índio vermelho” em várias portas, mas não escrevera nenhum slogan sob elas. Outro aprendiz, Friedrich Wolf, disse ter visto uma cabeça de índio

americano na porta do banheiro (obviamente desenhada por Gudland) e reparou que a estrela vermelha soviética e o slogan foram acrescentados dias depois. Heinz Wasschermann foi submetido a dois interrogatórios. Negou ter desenhado a figura do índio, mas confessou que escrevera o slogan embaixo. Negou que se tratasse de uma declaração pró-comunista. No segundo interrogatório, admitiu também ter desenhado a cabeça do índio.

Todos os aprendizes suspeitos foram presos no dia 12 de janeiro de 1938 e encarcerados em Elberfeld, enquanto a Gestapo continuava a interrogar exaustivamente outras testemunhas. Os interrogatórios posteriores revelaram que os garotos haviam combinado não trair uns aos outros. Foram colhidas amostras da caligrafia de cada um deles e comparadas com as pichações nas portas do banheiro. Isso levou a Gestapo a concluir com toda certeza que Gustav Feelich escrevera os slogans. Durante seu interrogatório tardio, ele confessou ser, de fato, o autor de todas as pichações, com exceção da imagem no índio. Garantiu aos interrogadores que fizera aquilo por brincadeira juvenil, não por motivos políticos.

Posto que mencione oito suspeitos, o relatório final da Gestapo, datado de 8 de janeiro de 1938, cita somente três como os principais infratores: Gustav Feelich, Friedrich Walles, outro que não tinha sido interrogado anteriormente, e Heinz Wasschermann. Iniciou-se um processo criminal contra eles. A Gestapo resolveu investigar os antecedentes de seus pais. Constatou que tanto o pai de Walles quanto o de Feelich eram membros desempregados da classe operária e recebiam auxílio social do Estado. Todavia, não encontrou o menor indício de envolvimento com o comunismo nas famílias dos acusados. Observou favoravelmente que a mãe de Walles participava da organização feminina nazista, a "*NS-Frauenschaft*".

Depois dessa investigação enorme, que tomou muito tempo de todos os funcionários da Gestapo envolvidos, por uma questão que era mais do que trivial, os três rapazes

acabaram soltos poucos dias depois de detidos, e o processo contra eles foi arquivado pelo promotor público no dia 18 de março de 1938.⁴⁹

A assinatura do Pacto Nazi-Soviético, em 23 de agosto de 1939, foi um divisor de águas importantíssimo para a resistência comunista antinazista na Alemanha. Dois dias depois, a liderança do KPD divulgou uma declaração formal, dando uma interpretação positiva a esse desdobramento inesperado:

A classe trabalhadora alemã, especialmente os operários alemães, deve apoiar a política de paz da União Soviética, colocar-se do lado de todos os povos oprimidos e ameaçados pelos nazistas e travar como nunca a luta para garantir que pactos de paz, no espírito do que acabou de ser selado entre a União Soviética e a Alemanha, sejam firmados com a Polônia e a Romênia, com a França e a Inglaterra e com todos os povos ameaçados pela política de agressão de Hitler.⁵⁰

Apesar desse indecifrável giro ideológico de 180 graus de Stalin, a simpatia pela União Soviética permaneceu poderosíssima entre os comunistas. O caso de Erich Weiss (nascido em 1900) em Remscheid, cidade do sul do Ruhr industrial, é um bom exemplo. Ele era católico, casado e se dizia “dedetizador” de profissão.⁵¹ Era, inquestionavelmente, um simpatizante convicto do KPD, desde a República de Weimar. Seu prontuário na Gestapo enumera quatro condenações, inclusive por posse ilegal de armas e “preparativos para alta traição”. Entre agosto e setembro de 1933, foi posto em prisão preventiva e depois sentenciado a nove meses de reclusão por ter comprado armas para grupos comunistas de resistência. Weiss não tardou a ser solto graças à anistia geral nazista para presos políticos que entrou em vigor em dezembro de 1933.

Uma vez em liberdade, Erich Weiss desaparece completamente dos registros da Gestapo até cometer um erro trágico. Aconteceu no dia 31 de agosto de 1939, véspera da invasão alemã da Polônia que deu início à Segunda Guerra Mundial. O carro de Erich ficou sem combustível no caminho de casa. Ele parou num posto próximo, mas foi informado de que não havia gasolina disponível. Um jovem bem-intencionado se propôs usar uma bomba manual para sifonar um pouco de combustível de seu carro para o tanque do de Erich. Os dois começaram a conversar sobre a crise internacional em curso. Erich disse ao rapaz que, se fosse obrigado a entrar no Exército alemão, não estava disposto a atirar em inimigos estrangeiros. “A Alemanha vai perder a guerra”, acrescentou. “Stalin tocará a ‘Internacional’ em Berlim, e vai ser de morrer de rir.”

Um homem chamado Herr Thumann ouviu essa conversa, anotou o número da placa do carro de Erich e deu parte do incidente à Gestapo. Detido, Weiss negou ter feito os comentários derrotistas de que era acusado. A Gestapo não acreditou. Acusando-o de “preparar alta traição”, colocou-o em prisão preventiva durante seis meses. No dia 1º de março de 1940, o Tribunal Estadual de Apelação da cidade de Hamm, na região nordestina do Ruhr, condenou Erich Weiss a três anos de prisão por ser militante comunista. A conversa aparentemente inócua ouvida num posto de gasolina foi a principal prova usada para assegurar sua condenação. Erich só foi posto em liberdade em 1942 e, no dia 1º de dezembro desse ano, suspeito de simpatia pelo comunismo, voltou a ser submetido à prisão preventiva. Em janeiro de 1943, transferiram-no para o famigerado campo de concentração de Dachau.⁵² Seu destino final é ignorado. Superficialmente, os comentários imprudentes de Erich num posto de gasolina podem parecer bastante triviais, mas, a julgar pelo seu prontuário de contumaz atividade comunista clandestina, a Gestapo dedicou-se a deixá-lo fora de circulação até o fim da guerra.

Outro comunista foi tratado com muito mais leniência pela Gestapo. Chamava-se Aloys Vock, nascido em 1891, natural de Duisburg, cidade industrial do oeste do vale do Ruhr, não muito distante de Düsseldorf, a capital da Renânia do Norte-Vestfália. Ele se apresentava como católico, “divorciado” e marinheiro de profissão. Ocupava-se de navegação doméstica no Reno.⁵³ Tinha sido um partidário convicto do KPD antes de 1933. Suspeito de atuar na resistência comunista contra o regime de Hitler, foi preso em maio desse ano, mas a Gestapo desistiu de acusá-lo por “falta de provas”. No dia 5 de outubro de 1939, voltou a ser preso porque um grupo de afiliados ao Partido Nazista o ouviu fazer comentários pejorativos sobre Adolf Hitler numa cervejaria de Ruhrort, uma zona portuária de Duisburg. “Hitler está nas cordas”, ele teria dito aos companheiros de copo, “agarrando-se ao tratado com a Rússia”.

Dessa vez, a Gestapo empreendeu uma investigação minuciosa da confiabilidade política de Aloys Vock. Arguiu várias testemunhas. Três membros do Partido Nazista confirmaram as opiniões expressas por Aloys numa cervejaria na véspera do ataque alemão à Polônia no dia 1º de setembro de 1939. Um discurso de Adolf Hitler estava sendo transmitido pelo rádio na cervejaria. Os outros bebedores o ouviram elogiar abertamente o líder soviético Joseph Stalin como o estadista mais capaz do mundo. “Eu jamais iria para a linha de frente”, prosseguiu. “Prefiro dar um tiro na cabeça.”

Um dirigente nazista local informou que Aloys Vock era um piloto fluvial respeitado pelos colegas, os quais pareciam “fascinados” por ele. Outros o desprezaram como um “agitador comunista” que, frequentemente, exortava os colegas a reivindicarem salário e condições de trabalho melhores. A Frente Alemã de Trabalho declarou que Aloys e um colega chamado Franz haviam pressionado os marinheiros belgas e holandeses para que se opusessem à introdução do salário básico fixo, que acabava com o

generoso pagamento das horas extras. Dez outros trabalhadores estrangeiros participaram dessa agitação.

Armada de tal evidência, a Gestapo interrogou Aloys Vock, que negou ser ou ter sido militante do KPD, mas se dispôs a admitir que fora aos comícios do partido no período de Weimar, assim como nos do SPD, “por tédio”. Negou categoricamente ter se recusado a aceitar as novas regulações de salário fixo no emprego ou ser uma espécie de agitador sindical clandestino ou membro da resistência comunista. Quanto às conversas na cervejaria, Aloys afirmou que os denunciantes haviam distorcido suas opiniões. Na realidade, ele dissera não que o Pacto Nazi-Soviético fosse uma vitória de Stalin, e, sim, que dava uma “grande vantagem” à Alemanha.

Um mês depois, a polícia secreta soltou-o sem o acusar de nada.⁵⁴ Os policiais estavam muito preocupados com seus comentários pró-soviéticos na cervejaria e com as acusações adicionais de que Aloys podia estar atuando como sindicalista extraoficial, mas acabaram decidindo que ele não representava um perigo sério para a Comunidade Nacional, ainda que não houvesse a menor dúvida quanto à sua antiga afinidade com a causa comunista.

A irrupção da Segunda Guerra Mundial gerou o ressurgimento do patriotismo alemão, que afetou até mesmo alguns dos que antes se opunham ao regime. Isso se fez sentir inclusive nas comunidades operárias até então resistentes ao apelo do nacional-socialismo. Um exemplo típico é o caso de Wilhelm Struck, nascido em 1905, natural de Mörsch, um povoado no alto Reno. Casado e pintor de profissão, ele afirmava não professar religião nenhuma.⁵⁵

Wilhelm havia passado anos lutando com abnegada bravura pela causa comunista. Sua esposa Anna também era uma comunista convicta. No outono de 1932, ele se tornou funcionário do partido na região de Hamburgo-Altona. Já era militante ativo da Aliança dos Combatentes da Frente Vermelha (*Rotfrontkämpferbund* - RFB), uma associação paramilitar ligada ao KPD. Nos anos anteriores à

tomada do poder por Hitler, tinha se envolvido em duros confrontos de rua com os nazistas. Erich Honecker, que no pós-guerra viria a ser líder do regime comunista da Alemanha Oriental (DDR), foi membro dessa organização, a qual, em 1929, chegou a ser proibida pelo governo social-democrata de Weimar.

Os militantes da RFB figuraram entre as primeiras pessoas presas nas incursões anticomunistas da SA e da Gestapo nos meses iniciais do governo nazista. Wilhelm Struck ficou em prisão preventiva de 27 de abril a 5 de maio de 1933. Foi acusado, processado e condenado por “preparar alta traição”. O juiz o considerou “desonrado” como cidadão, resolução que o proibiu até de servir o Exército. Ele cumpriu pena no presídio de Rendsburg, no estado de Schleswig-Holstein, e foi solto em 5 de maio de 1935. Considerando-o “inimigo do Estado”, a Gestapo continuou a monitorá-lo de perto. Os relatórios seguiam aparecendo em seu prontuário, atualizando sua localização e atividades.

No dia 7 de março de 1938, a Gestapo de Düsseldorf recebeu uma solicitação do escritório de Hamburgo para que Wilhelm fosse levado para lá a fim de ser interrogado, pois se suspeitava que continuasse envolvido em atividade comunista clandestina. Em 24 de março de 1939, ele foi interrogado. Wilhelm admitiu sem reservas que sua principal tarefa no KPD, antes de 1933, era distribuir panfletos aos agentes da polícia, obter informações sobre os policiais e com eles estabelecer conexão íntima. Disse que, na República de Weimar, era forte a infiltração comunista na polícia. Disse até o nome de alguns policiais que haviam dado informações ao KPD. Wilhelm não foi acusado de nada depois do interrogatório. Em 3 de novembro de 1939, o escritório da Gestapo de Osnabrück informou os colegas de Düsseldorf que ele agora trabalhava numa fábrica de armamento da cidade. Não havia suspeita de que estivesse envolvido com atividades de resistência.

No dia 12 de dezembro de 1940, aquele comunista de longa data e aparentemente dedicado solicitou, súbita e inexplicavelmente, ingresso no Exército. Não se sabe a razão de ele ter resolvido lutar por Hitler na *Wehrmacht*. Na época, o Pacto Nazi-Soviético ainda estava em vigor, e o único inimigo da Alemanha na Segunda Guerra Mundial era a Grã-Bretanha. No requerimento para entrar no Exército, Wilhelm escreve: “Hoje eu apoio muito o Führer e o nacional-socialismo. Quero recuperar a minha honra servindo o Exército.”

A administração nacional-socialista do distrito de Krefeld indeferiu sua solicitação. Essa conversão repentina à causa nazista suscitou uma suspeita profunda. Em 15 de agosto de 1941, nove meses depois, o escritório da Gestapo de Krefeld comunicou que Wilhelm agora morava nessa cidade. Tinha se divorciado da esposa comunista e se casara com a dona de uma quitanda, na qual trabalhava. O departamento de emprego local o convidou a uma entrevista. Ofereceu-lhe colocação de pintor, mas Wilhelm a recusou. Notou-se que ele pagava trinta Reichsmark por mês de pensão alimentícia aos dois filhos do primeiro casamento. Esse pagamento era subsidiado pelo auxílio social do Estado. É óbvio que o departamento de emprego o considerou um “vadio”. Avisaram-no que, se não arranjasse muito em breve um emprego regular de tempo integral, ele seria punido. As pessoas definidas como preguiçosas estavam sujeitas a longas temporadas num campo de concentração.

Em março de 1942, Wilhelm voltou a pedir para se alistar no Exército. Uma vez mais, o escritório da Gestapo de Düsseldorf se recusou a apoiar sua solicitação. No dia 19 de fevereiro de 1943, dias antes da catastrófica derrota alemã em Stalingrado, houve uma tardia mudança de ideia e ele finalmente foi autorizado a lutar pela Alemanha. Arrolaram-no numa unidade do Exército designada para lutar, não contra a União Soviética, e, sim, no norte da África contra os aliados ocidentais.⁵⁶

Esse caso ilustra bem a complexidade da experiência dos comunistas sob o regime de Hitler. Eis um indivíduo cuja opinião, ao que parece, passou por uma transformação radical da dedicação fanática ao KPD ao apoio ao nacional-socialismo e a um surpreendente desejo de entrar no Exército. Não se sabe o que o levou a se desiludir com o comunismo, mas o divórcio de Anna, sua primeira esposa, uma comunista convicta, e o casamento com uma quitandeira pró-nazista podem ter sido fatores contribuintes. Só depois da derrota chocante em Stalingrado ele finalmente pôde ingressar no Exército. Seu destino é desconhecido.

Depois da invasão da União Soviética em 22 de junho de 1941, a resistência comunista ressuscitou. Então ressurgiram diversos grupos clandestinos pequenos, mas dedicados. Alguns antigos camaradas, que obviamente estavam escondidos, reapareceram. Um deles foi o serralheiro casado Friedrich Grossmann (nascido em 1899). Natural de Metz, na região de Lorena, que pertencia à França na época de seu nascimento, afirmava não professar nenhuma religião.⁵⁷ Em 25 de janeiro de 1943, ele morava na cidade industrial de Wuppertal, no Ruhr, quando foi preso pela Gestapo, suspeito de “preparar alta traição”. Segundo seis testemunhas, algumas das quais parentes dele, Friedrich estava empenhado na reconstrução ilegal do partido comunista em Wuppertal, participara da distribuição de panfletos e até fazia reuniões de comunistas em seu apartamento. A Gestapo revistou o imóvel, mas não achou vestígio de literatura comunista.

Durante o interrogatório, Friedrich contou que, inicialmente, era afiliado ao SPD, mas ingressara no KPD em 1923 e havia integrado a Frente Vermelha (RFB). Participou de um grupo que matou um policial na época de Weimar, tendo sido condenado a onze anos de prisão por “alta traição”. Foi solto depois de cumprir quatro anos. Então saiu do KPD por ter brigado com um dirigente local e ingressou na *Rote Hilfe* (Ajuda Vermelha), um ramo de solidariedade

do KPD que sustentava ex-presos políticos. Continuou votando no KPD até que fosse oficialmente proibido, em 1933. Posteriormente, afirmou, abandonou a atividade partidária e se recolheu na apatia política.

Após a invasão da União Soviética, ele se encontrou casualmente com um antigo camarada do KPD.⁵⁸ Os dois começaram a se ver regularmente, juntamente com as esposas, mas nunca falavam em política. Então o velho amigo tentou recrutá-lo para tarefas clandestinas do KPD e ele aceitou. Na sede de sua sociedade coral, encontrou-se com Erich Lossner, outro ex-membro do partido, que lhe deu três panfletos comunistas clandestinos. Ao chegar em casa, Friedrich queimou os panfletos no fogão. Mas, tendo voltado a recuperar a confiança logo depois, ingressou num grupo clandestino chefiado por Alois Kape, do qual fazia parte o ex-deputado do KPD Hugo Paul.

A Gestapo manteve Friedrich Grossmann cinco meses em prisão preventiva, depois o soltou. É provável que o tratamento indulgente que recebeu se deva ao fato de, durante o interrogatório, ele ter dado o nome de outros membros importantes da clandestinidade comunista.⁵⁹

Um problema bem maior para a Gestapo, durante a guerra, foi a colaboração crescente entre os comunistas e os grupos enormes de trabalhadores estrangeiros que afluíam para a Alemanha e eram usados como escravos nas fábricas de armamento. Em 8 de março de 1940, Reinhard Heydrich deu instruções aos funcionários da Gestapo sobre como lidar com os operários estrangeiros. As seguintes atividades deviam ser tratadas com toda severidade: insubordinação no trabalho, sabotagem industrial, relações sexuais entre alemães e estrangeiros, assim como contato social em bares e restaurantes. Tal como os judeus, os trabalhadores estrangeiros recebiam emblemas de identificação que eram obrigados a usar em público. Aos poloneses, por exemplo, davam um distintivo roxo com a letra P.⁶⁰ Em agosto de 1944, 6 milhões de trabalhadores estrangeiros e mais 2,5 milhões de prisioneiros de guerra

estavam trabalhando nas cidades e no campo. Esse novo proletariado consistia em 2 milhões de soviéticos, 2,5 milhões de prisioneiros de guerra do Exército Vermelho, 1,7 milhão de poloneses, 300 mil tchecoslovacos, 270 mil holandeses e 200 mil belgas.⁶¹

Entre maio e agosto de 1942, 79.821 trabalhadores estrangeiros foram presos, sendo que 4.962 desses casos envolviam relações sexuais “indevidas” com alemães. A Gestapo ficou sobrecarregada de casos de alemães fraternizando com operários estrangeiros. As relações sexuais entre um destes com um alemão implicava sentença de morte. É incalculável o número de alemães homens que abusavam das operárias estrangeiras nas fábricas e campos de trabalho. Muitas mulheres e meninas hesitavam em dar parte de abuso sexual por temerem ser mandadas para um campo de concentração.

As alemãs que tinham relações sexuais com estrangeiros quando os maridos estavam na guerra sofriam várias formas de humilhação pública. A propaganda nazista enfatizava muito a necessidade de a mulher de um soldado “ariano” dar bom exemplo moral enquanto o marido estivesse ausente. O caso de Dora von Cabitz, uma trabalhadora rural de Oschatz que foi acusada de fazer sexo com mais de um operário polonês, é um exemplo típico e gráfico.⁶² O Partido Nazista local organizou o seu castigo. Um relatório do SD registrou o que lhe aconteceu:

Já de manhã cedo, espalhou-se a notícia de que uma alemã seria exposta ao ridículo. Das nove horas em diante, o cenário da cidade começou a mudar e, até mais ou menos as onze horas, inúmeras pessoas se aglomeraram no centro de Oschatz: queriam ver a tal alemã indecente. Às onze em ponto, von Cabitz apareceu de cabeça raspada e, saudada pelos gritos de escárnio espontâneos da multidão, foi colocada num pelourinho enjaulado. Na frente deste, havia uma placa com as seguintes palavras:

“Eu sou uma mulher indecente porque procurei e tive relações com polacos. Ao fazer isso, eu me excluí da comunidade do povo.”⁶³

Conquanto tivessem a finalidade de dissuadir as outras mulheres de se envolverem sexualmente com trabalhadores estrangeiros, essas humilhações públicas horrendas não funcionaram. Os casos de relações sexuais proibidas continuaram aumentando depois de 1943. Nem todos terminaram no tipo de humilhação pública de que Dora von Cabitx foi vítima. Bem mais típico é o caso da condutora de bonde Frau Kohl, que, em 17 de dezembro de 1941, foi acusada pelo cunhado de ter um caso com um trabalhador italiano. Interrogada pela Gestapo, Kohl negou que sua relação com o italiano tivesse natureza sexual. O rapaz simplesmente lhe dava aula de italiano. Às vezes, ela o deixava pernoitar na sua casa, mas sempre no térreo, no sofá. Frau Kohl queria se divorciar do marido, que batia nela com frequência. A Gestapo lhe ordenou que não voltasse a ter contato com o amigo italiano.⁶⁴

Outro grande problema que a Gestapo teve de enfrentar durante a guerra foi o mau comportamento dos operários estrangeiros nas fábricas. À medida que a pressão aliada crescia nos últimos estágios da Segunda Guerra Mundial, o regime nazista passou a depender cada vez mais dos trabalhadores de outros países para sustentar seu programa de armamento. Das 388 mil detenções levadas a cabo pela Gestapo entre janeiro e setembro de 1943, 260 mil envolveram “a ruptura do contrato de trabalho por estrangeiros”.⁶⁵ Nas fábricas de armamento, estes constituíam 33% da força de trabalho. A maioria esmagadora era, efetivamente, de escravos subnutridos. Nos primeiros seis meses de 1944, 32.236 trabalhadores russos nas minas de carvão foram registrados como “óbitos”. Na realidade, foram deliberadamente submetidos à fome até a morte.⁶⁶

Para aliviar a carga crescente de casos da Gestapo, os gerentes de fábrica receberam poderes especiais para lidar com os “operários orientais”, inclusive o de ordenar três dias de prisão nos campos de trabalho vinculados a muitas fábricas. A polícia secreta se encarregou de diversos casos. Em fevereiro de 1944, deram parte a ela de Robert Ledux, um trabalhador francês que se recusava a atuar numa fábrica Krupp de armamento. Um capataz mandara-o carregar certa quantidade de ferro pesado, mas ele se recusou, dizendo: “Nada de comida, nada de trabalho.” Os dois se puseram a brigar, e, posteriormente, a Gestapo o colocou num campo de reeducação.⁶⁷

A polícia secreta sempre investigava cabalmente os casos que envolviam a suspeita de colaboração entre os comunistas e os operários estrangeiros. O caso de Hermann Haus (nascido em 1892, em Duisburg) é um exemplo típico. Casado, pai de quatro filhos e sapateiro de profissão, trabalhava na famosa indústria química IG Farben, na cidade de Krefeld, no oeste da Renânia, quando chamou a atenção da Gestapo pela primeira vez.⁶⁸ No dia 1º de março de 1943, um gerente da fábrica deu parte dele por ter feito supostas declarações comunistas e exortado os operários estrangeiros a trabalhar lentamente para dificultar o esforço de guerra alemão.

A Gestapo entrevistou um bom número de empregados da fábrica a fim de averiguar se as acusações procediam. O gerente disse aos agentes que, durante o intervalo do almoço, Hermann se separava dos colegas alemães e preferia ficar com as operárias estrangeiras, especialmente as da Bélgica, e particularmente com uma mulher chamada Sra. Pellus. Ao que parece, os dois ficaram muito amigos desde que ela confortou e apoiou a esposa de Hermann quando estava grávida. Na ocasião em que o capataz admoestou a Sra. Pellus por sair do local de trabalho meia hora antes, Hermann interveio veementemente em sua defesa.

Também surgiram acusações de que incitava os operários a fazerem sabotagem industrial. Um capataz chamado Fritz Kruger desconfiava que ele tivesse incitado os empregados a trabalhar lentamente, mas não apresentou nenhuma prova direta. Outro capataz chamado Aloys Engelhart descreveu Hermann como “irascível, lerdo e indisciplinado”, mas não foi capaz de provar a acusação de que havia incitado os operários a sabotar.

Uma trabalhadora alemã contou à Gestapo que Hermann a tinha criticado por trabalhar muito. Certa vez, ela lhe pediu que consertasse um par de sapatos, mas, em vez de cobrar o serviço, Hermann lhe propôs um encontro amoroso. A mulher recusou. Depois disso, ele passou a implicar com ela pelas mais insignificantes razões. Duas operárias estrangeiras foram ouvidas pela polícia secreta.⁶⁹ Uma delas afirmou que Hermann tinha caso com pelo menos uma trabalhadora estrangeira na fábrica. Era uma acusação gravíssima, que o sujeitava até à pena de morte. Outra colega, que era casada, disse que ele também costumava lhe fazer explícitas propostas sexuais.

Outras trabalhadoras alemãs declararam que Hermann vivia pedindo aos operários estrangeiros que “não trabalhassem demais”. Também o acusaram de fornecer gasolina roubada aos prisioneiros de guerra que trabalhavam na fábrica. O gerente sugeriu à Gestapo que Hermann era ou um comunista empenhado em sabotagem industrial, ou um tarado fixado em operárias estrangeiras. Todos os problemas com os estrangeiros se deviam a ele, concluiu esse gerente de linha.

A Gestapo interrogou Hermann sobre todas as acusações. Não conseguiram achar provas de que ele fosse comunista ou agitador sindical, ou que incitasse a sabotagem industrial por motivos políticos. De 1911 a 1920, Hermann tinha sido um soldado leal do Exército alemão. Durante anos, trabalhou diligentemente como operário não qualificado na IG Farben. Classificando todas as acusações de mera fofoca rancorosa, Hermann acusou o gerente de

linha, que fez a denúncia inicial, de ter uma antiga antipatia pessoal por ele. Nenhuma das acusações sexuais apresentadas era verdadeira, disse. Negou ter um caso com a Sra. Pellus. Ela e o marido eram amigos dele e da sua esposa.

O relatório final da Gestapo concluiu que não havia prova que sustentasse a opinião segundo a qual Hermann incitava trabalho lento ou sabotagem na fábrica. Sua versão das várias acusações sexuais foi evidentemente aceita. Ele foi solto em 6 de março de 1943. Passara apenas cinco dias em prisão preventiva. Herr Kurberg, o gerente da fábrica IG Farben, escreveu para a Gestapo afirmando que não queria perder Hermann porque ele era um “operário excelente”. Decidiu-se transferi-lo para outra fábrica.⁷⁰

É óbvio que a Gestapo não erradicou completamente o comunismo nas regiões operárias, mas também é óbvio que os comunistas convictos estavam travando uma batalha cada vez mais perdida. Todos os casos da Gestapo examinados por mim que envolviam presumíveis comunistas foram investigados cabal e exaustivamente. Cada um deles era tratado com diligência e eficiência profissionais. Fazia-se uma clara avaliação final do perigo exato que cada indivíduo representava para a Comunidade Nacional. A Gestapo reservava o tratamento mais duro para os ativistas conhecidos do KPD, especialmente os que tinham condenações “políticas” anteriores. Diante do menor indício de que tais indivíduos ainda estavam comprometidos com a causa comunista, eles eram colocados em prisão preventiva. A denúncia de um membro do público operário ou da classe média baixa incitou a Gestapo à ação em cada caso visto aqui.⁷¹

A observação perspicaz do ex-funcionário da Gestapo Hans Gisevius, segundo a qual muitos indivíduos das comunidades da classe operária mostraram uma disposição crescente a cooperar com a polícia, parece correta com base nos casos aqui examinados.⁷² Tudo indica que a pressão para concordar com o conceito-chave nazista de

uma Comunidade Nacional unida (*Volksgemeinschaft*) havia penetrado até mesmo o proletariado no fim da década de 1930. Nessas circunstâncias alteradas, a denúncia dos “inimigos do povo” passou a ser um dever patriótico. Domínios anteriormente privados, como o local de trabalho, a cervejaria e o posto de gasolina, deixaram de ser livres de interferência política. Um comentário imprudente em qualquer um desses lugares podia suscitar, e frequentemente acarretava, uma investigação da Gestapo.

Como formulou Robert Ley, chefe da Frente para o Trabalho: “As únicas pessoas que ainda têm vida privada na Alemanha são os que estão dormindo.” Para os comunistas, isso era verdade.

5

Denuncie o vizinho

Estimou-se que 26% dos casos da Gestapo partiram da denúncia de um membro do público,¹ ao passo que somente 15% tiveram origem em suas atividades de vigilância.² As denúncias vinham de uma variedade de origens sociais, mas era raro um cidadão da classe alta ou da classe média instruída dar parte de comportamento dissidente.³ Já os membros da classe média baixa e do operariado estavam hiper-representados entre os denunciadores. Os profissionais da classe média constituíam menos de 10% dos que denunciavam.⁴ Aproximadamente 80% eram homens. Estes entravam em contato com a Gestapo quando presenciavam incidentes em locais de trabalho ou lazer. As mulheres constituíam cerca de 20% das denúncias. Em geral acusavam o marido, parentes e vizinhos, tipicamente em situações domésticas.⁵

Um estudo de 213 denúncias encontradas nos arquivos da Gestapo de Düsseldorf mostrou que 37% denunciaram alguém para resolver um conflito pessoal.⁶ Para os denunciados, a melhor forma de defesa era desacreditar o denunciante. Os agentes da Gestapo tornaram-se especialistas em descobrir o motivo subjacente das denúncias. Raramente um denunciante sofria

consequências por fazer acusações falsas. Uma exceção foi o caso iniciado certa tarde na cervejaria de uma cidadezinha rural bávara. Dois homens completamente desconhecidos entabularam uma conversa durante uma prolongada libação alcoólica. Um deles ficou tão bêbado que chegou a desmaiar por um curto período. Quando voltou a si, seu companheiro de copo contou que ele havia falado, dormindo, em cometer traição contra o regime de Hitler, e um membro destacado do Partido Nazista local ouviu tais comentários. Dias depois, este entrou em contato com o que fizera os comentários antinazistas e ameaçou denunciá-lo à Gestapo caso ele não lhe desse dinheiro em troca do silêncio. O homem pagou um total de 350 Reichsmark ao membro do Partido Nazista e estava à beira da bancarrota quando resolveu dar parte do acontecido à Gestapo. O chantagista foi encontrado, preso, julgado e condenado à morte.⁷

A lei que dava base jurídica à denúncia era o polivalente Decreto para a Proteção do Movimento Nacionalista contra Ataques Maliciosos contra o Governo, promulgado em 21 de março de 1933. Continha as seguintes disposições:

1. Quem puser intencionalmente em circulação uma afirmação de natureza factual que seja falsa ou grosseiramente exagerada ou que possa prejudicar o bem-estar do Reich ou de um estado [federal alemão] ou a reputação do governo nacional ou de um governo estadual ou organizações que apoiam esses governos será punido, desde que punições mais severas não sejam impostas por outras regulações, com prisão de até dois anos e, se fizer ou divulgar a afirmação publicamente, com reclusão não inferior a três meses.
2. Se desse ato resultar grave dano para o Reich ou um estado [federal alemão], pode-se impor trabalho forçado.

3. Quem cometer um ato por negligência será punido com até três meses de reclusão ou multa.⁸

Esse decreto foi suplementado pela Lei contra Ataques Maliciosos ao Estado e ao Partido, de 20 de dezembro de 1934, que acrescentou uma quarta cláusula, punindo com prisão quaisquer “observações demagógicas” contra uma personalidade do Estado ou do Partido Nazista. O parágrafo 42 da Lei do Serviço Público de 1937 impôs a todos os funcionários públicos o dever de dar parte à Gestapo de qualquer atividade contra o Estado.⁹ Todas essas leis eram um convite a denunciar quem quer que fizesse observações pejorativas sobre o regime nazista. As sentenças de reclusão para tais crimes variavam entre um e seis meses. Contrariamente à suposição popular, não houve uma inundação de denúncias. Entre 1933 e 1939, o Tribunal Especial de Munique se ocupou de 4.453 casos sujeitos a essas leis, mas apenas 1.522 denunciados foram condenados.¹⁰ Em 1937, a Gestapo recebeu 17.168 denúncias de “fofoca maliciosa” em toda a Alemanha.¹¹

Um caso típico de denúncia iniciou-se no dia 15 de setembro de 1933, quando Friedrich Weltbach, operário de uma fábrica de cobre na cidade industrial renana de Duisburg, entrou em contato com uma organização fabril do Partido Nazista chamada Empresa Nacional-Socialista (NSJB) para contar que o capataz de meia-idade Heinrich Veet (nascido em 1876), natural de Duisburg, recusava-se reiteradamente a fazer a saudação nazista quando cumprimentava os colegas, não permitia que os operários escutassem as transmissões radiofônicas importantes dos líderes nazistas e, com frequência, fazia observações pejorativas a respeito do regime.¹² O caso foi encaminhado à Gestapo para investigação. Vários trabalhadores foram ouvidos.¹³ Friedrich Weltbach disse que sempre topava com Heinrich Veet no salão social da fábrica. Um dia, ele lhe disse “Bom dia” e o saudou com “*Heil Hitler*”. “Não me

venha com essa merda”, retrucou Veet, irritado. Outro operário recordou que, quando ele falava bem de Adolf Hitler na presença de Veet, este dizia: “Pare de falar besteira”, acrescentando: “Eu lhe dou um pontapé na bunda se você fizer a saudação nazista na minha frente.” O líder na NSJB na fábrica disse que havia instalado um rádio no salão social para que os funcionários escutassem os discursos relevantes dos dirigentes nazistas. Certa manhã, convidou alguns jovens aprendizes a ir com ele ao salão social escutar um importante discurso de Hitler. Ao saber disso, Veet avisou os trabalhadores que não podiam largar seus deveres normais de trabalho só para escutar um discurso. Karl Koptur, um técnico da fábrica, observou: “Eu cumprimento todo mundo com a saudação hitlerista. Mas reparei que Veet nunca a retribuiu. Diz que gosta de simplesmente dar bom-dia.” O representante da NSJB contou à Gestapo que a administração da fábrica tinha sido informada da exigência legal de que todos os operários se cumprimentassem com a saudação nazista. Um relatório da Gestapo, datado de 22 de setembro de 1933, concluiu: “Todos na fábrica o detestam [Veet].”

Armada de tamanha coleção de provas aparentemente convincentes de comportamento antinazista, a Gestapo prendeu Heinrich Veet e o colocou em prisão preventiva num campo de concentração das redondezas. Andreas, o irmão de Veet, contratou um advogado para tentar sua libertação. Também enviou um depoimento pessoal ao chefe de polícia de Duisburg. Lembrava que Heinrich havia defendido seu país como soldado na Revolta dos Boxers de 1900 e na Primeira Guerra Mundial. Fora condecorado com a Cruz de Ferro Segunda Classe e diversas outras medalhas durante sua eminente carreira militar. Na década de 1920 se afiliara ao Partido Popular Alemão (*Deutsche Volkspartei* – DVP). Costumava elogiar o *kaiser* Wilhelm e exibia em casa as cores da bandeira alemã de antes de 1914. Opunha-se profundamente aos socialistas e aos comunistas, concluiu o irmão.

O gerente da fábrica de cobre também mandou uma carta de apoio para a Gestapo. Frisava que Veet trabalhava para a empresa desde 15 de novembro de 1918 e era “um verdadeiro [patriota] alemão que sempre cumpriu o seu dever”. Às vezes, podia ser “um pouco grosseiro” no trato com os colegas de trabalho, mas esse era seu modo natural. Isso não servia de prova de que se opusesse fundamentalmente ao governo de Hitler.

Em 16 de outubro de 1933, Wilhelm Wagener, o advogado de defesa de Heinrich Veet, enviou uma carta à Gestapo requerendo sua libertação do campo de concentração. “Veet é um conservador antiquado”, escreveu. “Acha difícil ajustar-se ao novo regime nazista, mas isso não quer dizer que se oponha ao Estado.” Todas as acusações dos colegas, acrescentou, eram pessoalmente motivadas. Para auxiliá-lo ainda mais no caso, os proprietários da fábrica se dispuseram a oferecer um pacote antecipado de aposentadoria se ele fosse posto em liberdade.

A carta do advogado claramente impressionou muito. A Gestapo decidiu soltar Veet, sem acusação. Ele assinou a seguinte declaração: “Prometo nada fazer daqui por diante contra o desejo do Estado. A polícia me disse que me colocará na prisão se eu voltar a fazê-lo.”¹⁴

Como muitos denunciadores eram colegas de trabalho, o caso de Heinrich Veet pode parecer típico. Mas era extremamente raro subordinados denunciarem os superiores. Em geral, o que se passava era o contrário. Nesse caso, o denunciante, um nazista convicto, levou suas acusações a uma organização nacional-socialista de fábrica, que as encaminhou para a Gestapo. De início, o delator conseguiu persuadi-la a acreditar em sua versão dos fatos, que foi confirmada por vários jovens operários pró-nazistas. A vigorosa intervenção do irmão de Veet possibilitou a anulação da sentença inicial. A Gestapo ficou impressionada com o testemunho oferecido pelo irmão, pelo empregador e pelo advogado. Todos eles eram membros honrados da

Comunidade Nacional. Sua descrição alternativa de Veet como um homem patriótico e decente, prestes a se aposentar, com dificuldade para se adaptar às novas exigências do regime nazista foi convincente.

A Gestapo tratava as acusações contra cidadãos geralmente cumpridores da lei, como Heinrich Veet, com diligência profissional e, frequentemente, com compaixão surpreendente. Seus funcionários eram da opinião que a maioria dos cidadãos não representava uma ameaça política real para o regime nazista. Reinhard Heydrich sempre recomendava aos homens “moderação” ao interrogar cidadãos “comuns”.¹⁵ Nos interrogatórios da Gestapo de cidadãos alemães, são frequentes frases como “o suspeito deu boa impressão”.¹⁶

Também não era nada inusitado um alemão comum protestar contra ações despóticas da polícia secreta. Um caso típico iniciou-se no dia 20 de março de 1934, quando Karl Vort (nascido em 1904 em Leoben, Áustria) deu parte à polícia de dois agentes da Gestapo que o haviam perseguido e agredido numa rua de Düsseldorf depois de uma discussão num restaurante.¹⁷ Os dois policiais (Bobel e Dittger) alegaram que estavam realizando uma operação de vigilância sigilosa na noite em questão. Tinham sido informados de que uma apresentação semanal de bandolinistas num clube da cidade estava sendo usada por um grupo de comunistas e ex-militantes do SPD como fachada para reuniões antinazistas ilícitas. Ao chegar, Bobel e Dittger descobriram que o clube estava fechado devido a uma reforma no prédio. Foram jantar num restaurante da região, o Trocadero. Enquanto aguardavam ser servidos, ouviram uma discussão acalorada numa mesa próxima, durante a qual um homem, que estava acompanhado de uma mulher e de outro homem, fez declarações pró-comunistas. Quando o grupo terminou de comer e se levantou para ir embora, os dois agentes da Gestapo se aproximaram do homem que tinha feito os comentários pró-comunistas. Não esclareceram que eram da polícia. Deu-se

então um bate-boca violento, que terminou com o homem e o casal saindo do restaurante. Momentos depois, ocorreu subitamente a um dos oficiais da Gestapo que o homem que tinha acabado de ir embora era um conhecido ex-funcionário do KPD chamado Erwin. Os dois saíram correndo do restaurante, foram atrás dele, detiveram-no e pediram para ver sua identidade. Karl Vort não só se recusou a mostrar o documento como, segundo relato de Bobel e Dittger, agrediu-os fisicamente. Houve troca de socos. Durante a luta, os três quebraram a vitrine de uma loja e se machucaram. Bobel e Dittger negaram estar bêbados na noite em questão e insistiram em que sua versão dos fatos era verdadeira. Recomendaram que Vort fosse acusado de lesão corporal e obstrução da polícia no cumprimento do dever.

A Gestapo investigou os antecedentes de Karl Vort. Aparentemente, ele morava com certa senhorita Bohnstedt (que estava no restaurante com ele). O casal tinha um filho pequeno. Um vizinho do seu prédio disse à polícia secreta que Vort “era contra o nacional-socialismo”. Nada podia estar mais longe da verdade. Ele era um articulado estudante de medicina, policial auxiliar e nazista convicto, que pouco antes solicitara ingresso na SA. Um músico e uma garçonete que presenciaram o incidente no restaurante recordavam a discussão violenta de Karl com os homens da Gestapo, mas não confirmaram que Vort tivesse feito declarações comunistas quando estava no restaurante. Parece muito improvável que as tenha feito.

No interrogatório, Karl Vort afirmou que, naquela noite no restaurante, os oficiais da Gestapo, que segundo ele estavam completamente bêbados, provocaram uma discussão absurda e não se identificaram como agentes da polícia. Amedrontado, Karl saiu do restaurante com seus companheiros. Bobel e Dittger o perseguiram, alcançaram-no e o agrediram de forma brutal. Ele simplesmente se defendeu desse ataque gratuito. Devido aos ferimentos recebidos, passou dez dias no hospital e recebeu uma

enorme fatura a pagar pelo tratamento. Ele exigiu da Gestapo indenização de 1.150 Reichsmark pelos maus-tratos e ferimentos. Um chefe de brigada da SA foi escalado para tentar conciliar as duas partes. Não houve acordo. Então a polícia secreta encaminhou o caso para o promotor público. No dia 9 de setembro de 1934, este determinou que não se tomassem medidas contra Bobel e Dittger e que deixassem igualmente de lado as acusações de obstrução e agressão a policiais contra Karl Vort.

Vort não aceitou essa decisão. Entrou com uma ação por danos contra a Gestapo. Mandou uma carta a Rudolf Hess, em Berlim, queixando-se do tratamento recebido. Em 24 de outubro de 1934, o tribunal distrital de Düsseldorf rejeitou seu processo civil contra os funcionários da polícia secreta por se basear na suposição de que eles agiram arbitrariamente quando o detiveram na rua e lhe pediram os documentos. Apesar disso, Vort continuou tentando obter indenização da Gestapo. Recusou-se a desistir. Enviou uma última carta de reclamação para o quartel-general em Berlim. No dia 11 de janeiro de 1935, a Gestapo respondeu, rejeitando a reivindicação e frisando que a versão dos fatos dada pelos dois agentes da polícia secreta era correta.¹⁸

Queixas de pessoas que afirmavam que uma denúncia havia arruinado sua vida também eram enviadas à Gestapo com frequência. Karl Feedler, nascido em 1903 em Oberhausen, na região do Ruhr, solicitou à polícia secreta que retirasse de uma condenação anterior a cláusula que o impedia de entrar para o Exército.¹⁹ Havia sido denunciado em 9 de abril de 1935 por um cliente de uma cervejaria que o ouviu dizer que não era o comunista Marinus van der Lubbe que tinha posto fogo no Reichstag em fevereiro de 1933, e, sim, um grupo de homens da SS, que depois foi assassinado na Noite das Facas Longas para encobrir o caso. Por esse comentário descuidado e trivial de bêbado, Feedler foi condenado a dois anos de reclusão em 8 de agosto de 1935. Só recuperou a liberdade em 1937.

Numa carta à Gestapo, datada de 18 de fevereiro de 1942, ele escreveu: “É uma grande e inconcebível honra alistar-se no Exército alemão. Por conta de um caso sórdido num bar, fui reduzido a um cidadão de segunda classe. No entanto, sempre pensei e me senti como um verdadeiro [patriota] alemão e, por isso, desejo recuperar o direito de me alistar no Exército.” A Gestapo encarou favoravelmente a solicitação. Tanto que enviou uma carta de apoio ao comandante militar local, dizendo:

Durante algum tempo, ele [Feedler] participou do Stahlhelm [uma organização nacionalista militarista] e de várias instituições juvenis católicas. Foi criado na religião católica. Fez um discurso numa cervejaria em 1935, mas foi posto em liberdade em 1937. Mora na casa dos pais, trabalha muito numa fábrica de panificação, é membro da Frente Alemã de Trabalho (DAF) e participa das coletas anuais da Campanha de Inverno. A Gestapo apoia sua solicitação.²⁰

Não se sabe se ele foi atendido.

Com muita frequência, as denúncias eram usadas por motivos pessoais. Casais, casados legalmente ou não, e parentes por afinidade aparecem regularmente nos dossiês da Gestapo. Embora fosse inusitado um marido denunciar a esposa, era mais comum a esposa denunciar o marido. Nem sempre era fácil para a Gestapo detectar o motivo exato pelo qual ela havia se voltado contra o parceiro. Uma dona de casa de Mannheim contou à Gestapo que seu marido vinha fazendo comentários pejorativos sobre o regime nazista. Ele foi posto em prisão preventiva no aguardo de outras investigações. Descobriu-se que a mulher queria remover o marido do caminho para poder continuar um caso amoroso com um jovem soldado na casa da família.²¹ Outro episódio envolveu dois médicos. A mulher acusou o marido de fazer abortos ilegais. Isso o levou a detenção,

interrogatório, julgamento e condenação. Ele foi sentenciado a oito meses de reclusão. Sua carreira ficou arruinada. A acusação era verdadeira, mas, à medida que se desdobrava, a investigação evidenciou que o verdadeiro motivo da denúncia à Gestapo era vingança. O marido, que vinha tendo um caso e se recusava a terminá-lo, contagiara a esposa com uma doença sexualmente transmissível. Uma vez posto em liberdade, entrou com um processo de divórcio, alegando que a mulher havia traído o juramento de lealdade que se espera de um cônjuge. O juiz concedeu o divórcio e considerou a esposa culpada, negando-lhe, portanto, o direito a pensão alimentícia.²²

Com frequência havia um arco narrativo familiar nos casos da Gestapo em que a mulher denunciava o marido. Ela se apresentava como um membro leal da Comunidade Nacional, boa mãe e esposa fiel, que simplesmente queria que a polícia secreta punisse um dissidente político notório. Mas a realidade era muito diferente. A maioria dos maridos era denunciada por razões morais subjacentes. Em geral, tinham casos extraconjugais ou eram alcoólatras violentos, cujo casamento oscilava à beira do divórcio.²³

Um caso típico começou no dia 10 de maio de 1939, quando Frau Hof denunciou o marido, em Düsseldorf, por esquerdismo. “Não aguento mais. Ele vive amaldiçoando o governo. Diz que nunca será nacional-socialista. Tem uma pistola carregada e costuma ameaçar atirar [em mim].” Seu relato apresentou outras imputações. O marido tivera um caso com uma prostituta. Sempre a agredia verbalmente, bebia demais e estava desempregado. Os dois também não podiam ter relações sexuais, pois ele era “sexualmente enfermo”. A Gestapo investigou a fundo essas várias acusações. Herr Hof foi convidado a dar a sua versão dos fatos. “Tenho que negar todas as acusações contra mim”, disse ele aos agentes. “O relato da minha mulher não passa de um ato de vingança: ao que parece, ela quer se livrar de mim. Não é verdade que bato na minha esposa.” O relatório da polícia secreta observou: “De todo o episódio pode-se

concluir que Frau Hof fez essas declarações para se livrar do marido. Herr Hof foi advertido. Não há motivo para levar o caso adiante. Ele foi multado em dez Reichsmark por posse de arma não registrada.”²⁴

Os funcionários da Gestapo geralmente não confiavam no testemunho de esposas da classe operária, como Frau Hof. Sentiam que as declarações antinazistas que cidadãos alemães faziam dentro de casa não eram uma grave ameaça ao regime. Normalmente, era impossível determinar se os maridos tinham feito as declarações antinazistas de que eram acusados. De modo semelhante, os agentes da Gestapo costumavam se fazer de surdos para os relatos horripilantes da violência psicológica, verbal e física que as esposas diziam sofrer nesses casamentos disfuncionais.

As mulheres também costumavam denunciar outros parentes, principalmente os indiretos. Esses casos aumentaram durante a guerra. Com frequência envolviam esposas de soldados que haviam tido *affaires* com trabalhadores estrangeiros. Como observou um relatório do SD: “As consequências do adultério da esposa de um soldado são consideradas graves. O marido fica perturbado na frente [de batalha] ao saber pelos vizinhos da mudança de comportamento da mulher.”²⁵ As cartas dos soldados alemães muitas vezes expressam preocupação com a fidelidade da esposa que ficou em casa. Elas não podiam corresponder à imagem idílica da propaganda nazista da esposa e mãe fiel e abnegada. A Gestapo achava que os envolvimento amorosos ilícitos tidos pelas mulheres dos soldados combatentes na guerra minavam o moral. Em tais casos, a polícia secreta podia ser uma instância disciplinadora e moralizante.²⁶ Das 10 mil alemãs confinadas em campos de concentração durante a guerra, uma proporção substancial era de mulheres casadas condenadas por entrar em “contato proibido” com “não arianos”, geralmente trabalhadores ou soldados estrangeiros.

Uma investigação iniciou-se quando uma mulher achou um esconderijo de cartas na casa do irmão, indicando que sua cunhada estava envolvida num caso amoroso e sexual com um trabalhador francês chamado Michel Girault. Ela levou o problema simultaneamente para o irmão Erich e para a Gestapo. A cunhada Rosa Deeser, nascida em 1916, morava em Duisburg quando foi presa pela polícia secreta, em 2 de fevereiro de 1943.²⁷ Apresentou à Gestapo a sua versão dos fatos. Balconista, ela se casara aos 18 anos com Erich, que estava combatendo com a *Wehrmacht* na Frente Oriental. Conhecera Girault em fevereiro de 1942, em Detmold, na casa de uma família amiga que a tinha hospedado quando seu marido ficara aquartelado na cidade. Falou muito brevemente com o francês durante essa estada. Em setembro de 1943, voltou a se hospedar com os filhos na casa daquela família, dessa vez durante oito dias. Uma noite, saiu para beber com Girault, e mais tarde o casal teve relações sexuais. Nos meses subsequentes, ela passou a se encontrar frequentemente com Girault em Detmold. Estava encantada pelo amante francês. “Eu me apaixonei por ele”, admitiu francamente. Numa outra visita, disse a Girault que estava grávida, o que não era verdade. Queria que ele lhe desse dinheiro para comprar um vestido e achou que a mentira o induziria a fazê-lo. Disse que o motivo pelo qual se aventurara a ter um caso com Girault, em primeiro lugar, fora o fato de seu marido ter sido violento com ela antes de se alistar no Exército. Confessou ter contado ao francês que os ataques aéreos da RAF estavam abalando o moral do povo de Duisburg, mas estava arrependida e pediu perdão. Sua casa foi minuciosamente revistada. Rosa teve de se submeter a um exame médico. Não se detectou vestígio de aborto. A Gestapo não encontrou indício de que ela estivesse passando informações detalhadas acerca dos ataques aéreos a qualquer pessoa além do amante francês. A polícia secreta decidiu deixar que a família se ocupasse das consequências desse *affaire* e arquivou o caso. Tendo em conta que as relações sexuais ilegais entre uma mulher

“ariana” e um trabalhador estrangeiro muitas vezes resultavam em punições duríssimas, inclusive a execução, Rosa e Girault se saíram muito bem. Não há indício de que o francês tenha sido interrogado pela Gestapo sobre esse caso amoroso. Não se sabe o que aconteceu depois com o relacionamento de Rosa com o marido, a cunhada ou Girault.²⁸

As mulheres também costumavam denunciar o namorado à Gestapo. Foi o que aconteceu a Walter Remmer, nascido em 1913, em Essen.²⁹ Ele estava viajando num trem proveniente de Munique quando começou a conversar com uma mulher de Offenbach. Imediatamente encantada, ela o convidou à sua casa. Os dois tiveram relações sexuais naquela mesma noite. Então Walter passou a morar na casa dela. Quando ele começou a contar mais detalhes de seu passado, a mulher ficou desconfiadíssima. Denunciou-o à Gestapo, acreditando que o namorado muito provavelmente estivesse envolvido com atividade oposicionista.

Logo se descobriu que Walter era um preso foragido. Em 18 de junho de 1944, foi submetido a um minucioso interrogatório. Soldado da *Wehrmacht*, fora condenado a dois anos de prisão por uma corte marcial, em Roma, pelo roubo e pela venda de um par de botas e um par de luvas de uma loja do Exército. Cumpriu pena por esse delito num campo de prisioneiros do Exército em Hohenbrunn, no distrito de Munique. No dia 1º de dezembro de 1943, fugiu do campo usando uma farda da SS que roubara do almoxarifado. Continuou em fuga, usando o nome falso Johann Weber. Escreveu à irmã dizendo que tinha sido licenciado do Exército. Ela lhe enviou quatrocentos Reichsmark. Com esse dinheiro, Walter comprou roupa civil e passagem de Munique a Offenbach; durante a viagem, conheceu a mulher no trem.

Quando morava com ela, envolveu-se com um grupo clandestino de resistência que distribuía panfletos com palavras de ordem antinazistas como: “Levantai-vos, povo.

Vosso Führer mente. Quebrai a cruz do assassinato.” A Gestapo descobriu cópias desses panfletos em Frankfurt e em Kassel. Walter negou ter vínculos com outros grupos oposicionistas. Recusou-se corajosamente a dar o nome das pessoas que o tinham ajudado. Ele não era marxista nem comunista - definiu-se para a Gestapo como “nacionalista liberal”. Era favorável ao governo democrático, não queria depor o governo nacional-socialista e classificou Hitler como “um dos maiores políticos de todos os tempos”. Reconheceu que queria que a Alemanha acabasse com a guerra, pois estava convencido de que a nação a perderia. A Gestapo esquadrinhou sua vida pregressa, mas não achou nenhuma ligação com outros grupos clandestinos de resistência. Ele foi colocado em prisão preventiva. Sua ficha não contém nenhum indício do destino que teve.³⁰

A deflagração da Segunda Guerra Mundial intensificou a intolerância a toda e qualquer declaração politicamente crítica. Uma série de novas leis voltadas para quem tentasse “apunhalar a frente de batalha pelas costas” foi introduzida. Os nazistas sempre disseram que tal atitude tinha levado à derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. Os juízes foram instruídos a se considerarem “soldados no *front* doméstico” e imporem sentenças muito mais duras.³¹ Toda discordância deveria ser tratada com tolerância zero. O número de Tribunais Especiais subiu de 27, em 1938, para 74, no fim de 1942. As sentenças de morte impostas no sistema judicial existente aumentaram acentuadamente: de 139, em 1939, para um pico de 5.336, em 1943.³² Um decreto de 17 de outubro de 1939 retirou os campos de concentração do escrutínio e da jurisdição dos tribunais civis. A prática de informar o Ministério do Interior das mortes “não naturais” ocorridas nos campos de concentração deixou de ser requerida.

O Decreto sobre o Código Penal Especial de Tempo de Guerra entrou em vigor no dia 26 de agosto de 1939. Continha um novo delito, o de “minar o esforço de guerra”, que implicava a pena de morte. Em 7 de setembro de 1939,

outra lei veio impedir os alemães de ouvirem transmissões de rádio estrangeiras. Incluía as seguintes disposições:

1. É proibido escutar intencionalmente transmissões radiofônicas estrangeiras. As infrações serão punidas com trabalho forçado. Nos casos menos graves, este pode ser substituído por sentença de reclusão. O equipamento [o rádio] será confiscado.
2. Quem divulgar intencionalmente informações colhidas em estações de rádio estrangeiras que possam ameaçar a capacidade defensiva da nação alemã será punido com trabalho forçado; nos casos particularmente graves, com a morte.
3. As regulações deste decreto não se aplicam a atos realizados no cumprimento de um dever.
4. Os Tribunais Especiais são responsáveis por tratar e julgar o delito deste decreto.
5. As perseguições com base em (1) e (2) serão iniciadas exclusivamente pelas agências da Polícia do Estado [Gestapo].
6. O ministro da Instrução Popular e Propaganda [Dr. Joseph Goebbels] expedirá as regulações jurídicas e administrativas necessárias à implementação deste decreto e, no referente às regulações penais, fá-lo-á em consulta com o ministro da Justiça.³³

A maioria dos alemães tinha condições de receber as transmissões em língua alemã da BBC e serviços semelhantes da Rússia, da Suíça, da França e de Luxemburgo. Como recordou posteriormente o líder alemão do pós-guerra Konrad Adenauer: “Pode parecer surpreendente que eu estivesse tão bem-informado sobre o curso da luta. O motivo era que, com exceção dos períodos que passei no campo de concentração ou na prisão, eu não passava um dia sem ouvir as diversas transmissões estrangeiras.”³⁴ O ministro da Justiça Franz Gürtner se opôs à lei. “Eu receio”, escreveu a Joseph Goebbels, em 1º de

setembro de 1939, “que a promulgação de tal decreto abra as comportas das delações e que todos os camaradas nacionais fiquem mais ou menos indefesos diante dessas denúncias”.³⁵ Essa também era uma preocupação genuína da Gestapo. Os programas de rádio em alemão da BBC chegavam a toda a população do país. No período de 1º de janeiro a 30 de junho de 1940, por exemplo, 2.197 pessoas foram presas por escutar transmissões radiofônicas estrangeiras. Nada menos que 708 desses casos resultaram em pena de prisão de até dois anos.³⁶ Somente onze pessoas foram condenadas à morte por ouvir programas de rádio estrangeiros.³⁷

Para induzir o medo, a imprensa nomeava e envergonhava os condenados. Uma reportagem típica foi publicada no jornal do Partido Nazista, *Völkischer Beobachter* [Observador do Povo]:

Johann D, de Leverkusen-Rheindorf, foi sentenciado a um ano de trabalho forçado, com base na proibição de escutar programas estrangeiros, porque escutava reiteradamente estações de rádio estrangeiras. O Tribunal Especial Hanseático de Bremen julgou uma pessoa acusada de ter escutado, no dia 7 de setembro [de 1939], a estação de rádio de Estrasburgo, que estava transmitindo a mentira segundo a qual a *Westwall* tinha sido rompida e as tropas francesas já estavam no Reno e no Mosela. No dia seguinte, o réu repetiu esse conto da carochinha na fábrica em que trabalhava [...] De modo que foi condenado não por escutar, mas por divulgar mentiras perigosas, e cumprirá um ano e seis meses de trabalho forçado.³⁸

Pessoas de todas as classes da sociedade alemã foram acusadas de ouvir transmissões radiofônicas estrangeiras. A repressão a esse crime dependia muito da denúncia pública.

Pouquíssimos casos provinham da rede de espionagem da Gestapo. Passou a ser questão de qual versão dos fatos parecia mais convincente. Comumente, os principais denunciantes eram parentes próximos, vizinhos, empregados domésticos e colegas de trabalho. Em 17 de novembro de 1939, um pintor de paredes chamado Gregor, que morava da cidadezinha de Burgbrohl, no vale do Reno, denunciou seu cunhado Arnulf por escutar transmissões de rádio estrangeiras e fazer comentários depreciativos acerca de Hitler. Interrogado, Arnulf reconheceu que escutara as transmissões, mas, a seu favor, mencionou que era veterano da Primeira Guerra Mundial e um leal “camarada nacional”. Quando a Gestapo aprofundou as investigações, não tardou a ficar claro que o principal motivo da denúncia de Gregor era vingança pessoal. Poucas horas antes de ele denunciar o cunhado à Gestapo, houvera uma briga feia na família, durante a qual Gregor, sua esposa e sua filha foram expulsos da casa de Arnulf. Este passou três semanas na prisão antes de ser solto. No entanto, em fevereiro de 1940, a Gestapo recomendou ao promotor público que o processasse por ouvir programas de rádio estrangeiros. Em 27 de setembro de 1940, os juízes decidiram absolvê-lo.³⁹

Em outros casos, a Gestapo intervinha quando os juízes se mostravam tão indulgentes. Um deles foi o de um homem denunciado pelo vizinho por ouvir transmissões da Rádio Moscou no dia 3 de novembro de 1939. Dois meses depois, quando o caso foi levado ao Tribunal Especial, o juiz anulou a acusação por falta de provas. Contrariada com a decisão, a Gestapo colocou o homem em prisão preventiva no campo de concentração de Sachsenhausen. Ele morreu em 6 de novembro de 1940.⁴⁰

Peter Holdenberg, natural de Vluyn, na região da Renânia, foi acusado pela vizinha de escutar transmissões de rádio estrangeiras. Ele era protestante, deficiente físico e, quando a Gestapo o prendeu, morava sozinho em Essen, no terceiro andar de um prédio de apartamentos.⁴¹ No dia 12 de novembro de 1941, Helen Stuffel, sua vizinha

contígua, que era costureira, contou à seção local do Partido Nazista que Peter era um ouvinte regular de transmissões de rádio estrangeiras. A seção local encaminhou a informação para o escritório distrital do partido, que alertou a Gestapo.

Helen Stuffel prestou depoimento minucioso à polícia secreta. Disse que uma de suas vizinhas, Irmgard Pierce, havia lhe contado que Peter escutava programas de rádio estrangeiros. Gabou-se de ter passado quinze dias com o ouvido colado à parede entre os dois apartamentos a fim de averiguar essa afirmação. Ouviu-o escutando programas da BBC e da Rádio Moscou toda noite entre 21h45 e meia-noite. Então convidou duas vizinhas ao seu apartamento para confirmarem sua suspeita. As três mulheres ficaram escutando pela parede. O consenso era que, sem dúvida alguma, Peter andava escutando programas de rádio estrangeiros. “Holdenberg é um alarmista”, acrescentou ela. Em outra ocasião, Peter lhe teria dito: “Nós [a Alemanha] não vamos ganhar a guerra e não devemos ganhar essa guerra.” Avançando mais, Stuffel tentou acusar Peter de também ser pró-judaico. Certa vez teria dito que desde que as lojas de judeus fecharam ele já não podia comprar a prestações, coisa que sempre gostara de fazer. Ela também o teria ouvido falar bem da União Soviética. Enfim, especulou que, sendo livreiro e viajando por todo o país para negociar, Peter provavelmente espalhava todos os falsos rumores que ouvia no rádio à noite. “Ele é perigosíssimo para o governo”, concluiu.

A Gestapo convocou diversos outros vizinhos para interrogatório. Essas testemunhas prestaram depoimentos muito discrepantes. Irmgard Pierce disse que a história de Stuffel era verdadeira. Chamou Peter de “agitador e alarmista”. Na ocasião em que ela se queixou de ser obrigada a ir toda noite ao abrigo antiaéreo, ele replicou: “Mas, se nós estamos ganhando a guerra, para que precisamos de abrigos?” Outra vizinha, Elisabeth Beck, corroborou todas as acusações de Stuffel e Pierce.

Aparentemente, tudo contribuía para que Peter não fosse tratado com leniência, mas eis que três testemunhas se apresentaram para depor em sua defesa: a primeira foi Katharina Hein, outra moradora do prédio. Todas as acusações contra Holdenberg eram falsas, disse. Com muita frequência, ela tomava um drinque com Peter, com quem disputava jogos de tabuleiro à noite no seu apartamento. Nunca o ouvira escutar transmissões estrangeiras. A Gestapo achou que o depoimento de Katharina tinha sido forjado para ajudar Peter e devia ser tratado com cautela. Klara Vogts, a empregada doméstica de Peter, negou que ele fosse antinazista. Nunca o vira escutando programas estrangeiros no rádio quando estava limpando o apartamento. Uma terceira testemunha, Anton Ronnig, um maestro de banda, disse que estava presente quando Peter falou da guerra na frente de Stuffel, mas ela deturpou totalmente a conversa. Na verdade, Peter não dissera que queria que a Alemanha perdesse a guerra, mas que as forças do capitalismo internacional a perdessem. Também observou que, anteriormente, a própria Stuffel se dava muito bem com os judeus, já que muitos deles eram clientes dela na alfaiataria.

No dia 10 de dezembro de 1941, Peter foi preso e interrogado pela Gestapo. “Tudo isso é uma conspiração”, queixou-se ele. “Eu tive problemas com Stuffel no passado e Pierce sempre toma o partido dela.” Negou todas as acusações. Não passavam de “fofoca tola” de intrigantes que interferiam com ânimo de vingança. Anteriormente, outra vizinha se encarregara de espalhar o boato de que ele escutava programas radiofônicos estrangeiros. Peter afirmou que, antes de 1933, não se afiliara a nenhum partido e não era de modo algum adversário do regime nazista. Deficiente físico desde 1935, vivia tranquilamente sozinho desde que se divorciara.

No dia seguinte, Peter tentou se suicidar, enforcando-se na cela. Foi encontrado vivo, levado às pressas a um hospital, mas faleceu no dia seguinte.⁴²

Três empregadas domésticas - a governanta, a babá e a ajudante de cozinha - da condessa Maria von Lingen, que morava num castelo próximo à cidadezinha de Überlingen, no sul da Alemanha, a denunciaram à Gestapo por escutar transmissões de rádio estrangeiras da BBC. Certa manhã, quando a condessa estava de férias, as empregadas ligaram o rádio e descobriram que estava sintonizado no serviço de língua estrangeira da BBC. Maria foi levada para interrogatório. “Quero lhe dizer uma coisa”, disse ao interrogador. “Eu não estava aqui. Estava na Itália. Eis o meu passaporte, eis a minha autorização de viagem e a minha autorização de regresso [...] Posso lhe dizer que não sei de nada.” O agente respondeu: “A senhora é responsável pelo que acontece na sua casa.” A Gestapo decidiu arquivar o caso porque o marido de Maria von Lingen foi morto em combate durante o período da investigação. Mais tarde, ela recordou o que aconteceu de fato: “Quando estourou a guerra, passou a ser crime sujeito a prisão escutar transmissões de rádio estrangeiras. Claro que a gente fazia isso em segredo. Eu sempre escutava a BBC, cuja recepção era muito boa.” Maria tinha uma amiga inglesa que ficara hospedada na sua casa ancestral enquanto ela viajava. Essa amiga escutara a BBC e se esquecera de sintonizar o rádio numa estação alemã antes de desligá-lo e ir dormir.

A Gestapo resolveu investigar a “tal amiga inglesa” mais detidamente. Um agente esteve na casa de Maria depois do primeiro interrogatório. “Ele disse: ‘A senhora tem uma amiga que é inglesa?’ Eu respondi: ‘Ela não é inglesa. Ela é, mas também é alemã, porque é casada com um alemão.’” O agente disse que sua amiga tinha sido acusada de espionagem e estava sendo interrogada em Munique. “Não tenho a menor ideia do que o senhor está dizendo”, retrucou Maria. “Ela nunca me disse nada [a respeito de espionagem].” Maria foi interrogada durante noventa minutos até que o agente da Gestapo lhe dissesse educadamente: “Devo lhe dizer que o seu depoimento

coincide com o que os meus colegas em Munique obtiveram, e o assunto está encerrado.”⁴³

Outro caso concernente a transmissões radiofônicas estrangeiras começou no dia 10 de novembro de 1941, quando Karl Kesler, nascido em 1904 em Wuppertal, foi acusado de escutar programas da BBC em alemão pelo segurança da metalúrgica em que era contador.⁴⁴ A denúncia resultara de uma conversa diária no local de trabalho, na qual Robert Blingen, um colega de escritório de Kesler, disse-lhe que desconfiava que ele andava escutando as transmissões radiofônicas inimigas e também forjava cupons de almoço da fábrica. Em 30 de outubro de 1941, na hora do almoço, quando o pessoal do escritório estava discutindo as novas medidas governamentais para economizar ferro para a indústria bélica, Kesler comentou repentinamente: “Tudo isso é [propaganda] falsificada.” Blingen achou que ele só podia ter obtido essa informação escutando programas estrangeiros. Todo o pessoal do escritório se queixou do incidente à administração. Recusavam-se a continuar trabalhando com um “colega tão antipatriótico”. Kesler foi demitido no dia 1º de novembro de 1941.

Ainda assim, o segurança da fábrica contou à Gestapo que suspeitava de que ele escutava transmissões radiofônicas estrangeiras. Kesler foi preso em 10 de novembro de 1941. Negou todas as imputações e disse que tinha sido demitido injustamente. Procurou atenuar sua situação alegando que sofria de uma grave doença mental. Um dono de pensão, que também foi interrogado, contou à polícia do Estado que, nos quatro dias que passara hospedado no seu estabelecimento, Kesler não tinha escutado programas de rádio estrangeiros nem fizera comentários subversivos. O caso foi encaminhado para o procurador-geral, em Düsseldorf, para que tomasse a decisão final. Ele arquivou o caso, mas ordenou que Kesler ficasse internado num hospital psiquiátrico. Em 5 de janeiro de 1942, o diretor do hospital enviou uma carta à Gestapo

declarando que o estado mental de Kesler havia melhorado muito e recomendando sua soltura, desde que a Gestapo não tivesse objeções. Esta aprovou a libertação contanto que os médicos achassem que a segurança pública “não ficava ameaçada”. Kesler foi solto do manicômio. Um mês depois, a Gestapo soube que ele entrara com um processo por demissão injusta contra seu ex-empregador.⁴⁵

Parece que a denúncia de Kesler foi motivada por um grupo de colegas de trabalho que simplesmente não gostavam dele e o queriam ver pelas costas.

O comentário casual segundo o qual a propaganda nazista podia estar mentindo acerca da necessidade de armazenar ferro não chegava a ser uma expressão importante de descontentamento com o regime. Não se encontrou indício convincente de que ele escutasse transmissões radiofônicas estrangeiras. Atipicamente, a Gestapo não examinou as circunstâncias do suposto delito nem os possíveis motivos subjacentes dos denunciantes. Tampouco se explicou o porquê de o procurador-geral ter mandado Kesler para um hospital psiquiátrico. É muito provável que essa decisão tenha sido motivada por um histórico médico de grave doença mental, o que talvez ajude a explicar por que ele tinha dificuldade para se relacionar com os colegas.

Era em lugares públicos, como cafés, cervejarias, hotéis e restaurantes, que os descuidados comentários derrotistas ou contra o regime levavam com mais frequência a denúncias à Gestapo. Na primavera de 1938, um ator foi comer num restaurante próximo à estação ferroviária central de Munique. Iniciou uma conversa aparentemente amistosa com um casal à mesa vizinha. Então fez alguns comentários altamente críticos sobre a política externa de Hitler. A reação do casal deu a entender que os dois reprovavam sua inoportuna manifestação. O ator se apressou a sair do restaurante. O casal relatou o incidente à Gestapo, e o ator foi preso dois dias depois.⁴⁶

Um caso parecido foi relatado por um agente de ligação do SD na Renânia-Vestfália em julho de 1938. Num café, uma mulher de 64 anos observou para seu acompanhante à mesa: “Mussolini tem mais senso político numa das botas do que Hitler no cérebro.” Os donos do café ouviram o comentário e, cinco minutos depois, a mulher foi presa pela Gestapo, que tinha sido avisada por telefone.⁴⁷

Rudolf Henning, nascido em 1909, em Duisbrug, ex-membro da SS e policial da reserva, foi denunciado por Marianne Kroll, uma vendedora, e Helmut Quest, um serralheiro, por fazer “comentários derrotistas” durante uma prolongada libação alcoólica na noite de 25 de julho de 1944, em Remscheid, no Ruhr.⁴⁸ Helmut Quest disse à Gestapo que, no dia 8 de agosto de 1944, encontrou-se inesperadamente com Marianne Kroll, uma velha amiga solteira, numa cervejaria chamada Paisagem Cênica. Afirmou que ela tinha uma “péssima reputação [sexual]”. Marianne lhe disse que queria que ele conhecesse um “sujeito fabuloso” que ela conhecia.

Na noite seguinte, acompanhada de Rudolf Henning e uma amiga de 22 anos, Marianne foi tomar um drinque no apartamento de Quest. Quando o álcool lhe soltou a língua, Rudolf começou a fazer observações profundamente críticas acerca de Hitler e do regime nazista. Os outros o admoestaram para que parasse de falar de modo tão crítico ao regime nazista diante deles. Apesar desse incidente desagradável, os quatro saíram do apartamento de Quest para continuar bebendo numa cervejaria. Embriagado, Rudolf prosseguiu com os comentários antinazistas. A certa altura, disse: “Hitler é uma besta. O inimigo está a apenas sete quilômetros da fronteira austríaca. Pena que Adolf Hitler tenha sobrevivido à tentativa de assassinato [de 20 de julho de 1944]. Do contrário, a guerra já teria acabado.” A seguir, cumprimentou um cliente que passou pela mesa com a saudação “*Heil Moscou!*”, e disse aos companheiros de copo: “Alguns homens da Gestapo não se atrevem mais a

saudar com o “*Heil Hitler!*”, porque sabem que a guerra está perdida.”

Todos esses comentários foram denunciados à Gestapo. Mesmo sendo ex-SS e policial da reserva, Rudolf foi acusado de “alta traição e solapamento da força militar” e colocado em prisão preventiva.⁴⁹ É muito provável que esse tratamento inusitadamente duro a um cidadão alemão tenha se devido ao *timing* do incidente. Ocorreu apenas cinco dias depois de Adolf Hitler ter sobrevivido à famosa Operação Valquíria, um atentado a bomba liderado pelo coronel Claus von Stauffenberg, no dia 20 de julho de 1944. O destino final de Rudolf é desconhecido.

Criticar o regime de Hitler sempre era se arriscar à possibilidade de denúncia. O serralheiro Johann Konte, natural de Essen, foi denunciado por Wilhelm Brunck, um homem da SA licenciado, por ter feito comentários “derrotistas” durante uma discussão na rua.⁵⁰ Brunck e outro companheiro da SA haviam passado a maior parte do dia bebendo numa cervejaria. À meia-noite, resolveram mudar de bar. No caminho, encontraram-se com Johann, que ambos conheciam. Convidaram-no a tomar um trago. Evidentemente muito alcoolizado, Konte retrucou: “Seu ranhento de merda, eu devia arrebentar o seu nariz. Como você se atreve a falar comigo? Dois filhos meus estão na Frente [Oriental].” Os homens da SA não ligaram. Coisa que deixou Konte mais agressivo. Ameaçando bater nos dois, ele gritou: “A SA é feita de covardes e vagabundos.”

Os rapazes denunciaram o incidente à Gestapo. Johann Konte foi levado a interrogatório. Contou que estivera em diversos bares naquele dia e havia consumido muitos copos de cerveja. Não se lembrava de ter se encontrado com os homens da SA. Também achava difícil imaginar que lhes tivesse dito coisas tão asquerosas. O policial observou em seu relatório: “Konte é nacionalista, um sujeito engraçado, boa gente, mas estava bêbado naquela noite.” Sugeriu que aconselhassem Brunck a retirar a acusação. Ele concordou. Este é mais um exemplo de um funcionário da Gestapo

agindo com compreensão e compaixão ao lidar com uma denúncia contra um cidadão alemão obviamente leal ao regime nazista.⁵¹

Outra fonte-chave de denúncias à Gestapo eram os “chefes de quarteirão” (*Blockleiter*) encarregados da tarefa de controlar quarteirões, geralmente cobrindo entre quarenta e sessenta residências. O requisito essencial para ser chefe de quarteirão era a lealdade inquebrantável ao Partido Nazista. Eles mantinham fichas de todos os moradores da região, com pormenores de filiação partidária, status da família e informações profissionais.⁵² Observavam quais famílias ostentavam ou não a bandeira nazista e assistiam aos desfiles e comícios nazistas. Também eram responsáveis por informar a população da política do partido, colher as contribuições dos afiliados, organizar campanhas de arrecadação e emitir cartões de racionamento.⁵³ Recrutados majoritariamente na classe média ou na classe média baixa, podiam até mesmo recomendar às autoridades assistenciais retirar os benefícios estatais dos indivíduos “vadios” do lugar. Nos bairros operários, eram temidos e odiados. Com frequência, o chefe de quarteirão era uma fonte importante de denúncias à Gestapo. “Nós nunca sabíamos quando o nosso chefe de quarteirão viria bisbilhotar”, recorda Ingeborg Tismer. “Só sabíamos que viria, cedo ou tarde.”⁵⁴

Max Reich, de 37 anos, era chefe de quarteirão em Berlim. No verão de 1942, reparou numa pichação num banheiro público que dizia: “Hitler, [o] assassino em massa, precisa ser morto para que a guerra acabe.” Ao visitar o mesmo banheiro no dia 28 de outubro, flagrou um aposentado de 73 anos chamado Wilhelm Lehm escrevendo a giz dizeres antinazistas no sanitário. Deu parte dele à Gestapo. Em 8 de março de 1943, Lehm foi condenado à morte pelo Tribunal do Povo e executado no dia 10 de maio do mesmo ano.⁵⁵

Um militante clandestino do SPD de Berlim fez a seguinte avaliação da eficácia da supervisão dos chefes de

quarteirão:

Atualmente, a supervisão é tão bem organizada que os membros do movimento [de resistência] ilegal já não podem se reunir no apartamento de quem quer que seja. Todas as escadas têm um informante. Esse “ditador da escada”, como se pode chamá-lo, colhe contribuições para a Campanha de Inverno, vai para lá e para cá com todo tipo de formulários, inquire sobre questões familiares e tenta saber de tudo que ocorre sob o sol. Ele tem de conversar com as donas de casa sobre os preços e a escassez de alimentos, enfia-se na casa das pessoas, deve descobrir que jornal elas leem, que tipo de vida levam [...] Efetivamente, todo morador recebe a visita de um desses chefes de quarteirão pelo menos uma vez por semana e por ele é interrogado.⁵⁶

Wilhelm Weffer, um mecânico industrial, era o chefe de quarteirão de um bairro da cidadezinha renana de Tönisvorst.⁵⁷ Em 15 de junho de 1942, enviou uma carta ao Partido Nazista local afirmando que Johann Hack, nascido em 1888, havia insultado Hitler e andava fazendo comentários derrotistas. Johann era um ferroviário inválido que morava com a esposa, Anna.⁵⁸ Na carta ao partido, Weffer dizia que Johann era “marxista” e um “grande beberrão”. Depois de passar um dia inteiro bebendo muito numa cervejaria do lugar, ele supostamente fizera várias declarações antinazistas diante de quatro testemunhas, inclusive um membro da Juventude Hitlerista. Dizia que o Exército ia combater a SS; que todos os dirigentes do Partido Nazista eram corruptos; e que Hitler não passava de um artista, não era um líder militar brilhante como Napoleão.

Essas acusações acabaram sendo encaminhadas para a Gestapo. Hack foi preso no dia 24 de agosto de 1942. Ao ser

interrogado, afirmou que era um alemão patriótico condecorado na Grande Guerra. Negou ser marxista, mas admitiu ter sido afiliado ao SPD socialista entre 1920 e 1921. Disse que insultara Hitler na cervejaria, mas num momento em que estava bêbado, de modo que não podia ser levado a sério.

O relatório do escritório de Krefeld da Gestapo, datado de 25 de agosto de 1942, observou que a prova do chefe de quartirão havia mostrado que Hack era culpado e recomendou uma sentença dura que servisse de exemplo, para os outros, das consequências de protestar contra o governo nazista em lugar público. O caso foi encaminhado para o promotor público. Este recomendou que Hack fosse processado. Em 15 de dezembro de 1942, o juiz do Tribunal Especial de Krefeld concluiu que Johann Hack, que já havia passado um mês na prisão, em 1934, por “agitação política” e continuava “criticando e insultando Hitler e os membros de seu governo”, devia cumprir seis meses de reclusão.⁵⁹

Uma das denúncias mais curiosas com que a Gestapo teve de lidar foi a do operário não qualificado Adam Lipper, nascido em 1892, em Völklingen, na região do Sarre, que denunciou a si próprio. Entre 1919 e 1935, sua cidade natal ficou sob domínio francês, devido aos termos do Tratado de Versalhes. Depois de um referendo em 1935, voltou à jurisdição alemã.⁶⁰ Durante a Primeira Guerra Mundial, Adam serviu o Exército alemão, mas, tendo sido capturado pelo francês, foi prisioneiro de guerra de outubro de 1916 até o fim da guerra. Em 1924, ingressou na Legião Estrangeira francesa e lá ficou até 1935. Tornou-se alcoólatra nesse período. Achou muito difícil a readaptação à vida civil. Trabalhou numa mina de carvão, mas largou o emprego em 1938 sem dar nenhum motivo. Agora desempregado, recebia ajuda social do Estado. Recusou várias propostas de emprego intermediadas pela agência regional do trabalho e andava bebendo muito.

No dia 1º de março de 1940, Adam Lipper entrou no escritório local da Gestapo e pediu para ficar seis meses

num campo de concentração, a fim de se curar do alcoolismo crônico. Afirmou que uma temporada num campo de concentração o curaria e o ajudaria a ser um membro leal e trabalhador da Comunidade Nacional. A Gestapo encarou com desconfiança esse pedido esquisito. Estudou minuciosamente os antecedentes de Adam. Seu tempo de soldado na Legião Estrangeira francesa não tardou a vir à luz. Ele enfrentou um interrogatório prolongado, durante o qual prometeu “fazer e acontecer” se não fosse internado num campo de concentração, ainda que não dissesse o que pretendia fazer e acontecer. Como ele se obstinasse em não responder às perguntas sobre o que tinha feito na Legião Estrangeira, a polícia do Estado decidiu trancafiá-lo na prisão enquanto prosseguia na investigação. Geralmente, quem tinha sido da Legião Estrangeira francesa era considerado um espião potencial. Essa possibilidade não tardou a ser descartada. Adam tinha grande dificuldade até para se levantar de manhã. Seu alcoolismo era conhecidíssimo na comunidade em que ele vivia.

No dia 18 de abril de 1940, depois de sete semanas de “terapia” autoinduzida na cela da prisão, sem álcool, Adam Lipper se declarou “curado” e pediu para ser solto. A Gestapo sancionou sua libertação. Ignora-se seu destino subsequente.⁶¹

A derrota em Stalingrado, em fevereiro de 1943, provocou a deterioração aguda do moral público alemão. As piadas que as pessoas contavam entre si passaram a ser cada vez mais críticas ao regime, mais notavelmente: “Qual é a diferença entre o sol e Hitler? O sol nasce no Leste, mas Hitler cai no Leste.” Em 8 de julho de 1943, um relatório do SD observou:

As anedotas vulgares prejudiciais ao Estado, até mesmo sobre o próprio Führer, vêm aumentando consideravelmente desde Stalingrado. Nas conversas nos cafés, nas fábricas e em outros lugares de encontro, as pessoas contam as últimas piadas

políticas e, em muitos casos, não distinguem as de conteúdo inofensivo das obviamente contrárias ao Estado. Mesmo pessoas que mal se conhecem trocam anedotas. Evidentemente, partem do princípio de que podem contar qualquer piada sem medo de uma dura rejeição, muito menos de ser denunciadas à polícia [Gestapo].⁶²

Na realidade, as consequências para os denunciados por fazerem comentários antinazistas nos últimos estágios da guerra eram geralmente fatais. Em setembro de 1944, um major reformado de 73 anos foi denunciado pelo genro, que era soldado e estava de licença. Ele afirmou que o sogro, além de escutar rádio estrangeira, fazia frequentes observações “derrotistas”. O ex-major do Exército foi detido, julgado e mandado para a prisão, na qual morreu em 11 de março de 1945.⁶³ Os alemães que tentavam lucrar com o impacto dos ataques aéreos aliados recebiam tratamento igualmente severo. Paula, uma jovem de Colônia sem antecedentes criminais, foi denunciada à Gestapo por um vizinho que a viu saindo de uma casa bombardeada levando três latas de café, umas cortinas velhas e um vestido. Presa e interrogada pela polícia do Estado, ela foi enforcada publicamente.⁶⁴

Em 20 de maio de 1943, Hugo Bauer denunciou seu senhorio por escutar transmissões radiofônicas estrangeiras, coisa que ele afirmou ter ouvido ao passar pela porta do apartamento do homem. A Gestapo desconfiou que a acusação tivesse motivação pessoal, classificou Bauer como um “parasita do corpo político” e o mandou para o campo de concentração de Sachsenhausen.⁶⁵

As autoridades nazistas se preocupavam cada vez mais com a capacidade do público de aguentar o impacto psicológico dos bombardeios aliados. Em maio de 1944, um relatório secreto do SD acerca do moral civil observou:

“Muitos camaradas [...] têm ouvido continuamente as sirenes antiaéreas, o rumor do motor dos aviões atacantes, os tiros da artilharia antiaérea e as explosões das bombas e, com a maior boa vontade do mundo, já não podem se livrar das impressões [negativas].”⁶⁶

Depois de um ataque da RAF a Essen, no dia 1º de maio de 1943, o bombeiro Hans Elsäss informou a Gestapo que um empresário havia gritado de modo amalucado comentários antinazistas na rua. O bombeiro ia passando de carro pelas ruas bombardeadas de Essen, às 7h15, quando ouviu um homem gritar repetidamente “Viva Moscou!” pela janela do quarto para os transeuntes. Tratava-se de Walter Needen (nascido em 1903). Era casado e dono de uma próspera fábrica.⁶⁷

Walter foi submetido a interrogatório em 27 de maio de 1943. Disse à Gestapo que sempre tinha sido adversário do comunismo e era membro do Partido Nazista desde 1º de maio de 1937. Embora declarado apto para o serviço militar em julho de 1940, fora dispensado por ser necessário para gerir a sua fábrica no *front* doméstico. Contou que o motivo de ele ter se enfurecido tanto naquela noite foi o fato de sua fábrica e sua casa terem sido danificadas pelo bombardeio aliado. Isso o levou a beber muito toda a madrugada. De manhã, abriu a janela do quarto, viu uns rapazes de motocicleta e gritou para eles: “Nós estamos num paraíso soviético. Viva Moscou!” Estava tão bêbado que não se lembrava bem do que tinha feito ou dito. Sua esposa confirmou que ele se achava embriagadíssimo na hora do incidente. A explicação de Walter pareceu verossímil. A polícia do Estado soltou-o sem acusação.⁶⁸

Se o sucesso de uma força policial for avaliado pelo número de casos que acaba em condenação no tribunal, pode-se classificar a Gestapo como extremamente ineficiente na maneira como lidava com as denúncias. O estudo de uma amostra de tais casos na região de Würzburg revelou que somente 20% deles foram levados ao tribunal e que 75% destes não resultaram em condenação.⁶⁹ A

brutalidade da polícia secreta desaparece quase inteiramente nos casos de denúncia que envolviam alemães “comuns”, o que reforça a ideia de que, ao passo que o sistema de terror nazista mostrava um lado feroz para com uma série de adversários claramente definidos, a Gestapo se apresentava mais profissional e humana no trato com os cidadãos alemães ordinários. Por agir constantemente como uma espécie de “mediador” em questões de mexerico inócuo entre os membros da Comunidade Nacional, ela passou a ser um órgão em que o público cumpridor da lei sentia que podia confiar.

Os casos de denúncia aqui examinados respaldam a opinião de que a Gestapo era um órgão predominantemente reativo e confiava muito na cooperação pública. A leniência surpreendente exposta na maioria dos casos deve-se ao fato de os acusados serem cidadãos alemães “comuns”, não considerados como perigosos para o regime nazista. Os motivos dos denunciadores nos casos que implicavam cidadãos ordinários não são fáceis de categorizar. Na maior parte, tratava-se de tentativas de mostrar lealdade ao sistema, mas outros tentavam usar a Gestapo para ajustar contas pessoais.⁷⁰ Poucas acusações, ainda que em geral mesquinhas, careciam totalmente de fundamento. O resultado, para os acusados, variava muito quando se tratava de crimes idênticos. Com frequência, a Gestapo passava muito tempo examinando exaustivamente questões que acabavam se mostrando muito triviais. Em muitas das expressões mais óbvias de dissidência pública, o excesso de álcool tem um papel central. Pouco a pouco, o público se deu conta de que era perigoso fazer tais comentários em cervejarias. Um estudo de denúncias no arquivo do tribunal da cidade bávara de Augsburg mostra que 75% dos casos começaram com uma denúncia numa cervejaria em 1933, mas, em 1939, esse número declinou para 10%.⁷¹

Nos estágios finais da guerra, as autoridades judiciárias nazistas reconheceram que as denúncias falsas levavam a

Gestapo a perder muito tempo. Como disse uma carta do Ministério da Justiça de 1º de agosto de 1943: “O denunciante é - segundo um velho ditado - o maior canalha de todo o país. É verdade principalmente no caso daqueles que, apesar de serem sensatos, denunciam falsamente um concidadão às autoridades a fim de lhe causar dano.”⁷²

6

A guerra racial contra os “marginais sociais”

A destruição da oposição política e religiosa foi o objetivo central da Gestapo nos primeiros anos do governo Hitler. A partir da metade da década de 1930, o regime nazista passou a empregar termos pseudoeugênicos para descrever seus “inimigos raciais” mais amplamente definidos. Estabeleceu-se uma hierarquia racial, que ia dos membros “mais valiosos” aos “menos valiosos” da Comunidade Nacional. Então, o trabalho da polícia do Estado tornou-se um empreendimento mais cooperativo que envolvia a polícia criminal (Kripo) e uma ampla gama de funcionários do bem-estar social e da saúde, todos determinados a lidar com um grupo definido em linhas gerais como “marginais sociais”.

Em 1937, Reinhard Heydrich definiu o papel da Gestapo e da Kripo em termos abertamente raciais:

A responsabilidade geral da Polícia de Segurança [SIPO] é salvaguardar o *Volk* alemão como um ser total, sua força vital e instituições de qualquer tipo

de destruição ou desintegração. Defensivamente, ela deve repelir os ataques de todas as forças de algum modo capazes de debilitar ou destruir a saúde da força vital [...] Ofensivamente, deve investigar e, assim, combater de maneira antecipatória todo o oposicionismo para que essa oposição não possa evoluir para algo destrutivo e desintegrador.¹

Os tidos por excluídos da Comunidade Nacional (*Volksgemeinschaft*) racialmente idealizada seriam objeto de uma perseguição implacável. Entre esses amplamente definidos como “associais” incluíam-se os criminosos comuns, os homossexuais, os agressores sexuais, as prostitutas, os desempregados há muito tempo, os alcoólatras, os mendigos, os delinquentes juvenis, as gangues de rua e os ciganos. Um projeto de lei de 1944 sobre o Tratamento aos Estranhos à Comunidade definia os “marginais sociais” como indivíduos que:

1. mostram-se, na personalidade ou na conduta da vida, e especialmente à luz de qualquer deficiência incomum da mente ou do caráter, incapazes, por esforço próprio, dos requisitos mínimos da Comunidade Nacional;
2. (a) devido à vadiagem ou ao desmazelo, levam uma existência inútil, perdulária e desordeira e, desse modo, são um fardo ou um perigo para a comunidade;
ou
apresentam o hábito ou inclinação à mendicância ou à vadiagem, ao desleixo no trabalho, ao roubo, à vigarice ou a outros delitos graves, ou se entregam à embriaguez excessiva, ou, por quaisquer outros motivos, descumprem a obrigação de sustentar a si próprios;
ou

- (b) em virtude de persistente mau humor ou beligerância, perturbam a paz da comunidade;
3. mostram-se, na personalidade ou na conduta da vida, mentalmente propensos à perpetração de crimes graves.²

Décadas antes da tomada do poder pelos nazistas, a disciplina pseudocientífica da eugenia afirmava que só a procriação seletiva podia reduzir o número de indivíduos criminosos e antissociais na sociedade. O termo “eugenia” foi cunhado pelo cientista britânico Francis Galton. A expressão “higiene racial” foi empregada pela primeira vez num livro do alemão Alfred Ploetz, de 1895, que defendia a tese da superioridade da raça “ariana” alemã. As ideias eugênicas eram populares em diversos outros países. Muitos biólogos concluíram que as diferenças humanas eram hereditárias e inalteráveis. Isso implicava que a raça humana só podia se aprimorar pela melhora da reprodução, como acontecia com os cavalos de corrida e os cães de raças de elite. Além de popular, a ciência da eugenia tornou-se respeitável, tida por moderna e fundamentada. Na Grã-Bretanha, fundou-se uma Sociedade Eugênica em 1902. Em 1909, a University College de Londres nomeou um professor de eugenia. Promulgaram-se leis de esterilização na Suíça (1928), na Dinamarca (1929) e na Noruega (1934). A Suécia manteve leis de esterilização até 1975. O programa de esterilização mais amplo surgiu nos Estados Unidos, onde não menos que 39 estados americanos, a começar por Indiana, em 1899, passaram a esterilizar os deficientes mentais e físicos. Estima-se em 12.145 o número de pessoas esterilizadas nos Estados Unidos entre 1907 e 1932.³ Políticas sociais destinadas a melhorar o “estoque racial” foram aceitas em muitos outros países, como a China, o Brasil e a Índia.⁴

Em 1920, dois médicos alemães – Karl Binding e Alfred Hoche – publicaram um livro intitulado *Permissão para destruir vida indigna de ser vivida*. Ele identificava vários

indivíduos “sem utilidade social ou econômica”, muito especialmente os “idiotas incuráveis” e os deficientes mentais. Os autores também propunham que se outorgasse o direito ao suicídio assistido aos doentes terminais. Importantes lideranças nazistas apoiaram vigorosamente essas ideias e queriam implementá-las se tomassem o poder. Transformaram-se em adeptos apaixonados das teorias dos cientistas eugênicos. A promessa utópica de Hitler de criar uma “comunidade popular” livre de conflito e racialmente pura tocou um ponto sensível, sobretudo dos eleitores da classe média, que achavam muito atraente a postura de lei e ordem do Partido Nazista. “A explicação que davam nos comícios do partido”, recorda uma mulher de Düsseldorf, “era mais ou menos assim: a ralé precisa ser removida das ruas! Os criminosos contumazes, os agressores sexuais e os parasitas [...] serão reeducados nos campos para fazer trabalho honesto. Aprenderão disciplina e asseio.”⁵

Dias depois da tomada do poder pelos nazistas em 1933, Frick, o ministro do Interior, apresentou as prioridades do novo governo no quesito despesas sociais. Haveria dinheiro para gastar com todas as “pessoas sadias e racialmente sãs”, mas também haveria um rigoroso programa de cortes de despesa pública com os considerados “inferiores e antissociais”, assim como novas políticas radicais para “impedir a reprodução de indivíduos gravemente deficientes”.⁶ No dia 14 de julho de 1933 foi publicado o projeto de Lei de Prevenção da Progenie de Portadores de Doenças Hereditárias. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 1934.

Ficava autorizada a esterilização compulsória dos portadores de debilidade mental congênita, esquizofrenia, psicose maníaco-depressiva, epilepsia, doença de Huntington, cegueira hereditária, surdez e deficiência física grave. Também passava a ser possível a esterilização dos alcoólatras crônicos. Emendas subsequentes fizeram com que esse procedimento médico que tinha limitações

definidas permitisse a médicos e autoridades previdenciárias invocar “razões sociais” para a esterilização. Aproximadamente 60% dos esterilizados eram definidos como “débeis mentais”. As estimativas do total de pessoas esterilizadas na Alemanha nazista entre 1933 e 1945 oscilam entre 350 mil e 400 mil.

Em cada caso de esterilização, o primeiro passo era a recomendação de um médico do serviço público de saúde, de um assistente social ou do diretor de um manicômio estatal, de um asilo ou de um presídio. Os funcionários da previdência social esquadriavam prontuários médicos, relatórios escolares e registros de emprego e policiais. Então a pessoa indicada para a esterilização recebia uma carta com a data de uma consulta com um médico local. Nessa consulta, o médico decidia se o paciente seria esterilizado ou não. Criaram-se 220 Tribunais de Saúde Hereditária para administrar o sistema. Eram presididos por dois médicos do serviço de saúde e um advogado. Outros dezoito tribunais cuidavam das apelações. Estas tinham de ser decididas dentro de um mês.

As estatísticas oficiais levantadas pelo Ministério do Interior mostram que, em 1934, o primeiro ano em que a lei vigorou, esterilizaram-se 32.268 pessoas à força. Dentre elas, 17.070 (52,9%) foram classificadas de “débeis mentais”; 8.194 (25,4%), de “esquizofrênicas”; e 4.520 (14%), de epiléticas. Das outras, 201 eram cegas, e 333, surdas.⁷ Houve 4 mil apelações contra a ordem de esterilização compulsória, mas somente 441 foram bem-sucedidas. As audiências nos tribunais de apelação geralmente duravam menos de quinze minutos, dado o elevado número de casos examinados por dia. Os homens eram esterilizados por vasectomia; e as mulheres, pela ligadura das trompas de falópio.⁸ Cerca de 5 mil mulheres morreram de complicações pós-operatórias resultantes desse complexo procedimento cirúrgico.

Alguns médicos mais ansiosos, tentando cair nas graças dos nazistas, que os pagavam, começaram a indicar

unilateralmente pacientes próprios. Em 1942, 38 mil médicos alemães eram membros do Partido Nazista, o que representava mais de 50% do total.⁹ Um deles propôs com sucesso a esterilização de uma moça que tinha tido dois filhos “ilegítimos”. A seguir, examinou o histórico familiar da mulher e indicou dez parentes dela. Maria von Linger recordou que seu tio sofria de depressão profunda e tentou se suicidar: “A tentativa falhou. Seu médico notificou o departamento de saúde local e ele sofreu esterilização forçada. Sofreu o maior choque da sua vida. Era um homem muito bonito.”¹⁰

Em 1937, os funcionários do Estado pediram aos clínicos gerais que, ao entrevistar os candidatos à esterilização, fizessem perguntas sobre a vida profissional dos indivíduos, seu entorno e se eles haviam sido aprovados no teste da vida. Acrescentaram-se testes de inteligência ao processo de determinação da esterilização, os quais incluíam questões de conhecimento geral como “Quem descobriu os Estados Unidos?” ou “Quando nasceu Colombo?”. Os médicos indicavam para a esterilização principalmente indivíduos de origem proletária. Os mais abastados tinham condições de contratar advogados para lutar contra a esterilização compulsória. Em Hamburgo, um grupo de acadêmicos chegou a produzir um mapa dos antissociais da cidade. Nele, a maior concentração de “associais” ficava numa agitada favela da zona portuária que antes fora um baluarte comunista.¹¹ Os critérios usados para esterilizar a maioria das pessoas fisicamente capazes tornaram-se tão elásticos que podiam se aplicar a praticamente qualquer um. Nos círculos policiais, previdenciários, acadêmicos e médicos generalizou-se a convicção de que o comportamento antissocial era uma característica hereditária. As razões invocadas pelos médicos para a esterilização passaram a ser cada vez mais ditadas por evidentes preconceitos sociais e, em especial, de classe. Bem típicas são as observações de um médico considerando

a indicação de um vagabundo com base na “debilidade mental moral”:

Na sua ficha da assistência social, é descrito como um mendigo ou vadio que perdeu a posição social. Recebe 50% da pensão de ferido de guerra por causa de uma tuberculose nos pulmões e nos intestinos. Gasta o dinheiro muito irresponsavelmente. Fuma demais e às vezes se embriaga. Fica repetidamente recolhido em Farmsen [um albergue de sem-teto]. Geralmente, sai da instituição para vagabundear. Já foi condenado por resistência à prisão, desordem, difamação pública e danos físicos graves. Em sua ficha da previdência consta que ele perturbou várias vezes o funcionamento do serviço e agrediu fisicamente os funcionários.¹²

Os vadios e mendigos eram considerados “associais” clássicos. Em 1933, 500 mil alemães não tinham moradia fixa. Os nazistas emitiram um “Livro de registro de vadios” para todos os sem-teto, em que deviam registrar seus movimentos entre aldeias e cidades, assim como estadas em albergues noturnos. Aqueles que não o apresentassem à polícia quando exigido eram classificados de “vagabundos indisciplinados” e geralmente detidos em campos de concentração por tempo indeterminado. Em setembro de 1933, 100 mil vadios foram presos numa operação gigantesca da polícia criminal. Não tardaram a ser soltos, porque, na época, não havia campos de concentração grandes o bastante para alojá-los. Em 1934, um funcionário do Partido Nazista em Kassel propôs uma “solução” radical para o problema dos vagabundos numa carta a um importante graduado do Estado:

O objetivo das medidas legislativas e administrativas não deve ser seguir a linha de menor resistência e

canalizar as pessoas ao longo de linhas ordenadas. A meta tem de ser retirar inteiramente o direito de existir do vagabundo indigente. Não se pode negar que essa meta só será alcançada com grande dificuldade, mas, se há um momento adequado para atingi-la, é agora que o Estado tem condições de agir se houver uma cooperação resoluta entre o Judiciário e a polícia.¹³

Um motivo cada vez mais citado para esterilizar pessoas “antissociais” como os vadios era um “distúrbio” definido sem muito rigor e chamado “retardo mental moral”. Não tinha absolutamente nenhuma base médica. Um laudo sobre 450 casos de esterilização empreendida pela divisão de higiene racial do Departamento de Saúde Pública, em 1936, observava que nenhum dos esterilizados com esse “distúrbio” apresentava “déficit de inteligência”. No entanto, eles mostravam o que um funcionário chamou de “completa indiferença pelos valores morais”. Outra “doença” igualmente vaga usada para justificar a esterilização era chamada de “retardo mental hereditário”. No hospital universitário de Göttingen, 58% das mulheres esterilizadas foram registradas como portadoras desse distúrbio, definido de forma muito imprecisa.¹⁴

O regime nazista criou Centros de Aconselhamento para o Aperfeiçoamento da Saúde Genética e Racial. As mulheres prestes a se casar recebiam um folheto intitulado “Dez mandamentos para a escolha de um marido”:

1. Lembre-se de que você é uma alemã.
2. Se você for geneticamente sadia, não deve ficar solteira.
3. Mantenha o corpo puro.
4. Mantenha a mente e o espírito puros.
5. Sendo alemã, você deve escolher um marido do mesmo sangue ou nórdico.

6. Ao escolher o marido, indague sobre seus ancestrais.
7. A saúde também é uma pré-condição da beleza física.
8. Case-se unicamente por amor.
9. Não procure um amigo, mas um companheiro para o casamento.
10. Você deve querer ter tantos filhos quanto possível.¹⁵

A política racial nazista tendia cada vez mais a encarar as famílias pobres e problemáticas como porquinhos-da-índia úteis para experimentos sociais. Em Bremen, em 1939, as autoridades municipais resolveram investigar se as famílias problemáticas e antissociais podiam ser transformadas em membros ajustados da Comunidade Nacional nazista. Começaram a se desenvolver projetos de engenharia social nazista. Em 1936, a Câmara Municipal adquiriu por 600 mil marcos um terreno isolado em Hashude, na periferia da cidade. Nele se construíram 84 casas de concreto e ferro à prova de vândalos, em forma de L, sem entrada nos fundos. Cada porta dianteira era visível para uma torre de observação com guardas armados. Uma sebe dupla ocultava a cerca de arame farpado que rodeava o perímetro.

As famílias mandadas para esse lugar eram selecionadas pelos assistentes sociais. Todos os pais tinham uma longa história de problemas sociais graves, entre os quais o alcoolismo, o vandalismo e condenações por crimes leves. Quase todos estavam em conflito com os vizinhos existentes. Os filhos eram maus elementos nas regiões em que moravam e não frequentavam a escola. Em Hashude, essas famílias problemáticas foram intensamente supervisionadas e monitoradas diariamente durante seis meses. Os homens eram obrigados a sofrer trabalho pesado e árduo, as mulheres passavam por longos períodos de faxina doméstica e as crianças eram forçadas a assistir a

aulas num jardim de infância interno. O mau comportamento e o descumprimento das normas eram tratados com tolerância zero. Quando o comportamento da família melhorava, ela era autorizada a morar em casas geminadas no terreno. Em julho de 1940, a instalação foi fechada. Muitas famílias bem-comportadas achavam que as problemáticas não deviam ser recompensadas com casas boas em troca de mau comportamento. Uma lista do que aconteceu com as 84 famílias de Hashude sobreviveu. Mostra que 59 delas melhoraram a ponto de poder voltar a morar dentro da comunidade local, considerou-se que outras sete “melhoraram”, mas dezoito foram classificadas como “completamente não regeneradas”. Esse experimento inovador da engenharia social nazista foi caríssimo e não se repetiu em outros lugares.¹⁶

Um grupo que Himmler e Heydrich decidiram que não podia se regenerar foi o dos delinquentes contumazes. Um dos aspectos menos conhecidos da Alemanha nazista é o da brutalidade com que o regime perseguiu os criminosos de longa data. Em 24 de novembro de 1933, a Lei contra os Criminosos de Carreira Perigosos permitiu a “prisão preventiva ilimitada” de qualquer pessoa condenada duas vezes por um delito qualquer. Se um criminoso já tivesse sido sentenciado duas vezes à pena de seis meses de reclusão, o juiz estava autorizado a condená-lo, retrospectivamente, a quinze anos de prisão pelo crime atual. Uma subcláusula dessa lei autorizava o tribunal a ordenar a castração de criminosos sexuais com idade acima de 20 anos que já tivessem cometido mais que um delito. Entre 1934 e 1939, 1.808 presos foram castrados à força. Cerca de 70% eram pedófilos condenados. Os estupradores formavam o segundo maior grupo sujeito à castração. A maioria dos criminosos sexuais castrados tinha entre 30 e 50 anos de idade e era de origem muito pobre. Os criminologistas da Alemanha de Hitler consideravam a política de castração de criminosos sexuais como um sucesso, apontando para uma taxa de reincidência nos

crimes sexuais inferior a 5%.¹⁷ As estatísticas criminais registram algumas quedas surpreendentemente acentuadas das condenações sexuais na era nazista. Tais declínios foram extraordinários durante a guerra, quando a maioria dos homens entre 18 e 40 anos de idade estavam servindo as forças armadas. Entre 1939 e 1943, o número de condenações por estupro caiu de 7.614 para 2.212, representando um declínio de 72%, e os crimes sexuais contra crianças menores de 14 anos diminuíram de 6.285 para 2.480, representando uma queda de 60,5%.¹⁸

A partir de 1º de janeiro de 1934, os indivíduos definidos como “criminosos habituais perigosos” não tinham sequer o direito de ser postos em liberdade depois de cumprir uma pena de reclusão. A polícia também enxergava essa política como um sucesso enorme. Em março de 1932, por exemplo, houve 67 assaltos à mão armada em Berlim, mas, em março de 1934, eles se reduziram a doze.¹⁹ No início de 1935, essa lei passou a ser aplicada a todos os criminosos contumazes. Em 30 de abril de 1938, somente 701 criminosos contumazes saíram da prisão. O uso dessas punições sem prazo definido era extremamente traumático para os presos. Franziska, que tinha várias condenações por pequenos furtos, exprimiu sua frustração numa carta à família: “Estou totalmente amargurada ficando aqui e sem saber por que e durante quanto tempo [...] Vou enlouquecer se isto continuar assim [...] É um suicídio lento.”²⁰ Outro preso, chamado Gustav, tido pelos funcionários do presídio como “vagabundo” e “ladrão persistente”, fez a seguinte apelação ao tribunal:

Eu nego que seja um “ladrão incorrigível”. Quando cometi minhas transgressões, eu era muito jovem e mal tinha consciência dos meus crimes [...], que hoje me causam repulsa e que decididamente não voltarei a cometer. Durante todos os meus furtos, eu estava sofrendo privação [e] durante meus últimos

furtos, que cometi em 1930, raramente peguei mais do que eu precisava para viver.²¹

Em março de 1937, a Kripo fez incursões em larga escala contra criminosos contumazes. Elas resultaram na prisão de 2.752 pessoas, inclusive arrombadores (938), ladrões (741), criminosos sexuais (495) e vigaristas (436). Somente 372 chegaram a ser soltos, e 68 morreram na prisão.²² Essa política de “dois delitos e você fica preso para sempre” contava com o respaldo de pesquisas estatísticas da criminalidade, que mostravam que os criminosos contumazes cometiam a maior parte dos delitos. Uma dessas pesquisas, feita pelo Ministério da Justiça em 1937, constatou que 72% dos criminosos contumazes eram condenados pela primeira vez antes de completarem 21 anos. Achava-se que, depois dessa idade, era improvável que os delinquentes se regenerassem, portanto, confiná-los na prisão indefinidamente era a melhor solução para a Comunidade Nacional.²³ A política de dura condenação dos crimes leves parece ter tido pouco impacto sobre a redução de tais delitos. Aliás, o número de pequenos furtos subiu de 44.352 em 1939 para 82.828 em 1943, um aumento de 71%.²⁴

No dia 14 de dezembro de 1937, o Ministério do Interior promulgou um novo decreto, chamado Combate Preventivo ao Crime, estendendo a “prisão policial preventiva” a todos os criminosos persistentes que “ameaçassem o público”. Arthur Nebe, o chefe da Kripo, era um defensor entusiasta da prisão preventiva. O índice geral de criminalidade na Alemanha nazista declinou de 444.036 delitos, em 1937, para 266.223, em 1940. O recuo dos delitos perpetrados por “criminosos contumazes” foi igualmente considerável: de 171.430, em 1937, para 86.668, em 1940.²⁵ Os delinquentes tinham sido excluídos da Lei da Esterilização, mas a doença da “debilidade mental hereditária”, oficialmente sancionada, possibilitou aos diretores de

presídio, em colaboração com os médicos, ordenar a esterilização de presos. Entre 1933 e 1939, nada menos que 5.397 presidiários foram esterilizados compulsoriamente (4.909 homens e 488 mulheres). Muitos eram definidos como portadores de doença mental ou considerados “seriamente sociais”, e entre eles se achava uma elevada proporção de vadios, alcoólatras e prostitutas. Os laudos dos médicos de presídio recorriam frequentemente a expressões como “mentalmente inferior” ou “idiota demais para palavras”, a fim de justificarem uma ordem de esterilização. No caso das mulheres, ser “moralmente instável” ou “sexualmente rebelde” era motivo suficientemente válido para acabar com o seu direito de ter filhos.²⁶

Durante o período de guerra, o duro tratamento dado aos criminosos habituais se intensificou. Em 5 de setembro de 1939, promulgou-se o decreto contra as Pestes Nacionais. Seu alvo eram três elementos criminosos: o explorador de blecaute, o ladrão e o sabotador antissocial. O Decreto contra os Criminosos Violentos, de 5 de dezembro de 1939, outorgou aos tribunais muito mais poder para lidar com gângsteres e criminosos violentos. A população carcerária subiu de 120 mil, em 1939, para 200 mil, em 1945.²⁷ No dia 20 de agosto de 1942, Adolf Hitler disse a um funcionário da Justiça que era errado manter “os vermes criminosos nos presídios” enquanto os exemplos “mais esplêndidos” da raça alemã se sacrificavam no campo de batalha. A implicação era que ainda se ofereciam condições favoráveis aos criminosos nas prisões. Otto Georg Thierack, o novo ministro da Justiça, aceitou imediatamente o desafio. Num acordo clandestino com a SS de Himmler, inaugurou um programa secreto de extermínio voltado especificamente para a eliminação de presidiários “sociais”. Os escolhidos eram transferidos para campos de concentração em que sofriam o “aniquilamento pelo trabalho”, um eufemismo para levar os presos a morrerem de fome e de trabalho excessivo. A “transferência geral” de presos “sociais”

começou em outubro de 1942, mas as transferências individuais de presidiários selecionados prosseguiram até o fim da guerra. Quase todos iam para campos de concentração em território alemão. A Kripo, geralmente auxiliada pela Gestapo, organizava as operações. Os presos eram transportados para os campos de concentração em caminhões grandes ou em trens especiais. No fim de abril de 1943, aproximadamente 14.700 tinham sido mandados para os campos de concentração (13.100 homens e 1.600 mulheres).²⁸ Um transferido típico era um criminoso insignificante chamado Richard. Tinha uma longa lista de condenações por pequenos furtos, inclusive a subtração de uma mangueira de jardim de uma fazenda. Foi enviado ao campo de concentração de Mauthausen, em 29 de novembro de 1942. Morreu dois meses depois. Ao todo, estima-se que 20 mil presidiários foram confinados em campos de concentração e pouquíssimos sobreviveram. Em 1944, 7.736 dos 10.231 presos levados a Mauthausen tinham morrido de fome ou sido executados.²⁹ O assassinato de presidiários alemães de longa data é mais um exemplo da vasta política genocida levada a cabo pelo regime nazista.

Outro grupo que os nazistas classificavam como marginais sociais eram os desempregados de longo tempo. A punição para eles passou a ser o trabalho escravo, muito embora o crime de desemprego não existisse oficialmente. No dia 26 de janeiro de 1938, Heinrich Himmler informou a Gestapo e a Kripo sobre seu plano de organizar incursões-surpresa em todo o país durante a chamada Campanha Nacional contra a Vadiagem. O decreto definia o “vadio” como a pessoa apta para o trabalho que tivesse largado duas vezes o emprego sem motivo claro. Até então, a Gestapo nunca visara daquele modo os desempregados de longa data. Os departamentos de emprego locais eram convidados a informar os agentes da polícia do Estado sobre os nomes e endereços dos indivíduos. O motivo oculto dessa procura de desempregados não era simplesmente

racial. Himmler queria forçá-los a trabalhar nas fábricas agora vinculadas a campos de concentração.

A ordem dada à Gestapo dizia que somente os “dispostos a trabalhar” seriam aproveitados e definia os seguintes como inadequados à prisão: alcoólatras, ciganos, idosos, vadios e criminosos habituais. A Operação Vadiagem iniciou-se em 21 de abril de 1938 e durou nove dias. Segundo um relatório, 1.500 “associais” foram capturados e transportados para campos de concentração.³⁰ Heydrich achou que a Gestapo havia definido os desempregados “associais” de maneira muito restrita. A Kripo foi instruída a montar um conjunto mais vigoroso de incursões contra os desempregados de longa data. No dia 1º de junho de 1938, todas as delegacias da Kripo fixaram o objetivo de prender duzentos “associais” desempregados em sua região. Entre 13 e 18 de junho de 1938, os agentes da Kripo prenderam 8 mil “associais” amplamente definidos, inclusive não só desempregados havia muito tempo, como vadios, mendigos, criminosos e até alguns ciganos. Na lista dos presos figuravam alcoólatras violentos e proxenetas. Essas capturas pretendiam enviar uma advertência clara a todos os “associais” da classe baixa: se continuassem relutantes em trabalhar, acabariam num campo de concentração. Todas as pessoas presas na Operação Vadiagem foram levadas diretamente para os novos campos de concentração de Flossenbürg, Mauthausen e Neuengamme, que já não se destinavam a adversários “políticos” e “religiosos”. Muitos dos outros campos de concentração não eram mais exclusivamente para oponentes políticos e religiosos. Em outubro de 1938, dos 10.188 prisioneiros mantidos em Buchenwald, por exemplo, 1.007 eram “criminosos de carreira”, e 4.341, definidos como “associais”.³¹ Em 1939, os campos de concentração continham mais de 10 mil “associais”. Em Sachsenhausen, 1.600 presos políticos se viram de repente na companhia de 6 mil presos “vadios”.

O uniforme dos “associais” nos campos de concentração levava a marca de um triângulo preto. Sua internação devia

ser para “educá-los”, de modo a se tornarem membros fidedignos da Comunidade Nacional. Ao contrário dos grupos políticos, religiosos e criminosos, os “associais” careciam de solidariedade grupal. Os guardas da SS consideravam-nos preguiçosos, idiotas e covardes. Só os homossexuais e os judeus ficavam abaixo dos “associais” na hierarquia do campo de concentração. A maioria era constituída de indivíduos simplesmente vulneráveis, isolados e geralmente desorganizados, que não tinham sido capazes de se adaptar à vida ou de enfrentá-la. A taxa de mortalidade dos “associais” era muito mais elevada que a dos prisioneiros políticos e religiosos. Muitos morriam quando obrigados a executar trabalho pesado ao ar livre nas pedreiras nos meses de inverno. Os presos políticos, que os guardas da SS consideravam indivíduos de princípio e trabalhadores, eram designados para atribuir aos “associais” novas tarefas laborais pesadas. No dia 18 de junho de 1940, o Escritório Central de Segurança do Reich (RSHA) ordenou que os “associais” ou criminosos habituais não fossem mais soltos dos campos de concentração ou presídios. À medida que os campos se encheram de “associais”, surgiu um regime muito mais brutal, envolvendo trabalho escravo, mais punições e até experimentos médicos.

Os adolescentes também foram pegos na batalha para garantir o ajustamento social. O regime nazista estabeleceu um padrão elevadíssimo de comportamento infantil. Os assistentes sociais empregados pela Secretaria do Menor tinham o direito de solicitar ordem de tutela contra crianças que morassem com famílias “associais”. O número de jovens recolhidos em reformatórios e centros de detenção de menores aumentou extraordinariamente. Em 1941, 100 mil estavam trancafiados nessas instituições. A maioria era recolhida preventivamente pelos assistentes sociais. A taxa de criminalidade infantojuvenil resistiu à tendência geral à queda. Na realidade, os crimes cometidos por menores aumentaram, indo de 17.458, em 1939, para 52.469 em

1942.³² Em março de 1940, o Decreto de Proteção aos Jovens proibiu-os de frequentar bailes e parques de diversão após as 21 horas, assim como de beber álcool, fumar e vagar pelas ruas. As escolas foram chamadas a notificar as autoridades de assistência social do não comparecimento dos alunos. Em março de 1939, o Tribunal do Jovem de Hanau mandou Emmi Krause para um centro de detenção de menores por faltar repetidamente à escola, depois de ter sido localizada pela polícia em companhia de rapazes e soldados de folga, tarde da noite, nas imediações da estação ferroviária central.

Sobreviveram os arquivos de um dos mais rigorosos centros de detenção em Breitenau, no norte de Hessen. Inicialmente, era um asilo de adultos pobres, mas serviu de centro de detenção de crianças e adolescentes no período nazista. O pessoal era mal pago, sobrecarregado de trabalho e sem treinamento. George Saurbier, o diretor, acreditava piamente na missão “racial” do Estado nazista. Tinha uma péssima opinião sobre os que ele chamava de presos da “escória” e as respectivas famílias. Nos relatórios acerca de encontros com os pais visitantes, ele costumava descrevê-los como “ralé biologicamente inferior” ou “retardados mentais”.³³ Às meninas internas, dava drogas sedativas para conter-lhes os “desejos sexuais”, mas um colega de um manicômio próximo o aconselhou a adotar um método diferente e mais barato para lidar com as “garotas promíscuas” em sua instituição quando lhe escreveu numa carta:

A gente só consegue alguma coisa com essas meninas disciplinando-as. Quando esse tipo de coisas acontece aqui, nós as estendemos numa cama e lhes damos um caldo ralo e a mais rigorosa dieta até que fiquem magras e feias. Então as coisas tendem a melhorar [...] Minha experiência diz que não se chega a lugar nenhum drogando-as.³⁴

Saía mais barato matar os presos de fome. O custo diário da alimentação de um interno no centro de Breitenau caiu de 48 para 30 *pfennig* por dia entre 1934 e 1939. Era o equivalente a duas fatias de pão de manhã e um caldo ralo no almoço e no jantar. As crianças fugiam dos centros de detenção por causa dessas rações de fome. Muitas delas, tristes e solitárias, escreviam cartas comoventes aos pais, geralmente pedindo um pouco de comida, tal como a de um menino chamado Rolf:

Por favor, não pensem mal de mim por escrever com tanta frequência, mas faz tanto frio aqui e eu já estou com os dedos gelados. Continuo na casa da desgraça [...] Agora que não vou passar o Natal em casa, por favor, não esqueçam de me mandar alguma coisa. Vejam se pelo menos desta vez arranjam meio *Stollen* [bolo de Natal alemão], um pouco de gengibre, alguns biscoitos do Advento e uns doces.³⁵

Durante a guerra, a Gestapo ficou preocupadíssima com o porquê de os jovens formarem grupos dissidentes. As atividades de dois grupos juvenis foram particularmente investigadas. O primeiro era o Piratas do Edelweiss, composto principalmente por rapazes de 14 a 19 anos que moravam nas regiões operárias de Colônia, Düsseldorf, Essen, Wuppertal e Duisburg. Os Piratas tinham vínculo com vários outros bandos juvenis subversivos, sobretudo os Caras Alucinados, os Navajos e os Piratas do Kittlebach. A Gestapo estava decidida a caçar esses jovens “rebeldes sem causa”. Inicialmente, teve dificuldade para distinguir seu comportamento da mera delinquência juvenil.

Um juiz do Tribunal Especial de Colônia descreveu os membros do grupo:

O uniforme prescrito dos Piratas do Edelweiss é calça curta, meias brancas, camisa xadrez, suéter e cachecol brancos e parca. Além disso, têm cabelo muito comprido. Um pente é usado na meia esquerda, e uma faca, na direita. As meninas pertencentes ao grupo usam suéter ou colete branco. Nos meses mais quentes, saem da cidade às centenas a pé, de bicicleta ou trem. Alternam entre reuniões e viagens. Normalmente, encontram-se à noite nas esquinas, nos portais de entrada ou nos parques. Cantam canções próprias [...] Há pouca homossexualidade. Eles têm relações sexuais com as moças do grupo.³⁶

Quanto mais eram fustigados, mais os Piratas perseveravam em resistir. Uma de suas táticas prediletas era emboscar e atacar os membros da Juventude Hitlerista nos recém-construídos metrô urbanos. Também faziam pichações antinazistas nos prédios públicos. Um relatório do Ministério da Justiça do Reich observou: “Além de tocar a campainha das casas, coisa inofensiva, eles espancam os transeuntes. Em alguns casos, esfregam excremento humano no rosto dos camaradas nacionais.”³⁷

No dia 17 de julho de 1942, uma divisão do Partido Nazista em Düsseldorf enviou o seguinte relatório de atividades à Gestapo local:

Os ditos jovens estão abusando novamente. Tenho sido informado de que as reuniões de jovens chamam atenção mais do que nunca, especialmente depois do último bombardeio em Düsseldorf. Esses garotos [...] se juntam por aí tarde da noite com instrumentos musicais e moças. Como geralmente está fora da Juventude Hitlerista e adota uma atitude hostil para com a organização, esse bando representa um perigo para os outros jovens.³⁸

A Gestapo de Düsseldorf compilou arquivos detalhados acerca dos membros de dezenove grupos de Piratas do Edelweiss em atividade entre 1938 e 1944. Eles fornecem informações interessantes sobre as características sociais do grupo. Em sua maioria, eram adolescentes da classe operária, com idade entre 16 e 19 anos, que anteriormente eram membros de organizações juvenis católicas e frequentavam o ensino fundamental. A maioria havia perdido o pai na guerra. Não faziam parte dos “associais” desempregados há longo período nem dos delinquentes juvenis. A maior parte tinha emprego em período integral, com remuneração média mensal de 100 Reichmarks. Eram membros seguros de si da classe operária, pouco dispostos a se submeter à disciplina rígida exigida pelo regime nazista, mas sem opiniões políticas fortes.³⁹ O Ministério da Justiça aconselhou a Gestapo a distinguir as lideranças, os militantes ativos e os adeptos passivos dos Piratas do Edelweiss. Nos casos menos graves, recomendava-se uma advertência. A detenção de jovens só era usada como último recurso. Os líderes deviam ser “impedidos de prosseguir na sua atividade de quadrilha mediante punições duríssimas”, entre as quais a detenção em campo de “reeducação” de jovens.⁴⁰ Em dezembro de 1942, a Gestapo organizou uma série de batidas na região da Renânia, a fim de pôr fim à violência adolescente. Em Düsseldorf, prendeu dez grupos compostos de 283 jovens; em Duisburg, desbaratou dez grupos e prendeu 260 jovens; em Essen e Wuppertal, capturou oito grupos que somavam 196 pessoas. A maioria era acusada de fazer pichações e distribuir panfletos antinazistas.⁴¹ Dois anos depois, a Gestapo foi muito mais implacável. No dia 10 de novembro de 1944, a de Colônia prendeu e enforcou publicamente treze Piratas do Edelweiss no bairro operário de Ehrenfeld. O objetivo era dissuadir os outros de continuar participando de tais grupos.⁴²

Um tipo muito diferente de protesto juvenil popular surgiu durante o tempo de guerra: a Juventude Suingue e

Jazz. Seus adeptos provinham predominantemente da classe média abastada e instruída das grandes cidades, sobretudo Hamburgo, Berlim, Stuttgart, Frankfurt e Dresden. Admiradores do jazz e do suingue americanos, eles fundavam clubes ilegais, geralmente no porão das espaçosas casas dos pais, e organizavam bailes noturnos. Os relatórios da Gestapo sobre o movimento suingue enfatizam constantemente a atitude livre e aberta dos seus seguidores para com a sexualidade. O relatório de um espião da Juventude Hitlerista, num festival ilegal de suingue em Hamburgo, em fevereiro de 1940, faz uma descrição particularmente vívida das suas atividades:

Toda a música dançante era inglesa e americana. Só dançavam suingue e *jitterbug*. À entrada, havia um aviso no qual as palavras “Proibido Suingue” foram alteradas para “Queremos Suingue” [...] O espetáculo apresentado pelos dançarinos era um horror. Nenhum casal bailava normalmente; havia unicamente suingue da pior classe. Às vezes, dois rapazes dançavam com uma moça; às vezes, vários casais formavam um círculo, de braços dados e saltitando, batendo palmas e até esfregando as nuças.⁴³

Os membros da juventude suingue tinham dinheiro e se vestiam com elegância. Não eram antifascistas, e sim hedonistas apolíticos empenhados em estabelecer uma identidade oposta à propagada pelo regime nazista. Sofriam muita influência da cultura dos inimigos ocidentais capitalistas e democráticos da Alemanha, particularmente dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Embora não passasse de uma pequena minoria, essa juventude descontente e os grupos contraculturais mostram que, muito antes que a guerra terminasse, alguns jovens das grandes cidades estavam desiludidos com a rígida conformidade da Alemanha de Hitler.

A Gestapo também considerava um grave problema das grandes cidades as prostitutas de rua, definidas como “geneticamente enfermas e portadoras de doenças venéreas” e como “um perigo para a vida familiar do Terceiro Reich”.⁴⁴ A Lei de Combate à Doença Venérea de 1927, promulgada pelo governo democrático de Weimar, legalizou a prostituição e proibiu os bordéis administrados pelo Estado. Isso levou as prostitutas a abordarem clientes na rua.

Em maio de 1933, o governo nazista tornou essa prática ilegal. Seguiu-se uma série de batidas antiprostituição. Em Hamburgo, por exemplo, 3.201 foram presas, e 274, obrigadas a fazer tratamento médico contra doenças sexualmente transmissíveis.⁴⁵ Em agosto de 1934, uma prostituta chamada Rosa foi presa pela Kripo por ter roubado 40 Reichmarks de um cliente com quem dormira, o qual deu parte dela. O promotor público chamou-a de “puta de rua imoral e perigosa” e solicitou ao juiz que, ao sentenciá-la, levasse em conta um crime semelhante cometido por ela em 1927. Rosa foi condenada a dezesseis meses de reclusão, que, no entanto, transformaram-se em confinamento por tempo indefinido. Ela nunca mais foi solta.

Não obstante, a partir de 1936, o regime nazista começou a apresentar uma atitude contraditória com a prostituição. As prostitutas passaram a ser tratadas como uma ameaça necessária. Himmler achava que os bordéis organizados ajudavam a impedir que os jovens resvassem para a homossexualidade e até serviam de recompensa para os soldados durante a guerra.⁴⁶ Numa diretiva secreta expedida pelo Ministério do Interior, datada de 9 de setembro de 1939, os bordéis voltaram a ser legalizados, mas se prostituir na rua continuou sendo proibido. As prostitutas passaram a ser registradas, examinadas por funcionários da saúde pública e obrigadas a trabalhar em prostíbulos regulados. As que atuassem fora dos bordéis eram castigadas com rigor. Na noite de 21 de setembro de 1942, um fomalheiro naval entrou num escritório da

Gestapo e informou que uma prostituta, que lhe havia passado uma doença venérea, estava abordando homens numa cervejaria da famosa região hamburguesa de Reeperbahn. Também deu uma descrição da mulher. A Gestapo apressou-se a mandar ao bar um agente, que a prendeu imediatamente. Ela assinou a seguinte declaração:

Eu passei as últimas nove semanas sem trabalhar e ganhei muito pouco nesse período. Praticava a prostituição. Não sabia que estava com uma doença sexual [ainda não tinha sido diagnosticada]. Não vi nenhum sinal dela. Tinha a intenção de ingressar num prostíbulo e continuar no meretrício.

Ela foi colocada em prisão preventiva e mandada a um presídio.⁴⁷

As mulheres que tinham vários parceiros sexuais eram frequentemente denunciadas à Gestapo e à Kripo por comportamento antissocial. No dia 14 de agosto de 1941, a Kripo de Essen ordenou a prisão preventiva de uma mulher divorciada acusada por um assistente social de ter “vida promíscua”. Fora vista frequentando bares na companhia de vários homens, sendo que deixava os filhos sozinhos em casa. As crianças ficaram sob tutela. Ela acabou sendo capturada pela Kripo quando vagava pelas ruas de Duisburg em estado de embriaguez. Foi internada no campo de concentração de Ravensbrück e acabou transferida para Auschwitz, onde morreu em 23 de julho de 1942.⁴⁸

Em 1942, só em Berlim havia 28 prostíbulos controlados. Também havia os estabelecidos para trabalhadores estrangeiros, nos quais trabalhadoras estrangeiras eram prostitutas. Os cidadãos alemães estavam proibidos de frequentar esses lugares. Creia-se ou não, abriram-se bordéis em muitos campos de concentração para oferecer o que Himmler chamava de “incentivo” e “recompensa” aos laboriosos prisioneiros privilegiados conhecidos como

Kapos. Muitas mulheres forçadas a se prostituir provinham do campo de concentração de Ravensbrück. As prostitutas eram substituídas com frequência devido à exaustão. Em 1944, havia prostíbulo nos oito campos de concentração mais importantes da Alemanha. Neles, as prostitutas eram obrigadas a trabalhar. Estima-se que 31.140 mulheres atuaram como prostitutas nos campos de concentração nazistas.⁴⁹

A Gestapo teve uma atitude completamente diferente para com a homossexualidade. A perseguição pública aos homossexuais não era nova nem exclusiva da Alemanha nazista. Na época, a maioria dos países a considerava um crime.⁵⁰ Himmler enxergava na cultura aberta e livre do clube gay Cabaret, da Berlim de Weimar, “o sintoma de uma raça moribunda”. Na SS, fazia frequentes palestras moralistas sobre o tema, com títulos como “Os perigos da homossexualidade para a raça alemã”.⁵¹ Num discurso, disse: “Todos os homossexuais são covardes; mentem como jesuítas. A homossexualidade leva a um estado mental que não se sabe o que faz.”⁵²

Uma declaração política emitida pelo Partido Nazista na República de Weimar delineava bem claramente a sua posição quanto à homossexualidade:

Quem pensa em amor homossexual é nosso inimigo. Nós rejeitamos tudo que emascula o nosso povo e o transforma num brinquedo para nossos inimigos, pois sabemos que a vida é uma luta e que é loucura pensar que os homens alguma vez se abraçarão fraternalmente. A história natural nos ensina o contrário [...] Portanto, nós rejeitamos qualquer forma de lascívia, especialmente a homossexualidade, porque ela nos arrebatou a última chance de libertar o nosso povo do cativeiro que ora nos escraviza.⁵³

O notório parágrafo 175 do Código Penal considerava o intercursos sexual entre homens com idade igual ou superior a 21 anos passível de pena de reclusão. Como era necessário provar a penetração sexual para que houvesse condenação, o número de sentenças sob esse parágrafo foi baixíssimo no período de Weimar. Em 1935, a lei foi ampliada de modo a abranger qualquer “ato inatural”. Isso facilitou muito a perseguição aos homossexuais. Entre 1933 e 1935, com o uso da antiga lei 175, 4 mil homens foram sentenciados. Entre 1936 e 1939, com o uso da nova lei mais abrangente, quase 30 mil homens foram considerados culpados.⁵⁴ O parágrafo 175 não se aplicava às lésbicas. O regime nazista as considerava “aberrantes sexuais”, mas, ao contrário do que diz o mito popular, a Alemanha nazista não criminalizava a atividade sexual entre mulheres. Os prontuários da Gestapo mostram que a maioria dos gays presos sob a lei 175 tinha entre 18 e 25 anos de idade. Eram da mais variada extração social. Durante os interrogatórios da Gestapo, os gays eram forçados a revelar detalhes íntimos de suas experiências sexuais, voltando à primeira infância. As confissões contêm afirmações como: “Eu nunca mais me dedicarei a essa atividade pervertida.”⁵⁵

Infelizmente, devido às dificuldades de ser homossexual no Terceiro Reich, tendemos a ver tais pessoas por intermédio dos documentos remanescentes dos seus perseguidores. Raramente ouvimos a voz pessoal de um gay que tenha vivido naquela época. Entretanto, Gad Beck deixou um relato surpreendente da sua experiência de judeu homossexual em Berlim. Ele sugere que, na capital alemã, não era difícil ter um estilo de vida gay e evitar a detecção:

Eu saía, como se diz atualmente, de modo totalmente despreocupado. Simplesmente acontecia [...] Nunca falei nisso francamente com meus pais, mas não era necessário. Eles sabiam. Meu primeiro relacionamento foi com um rapaz absolutamente

perfeito chamado Otto [...] Nós fazíamos sexo depois do esporte ou da nataçãõ, e eu logo comecei a visitá-lo em casa. Às vezes, até nos divertíamos lá, pois o pai dele passava o dia no trabalho [...] Otto não era o único [...] Outro colega era Martin, que gostava de transar por aí em plena luz do dia no S-Bahn [o sistema suburbano de metrô]. O trem ia lotado e nós ficávamos muito colados um no outro e nos tocávamos e nos esfregávamos um pouco, apalpando-nos e agarrando-nos. Ninguém notava ou se dava ao trabalho de notar [...] Eu praticamente ignorava que o clima político estava se tornando cada vez mais inquietante e opressivo.⁵⁶

Em outubro de 1934, a Gestapo criou uma seção especial encarregada da homossexualidade no quartel-general berlinense. A maior parte dos escritórios das grandes cidades tinha funcionários igualmente dedicados a cuidar dos casos de homossexuais. Lavraram-se fichas de todos os homossexuais ativos. Fundaram-se institutos de pesquisa, em particular o Instituto de Pesquisa Psicológica e Psicoterapia, em Berlim, no qual os gays eram “reeducados” e, quando “curados”, soltos para levar o que os nazistas chamavam de “vida normal”. Os psiquiatras em atividade nesse instituto acreditavam que os homens heterossexuais muitas vezes eram seduzidos por homossexuais a se tornarem igualmente gays. Portanto, a terapia se concentrava em tentar impedir os homossexuais de seduzirem os outros e em incentivá-los a adotar o estilo de vida heterossexual quando postos em liberdade. Nos casos em que se considerava impossível persuadir uma pessoa a abandonar a homossexualidade, recomendava-se a castração antes da soltura. No dia 1º de outubro de 1936, criou-se o Escritório Central de Segurança do Reich de Combate à Homossexualidade e ao Aborto. Nas perseguições aos padres e monges católicos, era frequente fabricarem provas de homossexualidade. No caso de um

monge, a principal testemunha da Gestapo era um deficiente mental que afirmava ter sido sexualmente agredido pelo religioso. Quando o promotor o mandou identificar no tribunal o autor das agressões, o homem apontou para o juiz. O caso foi arquivado. O desejo da Gestapo de sugerir que uma “peste gay” estava se disseminando na Igreja católica fracassou totalmente. O Judiciário rechaçou a maioria dos casos. Somente 57 padres e sete monges foram condenados sob o parágrafo 175.⁵⁷

A homossexualidade continuou sendo um crime no período nazista. A Kripo, os tribunais e as prisões tratavam da grande maioria desses casos. A Kripo e a Gestapo costumavam discuti-los. Muitos casos de homossexuais de que a Gestapo se ocupou acabaram com a pessoa acusada internada num campo de concentração. Nos presídios, os homossexuais vestiam o uniforme comum dos presos, sem marca de identificação. Estima-se que, entre 1933 e 1945, uns 100 mil homossexuais foram condenados à prisão por violar o artigo 175 e outros 50 mil passaram uma temporada num campo de concentração.

Nesses campos, os homossexuais portavam um triângulo rosa no uniforme listrado. Eram chutados, espancados e humilhados com frequência. Uma vítima homossexual depois descreveu o seu primeiro dia no campo de Sachsenhausen:

Quando chamaram o meu número, dei um passo à frente, disse meu nome e mencionei o parágrafo 175. Com as palavras “Sua bicha encardida, vá para lá, seu bundeiro”, recebi vários pontapés, depois fui transferido para o sargento da SS encarregado do meu bloco [no campo]. A primeira coisa que dele recebi foi um violento soco no rosto, que me jogou no chão.⁵⁸

Esses incidentes de violência figuram veementemente na maioria dos depoimentos sobreviventes de gays que foram parar nos campos de concentração nazistas. O preso político Eugen Kogon recordou:

O destino dos homossexuais nos campos de concentração só pode ser descrito como abominável. Em geral, eram segregados em barracões e grupos de trabalho especiais. Tal segregação dava ampla oportunidade aos elementos inescrupulosos em posição de poder de se entregarem à extorsão e aos maus-tratos.⁵⁹

Os guardas da SS acreditavam que os gays tinham fixação por sexo e precisavam de supervisão rigorosa que impedisse qualquer atividade sexual. “Um dos blocos era ocupado por homossexuais”, relembra um sobrevivente gay. “Podíamos dormir só de camisola e tínhamos de ficar com as mãos para fora do cobertor.” Os guardas da SS inspecionavam os barracões dos homossexuais para garantir o cumprimento dessa norma, que visava a impedir os gays de se masturbarem.⁶⁰ Os homossexuais ficavam isolados não só dentro dos campos, mas também do mundo exterior. Pouquíssimas famílias se dispunham a dar apoio aos filhos. Pelo contrário, a maior parte dos parentes se envergonhava de ter um homossexual na família.

O mais assustador era os homossexuais serem escolhidos para experimentos médicos horrendos. Em Buchenwald, por exemplo, as experiências com hormônios eram dirigidas pelo famigerado médico dinamarquês Carl Vaernet e pelo cirurgião alemão Gerhard Schiedlausky. Vaernet acreditava que os homossexuais podiam ser “curados” mediante uma combinação de castração com uma série de injeções de altas doses de hormônios masculinos. Os procedimentos sujeitavam os escolhidos a sérias complicações, a dores insuportáveis e à morte. A

documentação remanescente revela que o médico dinamarquês não tinha a menor ideia do que estava tentando realizar. A avaliação dos exames de sangue e de urina era totalmente caótica. Os exames só foram suspensos quando uma epidemia de febre amarela se espalhou pelo campo.⁶¹

O último grupo que os nazistas consideravam um perigo para a “pureza da raça alemã” eram os ciganos. Estes sofriam discriminação, estigmatização e ostracismo já antes de 1933, mas acabaram apanhados no triplo fogo cruzado das políticas eugênica, antissocial e racial nazistas. Aproximadamente 28 mil ciganos sinti e romani viviam no Terceiro Reich em 1933. Eram uma minoria numericamente reduzida que, como se sabe, chegou à Europa Central no século XV, a partir do norte da Índia e via Egito. “Os ciganos tal como realmente são”, observou a popular revista nazista *Nova raça*, “não passam de nômades de outra raça que, devido a sua canalhice, imundície e fetidez continuam sendo estrangeiros para nós até hoje.”⁶² Em 1936, criou-se o Departamento de Combate ao Incômodo Cigano.

A perseguição aos ciganos foi dirigida pela pesquisa de um acadêmico altamente respeitado: o Dr. Robert Ritter, nascido em Aachen em 1901. Formado em medicina, doutorou-se em psicologia e se especializou em psiquiatria infantil. Chegou ao tema dos ciganos depois de publicar vários livros e artigos acadêmicos a respeito da juventude antissocial e da “biologia da criminalidade”. Acreditava que o comportamento criminoso e antissocial tinha raiz na hereditariedade e na extração social dos indivíduos. Ritter criou um grande instituto de pesquisa de médicos, assistentes sociais, psiquiatras e antropólogos, financiado pelo governo alemão e por uma verba especial da SS. Os métodos rigorosos que empregava possibilitaram que suas descobertas fossem consideradas inovadoras. Entre 1936 e 1940, empreendeu um estudo abrangente dos ciganos radicados na Alemanha. Sua equipe entrevistou milhares deles e compilou uma minuciosa ficha catalográfica que

veio a ter um valor inestimável quando se passou a selecioná-los para ser transportados para Auschwitz. No relatório final do exaustivo projeto de pesquisa, publicado em 1940, Ritter concluiu que, por “se miscigenar com asiáticos” e “elementos antissociais do lumpemproletariado alemão” nas regiões desfavorecidas das grandes cidades, os ciganos haviam poluído o próprio sangue ariano”. Desse modo, os “ciganos puros”, por ele definidos como os ciganos errantes clássicos, não representavam nenhuma ameaça para a sociedade e deviam ficar em paz. Já os ciganos “mestiços” que moravam nos bairros mais pobres das grandes cidades eram definidos como “racialmente suspeitos”.

Uma das principais assistentes de pesquisa de Ritter era a jovem e ambiciosa acadêmica Eva Justin, autora de uma influente tese de doutorado sobre 148 crianças ciganas de um orfanato. Ela as tratou como animais num zoológico: mediu-lhes a cabeça, estudou a cor dos olhos, a altura, a forma do nariz e das orelhas. Fotografou-as uma a uma e as estimulou a praticar esportes e fazer longas e alegres caminhadas. Concluiu que o moral e o comportamento das crianças ciganas nos orfanatos, nas horas de lazer, eram muito piores do que quando elas moravam com os pais. Também concluiu que tais crianças não podiam se assimilar à Comunidade Nacional e que a esterilização compulsória era o melhor método de lidar com elas.⁶³



Dr. Robert Ritter, assistido por Eva Justin, coletando amostra de sangue de um cigano.

Bundesarchiv, Bild 146-1991-014-09.

Algumas cidades reservavam terrenos especiais para que os ciganos estacionassem as caravanas e carroças: o objetivo era isolá-los da comunidade local. Não se tratava exatamente de campos de concentração, já que eles podiam entrar e sair à vontade, mas lá as condições eram horríveis. Poucos contavam com fornecimento adequado de água, gás, iluminação pública ou esgoto. Em março de 1939, relatou-se que 40% dos ciganos desses terrenos tinham sarna.⁶⁴ Junto com a política de controlá-los e fustigá-los, começou a surgir uma abordagem mais sinistra. Eles passaram a ser definidos cada vez mais como um “problema racial”. Ouvia-se a exigência de altos funcionários da Gestapo e da Kripo para que a “ameaça cigana” recebesse um tratamento mais severo. Em 11 de março de 1937, o chefe da polícia rural do distrito de Esslingen, no estado sulista de Württemberg, escreveu uma carta a um alto funcionário nazista, oferecendo um modo radical de lidar com a população cigana de Stuttgart:

O cigano sempre foi e continua sendo um parasita do povo que se sustenta quase exclusivamente da mendicância e do roubo [...] Nunca poderá ser educado para se transformar numa pessoa útil. Por esse motivo, é necessário que a tribo cigana seja exterminada por meio da esterilização ou da castração. Com a ajuda de uma lei nesses termos, a praga cigana seria eliminada em breve. [...] Tal medida não custaria muito dinheiro ao Estado.⁶⁵

No dia 8 de dezembro de 1938, Himmler promulgou um decreto igualmente ameaçador, intitulado “Combate à Praga Cigana”, que falava na necessidade de enfrentar o problema cigano nos termos das “características íntimas dessa raça”. Ordenou que o escritório especial do Reich para assuntos ciganos “reunisse informações sobre todos os ciganos da Alemanha e definisse as medidas necessárias para combater essa raça”.⁶⁶ Eles passaram a ser obrigados a se registrar, a se submeter a um “exame biológico racial” e a portar uma carteira de identidade que os classificasse como (i) cigano puro, (ii) cigano mestiço ou (iii) itinerante não cigano: essencialmente um vagabundo nômade. O decreto outorgava à polícia poderes extras de proibir os ciganos de viajar em grupos de várias famílias e a autorizava a deter qualquer cidadão definido como “cigano associal”.

O início da guerra impôs um aperto adicional da rede. Os ciganos deixaram de poder sair do seu lugar de residência sem autorização especial. Ficaram sujeitos a trabalho compulsório e foram classificados de “estranhos à comunidade”. Em 1939, o SD informou que os videntes ciganos, muito populares nos parques de diversão, andavam oferecendo previsões negativas do resultado da guerra. Pouco depois, Heydrich promulgou um decreto proibindo inteiramente as previsões de ciganos. Quem o infringisse era tomado em “detenção preventiva”. Em fevereiro de 1940, uma vidente cigana de 47 anos chamada Anna, presa

pela Kripo, foi enviada ao campo de concentração feminino de Ravensbrück por desobedecer a essa ordem. Lá morreu em 14 de maio de 1942. Emma, outra vidente cigana, de 36 anos e mãe de seis filhos, foi presa em junho de 1940. Concordou em não voltar a tirar a sorte de ninguém. Foi condenada a três meses de prisão. Em março de 1943, ela e os seis filhos foram mandados para Auschwitz. É improvável que tenham sobrevivido.⁶⁷

A política de deportar ciganos desenvolveu-se vagarosamente. Em maio de 1940, 2.500 foram transportados a campos da Polônia ocupada pelos nazistas e usados no trabalho forçado. Em 16 de dezembro de 1942, houve uma repentina e surpreendente mudança de diretrizes. Himmler ordenou a deportação em massa dos ciganos para o campo de extermínio de Auschwitz-Birkenau. No entanto, determinou que os “ciganos puros” que antes levavam vida nômade ficassem isentos de tais deportações. Parece que ele tinha um estranho fascínio pelos “ciganos puros”. Acreditava que eram descendentes das tribos “arianas” originais. Arthur Nebe, o chefe da Kripo, informou os funcionários que “Himmler quer que, no futuro, se conceda certa liberdade de movimento aos ‘ciganos racialmente puros’ para que possam circular numa região fixa, viver de acordo com os seus costumes e exercer uma ocupação [cigana] tradicional adequada”.⁶⁸

Numa carta de 3 de dezembro de 1942, Martin Bormann, o secretário político de Hitler, queixou-se da iniciativa de Himmler de poupar os ciganos “racialmente puros” da ordem de deportação:

Esse tratamento especial aos ciganos racialmente puros representa um desvio fundamental das medidas presentemente aplicadas para combater a praga cigana e não será compreendido pela população e pelos setores inferiores da liderança do partido. O Führer também não aprovaria que se

devolvesse a liberdade a um segmento dos ciganos.⁶⁹

Três dias depois, Himmler se reuniu com Hitler e conseguiu vencer as suas restrições. Os ciganos racialmente puros ficaram isentos. Um memorando do Ministério da Justiça datado de 17 de fevereiro observou que: “Pesquisa recente mostra que, entre os ciganos, há elementos racialmente valiosos.”⁷⁰

A Kripo, não a Gestapo, encarregou-se da deportação dos ciganos. Escolhia as pessoas com base nas fichas e nas avaliações raciais fornecidas pelo Instituto Ritter. Tinha carta branca para decidir quem era deportado ou poupado. Uma vez mais, os ditos critérios “raciais” tornaram-se questão de julgamento social. Para decidir os casos difíceis, os funcionários da Kripo solicitavam o parecer “especialista” do Centro de Pesquisa da Higiene Racial do Departamento de Saúde Pública. O vago relatório abaixo, datado de 10 de julho de 1944, muito eivado de preconceito social, tenta categorizar o “caráter racial” de uma família acusada de ser cigana, mas que o negava:

Embora a família X negue pertencer aos ciganos em termos de sangue, o diagnóstico racial a considera inegavelmente “cigana”.

O veredicto baseia-se em

1. Características raciais e psicológicas.
2. Características antropológicas.
3. Dados genealógicos.
4. O fato de a família ser considerada magiar pelos húngaros.

Esses poucos fatos bastam por si sós para que a família X seja considerada como provavelmente cigana [...] Os gestos, a afetividade e o comportamento geral não só são de tipo estrangeiro

como, na verdade, indicam positivamente ascendência cigana.⁷¹

A deportação dos ciganos para Auschwitz começou no dia 1º de março de 1943 e terminou no fim do mês. Os enviados ao campo de extermínio só podiam levar a roupa do corpo e comida para a viagem de trem. Na deportação dos ciganos, a Kripo foi investida de mais poderes do que a Gestapo durante a deportação dos judeus. O número dos excluídos do deslocamento para Auschwitz-Birkenau variou de região para região. Em Magdeburgo, quase todos acabaram sendo deportados.⁷² A cidade de Giessen, no estado de Hesse, deportou catorze de 25 ciganos. Em Munique, cerca de 141 de duzentos foram deportados. Em Oldemburgo, uma região católica, apenas quatro ciganos de 84 foram deportados. Ao todo, 13 mil ciganos “mestiços” foram deportados da Alemanha e da Áustria em março de 1943. Acredita-se que, dos 28.627 ciganos dos dois países, cerca 15 mil sobreviveram às deportações.

Esperava-se que todos os ciganos “mestiços” com idade acima de 12 anos que foram eximidos da deportação consentissem em ser esterilizados. O papel-chave da Kripo em tais ordens de esterilização mostra que essa suposta força de investigações criminais havia se tornado indistinguível da Gestapo. Aquela passou a ser a ala de “policimento racial” desta. A esterilização dos ciganos na Alemanha não seguiu o procedimento normal, da recomendação por parte de um médico seguida da avaliação de um tribunal de saúde hereditária. A Kripo simplesmente pedia às autoridades locais que autorizassem as ordens esterilização. Os ciganos que aceitassem ser esterilizados eram classificados de “socialmente ajustados”. Aqueles que se recusassem eram ameaçados pelos agentes da Kripo de serem enviados a um campo de concentração e deportados. Um cigano chamado Johann, que servira o Exército, foi dispensado da deportação devido ao seu registro de guerra. Em 13 de maio de 1943, o escritório da

Kripo de Nuremberg ordenou a sua esterilização. Johann se recusou a consentir. Um funcionário da Kripo ameaçou enviá-lo a um campo de concentração. Ele teimou em se recusar. Então foi detido como “associal” e colocado sob “custódia policial preventiva”. Disseram-lhe que seria transportado a Auschwitz. No dia seguinte, Johann finalmente concordou em se deixar esterilizar e foi solto.⁷³ Estima-se que de 2 mil a 2,5 mil ciganos eximidos da deportação foram esterilizados entre 1943 e 1945.

Hilda, uma menina alemã, recorda uma história particularmente comovente do dia em que se encontrou com alguns ciganos durante o tempo de guerra, quando estavam ocorrendo as deportações para Auschwitz-Birkenau:

Fui visitar aquela feira da igreja local, uma quermesse. Tinham um carrossel com diversos estandes e brinquedos. E então vi aquela menina chegar numa espécie de caravana cigana. Ela tinha alguns doces. Eu tinha o bonito papel rosado dele. Dei-o a ela de presente. Ainda nos vejo lá, sentadas juntas. Ela trazia uma boneca de trapo. Acho que tinha 9 ou 10 anos. Disse que ninguém podia tocar na boneca, pois era especial. Depois me contou, e eu tive de jurar não contar a ninguém, que havia outros ciganos que iam de cidade a cidade com uma feira, mas foram colocados num campo e depois gaseados. Eu cochichei: “Mas não pode ser. Quer dizer, só por serem ciganos... Que crime eles cometeram?” “Não”, respondeu a menina: “Você não entende, eles estão sendo mortos só por *serem* ciganos.” A boneca que ela me mostrou era presente de uma pessoa que mais tarde foi gaseada. Eu não falei desse encontro aos meus pais, tinha prometido à menina guardar segredo.⁷⁴

7

A perseguição aos judeus

Às 11h03 da manhã de 11 de março de 1933, Ludwig Förder, um advogado judeu, estava no seu escritório no prédio do tribunal, em Breslau.¹ De repente, a porta se abriu com violência. Dois corpulentos nazistas da SA irromperam na sala, gritando: “Judeus – fora daqui!” Em depoimento à polícia, Förder descreveu o que então se sucedeu:

Eu vi Siegmund Cohn, de mais de 70 anos, membro da Ordem dos Advogados, na sua cadeira como se o tivessem pregado no assento. Não conseguia se mexer. Vários camisas-pardas o atacaram [...] Um homem da SA saltou sobre mim, bateu duas vezes na minha cabeça causando sangramento abundante. As pancadas foram perto da cicatriz dos meus ferimentos na Primeira Guerra Mundial [...] O homem da SA olhou à sua volta, apontou para mim e perguntou ao juiz: “Ele é judeu?” [...] Acreditando que não tinha o direito de mentir para o brutamontes, o velho respondeu: “Sim – é um advogado judeu.” Então o valentão se voltou para os amigos: “Levem o judeu para fora.” Um homem da

SA estava parado à porta e, quando passei, deu-me um violento pontapé nas costas, fazendo-me cair por cima do juiz Goldfarb, que também era o chefe da comunidade judaica [...] Ele se virou para mim, chocado, e perguntou: “A que autoridade eu devo me dirigir para me queixar deste escândalo?” Eu respondi: “Creio que essa autoridade já não existe.”²

Incidentes antissemitas como esse suscitavam um choque imenso nos judeus da Alemanha nazista. Eles formavam uma minoria minúscula. Entre 1871 e 1931, não ultrapassaram 1,09% da população. Em 1933, 525 mil judeus viviam na Alemanha; 144 mil em Berlim. Em 1939, restavam apenas 300 mil. De 1940 a 1944, 134 mil judeus alemães foram deportados para os campos de trabalho escravo e extermínio na Polônia. Estima-se em 160 mil o total de judeus alemães assassinados no Holocausto. Os sobreviventes eram, em sua maioria, casados com não judeus ou filhos de tais uniões mistas.³

Havia séculos que os judeus moravam em regiões alemãs da Europa. Sofriam perseguição periodicamente. A Constituição de 1871 ofereceu-lhes plenos direitos de cidadania. Também autorizou a conversão religiosa ao cristianismo. Muitos se integraram à maioria alemã. Por exemplo, de 1881 a 1933, 19.469 judeus se converteram ao protestantismo. Durante a Primeira Guerra Mundial, 100 mil se alistaram e 70 mil lutaram no *front*, sendo que 30 mil foram condecorados por bravura. Doze mil judeus morreram em combate.

A taxa de casamentos de judeus com cristãos aumentou rapidamente antes da tomada do poder por Hitler. Entre 1901 e 1905, 15% dos judeus eram casados com não judeus. Em 1933, esse número aumentou para 44%. A assimilação judia na Alemanha progredia mais aceleradamente que em qualquer outra nação europeia. Os judeus assimilados tornaram-se indistinguíveis dos gentios. “Eu desconfio que, se perguntassem aos meus pais em

1930 ou 1931: ‘O que vocês são?’, eles responderiam: ‘Alemães’”, recorda Claus Moser, filho de um banqueiro judeu, nascido em 1922. “Papai lutou na Primeira Guerra Mundial. Recebeu a Cruz de Ferro. Meus pais jamais negariam o judaísmo, mas a Alemanha vinha em primeiro lugar. Tenho certeza de que, antes que Hitler chegasse ao poder, embora eu fosse à sinagoga uma vez por ano com meu pai, isso não tinha muita importância.”⁴

Klaus Scheuenberg, nascido em 1925, recordou:

Meu pai, como muitos judeus alemães da classe média, era um indivíduo ingênuo, apolítico. Quando tomou o poder, Hitler criou uma condecoração [militar] nova, a Cruz dos Combatentes do Front. Essa cruz era enviada a todos os que lutaram na frente de batalha na última [a primeira] guerra mundial, juntamente com um certificado enorme [de Hitler] que se iniciava com “Meu querido camarada”. Os nazistas ainda não tinham uma lista de quem era cristão e quem era judeu, de modo que meu pai recebeu uma. E ao recebê-la, disse: “Hitler não há de ser tão mau assim. Veja, ele me deu esta medalha.” Que ingênuo!⁵

Os judeus da Alemanha se destacavam nos negócios, no comércio, na cultura e nas profissões liberais. Em 1933, 61% deles estavam empregados nos negócios e no comércio, em comparação com os 18% dos alemães. Cerca de 40% destes trabalhavam na indústria, comparados com 22% dos judeus. Somente 2% destes trabalhavam na agricultura, comparados com 29% dos alemães. Entre 1929 e 1932, 25% dos empregados no comércio varejista eram judeus. Eles possuíam 41% das empresas de ferro e sucata e 57% das metalúrgicas. Eram muito importantes na banca e no setor de serviços financeiros da economia. Em 1930, 43% dos principais bancos alemães eram de judeus. Em

1928, 80% dos mais importantes membros da bolsa de valores de Berlim também o eram.

Os judeus também prosperavam nas profissões liberais. Em 1933, 381 juízes e promotores públicos eram judeus, assim como 16% dos advogados. E eles ocupavam 12% dos postos de trabalho no ensino universitário, sendo que outros 7% dos acadêmicos eram judeus convertidos ao cristianismo. Cerca de 10% dos médicos eram judeus. De 1905 a 1931, dez dos 32 alemães agraciados com o Prêmio Nobel de ciência eram judeus. Eles sobressaíam muito nas artes, no cinema, no teatro e no jornalismo. Em 1930, 80% dos diretores teatrais de Berlim eram judeus, assim como 75% dos autores das peças produzidas.⁶

O sucesso extraordinário dos judeus em tantos setores da sociedade alemã gerava um ressentimento profundo num grande número de alemães. Como relembra Ursa Meyer-Semlies, uma gentia alemã nascida em 1914:

Diziam: “Os judeus são a nossa desgraça.” Era o que sempre afirmava a propaganda, eles são uma pequena minoria e ocupam os postos mais importantes, especialmente em todas as cidades, em todos os lugares grandes, e têm todo o comércio nas mãos. Eu não pensava nisso, mas de repente a gente tomava consciência. E olhava à sua volta [...] as grandes lojas têxteis, as tabacarias, o comércio de instrumentos musicais, as joalherias, tudo nas mãos dos judeus. Às margens do rio Neman, havia grandes fábricas de caixões funerários lá situadas devido à proximidade do fornecimento da madeira, que vinha flutuando rio abaixo. Elas também eram dos judeus.⁷

Ellen Frey, também nascida em 1914, afirma que muitos alemães tinham atitude semelhante.

“Os judeus”, disseram-nos nossos pais, “estão em toda parte. No teatro, nos cargos mais elevados. Instalam-se em todos os lugares e nos têm na palma das mãos. Era o que nos diziam nossos pais. Eles nos empurram para longe e ficam com os melhores empregos [...] Sim, a gente pensava, talvez seja bom mesmo que eles vão embora, assim teremos a nossa vez [...] Essa era a opinião naquele tempo”.⁸

Erna Tietz, uma cristã alemã nascida em 1921, afirma que era lugar-comum para os alemães dizer numa conversa: “Preste muita atenção ao negociar com um judeu, porque ‘o judeu’ só quer saber de beneficiar o próprio bolso.”⁹

Em 1934, Reinhard Heydrich explicou que destino aguardava os judeus na Alemanha nazista:

As possibilidades de vida dos judeus devem ser abreviadas, e não simplesmente no sentido econômico. A Alemanha tem de ser um país sem futuro para eles, no qual as gerações mais velhas residuais certamente possam morrer, mas no qual os jovens não possam viver, de modo que o estímulo para emigrar permaneça agudo. Os métodos do antissemitismo turbulento hão de ser rejeitados. Não se combatem ratos com revólver, e sim com veneno e gás.¹⁰

A perseguição aos judeus foi um processo gradual. Os nazistas queriam expeli-los da economia, distanciá-los dos vizinhos e depois expulsá-los da Alemanha. Os alemães que com eles se misturavam socialmente, antes que Hitler tomasse o poder, marginalizaram-nos posteriormente e os excluíram. O regime nazista chegou a promulgar quatrocentas leis antijudaicas diferentes - o que as lideranças da comunidade judaica chamavam de “terror judicial”. Os judeus foram excluídos do funcionalismo

público, das profissões jurídicas, do ensino médio e universitário.

A primeira medida concreta contra eles foi tomada em 1º de abril de 1933, o dia do boicote nacional às lojas judias. Os nazistas da SA puseram-se ameaçadoramente na frente desses estabelecimentos comerciais segurando cartazes com slogans como: “Quem comer produtos judeus morrerá por causa deles!” Arnold Biegelson, um vendedor judeu, recordou:

Os homens da SA postaram-se em frente às vitrines lambuzadas exibindo grandes cartazes em que se lia “Não compre de judeus”. Minha mãe, que não parecia judia, foi detida por um guarda da SA ao sair de uma das lojas. Ele disse: “Você vê o cartaz, mas entra assim mesmo. Não vamos esquecer a sua cara.” Não levávamos essas ameaças a sério. Na época, ainda podíamos circular livremente.¹¹

Uma semana depois do boicote, o jornal judeu *Jüdische Rundschau* [Panorama Judaico] publicou um artigo intitulado “Use a estrela amarela com orgulho”, de Robert Weltch, uma destacada figura da comunidade sionista:

A imprensa nacional-socialista nos chama de “inimigos da nação” e nos deixa indefesos. Não é verdade que os judeus traíram a Alemanha. Se traíram alguém, foi a si próprios [...] Porque o judeu não exhibe seu judaísmo com orgulho, porque tentou evitar a questão judaica [...] Agora está marcado pela Estrela Amarela [...] Deve-se encontrar um símbolo poderoso no fato de a liderança do boicote [nazista] ter dado a ordem de afixar um cartaz com a estrela amarela sobre fundo preto nas lojas boicotadas. A determinação pretende ser um estigma, um sinal de desprezo. Nós a pegaremos e a

transformaremos numa insígnia de honra [...] Judeus, aceitem a Estrela de Davi e usem-na com orgulho!¹²

Weltch realmente subestimou o quanto a vida se tornaria difícil para os judeus. Efégies de judeus eram queimadas durante as paradas da SA. Exemplares do jornal *Der Stürmer*, violentamente antissemita, apareciam nos pilares de publicidade de rua. A primeira página apresentava imagens de judeus fisicamente repulsivos e grotescos.¹³ No dia 20 de agosto de 1933, em Würtzburg, um grupo de pessoas queixou-se ao líder distrital nazista de uma alemã que teria relações sexuais com um judeu. A SS obrigou o homem a desfilarem humilhantemente nas ruas levando uma tabuleta que dizia: “Eu vivi fora do casamento com uma alemã.” A SS o colocou em prisão preventiva durante quinze dias. Foi uma ação completamente ilegal, já que, na época, não havia nenhuma lei que proibisse as relações sexuais entre judeus e não judeus.¹⁴

A suposição de muitos judeus alemães de que aquele tipo de antissemitismo nazista extremo se extinguiria se mostrou ilusória. Como relembra Claus Moser:

Você tem que lembrar que eu passava por lojas que diziam “Judeus, não comprem aqui”. Estavam em toda parte. Acho que aquelas tantas camisas pardas ou pretas em todos os lugares me davam medo. Na cidade inteira havia torres de publicidade nas ruas, em que mostravam imagens horrendas de judeus. Eu pensava que era uma época repugnante, horrível, mas que iríamos superá-la e, dentro de um ou dois anos, essa gente horrível sumiria. Então o fato de ser judeu tornou-se a principal consciência da gente, e o senso de perigo foi aumentando gradualmente.¹⁵

Gad Beck, nascido em 1923 numa família abastada de Berlim, era um dos alunos mais benquistos da sua turma

antes que Hitler tomasse o poder. “Então, de repente, começaram a acontecer coisas estranhas”, recordou:

“Herr professor, posso mudar de lugar?”, disse um aluno. “Gerhard tem pés suados e fedidos de judeu.” As crianças geralmente são mais diretas e brutais que os adultos. Esse tipo de rejeição realmente magoa. No almoço, contei à minha família o que aconteceu. A reação dos meus pais me decepcionou e me deixou totalmente confuso. Evidentemente, não levaram o fato a sério. Balbuciam docemente que logo as coisas se acalmariam.¹⁶

Ao contrário do mito popular, a Gestapo não deu grande prioridade a perseguir os judeus cumpridores da lei nos primeiros dois anos do governo Hitler. Na cidade de Krefeld prendeu somente oito judeus durante todo o ano de 1933, sendo que sete deles eram comunistas ativos.¹⁷ A maioria dos judeus que acabaram sendo interrogados pela Gestapo era dos que reagiam com demasiada veemência a insultos antissemitas em lugares públicos. No dia 17 de agosto de 1935, uma judia de 55 anos se irritou com dois jovens no centro da cidade de Colônia. Viu-os vender um jornal com a manchete: “Quem se envolve com judeus polui a nação.” “É asqueroso vocês venderem esse jornal”, disse aos rapazes. Eles deram parte do incidente a um oficial da SS e ela acabou sendo interrogada pela Gestapo. Alegou que havia feito o comentário num momento de raiva, sem pensar nas possíveis consequências. Posteriormente, o caso foi arquivado pelo promotor público.¹⁸

Esse fato ocorreu no verão de 1935, quando a agitação antissemita nazista vinha se intensificando em muitas cidades alemãs, grandes e pequenas. As lojas judias sofreram uma nova onda de boicotes. No limite rodoviário de muitos vilarejos e cidadezinhas, exibiam-se placas improvisadas com o slogan: “Aqui não queremos judeus.”

Em alguns lugares, estes eram excluídos de bibliotecas, cinemas, piscinas públicas, cervejarias, boliches e parques. Os cemitérios israelitas eram vandalizados rotineiramente por gangues de saqueadores adolescentes da SA. Os ativistas nazistas reivindicavam com veemência a introdução de novas leis proibindo o casamento e as relações sexuais entre judeus e não judeus.

Reagindo a essa “pressão de baixo para cima”, Hitler decidiu esclarecer o status legal dos judeus. Convocado para uma sessão especial em Nuremberg, em 15 de setembro de 1935, o Reichstag fixou um novo conjunto de leis de cidadania. As Leis de Nuremberg passaram a integrar a campanha nazista pelo melhoramento da “pureza biológica” da raça alemã. A partir de então, nenhum “judeu puro-sangue”, ou seja, aquele com pais e avós judeus, era considerado cidadão alemão nem podia casar-se ou ter relações sexuais com uma pessoa ariana. Não tinham sequer o direito de contratar empregada doméstica “alemã puro-sangue” com menos de 45 anos de idade. Tampouco podiam hastear a bandeira do país. Para os velhos judeus veteranos da Grande Guerra, essa foi uma pílula amarga. Os judeus de “linhagem mista”, constituída de um progenitor “ariano” alemão e um judeu (conhecidos como *Mischlinge*: “mestiços”), eram classificados de “súditos do Estado”, coisa que lhes negava direitos plenos de cidadania. Hitler apresentou as Leis de Nuremberg como as que ofereciam o fundamento da “coexistência pacífica entre alemães e judeus”.¹⁹

“Na ausência de regulações interpretativas”, comentou Norman Ebbut, correspondente do *Times* em Berlim,

as Leis de Nuremberg estão sendo usadas para justificar todo tipo de indignidade e perseguição, não por indivíduos, mas pelas autoridades constituídas [...] As oportunidades oferecidas pela nova legislação são ilimitadas [...] Qualquer indivíduo pode denunciar um inimigo ou concorrente judeu como se tivesse

sido visto na companhia de uma “ariana” ou inventar supostas obrigações comerciais do passado [...] A menos que as altas esferas façam alguma tentativa de controlar a ferocidade dos antissemitas fanáticos, os judeus serão condenados, por assim dizer, a correr cegamente em círculos até a morte. Este é o processo a que se aplica a expressão “*pogrom* frio”.²⁰

Uma definição jurídica estabelecia a diferença entre “judeus plenos” ou “puros” (*Volljuden*) e “meio judeus” (*Mischlinge*), que eram os filhos de casamentos mistos de “arianos” alemães com judeus. Judeu “pleno” era o descendente de três ou mais pares de ancestrais judeus. Os “*Mischlinge*” dividiam-se em duas categorias: (i) de primeiro grau: a pessoa com dois avós judeus – o mais próximo de um cidadão alemão –; e (ii) de segundo grau: a pessoa com um avô judeu. Posto que nenhuma das duas categorias fosse considerada “ariana”, a maioria dos definidos como *Mischlinge*, particularmente os de primeiro grau, sobreviveu à deportação e ao extermínio durante o Holocausto.²¹ Nos casamentos mistos, o cônjuge judeu estava a salvo da deportação, contanto que não se divorciasse e especialmente se o casal tivesse filhos.

Cecile Hensel, uma garota simpática nascida em 1923, morava na cidadezinha universitária de Erlangen. Filha do célebre filósofo Paul Hensel, morto em 1931, contava entre seus antepassados Moses Mendelssohn, conhecido como “o Sócrates alemão”, e o famoso compositor Felix Mendelssohn. De espírito livre e franco, Cecile cresceu sabendo muito pouco dos fatos políticos na Alemanha nazista. Seu pai, de mentalidade liberal, dizia: “As grandes cidades têm uma universidade, mas as pequenas são uma universidade.” Cecile tinha apenas 11 anos quando a mãe lhe explicou a Leis de Nuremberg:

Eu fui criada como cristã na fé luterana. Minha mãe era ariana. Eu lhe perguntei: “O que é um *Mischling*?” Ela respondeu: “É a pessoa que não se encaixa.” Todo mundo quer pertencer, e agora eu não pertencço. Essas leis me transformaram numa marginal. Lembro que, quando uma menina me chamou de judia no colégio, respondi: “É verdade que tenho um ancestral judeu muito famoso, Moses Mendelssohn, mas não sou judia.” Então a garota me disse em voz alta: “Ah, o nome dele era Moses, está vendo, só podia ser judeu!” Então me expulsaram do colégio. Foi uma época tão terrível. Eu ficava o tempo todo em casa, como uma prisioneira. Quando acordava de manhã, estava aterrorizada. Quando ia para a cama à noite, estava aterrorizada.²²

Dorothea Schlosser, outra menina “meio judia”, nascida em 1921, teve uma experiência parecida em Berlim, onde morava:

Minha aversão por Hitler começou com uma observação feita pelo diretor da escola em que eu estudava. Ele disse: “Há judeus e há cristãos, mas os piores de todos são os mestiços.” Isso me atingiu em cheio [...] Eu chorava muito naquele período. Olhava-me no espelho e pensava: “Você é mesmo tão horrenda?”²³

Com as Leis de Nuremberg, muitos judeus se deram conta de que estavam travando uma batalha perdida e fugiram para o exterior. “Uma coisa de que me lembro mais claramente do que de qualquer outra é o dia em que saímos da Alemanha, em abril de 1936”, recorda Claus Moser, cuja família foi para a Grã-Bretanha.

O que acho mais extraordinário repensar é que lá ia eu, um garoto de 13 anos, carregando um violoncelo, a caminho da Inglaterra. A viagem foi grandiosa, salvo pelo fato de meu irmão e eu não sabermos que estávamos partindo para sempre. Foi uma viagem para o desconhecido. Não creio que eu tivesse a sensação de estar fugindo da morte. Acho que sentia que a Alemanha havia se transformado num país horrível. Num país asqueroso. Nós, judeus, somos o foco de todos os horrores. De modo que, embora não estivéssemos fugindo da violência imediata, foi com uma enorme sensação de alívio que partimos.²⁴

Em retrospecto, pode parecer surpreendente que mais judeus alemães não enxergassem a calamidade que se avizinhava. As mulheres, talvez, pareciam entender mais rapidamente os perigos que os judeus corriam. “As mulheres protestavam muito dentro de casa”, relembra uma judia:

Diziam aos maridos: “Por que ficar aqui esperando a ruína final? Não é melhor construir uma existência concreta em outro lugar antes que a pressão física e psíquica constante possa exaurir a nossa força? O futuro dos nossos filhos não é mais importante do que uma resistência completamente insensata?” Todas as mulheres, sem exceção, partilhavam dessa opinião; ao passo que os homens a ela se opunham apaixonadamente. Eu discuti isso com meu marido. Como todos os outros homens, ele simplesmente não conseguia imaginar que alguém fosse embora da sua pátria.²⁵

As Leis de Nuremberg permitiram prender os judeus por um novo crime: “degradação racial” [*Rassenschande*].²⁶ Elas criminalizaram as relações sexuais entre judeus e não judeus. Isso tornava mais fácil denunciá-los à Gestapo por

infração da lei. Portanto, foi só depois da promulgação das Leis de Nuremberg que a Gestapo se envolveu intensamente com a perseguição à população judaica. Essa legislação se aplicava a todos os judeus e “arianos” alemães que tivessem relação extraconjugal entre si ou fossem suspeitos de tê-la. Os judeus e arianos homens deviam ser igualmente punidos. Na realidade, os judeus acusados desse crime recebiam tratamento mais severo nos interrogatórios. As arianas alemãs raramente eram privadas da liberdade, mas as judias em geral ficavam sob “custódia protetiva”. Os arianos condenados recebiam penas mais curtas do que os judeus, mas, quando postos em liberdade, também eram tratados como párias sociais. As arianas alemãs muitas vezes perdiam a guarda dos filhos quando acusadas de ter relações sexuais com judeus.²⁷

Muitos escritórios da Gestapo criaram seções encarregadas do crime de “degradação racial”. O de Berlim usava com frequência técnicas de cilada. Recrutava adolescentes e prostitutas para atrair judeus a situações sexuais comprometedoras. Em outros lugares, a Gestapo montava operações de campana contra casais suspeitos de manter relações sexuais ilegais. Eram comuns as batidas nas casas de casais a fim de flagrá-los em pleno intercuro sexual.

Entre 1935 e 1940, 1.900 pessoas foram condenadas por “degradação racial”. O número de perseguições variava muito de região para região. Em Hamburgo, entre 1936 e 1943, 429 “degradadores raciais” foram levados a julgamento. Em Frankfurt, no mesmo período, somente 92 foram condenados. A sentença média era de dezoito meses de reclusão por esse crime. Os condenados cumpriam pena em presídios normais ou em campos de trabalho forçado. Em março de 1936, a Gestapo queixou-se ao Ministério da Justiça de que as sentenças pronunciadas pelos juízes por esse crime eram muito lenientes. Heydrich exigiu que a pena de trabalho compulsório fosse aplicada com mais regularidade.²⁸

A detecção de casos de “degradação racial” por parte da Gestapo devia-se principalmente às denúncias do público. O estudo do historiador Robert Gellately de casos de “degradação racial” na região da Baixa Francônia mostrou que 57% deles se iniciaram com a denúncia de um cidadão alemão comum. Como afirma Gellately, “sem a colaboração ativa da população geral, seria quase impossível para a Gestapo impor esses tipos de normas raciais [antijudaicas].”²⁹ Nos arquivos da cidade de Düsseldorf, há 255 desses casos envolvendo judeus e 137 alemães acusados de “degradação racial”. A Gestapo requeria um nível muito mais alto de corroboração nos casos de “degradação racial” do que nos crimes menos graves. Exigia-se que três pessoas confirmassem qualquer acusação, do contrário, o caso era arquivado, com uma severa advertência e a promessa de vigilância futura. Tal estipulação manteve baixo o número de casos que acabava no tribunal.³⁰

Os acusados de “degradação racial” tendiam a ter menos de 40 anos de idade e a ser de origens variadas. O julgamento de um judeu no Tribunal de Hamburgo em novembro de 1937 determinou:

O fato de o acusado e a testemunha [sua parceira alemã] se conhecerem desde 1920 e terem tido uma relação duradoura a partir de 1927 não pode ser considerado circunstância atenuante, já que o relacionamento continuou um ano e meio depois da promulgação das Leis de Nuremberg e só terminou com a prisão do acusado.

Ele foi condenado a trinta meses de trabalho forçado.³¹ Um abastado empresário judeu chamado Karl, que era casado com uma ariana alemã, foi denunciado anonimamente por “degradação racial”. A carta à Gestapo afirmava que ele abusava sexualmente de suas operárias e

empregadas domésticas. A Gestapo achou que a acusação carecia de fundamento.³²

Em outro caso, durante uma confissão à Gestapo que ocupa várias páginas datilografadas com espaçamento simples, uma empregada doméstica judia de 20 anos descreveu com riqueza de detalhes pornográficos a relação sexual que teve com dois alemães arianos. Em vez de simplesmente mandar a mulher admitir o intercuro sexual, que era a única coisa requerida para uma condenação por crime de “degradação racial”, o funcionário da Gestapo evidentemente fez questão de ouvir todos os pormenores mais íntimos. Alguns desses interrogadores obviamente tinham prazer lascivo em escutar mulheres, geralmente com menos de 40 anos, descreverem a intimidade dos encontros sexuais.³³

Os judeus aparecem nos arquivos da Gestapo por diversos outros motivos. Com frequência, os mais proeminentes eram submetidos a atenta vigilância e assédio. Muitos desses arquivos eram bem extensos e atualizados frequentemente. São típicos os volumosíssimos prontuários de Siegfried Kleff, Michael Steinbeck e Josef Kahn. O Dr. Siegfried Keff, nascido em 1882, era rabino. Morava em Düsseldorf com a esposa Lilli.³⁴ Em fevereiro de 1937, foi eleito presidente da seção de Düsseldorf da Associação Nacional das Congregações Israelitas da Alemanha. Essa organização ajudava os judeus a emigrar. Em março de 1937, a Gestapo de Berlim informou a de Düsseldorf que Siegfried era suspeito de querer confraternizar-se com alemães, e perguntou se ele era de fato o sionista apaixonado que dizia ser. Em maio de 1937, Siegfried foi multado em 20 Reichsmark por mencionar um jornal proibido à sua congregação judaica. No dia 19 de agosto de 1937, ele solicitou autorização para emigrar para a Holanda. Em 30 de agosto de 1938, a Gestapo não só se recusou a deixá-lo partir como se apressou a lhe confiscar o passaporte. Durante o *pogrom* da *Kristallnacht*, de 9 para 10 de novembro de 1938, Kleff foi colocado em prisão

preventiva num campo de concentração local, mas libertado doze dias depois. Um novo registro no seu prontuário aparece em 21 de novembro de 1941, afirmando que lhe foram confiscados 315 livros. A última anotação em sua ficha, datada de 21 de janeiro de 1942, registra insossamente que Kleff foi transportado para a Polônia. O que o aguardava era a morte certa. Em todo esse tempo, a Gestapo não o submeteu a um único interrogatório.³⁵

A Gestapo sujeitou Michael Steinbeck (nascido em 1880), um médico especialista, a uma vigilância semelhante por ser suspeito de envolvimento com a maçonaria. O regime nazista era extremamente hostil à maçonaria. Em *Mein Kampf*, Hitler afirmara que os judeus se serviam dessa organização como rede secreta a fim de obter o controle e exercer influência sobre as instituições empresariais e financeiras. Portanto, o antagonismo nazista à maçonaria estava estreitamente ligado ao antissemitismo.

Nascido em Bucareste, Steinbeck morava em Duisburg com a esposa Margarete.³⁶ O prontuário contém muito material acerca das suas atividades durante um prolongado período. A Gestapo descobriu um convite a ele para uma reunião de loja maçônica em 22 de março de 1937. A ficha não menciona se o convidado compareceu ou não, mas observa que aquela loja específica estava sendo dissolvida na época. No prontuário há um grande número de folhetos de uma associação de marinheiros chamada Fraternidade dos Marujos Livres, da Renânia. Parece que, na República de Weimar, Steinbeck havia militado nessa organização e fora editor de uma de suas publicações, a *Devilfish* [Arraia]. O prontuário também contém uma cópia de um artigo de Michael Steinbeck. No artigo, ele se apresentava como um médico que, durante a Primeira Guerra Mundial, dirigiu um hospital de Tânger, no Marrocos, financiado por uma instituição caritativa muçulmana. Prossegue com comentários críticos sobre as autoridades alemãs que, aparentemente, teriam levado um agricultor local ao suicídio. Também afirma que todos os que trabalharam no

exterior eram tratados como suspeitos quando regressavam. Tudo isso se referia a coisas ocorridas anos antes da tomada do poder pelos nazistas. A Gestapo prendeu-o em 1937 por envolvimento com um grupo de estudos maçônico. Havia, ainda, a suspeita de que estivesse envolvido com “degradação racial”. A Gestapo nunca apresentou acusação contra Michael Steinbeck, e seu destino final é desconhecido.³⁷

Joseph Kahn, nascido em 1886, morava em Düsseldorf com a esposa judia Emilie quando foi preso pela Gestapo por participar de um grupo que estudava e discutia o esperanto, idioma internacional politicamente neutro.³⁸ Na sua ficha, há cartas de natureza pessoal de uma “ariana” alemã, as quais o colocaram sob suspeita de “degradação racial”. A Gestapo prendeu-o em 26 de abril de 1937 no hotel Fürstenhof, em Düsseldorf, no fim de uma reunião de esperantistas da cidade. Interrogado no dia 1º de maio, Kahn contou que tinha sido soldado e operador de rádio na Grande Guerra. Durante o período de Weimar, votava nos partidos liberais. Afirmou que era nacionalista e apoiava “todas as medidas do governo nazista, com exceção das concernentes aos judeus”. Reconheceu ser membro da seção alemã da Associação de Esperanto desde 1911. Dava palestras frequentes sobre o tema e considerava seu trabalho para a organização como puramente recreativo e totalmente apolítico. Joseph Kahn foi solto em 5 de maio de 1937. Não o acusaram de nada. Não se sabe que destino teve.³⁹

Em 1938, a perseguição aos judeus se intensificou extraordinariamente na Alemanha nazista. Um decreto especial de 26 de abril obrigou-os a declarar seu patrimônio em dinheiro e bens. Em junho, a polícia recebeu ordem de voltar a prender todos os judeus que tivessem cumprido pena por violação das Leis de Nuremberg e transferi-los para um campo de concentração. No outono do mesmo ano, até 75% dos negócios de judeus tinham sido fechados.

No dia 7 de novembro, Herschel Grynszpan, um judeu alemão de 17 anos refugiado em Paris, descobriu que os pais poloneses tinham sido deportados de Hanôver para a Polônia. Isso o surpreendeu, chocou e enfureceu. Armado de revólver, ele entrou na Embaixada alemã na capital francesa com a intenção de matar o embaixador. A primeira pessoa com quem topou foi um funcionário subalterno alemão chamado Ernst vom Rath. Sem uma palavra, o adolescente disparou cinco tiros nele. Errou três, o quarto lhe atingiu o queixo de raspão, mas a quinta bala se alojou no estômago. Dois dias depois, Vom Rath sucumbiu aos ferimentos num hospital parisiense. Aos jornais alemães não faltou certa ironia amarga ao descrevê-lo como um “patriota alemão” assassinado. Recentemente, estivera sob a vigilância da Gestapo em virtude de supostas “atitudes antinazistas” e acusações de homossexualidade. No julgamento, Herschel Grynszpan se declarou envolvido num relacionamento homossexual com o diplomata. Nunca se determinou plenamente se era verdade ou não. Na época, a censura à imprensa imposta por Joseph Goebbels impediu que se conhecessem tais detalhes fora do tribunal.

O assassinato desse diplomata menor teria ramificações enormes. Na noite de 9 para 10 de dezembro de 1938, desencadearam-se a violência e a destruição contra a população judaica em toda a Alemanha de um modo até então nunca visto no país. *Der Stürmer* chamou o episódio de Vingança Justa pelo assassinato de Vom Rath por um “porco judeu”. “A ação contra os judeus começará em breve”, escreveu o empolgado Joseph Goebbels no seu diário. “Não deve ser interrompida. No entanto, é preciso tomar medidas em cooperação com a Polícia da Ordem para impedir as pilhagens e outros atos. Deve-se preparar a prisão de uns 20 a 30 mil judeus.”⁴⁰

Muitos judeus já tinham sido atacados, roubados e assassinados, mas esses crimes eram perpetrados principalmente por valentões camisas-pardas da SA fazendo justiça com as próprias mãos. Agora o governo Hitler

organizava um *pogrom* antijudaico em âmbito nacional. Heinrich Müller, o chefe da Gestapo, enviou um memorando aos escritórios regionais às 11h55 de 9 de novembro relatando as ações violentas contra os judeus que já estavam sendo praticadas. Mandou os agentes da Gestapo deterem os saques, mas não impedirem o incêndio de sinagogas nem a destruição das lojas judias em curso.⁴¹ Num telegrama à 1h20 da madrugada, Reinhard Heydrich deu ordens mais detalhadas sobre como organizar as manifestações:

Por exemplo, as sinagogas devem ser incendiadas onde não houver perigo de o fogo se alastrar pelos prédios vizinhos. Os estabelecimentos e apartamentos particulares de judeus podem ser destruídos, mas não saqueados. A polícia não deve reprimir as manifestações que surgirem. Muitos judeus, especialmente os ricos, devem ser presos à medida que for possível acomodá-los nos presídios disponíveis. Depois da prisão, deve-se entrar em contato com os campos de concentração adequados a fim de neles confiná-los o mais depressa possível.⁴²

Essa bem-orquestrada noite de terror ficou conhecida como a *Kristallnacht* - Noite dos Cristais. Tais revoltas antissemitas verificaram-se em toda a Alemanha. Valentões nazistas e homens da SS puseram fogo em sinagogas e casas de oração. Objetos insubstituíveis de alto valor religioso foram lançados numa pira funerária de puro ódio antissemita. Judeus foram espancados, casas e lojas, pilhadas. Noventa e um judeus morreram assassinados e 30 mil foram presos alegadamente “para sua própria segurança”. Cerca de 10 mil foram enviados para os três campos de concentração principais: Dachau, Sachsenhausen e Buchenwald. Quase todos os presos foram

soltos em seis semanas. Num *press-release*, Joseph Goebbels afirmou que as ações alemãs eram “compreensíveis”.

Parece que alguns cidadãos comuns ficaram chocados com a violência e a destruição gratuitas da *Kristallnacht*. Um relatório secreto compilado por informantes socialistas para o SPD no exílio notou:

As medidas brutais contra os judeus provocaram grande indignação na população. As pessoas diziam francamente o que pensavam, e muitos arianos foram presos por isso. Soube-se que uma judia tinha sido levada quando estava amamentando o filho, e até um oficial da polícia disse que era demais. “Aonde a Alemanha vai parar se são esses os métodos usados?” Consequentemente, também foi preso. Depois dos judeus, quem serão as próximas vítimas, é isso que as pessoas perguntam. Os católicos, talvez?⁴³

Um dia depois da *Kristallnacht*, duas mulheres - Helene Kohn e Margarethe Fischer - denunciaram um ariano alemão chamado Leopold Funk por falar francamente, em plena rua, na violência antijudaica de “maneira alarmante e irritante”.⁴⁴ As mulheres deram parte da explosão furiosa de Funk a um policial e ele foi preso. Ficou em prisão preventiva em Stuttgart enquanto a Gestapo investigava. As duas afirmaram que, quando passaram por Funk, por volta das 11h da manhã de 10 de novembro, ele estava parado em frente a uma “loja judaica destruída” e, aos berros, chamou os responsáveis pelo vandalismo de “bando de cães” e de “hunos” por atacarem os judeus, descritos por ele como “gente inofensiva”. A Gestapo o interrogou em 14 de novembro de 1938. Ele disse não saber que a loja destruída era de judeus. Seu acesso de raiva não passou de um desabafo geral e inócuo por causa da destruição de

propriedade ocorrida na sua comunidade local naquela madrugada. Afirmou que não considerava os judeus “inofensivos” e expressou lealdade “sem reservas” às medidas antissemitas do governo nazista. No relatório sobre o caso, o policial encarregado disse que achava “implausível” a alegação de Leopold Funk, segundo a qual não sabia que se tratava de uma loja judia. Depois de passar seis dias na prisão, foi solto sem acusação. Quando o agente da Gestapo inicialmente incumbido do caso soube dessa sentença indulgente, queixou-se com um oficial em Stuttgart de que o caso deveria ter sido entregue a um Tribunal Especial e recebido uma condenação muito mais dura.⁴⁵



Alemães passando por uma loja judaica esfaçada, em Magdeburg, na

manhã após a Noite dos Cristais, em
novembro de 1938.

Bundesarchiv, Bild 146-1970-083.

Os que se dispunham a mostrar simpatia pela difícil situação dos judeus eram uma minoria decrescente, como deixa claro um relatório social-democrata de dezembro de 1938:

A massa geral do povo não aprovou a destruição, mas não podemos deixar de ter em conta o fato de que, na classe operária, há quem não defenda os judeus. Em certos círculos, quem fala mal dos acontecimentos recentes não é muito bem-vindo [...] Berlim: a atitude da população não foi inteiramente unânime. Quando a sinagoga judaica estava em chamas, ouviu-se um grande número de mulheres dizendo: “Esse é o jeito certo de fazê-lo - pena que não há mais judeus lá dentro, essa seria a melhor maneira de acabar com aquela gente asquerosa.” [...] Se houve opiniões contrárias aos *pogroms* e ao excesso de incêndios e pilhagens no Reich, foi em Hamburgo e no distrito vizinho de Elba. O povo hamburguês geralmente não é antissemita.⁴⁶

O êxodo de judeus da Alemanha aumentou depois da *Kristallnacht*. “Incontáveis novas leis entraram em vigor nos meses seguintes, tornando impossível para os judeus manter qualquer semelhança com a sua vida normal de classe média”, recordou Gerhard Beck:

Os rádios, telefones e objetos de valor foram confiscados. Já não tínhamos autorização para comandar empresas, comprar livros ou jornais, possuir veículos motorizados ou usar o transporte público, e o tempo para comprar produtos alimentícios era limitado. Os nazistas introduziram a

Judenbann, zonas vedadas aos judeus. Isso significava que eram proibidos de usar determinados lugares públicos, ruas e instalações da cidade, como teatros, cinemas, piscinas ou banhos públicos. Os judeus cujo prenome não soava judaico eram obrigados a acrescentar “Sara” ou “Israel” ao nome e a levar um “J” carimbado no passaporte. Ficaram absolutamente proibidos de frequentar instituições de ensino “arianas”, e muitas organizações judaicas foram dissolvidas. Como se não bastasse, viram-se obrigados a pagar o custo de reparação de tudo quanto foi destruído na *Kristallnacht*; o governo alemão cobrou-lhes 1 bilhão de Reichsmark de “indenização”.⁴⁷

A situação dos judeus continuou a se deteriorar. No dia 19 de setembro de 1941, todos os maiores de 6 anos de idade foram forçados a usar uma estrela de Davi com a palavra “judeu” (*Jude*) em letras pretas no centro. Eles tentavam obedecer às leis para não chamar atenção da Gestapo. Uma judia denunciada por fazer comentários críticos ao regime disse, quando interrogada, em 4 de julho de 1941: “Sendo judia, sou muito cautelosa ao fazer qualquer tipo de declaração e meço cada palavra antecipadamente.”⁴⁸

Os relatórios do SD sobre a reação geral à introdução da estrela amarela mostram que foi bem-recebida pelo público alemão. Um deles, de agosto de 1941, em Biefeld, dizia que a população local de alemães “arianos” achava que a medida impediria as pessoas de continuar tendo associações com judeus. Um relatório do SD de setembro do mesmo ano sobre a imposição da estrela amarela observou:

A ordem policial acima causou genuína satisfação em todas as classes da população. Constituiu um importante tema de conversação no sábado e no

domingo. Ouve-se repetidamente a opinião segundo a qual agora os judeus da Alemanha perderam toda possibilidade de se esconder. Geralmente, observa-se que só mediante essa ordem é que se obterá a eficácia completa das medidas restritivas ao uso de cinemas, restaurantes e mercados por eles.⁴⁹

A Gestapo perseguia os judeus que tentavam burlar as regulações concernentes à estrela amarela ou não usavam os nomes oficiais judaicos de Sara e Israel. Em março de 1944, um alemão de 23 anos, filho de pai judeu e mãe alemã, assinou um boletim de ocorrência por uma pequena infração de tráfego usando o próprio sobrenome em vez de "Israel". A polícia passou essa informação para a Gestapo. O rapaz foi enviado imediatamente para um campo de concentração. Decidiu-se então transportá-lo para a Polônia, o que teria significado morte quase certa no Holocausto. Seu empregador escreveu uma longa carta à Gestapo pedindo misericórdia. Deu certo. Ele foi solto, com uma dura advertência acerca do seu comportamento futuro.⁵⁰

Muitas judias casadas com "arianos" se recusavam a usar a estrela amarela. Um funcionário da Gestapo escreveu acerca de uma judia que ele havia prendido por esse delito:

Sempre foi uma desculpa esfarrapada dizer que não sabia de nada. A judia Helena afirma nada saber das leis relativas aos judeus. É típico deles dar essas desculpas sem pé nem cabeça. Na realidade, supõem que, não sendo conhecidos como judeus [e casados com arianos], não precisam dá-lo a conhecer por iniciativa própria. Mesmo porque, se sua identidade racial se tornar pública, eles acabam se livrando mediante o pagamento de uma multa leve. Ultimamente, os judeus em casamento misto andam cometendo esse delito. Portanto, parece necessário impor pena de prisão em vez de multa.⁵¹

No dia 1º de outubro de 1941, quando se iniciaram as primeiras deportações para a Polônia, a Associação do Reich de Judeus Alemães registrou que 163.696 judeus continuavam na Alemanha.⁵² A essa altura, além de enfrentar uma vasta gama de outras restrições, não podiam usar ônibus e trens, ir a museus ou galerias de arte, possuir carro, comprar flores, comer em restaurantes nem se sentar em espreguiçadeira. A partir de 13 de março de 1942, toda residência de judeus foi obrigada a ostentar uma estrela branca de papel à porta. Os judeus não podiam sequer ter bichos de estimação. Para eles, era difícil entender a tragédia enorme que os submergia. É difícil compreender as consequências de um maremoto nas horas de escuridão.

A maior parte das deportações de judeus alemães ocorreu de outubro de 1941 ao verão de 1942. Nesse período, mais de 100 mil foram levados de trem aos guetos de Lodz, Riga e Minsk e aos campos de extermínio de Belzec e Auschwitz-Birkenau. Os únicos que permaneceram na Alemanha depois dessa onda de expulsões foram os de casamentos mistos e seus filhos. Os nazistas criaram um pretense “campo de concentração modelo” em Theresienstadt para dar a impressão enganosa ao mundo exterior de que nada havia de sinistro naquelas deportações. A decisão de expatriar os judeus do Velho Império [*Altreich*] foi influenciada pela bem-sucedida emigração forçada de Adolf Eichmann de 50 mil judeus austríacos. Heydrich decidiu que a criação de guetos em larga escala na Alemanha geraria doença e crime, capazes de afetar a coesão social da população geral.⁵³

Os relatos de testemunhas oculares e os julgamentos do pós-guerra mostram como se levavam a cabo as deportações dos judeus na Alemanha nazista. Na maioria das cidades, eram transportados na calada da noite ou de manhã bem cedo. É difícil saber se estavam cientes de que o destino que os aguardava era o extermínio. Na Alemanha, circulavam muitos boatos sobre os fuzilamentos em massa na União Soviética nos últimos meses de 1941, mas, quando

começaram as expatriações, os judeus da Polônia não estavam sendo gaseados. É questionável dizer que os judeus deviam saber, mas, mesmo assim, foram sem protestar. A vasta maioria dos alemães parece ter ficado indiferente ao destino final da população germano-judaica. Os anos e anos de propaganda viciosa a retratar os judeus como demônios de nariz adunco fisicamente repulsivos penetraram até as mentes antes mais abertas. Diariamente, apareciam cartazes, filmes e jornais repletos dessas imagens antissemitas. Como recordou Max Reiner: “Eu não conseguia mais abrir um jornal alemão. Judeus [...] judeus. Era como se não existissem outros temas. Eles se excediam a si próprios em insultos, ameaças e ridículo.”⁵⁴

Em Colônia, um julgamento da Gestapo revelou que 11.500 judeus foram transportados em dezoito meios de transporte diferentes a partir de 21 de outubro de 1941. No fim de 1942, 80% dos judeus de Colônia tinham sido deportados. O padrão de cada deslocamento seguia um procedimento semelhante. A RSHA de Himmler enviava uma carta ou telegrama ao chefe do escritório regional da Gestapo ordenando que reunisse um transporte de judeus para um gueto específico da Polônia ou para determinado campo de concentração.

A Gestapo era responsável pela organização da deportação dos judeus. Havia um conjunto de diretrizes no processo, que arrolavam as regulações que as cercavam. Os funcionários da Gestapo entravam em contato com as lideranças da congregação israelita local mandando-as preparar uma lista de degredados. Valerie Wolfenstein, filha de um arquiteto judeu, descreveu o processo em Berlim: “As pessoas recebiam uma carta notificando o dia em que deviam estar prontas. Tinham de fazer uma lista de tudo quanto lhes pertencia e levá-la ao escritório da congregação. A Gestapo delegava todo o trabalho preliminar a esse escritório.”⁵⁵ Então cada deportado era informado da data e hora da sua deportação e lhe atribuíam um número, mas essa carta geralmente chegava apenas

dois dias antes da partida. Na sede da congregação israelita, os desterrados eram obrigados a assinar uma declaração afirmando que, na qualidade de judeus, eram inimigos do Estado, ao qual agora pertenciam todas as suas propriedades. A Gestapo emitia instruções sobre como leiloar os pertences privados deixados em casa pelos judeus. Esses leilões macabros de bens de judeus confiscados eram feitos ao mesmo tempo que o processo de expatriação.

Embora atribuísse às lideranças da comunidade judaica local a decisão quanto aos indivíduos a serem deportados, a Gestapo ficava com a palavra final no que dizia respeito a cada expatriado. Colaborava estreitamente com auxiliares indicados pela comunidade judaica e com a Kripo para transportar os judeus de casa aos centros de deportação. Quando eles lá chegavam, a Gestapo se encarregava de submetê-los a algumas verificações finais. Conferia se todas as pessoas que constavam da lista datilografada de transporte estavam presentes e as obrigavam a deixar seu número de chamada bem visível na roupa. Seguia-se a revista da bagagem. Os funcionários da Gestapo confiscavam pertences, dinheiro e objetos de valor à vontade. Os judeus só podiam levar consigo uma mala e eram obrigados a comprar a passagem só de ida para o esquecimento. As testemunhas relatam que as pessoas eram “tangidas como animais” para os trens que aguardavam.⁵⁶ A Gestapo mostrava poucos sinais de compaixão durante todo o processo.

Sabe-se que alguns alemães ajudaram judeus a se esconderem e lhes deram comida, roupa e abrigo. Estima-se que havia cerca de 5 mil judeus escondidos, e 1.402 surgiram em Berlim em 1945.⁵⁷ Um deles era Rolf Joseph, que trabalhava na fábrica da IG Farben no distrito de Lichtenburg. Decidido a escapar à transportação durante o verão de 1942, ele entrou na clandestinidade e passou a viver ilegalmente. “Nas primeiras quatro horas, não tínhamos abrigo”, lembrou mais tarde.

Centenas de “ilegais” viviam como nós: viajando de S-Bahn [trem de superfície] ou de U-Bahn [metrô] até tarde da noite, sempre temendo que nos pedissem o documento de identidade com o enorme J carimbado. Passávamos as noites nos parques e bosques e, quando o tempo estava muito ruim, no banheiro das estações ferroviárias.⁵⁸

A polícia do Exército prendeu Rolf na estação berlinense Wedding, examinou-lhe a carteira de identidade e averiguou se ele não estava na lista dos definidos como “desertores”. A Gestapo o interrogou durante vários dias, como Rolf explicou depois:

A Gestapo queria muito saber onde eu estava morando. Eu garantia que não tinha teto. Todos [no escritório da Gestapo] se recusavam a acreditar. Perguntavam repetidas vezes o nome das pessoas que me haviam abrigado, mas eu me recusava a dá-lo. Então me levaram a um porão, ataram-me as mãos e os pés, prenderam-me em cima de uma caixa de madeira e, com um chicote de cavalo, deram 25 lambadas nas minhas nádegas nuas. Tive de contar cada chicotada.⁵⁹

A Gestapo muitas vezes ficava às voltas com complicadas disputas sobre os pertences deixados em casa por judeus antes da deportação. Um caso típico envolveu o destino dos móveis de uma judia enviada ao campo de concentração de Theresienstadt. [Sara] Martha Peet, nascida em 1892, em Bingen, às margens do Reno, morava em Düsseldorf quando foi desterrada.⁶⁰ Seu senhorio havia informado à Gestapo que, sendo judia e divorciada, ela não tinha direito de permanecer na Alemanha. A polícia do Estado logo constatou que Martha Peet fora casada com um ariano alemão, mas dele se havia divorciado. Isso a deixava

numa situação extremamente vulnerável. O casal tinha dois filhos, que, por terem “sangue alemão”, estavam eximidos da deportação. O filho de 17 anos morava com a mãe. A filha de 19, com o pai. A Gestapo decidiu que a expatriação se aplicaria a Martha Peet. Quando ela foi transportada para Theresienstadt, o advogado do ex-marido reclamou os móveis da ex-esposa em benefício dos filhos do seu cliente. A Gestapo acedeu à solicitação. O filho foi colocado sob a guarda do pai. Não há registro do que aconteceu a Martha Peet depois do desterro. Suas chances de sobrevivência eram reduzidíssimas.⁶¹

As reações públicas às deportações não foram amplamente registradas, porém a maioria dos cidadãos alemães tinha conhecimento delas e centenas de milhares presenciaram-nas diretamente. Na Baviera, sobreviveu um único relatório oficial do governo sobre a deportação de judeus, datado de 10 de dezembro de 1941. Afirmava que a população “acompanhou o fato com aprovação”. Um relatório do SD referente ao distrito de Minden registrou:

Ainda que essa ação da polícia do Estado [Gestapo] se mantivesse em segredo, todos os segmentos da população discutiram a deportação dos judeus. Por conseguinte, colheu-se um grande número de comentários para avaliar as atitudes públicas. Ouviram-se afirmações individuais de que era preciso agradecer ao Führer por livrar-nos do sangue judeu. Um operário, por exemplo, disse que “se tivessem cuidado dos judeus cinquenta anos atrás, não teríamos tido de aguentar uma guerra mundial e a guerra atual”.⁶²

Em alguns lugares, detectou-se mal-estar com as deportações. Observando uma transportação de judeus de Detmold, em 28 de julho de 1942, um funcionário do SD notou as seguintes objeções públicas:

Antes do transporte, os judeus se aglomeraram na praça do mercado em Lemgo. O fato fez com que a população acesse em número verdadeiramente grande [...] Observou-se que boa parte dos cidadãos velhos, supostamente também membros do partido [nazista], criticou negativamente a expatriação dos judeus da Alemanha. Mais ou menos abertamente, tomaram posição contrária ao transporte por todos os motivos possíveis. Afirmavam que, por assim dizer, os judeus na Alemanha certamente estavam condenados à extinção, e que por isso aquelas medidas, que representavam uma adversidade particular para os judeus, eram desnecessárias [...] Um caso significativo de tomada de defesa dos judeus ocorreu durante um transporte em Sabbenhausen, onde a mulher de um professor tentou dar salsicha e outros alimentos aos judeus [...] Ela foi presa.⁶³

Como vimos, somente os judeus casados com arianos alemães ou os filhos de tais uniões tinham chance de ser isentos da deportação. As Leis de Nuremberg haviam proscrito as uniões germano-judaicas. Os casamentos mistos se dividiam em duas categorias. As judias casadas com arianos alemães não judeus e seus filhos eram definidos como “casamento privilegiado” e estavam isentos da maioria das leis antissemitas, inclusive do uso da estrela amarela. Também estavam excluídos da deportação. Os filhos desses casais gozavam de privilégios semelhantes, desde que não praticassem a religião judaica nem frequentassem escolas judaicas. O divórcio significava a perda de alguns desses privilégios pelo parceiro judeu, mas não pelos filhos. Os judeus casados com arianos alemães e sem filhos achavam-se num “casamento não privilegiado”. As judias sem filhos casadas com “arianos” alemães tinham situação idêntica. Alguns judeus em casamento não privilegiado ainda eram obrigados a portar a estrela amarela

judaica e a usar os nomes judeus oficiais.⁶⁴ Em tais matrimônios, o parceiro judeu permanecia numa situação precária. No início de 1943, ainda havia 12.117 casamentos “privilegiados” e 4.551 “não privilegiados”.⁶⁵

A lealdade das alemãs casadas com judeus era poderosa. O protesto mais notório contra as deportações foi o das esposas arianas de maridos judeus. Uma manifestação sem precedente iniciou-se no dia 27 de fevereiro de 1943, quando as autoridades alemãs anunciaram, em Berlim, que todos os judeus remanescentes seriam expatriados. Cerca de duzentas alemãs se aglomeraram em frente ao escritório administrativo da congregação judaica berlinense, na *Rosenstraße*, em protesto contra a decisão. Gritavam reiteradamente: “Devolvam os nossos maridos.” Durante a semana seguinte, o protesto cresceu. Acabou envolvendo mil mulheres. No dia 6 de março, Joseph Goebbels, o gauleiter nazista de Berlim, decidiu soltar os 1.700 judeus casados com alemãs que estavam presos no prédio da *Rosenstraße*. Foi uma incrível reviravolta. Goebbels estava preocupado com o estrago que a manifestação estava gerando na opinião pública. Essa ação corajosa de um grupo de arianas alemãs salvou a vida dos maridos judeus.⁶⁶

Houve cônjuges que aproveitaram o clima antissemita vigente para se livrar de parceiros judeus inconvenientes. Em março de 1944, um ariano alemão de 63 anos e sua irmã denunciaram a esposa judia dele por ter dito que Hitler havia matado crianças e que os judeus se vingariam. Os dois eram casados desde 1908. A Gestapo acelerou o seu divórcio. A mulher deixou de estar num casamento privilegiado e foi posta num trem rumo a Auschwitz, onde morreu.⁶⁷

Eram muitas as variantes regionais do tratamento dispensado pela polícia do Estado aos matrimônios germano-judaicos e aos filhos por eles gerados. Para qualquer envolvido nessas uniões, era absolutamente vital não chamar a atenção da Gestapo. A história trágica de Helen Krabs (nascida em 1906) ilustra graficamente este

ponto.⁶⁸ Judia, ela era casada com um “ariano” alemão chamado Paul Krabs, mas o casal não tinha filhos, de modo que o seu casamento não era “privilegiado”.

O caso começou no dia 1º de maio de 1942, quando Paula Berngen, uma vizinha que havia muitos anos tinha amizade com Helene e o marido, informou a Gestapo “confidencialmente” da sua “forte suspeita” de que os Krabs estivessem ocultando em casa uma judia chamada Edith [Sara] Mayer. Edith tinha sido transportada para o gueto de Riga, mas conseguira fugir e voltar à Alemanha com o noivo ariano alemão Heinz Henzen, de 22 anos, de Colônia, que a havia salvado. Esse casal estava profundamente apaixonado e queria sair da Alemanha nazista para poder casar.

Então se desenvolveu uma série bastante assombrosa de fatos. A Gestapo não tardou a concluir que Edith e Heinz, que tinham iniciado o relacionamento ilegal em 1940, certamente não estavam escondidos no apartamento dos Krabs em Solingen. Seu paradeiro era desconhecido. Em 20 de maio de 1942, Helene Krabs foi interrogada pela Gestapo. Disse que ganhava a vida como costureira. Desde 1932, deixara totalmente de participar da vida religiosa judaica. Em 1933, casou-se com o ariano alemão Paul, que não professava nenhuma religião. Descreveu Edith Mayer como uma “parenta distante”. Sabia que ela fora deportada para Riga, mas negou tê-la visto nas últimas semanas ou haver-lhe permitido se esconder na sua casa.

No dia seguinte, Paula Berngen foi convidada a dar mais pormenores das suas alegações. Disse que Edith e Heinz haviam batido na porta do seu apartamento por volta das 14h do dia 1º de maio de 1942, quando ela estava almoçando com o marido Willi. Convidou o casal a entrar. Edith lhe contou que tinha sido solta do gueto de Riga. Heinz se disse de “ascendência ariana” e que os dois queriam se casar, mas para tanto precisavam emigrar da Alemanha nazista. Às 16h, Paula Berngen acompanhou o casal ao apartamento dos Krabs. Uma semana depois, Heinz voltou a visitá-la para agradecer a hospitalidade e se

despedir. Contou-lhe que por ora ia retornar a Berlim, mas que Edith ficaria com os Krabs. Longe de acreditar que a moça tivesse sido legalmente libertada do gueto de Riga, Paula tinha certeza de que fugira e obviamente estava clandestina. Por esse motivo deu parte à Gestapo. Afirmou que Helene Krabs só podia estar mentindo ao declarar que não vira o casal nem lhe havia dado abrigo.

A Gestapo então procedeu a investigações mais minuciosas. Houve troca de cartas entre diversos escritórios de toda a Alemanha. Começaram a surgir detalhes novos e surpreendentes. Em 18 de junho de 1942, o escritório da Gestapo de Wuppertal informou que Edith Mayer morava em Legenfeld, na Saxônia, quando foi “evacuada” para o gueto de Riga num trem de transporte de judeus que partiu no dia 8 de dezembro de 1941. O escritório de Düsseldorf tentou averiguar se Mayer tinha sido solta do gueto, o que era considerado altamente improvável, ou se achara um meio miraculoso de fugir. Em 22 de julho de 1942, o promotor sênior do distrito de Feldkirch, uma cidadezinha austríaca próxima da fronteira suíça, informou que Edith e Heinz tinham sido presos ao tentar atravessar a fronteira. Heinz foi acusado de “degradação racial” devido ao relacionamento ilegal com Edith, além de se esquivar de servir o exército. Descobriu-se então que ele viajara a Riga e havia tirado Edith do gueto.

Heinz Henzen passou por um longo interrogatório em 21 de agosto de 1942. Fez uma declaração nova e surpreendente. Afirmou que Paula Berngen já sabia de sua relação com Edith e havia prometido ajudar o casal. Edith lhe pedira que guardasse para ela umas roupas novas e outros pertences até que voltasse para buscá-los. Heinz também contou que o casal tinha passado oito dias com os Berngen e outros três com a família Krabs. Seu depoimento revelou um motivo ulterior por trás da denúncia inicial feita por Paula Berngen: antes de ser transportada para o gueto de Riga, Edith lhe pedira que guardasse alguns pertences valiosos. Paula não esperava ter de devolvê-los. Heinz

também deu à Gestapo o nome de três outras pessoas que ajudaram o casal quando estava fugindo. Ele foi esperar julgamento num campo de concentração. Não há registro de seu destino final.

Edith Mayer, a fugitiva judia, também foi interrogada. Contou à Gestapo que Heinz de fato a havia tirado do gueto de Riga em abril de 1942. Levou a cabo essa dramática missão de fuga em um caminhão emprestado por um empregado da Organização Todt, responsável pela construção das autoestradas [*Autobahnen*] alemãs. Depois de resgatar Edith, Heinz foi de Riga a Königsberg, onde abandonou o caminhão. A seguir, o casal viajou de trem a Berlim e, enfim, foi parar em Solingen. Edith contou uma história completamente diferente da de Heinz no tocante ao que aconteceu quando lá chegaram. Disse que só ela havia passado oito dias com os parentes Paul e Helene Krabs. E não se hospedara no apartamento dos Berngen. Heinz então partiu para Colônia a fim de ficar com os pais, e o casal combinou encontrar-se depois. Contou que os Krabs estavam com muito medo de acolhê-la, mas não quiseram abandoná-la à própria sorte. Posteriormente, Helene e Heinz se reencontraram em Berlim. E foram a Königswinter, em Hesse, onde ficaram três dias com uma família; a seguir, antes de ser presos, dirigiram-se a Bludenz, em Vorarlberg, um distrito austríaco próximo da fronteira com a Suíça. Edith foi para um campo de concentração. O prontuário da Gestapo não registra seu destino final. É improvável que tenha sobrevivido.

Agora a Gestapo tinha a história completa, mas ainda havia depoimentos contraditórios sobre onde exatamente Edith e Heinz ficaram. A Gestapo estava convencida de que os Krabs haviam encoberto Edith Mayer e a ajudaram a ficar em liberdade depois de fugir do gueto de Riga. Paul Krabs, um qualificado torneiro numa fábrica da cidade, e Helene Krabs continuaram negando que Edith Mayer ou Heinz Henzen tivessem ficado com eles. No dia 22 de agosto de

1942, foram informados dos depoimentos de Heinz e Edith, que mostravam que o deles era mentiroso.

Em 1º de setembro de 1942, um relatório da Gestapo sobre os desdobramentos recentes do caso registrou que Helene tinha sido internada num campo de concentração. Paul foi condenado a três meses de reclusão. Observou-se que os Berngen precisavam ser interrogados uma vez mais. Deviam confiscar os bens de Edith que porventura estivessem com eles. Em 7 de setembro de 1942, Helene Krabs finalmente confessou tudo. Disse que, no outono de 1941, Edith lhe pedira que tomasse conta de alguns pertences, entre os quais toalhas, edredons, aparelhos de jantar, algumas peças de prata, *decanters* e um serviço de café de porcelana. Os Berngen, que estavam presentes nesse encontro, prometeram a Helene guardar as coisas de Edith até que ela viesse buscá-las.

Em 11 de setembro de 1942, o gerente da metalúrgica em que Paul Krabs trabalhava enviou uma carta solicitando que ele fosse posto em liberdade com urgência, pois a fábrica tinha de produzir importantes munições de guerra. No dia 15 de setembro, Paul admitiu que Henzen e Mayer ficaram na sua casa, mas afirmou que dormiam em quartos separados. “Sou vítima da minha própria bondade”, concluiu. Em 18 de setembro de 1942, a Gestapo o libertou até que terminasse o importante trabalho na fábrica de munições. No dia 20 de outubro, sua sentença de três meses de prisão foi suspensa por mais seis meses. Não há registro de que ele tenha voltado ao presídio.

Então a Gestapo interrogou Paula e Willi Berngen na tentativa de descobrir o que tinha sido feito dos pertences de Edith. Em 9 de setembro de 1942, Paula Berngen admitiu que havia vendido as coisas de Edith Mayer quando ela foi deportada para o gueto de Riga. Sua descarada denúncia inicial tinha a finalidade de ocultar esse fato. No dia seguinte, Willi Berngen, de 47 anos, deu sua versão da história. Contou que conhecia Edith Mayer e Paul e Helene Krabs havia muitos anos. Originalmente conhecera Paul

numa sociedade coral, mas, em 1933, ele foi expulso por ter esposa judia. Willi conheceu Heinz em 1940, durante uma visita à casa dos Krabs. O rapaz contou que seus pais se opunham veementemente à sua relação com Edith. Willi o alertou mais de uma vez para o perigo de um relacionamento ilegal entre uma judia e um ariano. Soube que Edith tinha sido deportada para o gueto de Riga. Por isso, ficou muito surpreso quando o casal apareceu na sua casa. Assim que os dois foram embora, ele mandou a esposa informar à Gestapo. Paula já tinha vendido os pertences de Edith por 120 Reichsmark, uma importância considerável na época. Fora devolver esse dinheiro à Gestapo, Paula e Willi Berngen não sofreram nenhuma outra consequência pelos seus atos.

A punição definitiva de Helene Krabs ainda não havia sido determinada pela Gestapo. No dia 29 de setembro de 1942, um relatório informava que, estando grávida de quatro meses, Helene tinha sido transferida do campo de concentração para um presídio. As acusações eram consideradas graves o bastante para que ficasse em prisão preventiva numa prisão de Wuppertal, por ser uma “ameaça ao Estado”. Aos olhos da Gestapo, uma judia ajudar outra a se evadir era um crime grave. Outro relatório frisava que Paul e Helene Krabs eram casados havia dez anos sem ter gerado filhos. O relatório sugeria que a gravidez de Helene não passava de uma tentativa desesperada de tornar o casamento privilegiado para tentar escapar à deportação.

Em 6 de novembro de 1942, a Gestapo decidiu repentinamente que Helene Krabs fosse transportada para o famigerado campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, na Polônia. Paul Krabs suplicou misericórdia em duas cartas no início de dezembro. Numa delas, escreve: “Minha mulher agiu apenas de modo compassivo. Simplesmente sentia lealdade pela parenta. Era uma situação insuportável para ela. Eu imploro misericórdia em seu nome.” A Gestapo se recusou a alterar sua decisão. Em 10 de dezembro de 1942, informou que Helene Krabs tinha sido enviada a Auschwitz-

Birkenau. Rudolf Höss, o comandante do campo, foi notificado da sua gravidez.

Em 3 de janeiro de 1943, Helene Krabs foi assassinada com o filho não nascido em Auschwitz. Como de costume, no caso das vítimas alemãs do Holocausto, as autoridades do campo registraram uma história diferente. Uma carta da administração do campo de Auschwitz à Gestapo, datada de 8 de janeiro de 1943, afirmava que Helene morrera de angina no hospital do campo. O cadáver tinha sido cremado, e as cinzas, colocadas num jardim para as urnas dos mortos.⁶⁹

Essa era outra mentira.

8

O julgamento da Gestapo

Na noite de 23 de abril de 1945, o chefe da Gestapo, Heinrich Müller, entrou no *bunker* berlinense de Adolf Hitler, debaixo da Chancelaria do Reich devastada pelas bombas. Tinha sido convocado pelo ditador nazista, que estava convencido de que um espião andava passando informações para os aliados. Müller iniciou uma investigação a fim de encontrar o culpado. Logo percebeu que devia ser uma pessoa em condições de entrar e sair do *bunker* sem despertar desconfiança. Concluiu que o principal suspeito era o general da SS Hermann Fegelein, marido da irmã de Eva Braun, Gretl, e muito ligado a Heinrich Himmler. Fegelein havia perdido as seis últimas instruções militares no *bunker*. Finalmente localizado e preso em Berlim, passou por um rápido interrogatório e confessou. Em 28 de abril, foi sumariamente fuzilado no jardim da Chancelaria. Essa seria a última investigação da carreira de Heinrich Müller na Gestapo. A última vez em que o viram vivo foi no dia 2 de maio de 1945. Logo depois, ele saiu das ruínas de bombardeios ao redor do *bunker* e desapareceu. O que lhe aconteceu é um mistério até hoje. O cenário mais provável sugere que morreu num ataque aéreo soviético. Encontraram seus documentos de identidade num cadáver

que, depois, foi sepultado por Walter Leuders, da SS, num cemitério de Berlim. Um atestado de óbito de Müller sobreviveu no registro civil berlinense. Datado de 15 de dezembro de 1945, dá como *causa mortis* “morto em ação”. Nem todos acreditam que Müller tenha morrido na ocasião. O famoso caçador judeu de nazistas Simon Wiesenthal estava convencido de que Müller fugiu e vivia com identidade falsa, possivelmente na União Soviética ou na América do Sul. Em 1963, as autoridades alemãs ocidentais tentaram solucionar o mistério exumando seus restos mortais e submetendo-os a exame forense. O resultado foi notável. No caixão, encontraram restos de três indivíduos, mas nenhum deles era Müller.¹

Em 23 de abril de 1945, Heinrich Himmler, a força motriz do sistema de terror nazista, também fugiu do *bunker* berlinense como um rato abandonando um navio naufragando. Vinha tentando negociar secretamente um acordo de paz com os Aliados. Hitler se enfureceu quando descobriu a traição de quem ele tinha por um dos seus partidários mais fortes. Himmler apresentou umas vagas propostas de paz por intermédio do diplomata sueco conde Folke Bernadotte. Os Aliados as rejeitaram. Valendo-se de documentos falsos em nome de Heinrich Hitzinger, ele fugiu para a região de Flensburg. De bigode raspado e roupa civil, trocou os óculos por um tapa-olho no olho esquerdo. O disfarce não enganou ninguém. Soldados britânicos o capturaram num posto de controle na estrada de Bremervörde e o levaram a um campo de prisioneiros em Lüneburg. Quando examinado por um médico, Himmler mordeu uma cápsula letal de cianureto e morreu minutos depois. Assim se evadiu da justiça o homem que havia criado o vasto sistema de terror do qual a Gestapo fazia parte.²

A maioria dos outros membros destacados da Gestapo também acabou na prisão. Uma exceção foi Adolf Eichmann, que ficou pouco tempo detido num campo de prisioneiros americano, mas fugiu. Em 1952, foi para a Argentina, onde

passou a viver com identidade falsa: Ricardo Klement. Chegou até a arranjar emprego na fábrica alemã Mercedes-Benz em Buenos Aires. Sem despertar suspeita, sua esposa e os dois filhos saíram da Alemanha Ocidental para se juntar a ele.

Os outros importantes criminosos de guerra nazistas enfrentaram um julgamento organizado pelos aliados vitoriosos, no Tribunal Militar Internacional, em Nuremberg. Uma conferência em Londres, no verão de 1945, decidiu os princípios jurídicos do julgamento. Os acusados foram denunciados por três delitos: (i) crimes contra a paz, (ii) crimes de guerra e (iii) crimes contra a humanidade. O artigo 10 do protocolo que serviu de base ao julgamento afirmava que o tribunal também podia declarar criminosos os grupos e organizações-chave no interior da Alemanha nazista. O julgamento decorreu entre 14 de novembro de 1945 e 1º de outubro de 1946. Houve 403 audiências públicas. Presidiu-o o britânico *sir* Geoffrey Lawrence.

Uma parte decisiva dos procedimentos em Nuremberg foi o subjulgamento da Gestapo, qualificada de “organização criminosa” juntamente com a SS e o SD, o setor de inteligência da SS. O jurista americano coronel Robert Storey, principal advogado de acusação no processo da Gestapo, argumentou que esta, definida como uma “organização do Estado”, atuava em estreita relação com o SD. Um dos principais acusados no julgamento de Nuremberg foi Hermann Göring, que estabelecera a Gestapo na Prússia em fevereiro de 1933. A categorização por Storey de um sistema repressivo único de terror nazista, dotado de pessoal coletivamente responsável pelos crimes de guerra perpetrados, resultou num argumento convincente durante o julgamento.³ As provas colhidas pela promotoria a fim de respaldar esse argumento eram muito detalhadas. Surpreendentemente, a polícia criminal (Kripo) e a polícia comum (Orpo) foram excluídas da denúncia por terem continuado sendo instituições civis a serviço de um Estado totalitário durante o período nazista.

O advogado de defesa da Gestapo, o alemão Rudolf Merkel, convocou vários membros da polícia do Estado como testemunhas de defesa. Importantíssimo entre eles foi o Dr. Werner Best, chefe do departamento administrativo e pessoal do quartel-general da Gestapo em Berlim entre 1936 e 1940. Ele descreveu a organização como uma instituição estatal inocente e inofensiva que recebia ordens dos líderes do governo. No seu parecer, era pouco diferente da polícia criminal. Essa linha de defesa serviu de modelo para outros funcionários da Gestapo em outros processos do pós-guerra.

Werner Best foi o primeiro a destruir os mitos em torno da Gestapo muitos anos antes que os historiadores se ocupassem minuciosamente do assunto. Os aspectos fundamentais da interpretação revisionista ulterior da Gestapo foram expostos muito claramente no depoimento de Best, e eram os seguintes: a grande maioria dos funcionários da Gestapo foi transferida da polícia criminal ou política. Eram mal pagos, com salários inferiores aos dos investigadores da polícia criminal. O funcionário que recusasse a transferência da divisão de polícia para a Gestapo, afirmou ele, estava sujeito a “ação disciplinar, podendo ser exonerado com a perda dos direitos adquiridos, por exemplo, o direito à aposentadoria”. O funcionário médio da Gestapo não diferia de um detetive criminal em termos de origem e experiência profissional. “Não é verdade, como se afirmou e ainda se afirma com frequência”, argumentou Best, “que a Gestapo fosse uma rede de espiões a vigiar toda a população. Com os poucos funcionários, que viviam ocupadíssimos, algo assim não se podia levar a cabo”. Segundo ele, a Gestapo era uma instituição reativa, que dependia principalmente dos “relatos oriundos do público geral”, e sugeriu que a maioria deles era pessoalmente motivada. Uma vez concluído o inquérito, a Gestapo sempre transferia os casos importantes de traição para os tribunais criminais para julgamento. Quase metade do pessoal ativo na Gestapo era constituída

de funcionários administrativos, com antecedentes comuns de servidores públicos. A experiência policial era central na nomeação de todos os funcionários da Gestapo, que não administrava os campos de concentração, e Best nunca imaginou que “neles a vida e a saúde dos prisioneiros corresse perigo”. Os funcionários da Gestapo estavam constantemente em contato com as famílias dos presidiários, que eram mantidas informadas das datas de soltura. Chegavam a orientar os familiares sobre o pagamento de auxílio a que tinham direito enquanto seus parentes estivessem presos. Best asseverou que os “interrogatórios melhorados” só se faziam com a observância de diretrizes rigorosas e unicamente em casos graves de traição, mas “as confissões não eram de modo algum extorquidas” dos presos durante o interrogatório. As ordens aos funcionários da Gestapo sempre vinham de cima para baixo e deviam ser obedecidas sem questionamento. “Eu não tinha condições de impedir meu superior de levar a cabo as medidas que ele havia ordenado”, concluiu.⁴ Em 1948, Best, que havia sido governador do Reich na Dinamarca entre 1942 e 1945, foi condenado à morte por um tribunal dinamarquês para crimes de guerra. Graças a um recurso, essa pena foi comutada para doze anos de reclusão. Ele foi solto em 1951, devido a uma anistia dinamarquesa aos criminosos de guerra nazistas.

Outro funcionário da Gestapo, Karl-Heinz Hoffmann, foi ouvido no dia 1º de agosto de 1946. Havia ocupado cargos de gestão de linha sênior nos escritórios de Coblença e Düsseldorf, depois assumira uma função-chave de supervisão na seção IVD da RSHA, em Berlim, e, em 1942, foi nomeado chefe da Gestapo na Dinamarca ocupada pelos nazistas, sob o comando de Werner Best. Formado em direito, Hoffmann ingressou na Gestapo em 1937, aos 25 anos de idade, na qualidade de principiante com diploma universitário, mas sem experiência policial anterior. Não tardou a ser promovido para o cargo de consultor político substituto. Ao depor, afirmou que todos os funcionários da

organização com que havia trabalhado nas localidades eram policiais criminais que iniciaram carreira no período de Weimar e foram transferidos para a Gestapo. O trabalho da polícia do Estado em Coblença e Düsseldorf consistia, sobretudo, em combater a traição, geralmente por parte dos comunistas, lidar com os dissidentes eclesiásticos e implementar normas referentes ao tratamento aos judeus. Ele explicou ao tribunal como a Gestapo cuidava dos casos: A grande maioria dos casos se manejava por meio de um aviso da Polícia [Secreta] do Estado quando o resultado da investigação era negativo. Nos casos em que a detenção se fazia necessária, providenciávamos para que os criminosos fossem levados ao tribunal. A prisão preventiva se aplicava por pouco tempo nos casos cuja matéria não estava pronta para ser apresentada à Justiça. A transferência da prisão preventiva para um campo de concentração só era solicitada pela Gestapo se a personalidade do criminoso, julgada a partir de seu comportamento pregresso, levasse a esperar que ele continuasse a ser um infrator contrário às regulações.⁵

Hoffmann afirmou que um princípio básico das regras da Gestapo era os funcionários manterem o trabalho em rigoroso sigilo. Indagado se recorriam à crueldade física e à tortura durante os interrogatórios, respondeu categoricamente: “O tratamento brutal e a tortura eram rigorosamente proibidos e condenados pelos tribunais [...] Lembro que um tribunal regular condenou [à prisão] dois funcionários [da Gestapo] de Düsseldorf por terem maltratado presos.” Na Dinamarca, porém, ele admitiu que se recorria com muito mais frequência aos “interrogatórios melhorados”, especialmente contra as organizações de resistência, mas asseverou que esse procedimento não era generalizado e tinha sido usado em situação de guerra.

Também afirmou que o tratamento da questão judaica era de incumbência exclusiva do departamento de Eichmann na RSHA, em Berlim, no qual ele operava em escritório separado. A Gestapo considerava o trabalho de

Eichmann estritamente confidencial. Ele assinava todas as ordens de deportação de judeus. Quando lhe perguntavam que ordens estava cumprindo no referente à “Questão Judaica”, Eichmann sempre dizia estar implementando “missões especiais ordenadas pelas mais altas autoridades e que, portanto, não era necessário que os outros departamentos as referendassem e, assim, manifestassem a sua opinião”.⁶

O Dr. Rudolf Merkel foi muito competente na defesa da Gestapo. Refutou com veemência a acusação da promotoria, segundo a qual ela era uma “organização criminosa” cujos funcionários deviam assumir responsabilidade coletiva pelos seus “crimes contra a humanidade”. Argumentou que, pela legislação alemã anterior à tomada do poder por Hitler, os indivíduos podiam ser considerados culpados por crimes específicos, mas não as organizações. Para estabelecer culpa coletiva, alegou, o tribunal tinha de provar que os funcionários da Gestapo agiram ilegalmente, ou seja, contrariamente à lei vigente na época em estavam em atividade.

Caracterizou a Gestapo como uma instituição estatal não nazista. Seus funcionários tinham o antigo costume de cumprir ordens obedientemente e sem questionamento. Sustentou que essa era uma característica tipicamente alemã que a acusação precisava entender. Assegurou que o poder onipotente da organização não passava de um mito disseminado pela propaganda nazista: “Os aproximadamente 15 mil ou 16 mil funcionários da Gestapo em questão, mesmo que vigiassem e espionassem a população, estavam longe de ser adequados a esse fim.” O segundo mito por ele rejeitado foi de que a Gestapo estivesse repleta de nazistas convictos. Na realidade, disse, seu pessoal provinha da força policial criminal e política já existente. A assimilação de ideias nazistas por esses homens “comuns” era um processo muito lento e incompleto. Quando estourou a guerra, somente 3 mil funcionários da Gestapo eram membros da SS. Isso

correspondia a menos de 20% do total. Merkel também pôs em dúvida a crença comum de que a Gestapo prendia as pessoas usando ordens de prisão preventiva e então as mandava diretamente para os campos de concentração, sem julgamento. Apresentou provas, mostrando que as ordens de prisão preventiva eram “governadas por regulações precisas” decididas por autoridades superiores, inclusive a promotoria pública e a Justiça. Quanto à acusação de uso generalizado de “interrogatórios melhorados”, alegou que não era absolutamente o caso na Alemanha, especialmente antes do período de guerra. Tais métodos só foram empregados em casos “muito excepcionais” e só por ordem das autoridades superiores. Os funcionários da Gestapo eram reiteradamente instruídos sobre a proibição rigorosa de “quaisquer maus-tratos durante os interrogatórios”.

Segundo Merkel, os homens da Gestapo que foram transferidos para os *Einsatzgruppen* e participaram de assassinatos em massa na Polônia e na União Soviética não agiram como pessoal da Gestapo ou sob ordens dela quando perpetraram tais crimes. Durante a deportação dos judeus da Alemanha, ele reconheceu que a polícia do Estado preparava as evacuações juntamente com a liderança da congregação judaica local, mas sustentou que cumpria “decretos e ordens de autoridades muito superiores”, particularmente do escritório de Eichmann em Berlim, que não dava aos funcionários regionais da Gestapo detalhes do propósito final dos transportes de judeus.

Encerrou a defesa declarando que não era seu dever desculpar os delitos do regime nazista ou encobrir indivíduos dentro da Gestapo que tivessem desrespeitado a humanidade e cometido crimes de guerra, mas concluiu que, com base nas provas minuciosas que havia apresentado, a polícia secreta não podia ser classificada como uma organização criminosa.⁷

No dia 30 de setembro de 1946 foi pronunciada a sentença em Nuremberg. Ficou decidido que a Gestapo era

uma organização criminosa que exercia suas funções em estreita colaboração com o SD. A sentença expôs a extensão da sua criminalidade. Seus funcionários haviam prendido e interrogado todas as pessoas que acabaram em campos de concentração. Desempenharam um papel decisivo na perseguição aos comunistas, grupos religiosos, judeus e a uma ampla variedade de oponentes. Tiveram papel-chave na perseguição e deportação dos judeus. Prendiam indivíduos e os transportavam a campos de concentração para que morressem “mediante o trabalho escravo”, não só na Alemanha, mas também em toda a Europa ocupada pelos nazistas. Estavam envolvidos com os maus-tratos e o assassinato de prisioneiros de guerra e trabalhadores estrangeiros no interior da Alemanha nazista. Muitos agentes da Gestapo participaram dos assassinatos em massa na União Soviética. Diante de todos esses crimes contra a humanidade, o veredicto de Nuremberg concluiu que os agentes e servidores administrativos da polícia do Estado eram coletivamente responsáveis pelos seus atos criminosos. Somente os pequenos auxiliares e subalternos foram excluídos da sentença, assim como os indivíduos que deixaram de trabalhar na Gestapo antes do dia 1º de dezembro de 1939. Por conseguinte, o veredito de Nuremberg sugeriu que a polícia do Estado só se tornou uma organização criminosa em pleno funcionamento após o início da Segunda Guerra Mundial. Isso descartou, efetivamente, a possibilidade de seus agentes serem punidos pelos crimes por eles cometidos até então.⁸



Campo de concentração de
Buchenwald.

Bundesarchiv, Bild 1788/004.



Chamada da manhã para os presos
no campo de concentração de
Sachsenhausen, em 1936.

Bundesarchiv, Bild 183-78612-0003.

Dos 22 principais réus nazistas, doze foram condenados à morte, inclusive Hermann Göring, que se suicidou com uma cápsula de cianureto em 16 de outubro de 1946, o dia em que devia ser executado. Wilhelm Frick, o ministro do Interior, que tentara impedir que a SS de Himmler se apoderasse da Gestapo e da polícia criminal entre 1933 e 1936, foi enforcado. Ernst Kaltenbrunner, o chefe do Escritório Central de Segurança do Reich (RSHA), que incluía a seção IV da Gestapo, também foi executado. Em seu depoimento, procurou sugerir que Heinrich Müller dirigia a Gestapo sem interferência ou supervisão dele. Os demais acusados receberam penas de reclusão de dez anos a

perpétua. Franz von Papen, o homem que ajudou a levar Hitler ao poder, foi absolvido.⁹

Teoricamente, a classificação da Gestapo como organização criminosa abriu caminho para que todos os seus funcionários-chave fossem perseguidos. Contudo, eles não foram submetidos a nenhum grande julgamento coletivo posterior. Inicialmente, a maioria dos antigos homens da polícia do Estado foi internada em campos de detenção aliados. Em geral, cumpriram pena de até três anos. Calcula-se que, no primeiro ano da ocupação aliada na Alemanha, 250 mil pessoas, de algum modo associadas ao regime nazista, foram colocadas numa variedade de campos de detenção aliados.

Entre 1945 e 1949, a Alemanha ficou dividida em quatro zonas de ocupação administradas pelos quatro aliados vitoriosos: a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a União Soviética e a França. Em 23 de maio de 1949, foi criada a República Federal da Alemanha (RFA), democrática, a partir dos onze estados das três zonas de ocupação aliada administradas pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França. A República Democrática Alemã (RDA), comunista, começou a funcionar como Estado na zona de ocupação soviética, em 7 de outubro de 1949. Em virtude do início da Guerra Fria, Berlim continuou dividida entre os aliados.

As autoridades aliadas conferiram aos tribunais alemães o poder de perseguir casos individuais de crime de guerra conforme as leis alemãs existentes, o que era bastante restritivo, ou de acordo com a Lei do Conselho de Controle Aliado nº 10, de 20 de dezembro de 1945, que autorizou a perseguição retroativa nos casos de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes contra a paz. Houve doze julgamentos de guerra de figuras nazistas eminentes entre dezembro de 1946 e abril de 1949, particularmente do Judiciário, de militares, de médicos, de funcionários do governo e de líderes do sanguinário *Einsatzkommando*. O mais midiático deles foi, sem dúvida, o julgamento dos *Einsatzgruppen*, realizado de 15 de setembro de 1947 a 10

de abril de 1948. Teve 23 réus, dez dos quais ocupavam altos cargos na RSHA em Berlim. Somente Gustav Nosske, chefe da seção IVD5 no quartel-general berlinense, era diretamente ligado à Gestapo. Tinha envolvimento com os Territórios Orientais ocupados pelos nazistas. Otto Ohlendorf e seus corréus se disseram inocentes de todas as acusações. Declararam que seguiam ordens de Hitler para a “Solução Final” e se consideravam livres de qualquer responsabilidade jurídica pessoal pelos assassinatos em massa que levaram a cabo. Eles não eram assassinos, afirmavam, mas cúmplices. A sentença final rejeitou essa linha de defesa. Catorze réus foram condenados à morte no julgamento dos *Einsatzgruppen*, inclusive Otto Ohlendorf.¹⁰



Wilhem Frick, ministro do Interior de
1933 a 1943. Ele foi executado em
1946.

Bundesarchiv, Bild 121-0916.



Otto Ohlendorf, chefe da Inland-SD e
comandante do Einstazgruppe D, o
esquadrão da morte móvel responsável
pelo assassinato em massa na União
Soviética. Ele foi executado em 1951.

Bundesarchiv, Bild 183-308517.

Para tratar dos infratores de crimes de guerra menos graves, criaram-se os tribunais de desnazificação (*Spruchkammern*) nas zonas de ocupação ocidentais, dotados de pessoal leigo. Foi difícil perseguir funcionários da Gestapo no pós-guerra. A grande maioria de seus arquivos foi destruída deliberadamente ou pelos ataques aéreos aliados, que, nas últimas etapas da guerra, tinham por alvo os prédios da polícia e do governo em todas as grandes

idades. Mesmo o famigerado quartel-general da Gestapo, na Prinz-Albrechtstrasse, em Berlim, foi completamente destruído no início de 1945, e um enorme tesouro de documentos importantíssimos perdeu-se para sempre. Somente na Renânia sobreviveu um grande número de arquivos, particularmente os de Düsseldorf, usados neste estudo. Parece que, por mera negligência, esse escritório não destruiu os arquivos antes que os aliados ocidentais tomassem o controle da cidade. Sem tais arquivos, todo o modo de operação da Gestapo ficaria escondido da história. Achar testemunhas para os julgamentos de guerra tampouco era uma tarefa fácil para os promotores. Muitas moravam nos territórios agora ocupados pela União Soviética. A grande maioria das vítimas de origem judaica havia perecido no Holocausto e já não podia falar. Boa parte dos alemães que havia sofrido nas mãos da Gestapo relutava em prestar depoimento. A Lei de Libertação do Nacional-Socialismo e do Militarismo, de 5 de março de 1946, dava aos indivíduos incriminados no nazismo, inclusive aos agentes da Gestapo, a chance de absolvição se oferecessem provas testemunhais relevantes.

As decisões e sentenças dos tribunais de desnazificação variavam muito, mas a leniência extrema tornou-se a norma. Havia cinco categorias de criminosos definidas: (i) culpados graves: sujeitos a detenção, julgamento e reclusão; (ii) culpados: entre os quais os ativistas importantes do partido nazista; (iii) culpados leves: a que se dava liberdade condicional; (iv) partidários e companheiros de viagem: estes enfrentavam pequenas restrições de trabalho e (v) inocentes, sem sanções. Com base no julgamento de Nuremberg, todos os funcionários da Gestapo deviam ser definidos como “culpados graves”, submetidos a julgamento e encarcerados. Isso não aconteceu.

O objetivo dos que entravam no processo de desnazificação era obter o preciosíssimo certificado de ausência de culpa, que significava ser classificado de “inocente”. Ele ficou conhecido como Certificado Persil

[*Persilschein*], em jocosa referência ao popular sabão Persil, que, nos anúncios de televisão, prometia tornar a roupa “mais branca que o branco”. Sugeriu-se que os criminosos de guerra nazistas também estavam tentando lavar e branquear suas velhas camisas pardas. A maior parte dos funcionários da Gestapo acabou sendo classificada de “inocente”, assim como a esmagadora maioria dos alemães ocidentais que ingressaram no processo de desnazificação. No estado da Renânia do Norte-Vestfália, com população de 4 milhões, somente noventa ex-nazistas foram colocados nas duas primeiras categorias. Era como se ninguém fosse realmente nazista.¹¹

A tarefa dos tribunais de desnazificação era enorme. Milhões se haviam emaranhado na rede malfeitora do regime criminoso e genocida de Hitler. Mais de 3 milhões de alemães passaram pelo processo de desnazificação. No fim, passou a ser questão de preencher um enfadonho questionário de caixas de seleção que um estressado oficial lia e assinava, sem o examinar com atenção. Entre 1945 e 1948, a seção de Pesquisa de Opinião do Governo Militar Americano durante a ocupação na Alemanha do pós-guerra (OMGUS, na sigla em inglês) conduziu 22 pesquisas sobre a extensão da possível continuação do apoio ao regime nazista. Descobriu que 77% achavam o extermínio dos judeus “injustificável”, mas quando se perguntava se o nazismo era uma ideia ruim, somente 53% respondiam “sim”. Os entrevistados citavam a “política racial” e as “atrocidades” como motivos dessa resposta. Apenas 21% achavam que o nazismo era ruim antes do início da Segunda Guerra Mundial. Quando indagados se os alemães acreditavam no número de pessoas mortas no Holocausto, 59% diziam “sim”. A pergunta “Você sabia o que se passava nos campos de concentração?” levou 51% a registrar que sabiam, mas 40% declararam ignorância total. Quanto ao porquê de as pessoas serem mandadas para campos de concentração, 57% respondiam “por motivos políticos”. E, quando indagadas se eram favoráveis a que todos os

criminosos nazistas que assassinaram civis fossem submetidos a julgamento, nada menos do que 94% diziam “sim”. Isso mostra que o público alemão não se opunha originalmente a uma política vigorosa de submeter os criminosos de guerra à Justiça.¹² Mas isso não durou muito. Segundo uma pesquisa de opinião de 1950, o número de alemães ocidentais que achavam os julgamentos de Nuremberg justos havia caído para 38%.¹³

O período de controle da ocupação aliada de 1945 a 1949 se sobressai como a única tentativa prolongada de lidar com os criminosos de guerra nazistas, muito embora o nível real de perseguições no período fosse muito baixo. No Processo dos Juízes de 1947, somente dezesseis réus foram julgados. Ouviram-se 128 testemunhas, muitas das quais atestaram a cumplicidade de juízes e advogados na perseguição de grupos alvo. Apenas quatro acusados foram condenados à prisão perpétua nesse Processo. O resto recebeu penas de cinco a dez anos de reclusão. Acredite-se ou não, 72 magistrados do infame Tribunal Popular foram reempregados pela República Federal da Alemanha. Ao todo, aproximadamente 80% dos ex-empregados forenses puderam manter o emprego. O sistema jurídico alemão ocidental teve por base o Judiciário e os advogados de Hitler. A transcrição completa do julgamento dos juízes só foi publicada integralmente na Alemanha Ocidental em 1996.¹⁴

Os funcionários da Gestapo procuravam recomendações pessoais durante o processo de desnazificação, que se prolongou até 1953. Em geral, não tinham muita dificuldade para encontrar gente disposta a descrevê-los como humanos, profissionais, compreensivos e não violentos. Um deles, Otto Dühr, que nasceu em 15 de janeiro de 1902, estava decidido a limpar seu nome. Na superfície, era um clássico “homem comum” da Gestapo. Saiu da escola sem nenhuma qualificação. Em 1922, tornou-se policial. Cuidava do trânsito na República de Weimar. Aparentemente, esse suposto “tira bonzinho” nada tinha de sinistro. Em 1934,

ingressou na Gestapo de Krefeld. Só se filiou ao partido nazista em 1937. Nesse período de agente da polícia do Estado, ocupou-se de casos que envolviam comunistas, testemunhas de Jeová e homossexuais.¹⁵ Nunca foi punido pelos superiores por exceder as regulações dos “interrogatórios melhorados”. Dühr queria ser classificado de “inocente”. Isso lhe permitiria receber sua generosa aposentadoria. Arranjou recomendações pessoais impressionantes em que se respaldar. Erich Heinzelmänn, um colega da Gestapo de Colônia, providenciou uma referência excelente. Ironicamente, um *Heinzelmänn* é uma figura mitológica do folclore do norte alemão, uma espécie de fantasminha que chega à noite, faz todo tipo de trabalho, limpa a casa, mas só enquanto não for detectado. Uma das datilógrafas de Krefeld, que trabalhava com Dühr, descreveu-o como charmoso e altamente profissional o tempo todo. Alguns dos que foram interrogados por ele descreveram-no como “profissional e humano”.

Mas eis que, de repente, algumas vítimas de Otto Dühr se apresentaram para contar uma história inteiramente diferente. Ouvida em 30 de janeiro de 1948, a testemunha de Jeová Ingrid Mendling falou nos espancamentos brutais que Dühr lhe aplicou em Düsseldorf. Coisa que a deixou sangrando copiosamente e com uma dor insuportável. Karl Lummers, um tipógrafo de Krefeld e simpatizante dos comunistas, afirmou que Dühr o “esmurrou e chutou” repetidamente durante um interrogatório. Josef Ritting, preso em setembro de 1935 por distribuir panfletos comunistas, também foi interrogado por Dühr, que o esbofeteou várias vezes, depois o atacou com um pé de cadeira e o chutou brutalmente quando ele estava com os pés amarrados. Dois outros funcionários da Gestapo participaram desse espancamento cruel. Josef desmaiou. Três dias depois, Dühr repetiu a dose. Josef ficou completamente incapacitado em virtude do tratamento que sofreu nas mãos da Gestapo. Prestou depoimento no tribunal de desnazificação numa cadeira de rodas. Johannes

Hottger, um comerciante de Colônia, foi preso por Dihr em janeiro de 1935 e transportado para Krefeld. Declarou que Dihr batera nele várias vezes com um bastão durante o interrogatório. Ao todo, quinze testemunhas falaram nos métodos de interrogatório extremamente brutais e violentos de Dihr. Em 27 de maio de 1949, ele foi condenado a dois anos e sete meses de reclusão pelo que o juiz chamou de “agressões rudes e graves”, mas essa sentença foi reduzida em virtude do período que ele havia passado preso num campo de detenção. No dia 13 de junho de 1950, Otto Dihr foi posto em liberdade em Münster. O promotor sênior que autorizou a sua soltura observou que ele “deve ser eximido dos últimos três meses de prisão por ser viúvo e ter uma filha pequena”.¹⁶ Então, Dihr foi classificado “inocente” e passou a receber a aposentadoria integral.

Entre 1945 e 1950, os tribunais das zonas de ocupação da Alemanha Ocidental condenaram somente 5.228 acusados de crimes de guerra. Entre 1956 e 1981, a média anual de pessoas condenadas por esses crimes foi de apenas 24. Entre 1945 e 1997, só 1.878 pessoas foram julgadas pelos tribunais da Alemanha Ocidental por delitos cometidos na era nazista. Dentre elas, unicamente catorze foram condenadas à morte, e 150, à prisão perpétua. Em 1948, na zona de ocupação britânica, a autoridade para emitir certificados de desnazificação foi devolvida a funcionários alemães.

Sabia-se na Alemanha que a Gestapo dependia muito das denúncias do público para executar seu trabalho. Livres da repressão nazista, as vítimas exigiram que os denunciadores fossem castigados, como “responsáveis indiretos”, pelos seus “crimes contra a humanidade”. Decidiu-se perseguir os denunciadores. Entre 1945 e 1964, houve 7.674 casos de denúncias presumíveis na Alemanha Ocidental, com 603 condenações. A maior parte deles ocorreu no período anterior à criação da República Federal da Alemanha. Só uma pessoa foi condenada à prisão perpétua, 556 receberam sentença de reclusão, 36 foram

multadas e 6.992 casos terminaram sem condenação.¹⁷ As pessoas acusadas de denunciar concidadãos à Gestapo continuaram sendo processadas até a metade da década de 1960.

As sentenças variavam muito. As denúncias que levavam a execuções tinham mais chance de garantir uma condenação. Esses casos se baseavam no princípio segundo o qual, na Alemanha de Hitler, o cidadão médio sabia que uma denúncia à Gestapo geraria punições duríssimas. Um dos primeiros casos mais notórios foi o de Helene Schwärzel, que havia denunciado o Dr. Karl Gördeler, ex-prefeito de Leipzig e uma figura muito importante na conspiração de julho de 1944 para matar Hitler com uma bomba. Condenado à morte por alta traição pelo já conhecido Tribunal Popular, foi executado em 2 de fevereiro de 1945. Schwärzel, que deu parte de Gördeler às autoridades, recebeu uma recompensa monetária substancial e aclamação pública. No dia 14 de novembro de 1946, foi condenada a quinze anos de reclusão por um tribunal do júri porque sua denúncia levou diretamente à morte de Gördeler. Posteriormente, esse veredito foi anulado por um tribunal de recursos, que decidiu que não ficara provado conclusivamente que Schwärzel tinha agido por lealdade política ao regime nazista quando denunciou Gördeler. Ordenou-se um segundo julgamento. Dessa vez, a promotoria alterou a linha de ataque, caracterizando os motivos de Schwärzel como puramente egoístas e pessoais. Sugeriu que ela havia denunciado Gördeler porque ansiava por admiração e esperava que a denúncia a tornasse benquista pelo público geral. Acabou condenada a seis anos de prisão no fim do segundo julgamento, em 1º de novembro de 1947. Considerando esse veredito excessivamente indulgente, o promotor público interpôs um novo recurso. A pena original de quinze anos de Schwärzel foi restaurada. Esse caso rumoroso colocou a questão da denúncia em primeiro plano no debate público e abriu caminho para outras perseguições.¹⁸

Um caso submetido ao tribunal regional de Siegen foi contra um homem que havia denunciado um colega de trabalho por contar anedotas políticas. Nos últimos estágios da guerra, a Gestapo passou a tratar com mais severidade acusações anteriormente tidas por triviais. Essa denúncia foi feita por mero ressentimento, sem a menor consideração pelas possíveis consequências. Em 10 de março de 1944, o denunciado foi julgado pelo Tribunal Popular por sabotar o esforço de guerra, condenado à morte e guilhotinado. No julgamento desse caso, a denúncia foi considerada censurável, pois o denunciante sabia que dar parte à Gestapo das piadas inofensivas do colega sujeitava-o a ser, no mínimo, preso. O tribunal julgou esse ato como um “crime contra a humanidade”, que causou sofrimento desumano a outro ser humano. Seu autor foi condenado a cinco anos de prisão.¹⁹

Outro caso foi examinado pelo tribunal regional de Hamburgo em maio de 1948. Os dois réus eram um pai e sua irmã. O pai era casado com uma judia. Conforme o seu relato, o casal estava em conflito havia muitos anos e ele já entrara com processo de divórcio contra ela. A irmã dele, que morava com o casal, afirmou que a cunhada era muito brigona e, aparentemente, sempre perturbava a harmonia familiar. Segundo o depoimento, no início de 1944, ela teria dito, durante uma conversa em casa, que “o dia da vingança dos judeus está prestes a chegar”, e que as crianças mortas nos ataques aéreos “eram assassinadas por Hitler”. O marido passou essa informação para a Gestapo. Isso teve consequências gravíssimas para a esposa, que foi presa e enviada a Auschwitz, onde morreu em outubro de 1944. O tribunal acusou o homem e sua irmã de crime contra a humanidade. A promotoria declarou que as denúncias foram feitas com o mero propósito de perseguição e com pleno conhecimento das graves consequências que sem dúvida suscitariam. Eles entregaram uma judia à Gestapo para resolver um conflito doméstico corriqueiro e por motivos de vingança. O marido

foi condenado a seis meses de reclusão, e a irmã, a oito. O tribunal de recursos manteve as sentenças em 9 de novembro de 1948.²⁰

A viúva de um homem que, em 5 de janeiro de 1944, havia sido executado por “sabotar o esforço de guerra” apresentou queixa contra os dois sujeitos que o denunciaram. Eles deram parte do homem à Gestapo depois de ouvi-lo dizer: “Deviam fazer picadinho de Hitler, Göring e Goebbels pelo desastre que trouxeram ao povo.” O caso foi examinado por um tribunal de desnazificação em Frankfurt. No julgamento, pronunciado em 10 de março de 1947, um dos acusados foi condenado a quatro anos em campo de trabalho, e o outro, a seis meses de reclusão por causar a prisão e o assassinato de um adversário do nacional-socialismo, com pleno conhecimento de que a denúncia provavelmente o levaria à prisão e à morte.²¹

Também houve um processo de desnazificação na Alemanha Oriental comunista, que afirmava levar a cabo um expurgo de nazistas mais abrangente do que o da Alemanha Ocidental. Durante a época da Guerra Fria, isso foi considerado mera propaganda comunista. Só que essas afirmações eram em grande parte verdadeiras. Na RDA, quem estivesse eivado de qualquer associação com o partido nazista era afastado do emprego. A maioria dos nazistas que ficaram na Alemanha Oriental era rastreada e colocada à disposição da Justiça. Também não passa de um mito dizer que o pessoal da famigerada polícia secreta alemã oriental, a *Stasi*, era constituído de ex-agentes da Gestapo. Os antigos membros do partido nazista tampouco ocuparam posições-chave no Judiciário alemão oriental do pós-guerra. Em 1950, dos mil juízes da RDA, somente um tinha sido filiado ao partido nazista. Em 1947, apenas 3% dos funcionários do sistema carcerário eram ex-militantes do partido nazista.

Os processos de criminosos nazistas que mais chamaram atenção na Alemanha Oriental foram os dez julgamentos de Waldheim, ocorridos entre abril e julho de 1950. Os 91 réus

acusados de “crime de homicídio” quando trabalhavam para o regime de Hitler foram considerados culpados. Dos 24 condenados à morte, dezessete foram executados, outros 31 receberam pena de prisão perpétua, e os 36 restantes, longas sentenças de reclusão. Somente cinco dos condenados nesses julgamentos continuavam na prisão no fim de 1957.²² Entre os sentenciados por crimes de guerra na Alemanha Oriental, figuravam antigos juízes, agentes da Gestapo, denunciadores, informantes, pessoal de campo de concentração e os que participaram dos massacres promovidos pelos *Einsatzgruppen* na União Soviética. Em 1950, houve 4 mil condenações por crimes de guerra na RDA em julgamentos acelerados. Uma vez terminados esses processos importantes, a perseguição aos criminosos de guerra diminuiu na Alemanha Oriental.

O governo da RDA transformou em grande capital de propaganda o fato de ele pagar ajuda social e pensão adicionais às ex-vítimas do terror da Gestapo, ao passo que, na Alemanha Ocidental, os antigos membros da resistência a Hitler geralmente eram relegados ao ostracismo e tinham dificuldade para arranjar emprego. Com muita frequência, a RDA publicava alegações negativas sobre o muito que a sociedade da Alemanha Ocidental continuava comprometida com o nazismo. Em 1965, a Frente Nacional da Alemanha Oriental editou um livro conhecido como o “Livro Pardo”: *Guerra e criminosos de guerra nazistas na Alemanha Ocidental: Estado, economia, administração, Justiça, ciência*. Nomeava e envergonhava 1.800 ex-nazistas importantes que ainda ocupavam postos-chave no país. Figuravam na lista quinze ministros do governo, cem generais e almirantes, 828 desembargadores e promotores públicos, 245 membros do serviço diplomático e 297 funcionários seniores da polícia, inclusive ex-membros da SS, do SD, da Kripo e da Gestapo. Na época da publicação, uma declaração do governo alemão ocidental classificou o “Livro Pardo” de “pura falsificação”, e a polícia apreendeu vários exemplares na Feira do Livro de Frankfurt de 1967.²³

O livro não só dizia a verdade como subestimava consideravelmente o número de ex-nazistas que ocupavam posições proeminentes na Alemanha Ocidental.²⁴

O *establishment* da República Federal da Alemanha em 1949 operou várias mudanças importantes no tratamento aos ex-criminosos nazistas. O desejo dos aliados ocidentais de reabilitar a Alemanha Ocidental como um baluarte contra o comunismo soviético levou a um abrandamento notável das atitudes para com os criminosos de guerra nazistas. A culpa pela tragédia alemã passou a ser de “Hitler e seus comparsas”, e o papel de todos os demais foi diminuído. Pela lei alemã ocidental, somente os indivíduos podiam ser acusados de assassinato, não as organizações. Isso aparentemente excluiu um julgamento em grande escala da Gestapo.

Em 1949, o general John McCloy, o alto comissário americano responsável pelos criminosos de guerra alemães condenados, formou uma comissão para rever as sentenças iniciais na maioria dos julgamentos de crime de guerra. Em 31 de janeiro de 1951, ele anunciou uma redução enorme das sentenças em 52 casos, sendo que 32 foram soltos imediatamente. Reduziu dezessete de vinte condenações à prisão perpétua e comutou em reclusão dez das quinze penas de morte pendentes. Do número inicial de oitocentas sentenças de morte para criminosos de guerra, trezentas foram comutadas em perpétua. Só se manteve a pena de morte contra o chefe do Escritório Central da SS, Oswald Pohl, e quatro condenados no julgamento dos *Einsatzgruppen*: Paul Blobel, Werner Braune e Erich Naumann, além do famigerado e impenitente oficial da SS Otto Ohlendorf. Suplicados no dia 7 de junho de 1951, esses cinco foram os últimos criminosos de guerra executados pela República Federal da Alemanha.²⁵ Em 1955, apenas oitenta das pessoas condenadas por crimes de guerra e crimes contra a humanidade continuavam na prisão.

Em 31 de dezembro de 1949, o governo alemão ocidental aprovou a Lei de Imunidade, que anistiava todos os crimes nazistas passíveis de serem punidos com seis meses de reclusão ou menos. Pelo artigo 131 da Lei Fundamental da RFA, qualquer pessoa que tivesse trabalhado no serviço público durante o período nazista podia solicitar “reabilitação profissional”. Estima-se que 55 mil pessoas perderam o emprego em virtude da afiliação ao nazismo. Unicamente os condenados por crime de guerra “grave” foram excluídos da oportunidade de reabilitação.

O artigo 131 devia excluir os agentes da Gestapo e os ex-membros da Waffen-SS, mas o indivíduo que provasse que ingressou na polícia antes de 1933 e depois foi transferido para a Gestapo podia solicitar reabilitação. Os ex-agentes da polícia do Estado aproveitaram essa brecha legal. Ofereciam-se auxílios sociais especiais enquanto as decisões finais eram tomadas em casos individuais. Calcula-se que cerca de 50% dos ex-agentes da Gestapo foram redistribuídos em cargos no funcionalismo público. A vasta maioria dos antigos altos funcionários com diploma de direito reassumiu a carreira de advogado. Chegou-se até a reservar cotas especiais nos cargos do governo e no setor privado, que operavam efetivamente um sistema de discriminação positiva para os indivíduos “reabilitados”. Mesmo os agentes da Gestapo não reempregados tiveram pouca dificuldade para restaurar sua generosa aposentadoria.²⁶

Um exemplo típico foi Karl Löffler, ex-chefe do “Escritório Judeu” da Gestapo de Colônia. Sua função era organizar a deportação dos judeus da cidade para os campos de extermínio nazistas durante a guerra. Graças ao testemunho de várias pessoas por ele interrogadas, inclusive padres, socialistas e judeus, conseguiu reduzir seu status de desnazificação de “culpado leve” para “inocente”. Seu passado nazista desapareceu num passe de mágica. Conseqüentemente, pôde recuperar a polpuda aposentadoria. Inicialmente, em 1950, a aposentadoria que

recebia não levava em conta o tempo de serviço no cargo de chefe do “Escritório Judeu” em Colônia. Löffler se queixou, pois era naquele período que recebia o salário mais alto, e fez *lobby* de cinco anos para restaurar integralmente o valor a receber. Em 1956, o governo estadual da Renânia do Norte-Vestfália concedeu-lhe a aposentadoria integral.²⁷

No dia 1º de janeiro de 1950, os tribunais alemães passaram a ter autonomia completa para julgar crimes de guerra. Eles não chegaram a suar a camisa. Entre 1951 e 1955, os tribunais alemães ocidentais condenaram apenas 636 criminosos de guerra nazistas.²⁸ Os pouquíssimos casos famosos envolvendo agentes da Gestapo julgados na década de 1950 resultaram em penas extraordinariamente brandas. Kurt Lindow, que tinha sido chefe da seção IVA no quartel-general de Berlim, encarregado dos comunistas, foi preso em 1950 devido ao envolvimento com o assassinato de prisioneiros de guerra soviéticos, mas acabou absolvido por falta de provas no julgamento seguinte em Frankfurt.²⁹

Houve dois casos ruidosos envolvendo agentes da Gestapo em 1954. O primeiro deu-se em Colônia. Inicialmente, mais de cem funcionários da organização foram investigados pelo promotor público. No fim, só três indivíduos enfrentaram julgamento: o Dr. Emanuel Schäfer, Franz Sprinz e Kurt Matschke. Dos 13.500 judeus deportados de Colônia, somente seiscentos sobreviveram, mas esse julgamento durou nada mais que quatro dias e as sentenças foram lenientes. Schäfer cumpriu quase sete anos de reclusão. Sprinz foi condenado a três; e Matschke, a dois. O tempo que passaram na prisão antes do julgamento foi deduzido das respectivas sentenças.³⁰

O segundo caso ocorreu em Darmstadt e teve um resultado ainda mais desconcertante. Envolveu dois agentes da Gestapo: Waldemar Eissfeld e Heinrich Lorenz. Ambos foram acusados de organizar a deportação de milhares de judeus da Turíngia para os campos de extermínio. As testemunhas comprovaram a brutalidade que Eissfeld infligira aos judeus durante os interrogatórios. O juiz

concluiu que as acusações de brutalidade haviam prescrito e as eliminou. Depois absolveu os dois homens de todas as acusações, alegando que não sabiam que destino os judeus teriam quando ordenaram sua transportação.³¹ Os dois mostraram pouquíssimo remorso e não admitiram nenhuma responsabilidade durante todo o julgamento.

Em 5 de outubro de 1955, Bruno Streckenbach, chefe do Departamento I da RHSA, que dava ordens aos *Einsatzgruppen* na União Soviética para a “Solução Final”, retornou à Alemanha graças a uma anistia aos ex-prisioneiros de guerra alemães na União Soviética. No julgamento dos *Einsatzgruppen*, em 1948, presumiu-se que Streckenbach fora capturado pelo Exército Vermelho e executado. Seu regresso deixou as autoridades alemãs ocidentais diante de um grande dilema. Ninguém duvidava de que era um notório criminoso de guerra, mas o Judiciário do país não mostrou muito desejo de fazer um importante julgamento desse tipo de crime contra uma figura tão conhecida. Havia duas acusações criminais pendentes, ambas relacionadas com graves espancamentos que Streckenbach infligira a comunistas durante os interrogatórios quando era chefe da Gestapo de Hamburgo. As duas acusações foram abandonadas em virtude da lei de prescrição. O promotor público de Hamburgo concluiu que não havia surgido nenhuma prova de que Streckenbach houvesse cometido crimes de guerra dentro da Alemanha nazista. Quanto aos assassinatos em massa de judeus na União Soviética, o promotor argumentou que o acusado já havia cumprido pena por tais delitos. Em setembro de 1956, a investigação contra ele foi suspensa e nunca mais retomada.³²

No fim da década de 1950, surgiu, entre os treze estados alemães ocidentais, a percepção crescente da necessidade de uma abordagem coordenada para que a perseguição aos criminosos de guerra fosse bem-sucedida. Isso resultou na criação, no dia 1º de dezembro de 1958, da Autoridade Central das Administrações Judiciais Estaduais para a

Investigação dos Crimes Nacional-Socialistas, com sede em Ludwigsburg.³³ A Autoridade Central, na qual atuavam principalmente advogados e arquivistas jovens e enérgicos, tinha por finalidade auxiliar a perseguição de crimes de guerra colhendo provas contra supostos criminosos nazistas. Ela criou um arquivo gigantesco. Atualmente contém 1,6 milhão de documentos do período hitlerista e ainda está em funcionamento.³⁴

De início, a Autoridade Central foi incumbida de investigar todas as ações de criminosos nazistas fora da Alemanha. Posteriormente, isso foi alterado para que fosse possível perseguir os delitos perpetrados por indivíduos dentro da Alemanha.³⁵ Mesmo quando se reuniam provas suficientes para abrir um processo, a autenticidade das provas remanescentes era questionada por advogados habilidosos. A maior parte das condenações se apoiava principalmente em provas testemunhais dadas por indivíduos que descreviam fatos ocorridos muitos anos antes. Em geral, essas lembranças careciam dos pormenores necessários para se obter condenações. Com frequência, o acusado coordenava sua defesa e dava o que parecia ser a versão mais fidedigna dos acontecimentos.

Em 1960, ficou claro que o governo de Konrad Adenauer queria evitar julgamentos rumorosos de crimes de guerra, pois prejudicavam a então excelente reputação econômica e política da Alemanha Ocidental democrática no palco internacional. O governo recorreu a alterações legais sutis para restringir a perseguição a criminosos de guerra nazistas durante os anos 1960. Uma lei de março de 1960 impôs um limite de quinze anos, contados a partir de 1º de janeiro de 1950, a todos os crimes, com exceção dos definidos como “homicídio deliberado”. Isso significou que, em 1965, tornar-se-ia impossível perseguir quaisquer crimes da era nazista. A manobra jurídica mais controversa para dificultar ainda mais a perseguição a criminosos de guerra envolveu uma pequena emenda ao artigo 50, parágrafo 2º, do Código Penal alemão ocidental, chamada Lei Introdutória

aos Delitos Menores de 1968.³⁶ Ela determinava que, se fosse possível provar que um indivíduo participou de um homicídio por motivos claramente sórdidos, como o prazer de matar, o ódio racial ou a vingança, ele podia ser acusado, mas estatuiu que, ao decidir a sentença daqueles definidos como “cúmplices” de crimes, os juízes os punissem com mais indulgência. É de supor que essa emenda legal não visava aos crimes de guerra, mas os advogados de defesa astutos de criminosos de guerra a invocavam a fim de deter ou suspender as perseguições. No dia 20 de maio de 1969, o Tribunal Federal de Justiça alemão ocidental decidiu que, nos futuros julgamentos de crimes, seria necessário provar que os indivíduos agiram por “motivos homicidas pessoais” para que se impusessem sentenças máximas. Do contrário, deviam ser tratados como “cúmplices” de quem lhes dava ordens.³⁷

Dadas as restrições jurídicas crescentes a levar os criminosos de guerra à Justiça na Alemanha Ocidental, não surpreende que o julgamento mais sensacional de um destacado criminoso de guerra depois de 1948 não se tenha realizado na Alemanha Ocidental nem na Oriental. Ocorreu em Israel. Em 11 de março de 1960, uma equipe de oito agentes do serviço secreto israelense localizou e capturou o criminoso de guerra nazista número um da Gestapo, Adolf Eichmann, que morava num subúrbio de Buenos Aires, Argentina. Ele foi levado para Israel para enfrentar a Justiça.

O sensacional julgamento de Eichmann começou em Jerusalém no dia 11 de abril de 1961. A transcrição do processo chega a 3.500 páginas. Ele foi o funcionário administrativo mais graduado da Gestapo a enfrentar julgamento desde os de Nuremberg. Seus superiores hierárquicos eram Heinrich Müller, o chefe da Gestapo, e Heinrich Himmler, o comandante da SS. Durante o julgamento, Eichmann se declarou uma mera cifra burocrática que cumpria ordens. O processo recebeu ampla cobertura da mídia. Foi transmitido por rádio e televisão ao mundo todo. Nada menos que 112 testemunhas prestaram

depoimento, inclusive numerosos sobreviventes do Holocausto. Eichmann tinha a aparência de um administrador muito “comum” e um tanto apagado. Falava com voz invariável, baixa, monótona, sem nenhuma entonação. Respondia às perguntas da promotoria com frieza. Ao descrever a vida doméstica e o trabalho no quartel-general da Gestapo, parecia ser um típico membro da classe média. Até levava sanduíches ao trabalho para almoçar, gostava de brincar com os filhos em casa à noite e esperava com ansiedade as férias de verão com a família. Não parecia violento de modo algum. Isso foi extremamente desconcertante para os telespectadores. Ele admitiu francamente que organizava a deportação dos judeus, mas não sentia nenhuma responsabilidade pessoal pelas consequências desse ato. Repetia constantemente que os verdadeiros criminosos eram os seus superiores. A escritora judia Hannah Arendt sintetizou notavelmente o comportamento de Adolf Eichmann durante o julgamento como representando a “banalidade do mal”. No julgamento, encerrado em 12 de dezembro de 1961, Eichmann foi declarado culpado de organizar o transporte dos judeus e da situação horrenda que eles suportavam durante a viagem para o esquecimento. Dois dias depois, o juiz pronunciou a sentença de morte.³⁸ Ele foi enforcado à meia-noite de 31 de maio de 1962.

O julgamento de Eichmann deu um muito necessário estímulo a um pequeno grupo de promotores alemães ocidentais decididos a submeter os criminosos de guerra nazistas à Justiça. Isso levou ao julgamento de Auschwitz, em Frankfurt, ocorrido entre 20 de dezembro de 1963 e 19 de agosto de 1965. Foi o julgamento de crimes de guerra que mais chamou atenção na Alemanha Ocidental. Trezentas e cinquenta e nove testemunhas prestaram depoimento, inclusive 248 sobreviventes de Auschwitz. O julgamento durou 183 dias e recebeu ampla cobertura da mídia. Os 22 réus foram acusados de homicídio e outros crimes graves cometidos quando trabalhavam no

famigerado campo de concentração de Auschwitz-Birkenau. Embora sete mil homens da SS tivessem trabalhado lá numa ou noutra época, somente 63 foram processados depois de 1945.

O julgamento ocorreu em grande parte graças à determinação obstinada e corajosa do advogado radical Fritz Bauer, nascido em 16 de julho de 1903 de pais judeus. Na República de Weimar, era um militante ativo do SPD socialista e da advocacia. Em 1933, foi preso pela Gestapo e mandado para o campo de concentração de Heuberg. Solto em 1935, exilou-se na Dinamarca e sobreviveu ao Holocausto. Retornou à Alemanha Ocidental depois da guerra e se tornou um destacado promotor no estado de Hesse, cuja capital é Frankfurt. Foi Bauer quem descobriu indícios de que Eichmann vivia na Argentina. Pressionou as autoridades alemãs ocidentais para que agissem no sentido de submetê-lo a julgamento. Quando se convenceu de que isso não ia acontecer, passou as informações que tinha ao Mossad, o serviço secreto israelense, coisa que levou diretamente à captura de Eichmann.

A determinação de Bauer de caçar criminosos de guerra nazistas fez dele uma figura controversa nos círculos jurídicos da Alemanha Ocidental, uma vez que muitos juízes e advogados estavam comprometidos devido à sua associação com o sistema judiciário criminal nacional-socialista. Um dos principais réus no julgamento de Auschwitz foi o mal-afamado agente da Gestapo Wilhelm Boger. Tendo ingressado no partido nazista em 1929, tornou-se agente da polícia política e, mais tarde, foi transferido para a Gestapo. Em 1936, acusado de maltratar presos durante os interrogatórios, cumpriu uma breve pena de prisão. Isso não lhe dificultou a carreira. Em 1937, foi nomeado comissário de polícia na Kripo. Em 1942, assumiu a direção do “departamento político” em Auschwitz em nome da RSHA. Sua principal tarefa no campo era manter prontuários de presos políticos e fazer interrogatórios. Frau Braun, uma testemunha de acusação no julgamento,

trabalhava no escritório de Boger em Auschwitz. Descreveu com detalhes gráficos as técnicas de tortura que ele aplicava:

O prisioneiro trazido para “interrogatório” era desnudado e algemado a uma barra de ferro de um metro de comprimento pendurada no teto por correntes [...] Um guarda, de um lado, o empurrava, fazendo-o descrever um arco lento, enquanto Boger fazia perguntas, primeiro em voz baixa, depois com rispidez, depois aos berros. A cada volta [quando o preso balançava na barra], outro guarda, armado de um pé de cabra, batia nas suas nádegas com toda violência. O balanço continuava, e a vítima, gritando, perdia os sentidos, sendo reanimada só para voltar a desmaiar, gemendo de dor. As pancadas continuavam, até que diante deles pendesse apenas uma massa disforme e sangrenta. A maioria morria desse suplício, uns mais cedo, outros mais tarde; no fim, um saco de ossos, carne esfolada e gordura era varrido em meio ao caos do piso de concreto e arrastado para fora.³⁹

A perseguição meticulosa e tenaz de Bauer conseguiu garantir cinco sentenças capitais, inclusive a de Wilhelm Boger, e a pena máxima de reclusão nos outros casos. Bauer queixou-se da cobertura do julgamento pela imprensa alemã ocidental, que dava a entender que o réu meramente seguia as ordens do regime nazista, o qual parecia ser um grupo alienígena que havia aterrissado na Alemanha e aprisionado o povo alemão. Na realidade, afirmava ele, o regime de Hitler desfrutara de apoio popular generalizado, e os agentes da Gestapo como Boger eram a regra, não a exceção.⁴⁰

O julgamento de Auschwitz, em Frankfurt, desencadeou um debate político na Alemanha Ocidental sobre o porquê

de tantos criminosos de guerra nazistas destacados continuarem soltos. Em fevereiro de 1963, o procurador-chefe do Supremo Tribunal, em Berlim, iniciou uma importante investigação das atividades do Escritório Central de Segurança do Reich (RSHA), no qual estavam instalados a Gestapo, o SD e a SS. Até então, somente quatro ex-membros da RSHA tinham sido condenados por crimes de guerra nos tribunais alemães ocidentais.

Decidiu-se abrir vários grandes processos para tratar das figuras ilustres na RSHA de Heinrich Himmler. Os promotores identificaram 7 mil suspeitos potenciais, mas logo se concentraram em 3 mil indivíduos que haviam tido papel importante na RSHA na era nazista. No fim, empreendeu-se somente um grande julgamento no Tribunal Distrital de Berlim, em 1969. O principal réu foi Otto Bovensiepen, chefe da Gestapo berlinense, que organizara a deportação de 40 mil judeus da capital entre 1941 e 1943.

Bovensiepen nasceu em Duisburg, em 8 de julho de 1905. Filiou-se ao partido nazista em 1925, formou-se em direito pela Universidade de Bonn em 1933 e, então, ingressou no departamento político da instituição que viria a ser a Gestapo de Düsseldorf. Desempenhou papel relevante em seus escritórios de Dortmund, Köslin, Bielefeld e Halle antes de assumir o cargo de chefe da Gestapo de Berlim. Teve atuação igualmente importante no rastreamento dos grupos de resistência comunistas na cidade e era muito conhecido por fomentar os famigerados “interrogatórios melhorados” para desmantelar esses grupos. Em 1944, assumiu a chefia da polícia de segurança da Dinamarca ocupada pelos nazistas sob o comando do Dr. Werner Best. Os detalhes de como conduzia os interrogatórios sobreviveram. Ele admitiu, durante um interrogatório aliado, que havia ordenado “a aplicação da tortura em certos casos” que envolviam figuras hostis ao domínio nazista na Dinamarca, a fim de “obter a confissão de um preso quando era necessário o esclarecimento rápido de uma questão”.⁴¹ Em setembro de 1948, foi condenado à morte num

juízo de crimes de guerra dinamarquês. Em 1951, solto devido a uma anistia geral aos criminosos de guerra, voltou para a Alemanha Ocidental. Obteve um emprego muito bem pago numa importante companhia de seguros e chegou ao cargo de diretor administrativo.

O julgamento de Otto Bovensiepen e de outros dois réus muito importantes começou em dezembro de 1969.⁴² Durante o processo, ele sofreu um ataque cardíaco. No ano seguinte, vários médicos o declararam “sem condições de enfrentar julgamento”. O processo foi suspenso prontamente em 19 de novembro de 1971. A suspensão do julgamento por motivo de saúde raramente era concedida aos acusados de homicídio nos julgamentos criminais comuns. Uma vez mais, um criminoso de guerra nazista recebeu tratamento especial. O processo contra Bovensiepen nunca foi retomado. Ele levou vida de homem abastado durante mais oito anos, antes de falecer, em 1979.

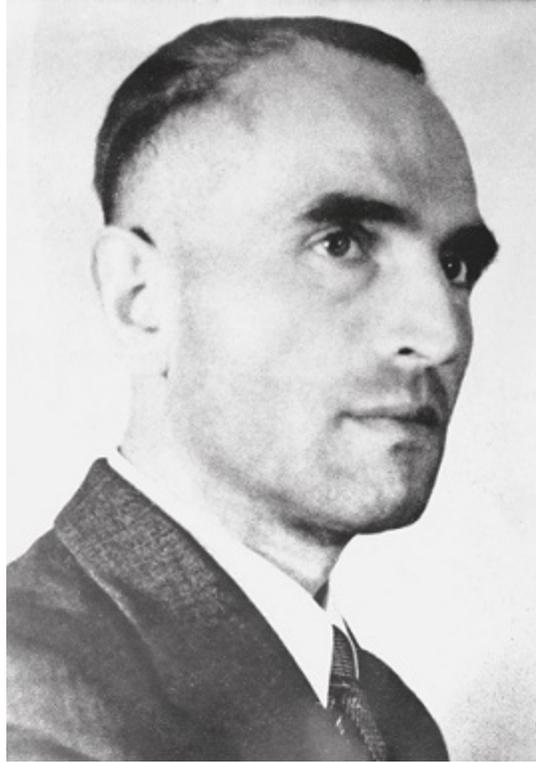
Um destacado funcionário da Gestapo que conseguiu fugir da Justiça na Alemanha Ocidental do pós-guerra foi o Dr. Werner Best, que desempenhou o papel de burocrata profissional com consumada habilidade quando trabalhava para a Gestapo. Foi uma figura-chave no recrutamento de todo o pessoal importante que levou a cabo o Holocausto e os assassinatos em massa dos *Einsatzgruppen*. Considerava o assassinato dos judeus “historicamente necessário”. Acreditava que o racismo biológico do regime nazista era “racional e lógico”. Em 1941, escreveu um livro elogiando os métodos da Gestapo, intitulado *Die Deutsche Polizei* [A polícia alemã], no qual a apresentou como dotada de policiais profissionais que sempre tratavam os suspeitos com o máximo respeito e dignidade. Best foi condenado à morte num julgamento de crimes de guerra, em 1948, devido ao seu papel de governador da Dinamarca durante a ocupação nazista. A sentença não foi executada. Posto em liberdade em 1951, voltou para a Alemanha Ocidental. Em 1958, um tribunal de desnazificação condenou-o à multa de

70 mil marcos por suas atividades na qualidade de funcionário graduado da Gestapo. Na época, ganhava um ótimo salário na função de consultor jurídico da importante empresa Stinnes.⁴³

Em março de 1969, a polícia deu uma batida no seu luxuoso apartamento na cidade de Mülheim, no Ruhr, e o levou a Berlim para interrogatório minucioso. O promotor berlinense havia reunido uma quantidade enorme de provas incriminatórias contra ele e estava muito confiante na sua condenação no julgamento. Seus muitos e poderosos contatos políticos e jurídicos no ápice da sociedade alemã ocidental recomendaram a Best declarar-se muito doente, muito idoso e muito fraco para enfrentar um processo prolongado e emocionalmente desgastante por crimes de guerra. Em agosto de 1972, as autoridades adiaram o caso. O julgamento jamais ocorreu.

Em 23 de junho de 1989, o Dr. Werner Best morreu sem nunca pagar por seus muitos crimes contra a humanidade no período nazista.

Tampouco os pagou a Gestapo.



Dr. Werner Best, figura central na
administração da Gestapo.

Bundesarchiv, Bild 183-B22627.

Notas

Introdução

1. Esta história se baseia nos seguintes relatos: BRACHE, D. (org.). *The Conscience in Revolt Portraits of German Resistance, 1933-1945*. Mainz: Hase e Koehler, 1994. p. 320-322; STROUD, D. (org.). *Preaching in Hitler's Shadow*. Michigan: Eerdmans Publishing, 2013. p. 94-105; apud LEIKAM, Alfred. In: WENTORF, R. e SCHNEIDER, P. *Witness of Buchenwald*. Vancouver: Regent, 2008. p. 20.
2. ARENDT, H. *The origins of Totalitarianism*. Londres: André Deutsch, 1951. p. 434-435.
3. A expressão clássica dessa visão é o best-seller *The Rise and Fall of the Third Reich*, de William Shirer (1961). Ver ainda BRAMSTEAD, E. *Dictatorship and Political Police: the technique of control by fear*. Nova York: Oxford University Press, 1945.
4. A biografia mais famosa era BULLOCK, A. *Hitler: a study in tyranny*. Londres: Penguin, 1952. Atualmente, a ênfase dada por Bullock ao fato de Hitler estar mais interessado no poder do que em sua ideologia vem sendo exaustivamente rejeitada pelos estudiosos modernos do Terceiro Reich.
5. Ver DELARUE, J. *The Gestapo: a history of horror*. Nova York: Viking Press, 1962.

6. Ver *The trials of the Major War Criminals before the International Military Tribunal*. 42 vols. Washington, DC: Government Printing House, 1947-1949.
7. Delarue, *The Gestapo*, p. ix.
8. Ver BROSZAT, M. *The Hitler State: the foundations and development of the internal structure of the Third Reich*. Londres: Longman, 1981.
9. Esse trabalho foi reunido em seis volumes. Ver BROSZAT, M. et al. (orgs.). *Bayern in der NS-Zeit*. 6 vols. Munique: Oldemburgo, 1977-1983.
10. Ver MANN, R. *Protest and kontrolle im Dritten Reich: Nationalsozialistische Herrschaft im Alltag einer rheinischen Großstadt*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1987. Sarah Gordon examinou somente arquivos da Gestapo referentes à “impureza racial” judaica na cidade de Düsseldorf, mas não pormenorizou casos individuais. Ver GORDON, S. *Hitler, Germans and the Jewish Question*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984. Joshi Vandana estudou casos que envolviam mulheres denunciantes também na cidade de Düsseldorf. Ver VANDANA, J. *Gender and Power in the Third Reich: female denouncers and the Gestapo, 1933-1945*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
11. Ver GELLATELY, R. *The Gestapo and German Society: enforcing racial policy, 1933-1945*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
12. A tendência a examinar denúncias é ilustrada nas seguintes obras: GELLATELY, R. “Denunciations and Nazi Germany: new insights and methodological problems”. *Historical Social Research*, v. 22, p. 228-239, 1997; GELLATELY, R. e FITZPATRICK, S. *Accusatory Practices: denunciations in Modern European History, 1789-1989*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1997; GELLATELY, R. *Backing Hitler: power and consent in Nazi Germany*. Oxford: Oxford University Press, 2001; FROMMER, B. “Denunciations and fraternisers: gender collaborations and revolution on Bohemia and Moravia

during World War II and after". In: WINGFIELD, N. e BUCUR, M. (orgs.). *Gender and War in Twentieth-Century Eastern Europe*. Indiana, IL: Indiana University Press, 2006. p. 111-132.

13. Ver JOHNSON, E. *The Nazi Terror: the Gestapo, Jews and ordinary Germans*. Londres: John Murray, 1999. Ver também JOHNSON, E. e REUBAND, K.-H. *What we Knew: terror, mass murder and everyday life in Nazi Germany*. Londres: John Murray, 2005; JOHNSON, E. "German women and Nazi Justice: their role in the process from denunciation to death". *Historical Research*, v. 20, p. 33-69, 1995.
14. Ver MCDONOUGH, F. *Sophie Scholl: the real story of the woman who defied Hitler*. Stroud: History Press, 2010.
15. Devido às leis alemãs de privacidade, os nomes de indivíduos contidos nos arquivos da Gestapo, com exceção dos de funcionários nazistas, tiveram de ser alterados. Todos os demais detalhes contidos nesses casos continuam idênticos ao que de fato ocorreu.

Capítulo 1

1. WALTON-KERR, C. *Gestapo: the history of the German Secret Police*. Londres: Senate, 1996. p. 15-30.
2. Ibid., p. 32-33.
3. STIEBER, W. *The Chancellor's Spy: The revelations of the Chief of Bismarck's Secret Service*. Nova York: Grove Press, 1980. p. 25-38.
4. GRAF, C. "The Genesis of the Gestapo". *Journal of Contemporary History*, v. 22, p. 422, 1987.
5. DAMS, C.; STOLLE, M. *The Gestapo: power and terror in the Third Reich*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 2.
6. Delarue, *The Gestapo*, p. 32.
7. Gellately, *The Gestapo and German Society*, p. 25.
8. Apud MACHTAN, L. *The Hidden Hitler*. Oxford: Perseus Press. p. 196.
9. Ibid., p. 68.
10. WILLIAMS, M. *Reinhard Heydrich: the biography - volume 1: the road to war*. Church Stretton: Ulrich, 2001. p. 22-30.
11. Walton-Kerr, *Gestapo*, p. 97.
12. Ibid., p. 101.
13. Ibid., p. 102-103.
14. Ibid., p. 181-230.
15. Dams e Stolle, *The Gestapo*, p. 5.
16. Avalon Project, Yale University. Arquivo on-line dos Procedimentos Judiciais de Nuremberg do Tribunal Militar Internacional em Nuremberg (doravante AP-IMT). Declaração juramentada de Rudolf Diels.
17. EVANS, R. J. *The Coming of the Third Reich*. Londres: Penguin, 2004. p. 332.
18. Ibid., p. 34. Göring negou ter dado ordem de matar pessoas à SA ou à polícia. Ver AP-IMT. Depoimento de Göring, 18 de março de 1946.

19. WACHSMANN, N. "The dynamics of destruction: the development of the concentration camps, 1933-1945". In: CAPLAN, J. e WACHSMANN, N. (orgs.). *Concentration Camps in Germany: the new histories*. Abingdon: Routledge. p. 18-19.
20. AP-IMT. Declaração juramentada de Rudolf Diels.
21. Apud WILDT, M. *An Uncompromising Generation: the leadership of the Reich Security Main Office*. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 2009. p. 89.
22. AP-IMT. Testemunho de Werner Schäfer, 13 de abril de 1946.
23. Ibid.
24. Delarue, *The Gestapo*, p. 35-36.
25. Wachsmann, *Hitler's Prisons*, p. 166.
26. SHIRER, W. *Rise and Fall of the Third Reich*. Londres: Folio, 2004. p. 256. Recentemente, um estudo minucioso gerou novos indícios do envolvimento nazista com o incêndio do Reichstag, os quais Shirer argumentava que eram evidentes. Ver HETT, B. *Burning the Reichstag: an investigation into the Third Reich's enduring mystery*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
27. Delarue, *The Gestapo*, p. 34.
28. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 27-28.
29. A sigla Gestapo é formada com as letras destacadas no nome: GEheime STAatsPOLizei (Polícia Secreta do Estado).
30. Dams e Stolle, *The Gestapo*, p. 7.
31. Delarue, *The Gestapo*, p. 57-58.
32. Apud BOWDER, G. *Foundations of the Nazi Police State: the formation of Sipo and S.D.* Lexington, KY: University Press of Kentucky, 2004. p. 88-89.
33. Ibid., p. 117.
34. Essa interpretação figura em muitas histórias gerais do Terceiro Reich e em alguns estudos sobre a Gestapo. Ver, por exemplo, Delarue, *The Gestapo*, p. 57-72.
35. Apud Delarue, *The Gestapo*, p. 106.
36. Ibid., p. 105.

37. Apud Shirer, *Third Reich*, p. 260.
38. EVANS, R. J. *The Third Reich in Power*. Londres: Penguin, 2006. p. 24.
39. Ver DIELS, R. *Lucifer ante portas: Es spricht der erste Chef der Gestapo*. Stuttgart: Deutche Verlags-Antsalt, 1950. Embora negligenciadas, essas memórias acerca do desenvolvimento inicial da Gestapo são importantes, mas devem ser consideradas juntamente com outras provas.
40. Bowder, *Foundations of the Nazi Police State*, p. 127.
41. GOLDENSOHN, L. *The Nuremberg Interviews: conversations with defendants and witnesses*. Londres: Pimlico. p. 207.
42. Walton-Kerr, *Gestapo*, p. 123.
43. Bowder, *Foundations of the Nazi Police State*, p. 140.
44. Goldensohn, *The Nuremberg Interviews*, p. 207.
45. Apud Shirer, *Third Reich*, p. 270-271.
46. Bowder, *Foundations of the Nazi Police State*, p. 141.
47. Shirer, *Third Reich*, p. 273.
48. Evans, *Third Reich in Power*, p. 26.
49. Ibid., p. 30-31.
50. Delarue, *The Gestapo*, p. 113.
51. Ibid., p. 114-117.
52. Shirer, *Third Reich*, p. 279.
53. Quoted in CRANKSHAW, E. *Gestapo: the instrument of terror*. Londres: Wren's Park, 2002. p. 84.
54. Evans, *Third Reich in Power*, p. 33-34.
55. Delarue, *The Gestapo*, p. 123.
56. Evans, *Third Reich in Power*, p. 40.
57. Shirer, *Third Reich*, p. 278-279.
58. Apud Wildt, *An Uncompromising Generation*, p. 133.
59. Delarue, *The Gestapo*, p. 129.
60. Bowder, *Foundations of the Nazi Police State*, p. 154-158.
61. Ibid., p. 163-186.
62. HAMMER, C. (tradutor). *The Gestapo and SS Manual*. Boulder, CO: Paladin Press. p. 61.

63. Wildt, *An Uncompromising Generation*, p. 134-136.
 64. Delarue, *The Gestapo*, p. 136-137.
 65. Wildt, *An Uncompromising Generation*, p. 9.
 66. Delarue, *The Gestapo*, p. 139.
 67. Apud Bowder, *Foundations of the Nazi Police State*, p. 229.
- * Luftstreitkräfte, braço aéreo do Exército alemão durante a Primeira Guerra, desativado em 1920. (N. da E.)

Capítulo 2

1. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 44.
2. Ibid., p. 45.
3. Johnson, *Nazi Terror*, p. 47.
4. AP-IMT. Depoimento do Dr. Merkel, advogado de defesa da Gestapo, 19 de agosto de 1946.
5. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 63.
6. *Gestapo and SS Manual*, p. 28-29.
7. Dams e Stolle, *The Gestapo*, p. 45.
8. WHITING, C. *The Search for "Gestapo Müller": the man without a shadow*. Barnsley: Leo Cooper, 2001. p. 39-52.
9. BUTLER, R. *An Illustrated History of the Gestapo*. Osceolo, WI: Worldwright Books. p. 71-72.
10. BURLEIGH, M. *The Third Reich: a new History*. Londres: Macmillan, 2000. p. 178.
11. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 56.
12. Dams e Stolle, *The Gestapo*, p. 42-43.
13. Wildt, *An Uncompromising Generation*, p. 189.
14. Dams e Stolle, *The Gestapo*, p. 42-43.
15. Ibid., p. 42.
16. Butler, *The Gestapo*, p. 79.
17. Wildt, *An Uncompromising Generation*, p. 196.
18. Ibid., p. 191-192.
19. Ibid., p. 203.
20. Johnson, *Nazi Terror*, p. 53-56.
21. Ibid., p. 32.
22. O equivalente aos níveis A/S do Reino Unido ou ao High School Leaving Certificate dos Estados Unidos.
23. Dams e Stolle, *The Gestapo*, p. 46.
24. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 53.
25. Ibid., p. 53-54.
26. Johnson, *Nazi Terror*, p. 47.
27. Ibid., p. 59-65.
28. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 58-59.

29. Dams e Stolle, *The Gestapo*, p. 51.
30. *Gestapo and SS Manual*, p. 91.
31. *Ibid.*, p. 87.
32. Wachsmann, "The Dynamics of Destruction", p. 21.
33. Apud WACHSMANN, N. *Hitler's Prisons: legal terror in Nazi Germany*. Londres: Yale University Press, 2004. p. 179.
34. AP-IMT. Circular sobre regulações da prisão de suspeitos pela Gestapo, 25 de janeiro de 1938.
35. Para uma discussão minuciosa sobre como os casos da Gestapo geralmente se desenvolviam, ver Johnson, *Nazi Terror*, p. 29-46.
36. AP-IMT. Carta de Franz Gürtner, ministro da Justiça do Reich, a Wilhelm Frick, ministro do Interior, 14 de maio de 1935.
37. DEJALI, D. *Torture and Democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009. p. 96.
38. Crankshaw, *Gestapo*, p. 128-129.
39. Apud BRYSAC, S. *Resisting Hitler: Mildred Harnack and the Red Orchestra*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 341.
40. Bowder, *The Nazi Police State*, p. 234-235.

Capítulo 3

1. Apud OAKSHOTT, M. (ed.). *The Social and Political Doctrine of Contemporary Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1953. p. 192-193.
2. CONWAY, J. *The Nazi Persecution of the Churches, 1933-1945*. Vancouver: Regent, 1968. p. 232.
3. Johnson, *Nazi Terror*, p. 228-229.
4. Apud Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 15.
5. Diário de Goebbels, 29 de dezembro de 1939, apud TAYLOR, F. (org.). *The Goebbels Diaries, 1939-1941*. Londres: Hamish Hamilton. p. 77.
6. Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 20.
7. Pacelli viria a ser o papa Pio XII.
8. Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 287.
9. HIMMLER, H. *Die Schutzstaffel als antibolschewistische Kampforganisation*. Munique: F. Eher Nachtführung, 1936. p. 27. Ver também Conway, *Nazi Persecution of the Churches*, p. 363.
10. Segundo H. Mohr, o número foi 260. Ver MOHR, H. *Katholische Orden und Deutscher Imperialismus*, Berlim: Akademie Verlag, 1965. p. 135. O barracão 26, em Dachau, continha somente padres católicos e pastores protestantes.
11. Para uma análise minuciosa, ver GROSS, M. *The War against Catholicism: liberalism and the anti-Catholic imagination on Nineteenth-Century Germany*. Michigan, SOM: University of Michigan Press, 2004.
12. Apud Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 112.
13. Esse ficou conhecido como o “parágrafo ariano”, que pretendia afastar todos os cristãos casados com judeus, assim como os judeus assimilados que se haviam convertido ao cristianismo.

14. Despojado de sua cátedra em 1935, Karl Barth se exilou na Suíça.
15. Shirer, *Rise and Fall of the Third Reich*, p. 296.
16. HStAD. RW 58/16977. Detalhes pessoais de Enke Hansse (nascido em janeiro de 1896).
17. HStAD. RW 58/16977. Dossiê da Gestapo sobre Enke Hansse.
18. Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 433.
19. Apud Holocaust Encyclopaedia, *website* do US Holocaust Museum, Washington, DC.
20. RUBENSTEIN, R. "The Dean and the Chosen People". In: *After Auschwitz: radical Theology and contemporary Judaism*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1966. p. 46-58.
21. Apud Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 264-265.
22. HStAD. RW 58/47308. Detalhes pessoais de Helmut Hesse (nascido em maio de 1916).
23. Bracher (org.), *The Conscience in Revolt*, p. 326.
24. HStAD. RW 58/47308. Dossiê da Gestapo de Helmut Hesse.
25. HStAD. RW 58/1211. Detalhes pessoais de Wilhelm Kenath (nascido em fevereiro de 1896).
26. HStAD. RW 58/1211. Dossiê da Gestapo de Wilhelm Kenath.
27. Apud ARONSON, S. *The Beginnings of the German Gestapo: the Bavarian model in 1933*. Jerusalém: Israel University Press. p. 40.
28. HStAD. RW 58/17253. Detalhes pessoais de Joseph Broch (nascido em março de 1907).
29. Estas eram conhecidas como "canções *Fahrtenlieder*" e eram cantadas em excursões a pé. Muitas ridicularizavam os nazistas.
30. HStAD. RW 58/17253. Dossiê da Gestapo sobre Joseph Broch.
31. Evans, *The Third Reich in Power*, p. 244.
32. Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 90.

33. Bracher (org.), *The Conscience in Revolt*, p. 333-335, p. 319.
34. Evans, *The Third Reich in Power*, p. 245.
35. Bramstead, *Dictatorship and Political Police*, p. 200-201.
36. Este caso é discutido minuciosamente em: Johnson, *Nazi Terror*, p. 212-219. Johnson sugere que casos como este eram raros e que o padre recebeu um tratamento muito leniente considerando a extensão de seu abuso homossexual.
37. Apud Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 113-114.
38. Bracher (org.), *The Conscience in Revolt*, p. 333-335.
39. "Transcript of trial of Rupert Mayer". In: DONOHUE, J. *Hitler's Conservative Opponents in Bavaria*. Leiden: Brill, 1961. p. 230-245.
40. Bracher (org.), *The Conscience in Revolt*, p. 333-335.
41. *Mit Brennender Sorge* ("Com ardente preocupação"), Vaticano, Roma, 14 de março de 1937.
42. Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 166.
43. Discurso de Clemens von Galen, 9 de março de 1936.
44. Anônimo. *The Persecution of the Catholic Church in the Third Reich: facts and documents*. Londres: Pelican, 2003. p. 19.
45. Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 168-173.
46. *The Persecution of the Catholic Church in the Third Reich*, p. 45.
47. Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 279.
48. Ibid., p. 167.
49. Ibid., p. 234.
50. Relatório da Gestapo, março de 1943. Citado como Documento 3.15 em HOUSDEN, M. *Resistance and Conformity in the Third Reich*. Abingdon: Routledge, 1997. p. 46-67.
51. Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 235-236.
52. Bracher (org.), *The Conscience in Revolt*, p. 339-340.

53. Ficou conhecido como Programa de Eutanásia T-4.
54. Sermão de Clemens von Galen, 3 de agosto de 1941.
55. A hostilidade pública à eutanásia obrigou Hitler a suspender o programa dentro das fronteiras da Alemanha em 28 de agosto de 1941. Dali por diante, foi executado em segredo absoluto e, geralmente, nos centros de extermínio da Polônia.
56. EBBINGHAUS, A. (org.), *Opfer und Täterinnen: frauenbiographien des Nationalsozialismus*. Nördlingen: Delphi Politik, 1987. p. 237-238.
57. HStAD. RW 58/19795. Detalhes pessoais de Seline Winter (nascida em março de 1873).
58. Ver DEMAND, P. *Luisenkult*. Colônia: Böchlau, 2003.
59. Burleigh, *Third Reich*, p. 196-197.
60. HStAD. RW 58/19795. Dossiê da Gestapo de Seline Winter.
61. Apud Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 286.
62. Na Alemanha, eles também eram conhecidos como *Internationale Bibelforschergesellschaft (IBV)*.
63. Nos arquivos da Gestapo são usadas ambas as expressões “*Erneste Bibelforscher*” (Sérios Estudantes da Bíblia) e “*Bibelforscher-Vereinigung-IBV*” (Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia). Aqui se emprega o nome inglês “testemunhas de Jeová”.
64. GARBE, D. *Between Resistance and Martyrdom; Jehovah’s Witnesses and the Third Reich*. Wisconsin, WI: University of Wisconsin Press, 2008. p. 508.
65. Apud Conway, *The Nazi Persecution of the Churches*, p. 197.
66. Johnson, *Nazi Terror*, p. 249.
67. É controverso o número de testemunhas de Jeová mortas nas prisões e campos de concentração. A cifra 1.200 foi dada por Detlef Garbe, em *Jehovah’s Witnesses and the Third Reich*. Richard Evans dá a cifra mais baixa de 950.
68. Evans, *Third Reich in Power*, p. 255.

69. Garbe, *Jehovah's Witnesses and the Third Reich*, p. 508.
70. Apud REYNARD, M. e GRAFFARD, S. *The Jehovah's Witnesses and the Nazis: persecution, deportation and murder, 1933-1945*. Nova York: Cooper Square Press, 2001. p. 75.
71. HStAD. RW 58/17508. Detalhes pessoais de Wilhelm Gerres (nascido em novembro de 1901).
72. Todas as testemunhas de Jeová eram obrigadas a assinar esta declaração antes que lhes fosse permitido sair da prisão. A tradução aqui citada provém de PENTON, M. *Jehovah's Witnesses and the Third Reich: sectarian politics under persecution*. Toronto: University of Toronto Press, 2004. p. 362.
73. *Preussische Landeszeitung*, 14 de fevereiro de 1937.
74. Ver Penton, *Jehovah's Witnesses*, p. 188.
75. HStAD. RW 58/17508. Dossiê da Gestapo de Wilhelm Gerres.
76. Johnson, *Nazi Terror*, p. 244.
77. *Ibid.*, p. 71.
78. HStAD. RW 58/1142. Detalhes pessoais de Heinrich Winten (nascido em maio de 1905).
79. HStAD. RW 58/1142. Dossiê da Gestapo de Heinrich Winten.
80. HStAD. RW 58/15472. Detalhes pessoais de Paul Schlemann (nascido em fevereiro de 1882).
81. HStAD. RW 58/15472. Dossiê da Gestapo de Paul Schlemann.
82. Apud KOGON, E. *The Theory and Practice of Hell: the German concentration camps and the system behind them*. Nova York: Berkley Books, 1964. p. 43.
83. Apud Johnson, *Nazi Terror*, p. 241.
84. Reynard e Graffard, *The Jehovah's Witnesses and the Nazis*, p. 76.

Capítulo 4

1. Apud NOAKES, J. e PRIDHAM, G. (orgs.). *Nazism 1919-1945* - volume 4: the German home front in World War II: a documentary reader. Exeter: Exeter University Press, 1998. p. 588 (doravante *Nazism: a documentary reader*, seguido pelo número do volume e o da página).
2. MERSON, A. *Communist Resistance in Nazi Germany*. Londres: Lawrence and Wishart, 1985. p. 55.
3. Johnson, *Nazi terror*, p. 162.
4. Merson, *Communist Resistance*, p. 13-15.
5. WEITZ, E. *Creating German Communism, 1890-1990: from popular protest to the Socialist State*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997. p. 189.
6. Gordon, *Hitler, Germans and the Jewish Question*, p. 20.
7. PETERSON, L. *German Communism: workers' protest and labour unions - the politics of the United Front in Rhineland-Westphalia*. Amsterdã: Kluwer Academic Publishers, 1993. p. 258.
8. Burleigh, *Third Reich*, p. 666-667.
9. Em alemão: *Roter Frontkämpferbund* - RFB.
10. Em alemão: *Revolutionäre Gewerkschaftsopposition* - RGO.
11. Merson, *Communist Resistance*, p. 91-92.
12. Ibid., p. 27.
13. Ibid., p. 34.
14. Ibid., p. 120.
15. Dams e Stolle, *The Gestapo*, p. 97.
16. Merson, *Communist Resistance*, p. 41.
17. Johnson, *Nazi terror*, p. 172-173.
18. Apud PEUKERT, D. *Inside Nazi Germany: conformity, opposition and racism in everyday life*. Londres: Batsford, 1987. p. 122-123.
19. Ibid., p. 105.

20. HERF, J. *The Nazi Past in the Two Germanys*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997. p. 13.
21. PALMIER, J.-M. *Weimar in Exile: the anti-fascist emigration in Europe and America*. Londres: Verso, 2006. p. 172.
22. EPSTEIN, C. *The Last Revolutionaries: German communists and their century*. Cambridge, MA: Harvard University Press. p. 54.
23. HStAD. RW 58/288. Detalhes pessoais de Luise Vögler (nascida em novembro de 1904).
24. A atual Lugansk.
25. HStAD. RW 58/288. Dossiê da Gestapo de Luise Vögler.
26. FIGES, O. *The Whisperers: private life in the Soviet Union*. Londres: Penguin. p. 171-172.
27. A Gestapo apelidou o grupo de Orquestra Vermelha e o acusou de passar informações de inteligência para a União Soviética. No verão de 1942, todos os dirigentes da organização foram localizados pela polícia secreta. Nunca se estabeleceu plenamente se eles realmente passavam segredos. No entanto, foram acusados de “alta traição”. Os capturados, na sua maior parte, foram torturados, executados ou condenados a longas penas de reclusão.
28. Apud Bracher (org.), *Conscience in Revolt*, p. 304.
29. Merson, *Communist Resistance*, p. 182.
30. Ibid., p. 139.
31. Relatório do Departamento da Polícia do Estado, Darmstadt, 21 de abril de 1937. Apud MASON, T. *Arbeiterklasse und Volksgemeinschaft*. Berlim: Opalden, 1975. p. 315-316.
32. Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 124-125.
33. Merson, *Communist Resistance*, p. 183.
34. Ibid., p. 187.
35. Relatório do Sopade, julho de 1938, apud *Nazism: a documentary reader*, v. 2, p. 387.
36. HStAD. RW 58/17801. Detalhes pessoais de Karoline Krupp (nascida em junho de 1905).

37. HStAD. RW 58/17801. O Dossiê da Gestapo de Karoline Krupp.
38. HStAD. RW 58/1959. Detalhes pessoais de Peter Penk (nascido em maio de 1915).
39. A cidade se chamava Münchengladbach na era nazista. Foi rebatizada Mönchengladbach em 1960. Aqui a chamamos de Münchengladbach.
40. No prontuário de Peter Penk não há pormenores da punição que ele recebeu por esse crime, se é que a recebeu.
41. HStAD. RW 58/1958 e RW 58/19428. Dossiê da Gestapo de Peter Penk.
42. Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 112.
43. GRUNBERGER, R. *A Social History of the Third Reich*. Londres: Phoenix, 2005. p. 257.
44. Relatório da Gestapo, Düsseldorf, 1937, apud *Nazism: a documentary reader*, v. 2, p. 398.
45. HStAD. RW 58/22533. Detalhes pessoais de Anton Kendricks (nascido em 1887).
46. A Construtora Züblin ainda é uma das maiores da Alemanha.
47. HStAD. RW 58/22533 e RW 58/55166. Dossiês da Gestapo de Anton Kendricks.
48. HStAD. RW 58/37523. Detalhes pessoais de Heinz Wasschermann (nascido em dezembro de 1921).
49. HStAD. RW 58/37523 e RW 58/52505. Dossiê da Gestapo de Heinz Wasschermann.
50. Apud Merson, *Communist Resistance*, p. 213.
51. HStAD. RW 58/18552. Detalhes pessoais de Erich Weiss (nascido em setembro de 1900).
52. HStAD. RW 58/18552. Dossiê da Gestapo de Erich Weiss.
53. HStAD. RW 58/1544. Detalhes pessoais de Aloys Vock (nascido em junho de 1891).
54. HStAD. RW 58/1544. Dossiê da Gestapo de Aloys Vock.
55. HStAD. RW 58/17606. Detalhes pessoais de Wilhelm Struck (nascido em junho de 1905).

56. HStAD. RW 58/17606. Dossiê da Gestapo de Wilhelm Struck.
57. HStAD. RW 58/17060. Detalhes pessoais de Friedrich Grossmann (nascido em setembro de 1899).
58. O prontuário da Gestapo chama esse antigo camarada de Böhme.
59. HStAD. RW 58/17060. Dossiê da Gestapo de Friedrich Grossmann.
60. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 223.
61. Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 126.
62. As esposas dos soldados eram chamadas de "Kriegsfrauen".
63. Apud Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 236.
64. VANDANA, J. *Gender and Power in the Third Reich: female denouncers and the Gestapo, 1933-1945*, Londres: Palgrave, 2003. p. 151-152.
65. Herbert, U. *Hitler's Foreign Workers: enforced labour in Germany under the Third Reich*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 335.
66. Ibid., p. 129.
67. Ibid., p. 335.
68. HStAD. RW 58/9196. Detalhes pessoais de Hermann Haus (nascido em setembro de 1892).
69. Há indícios de que essas duas operárias estrangeiras eram belgas.
70. HStAD. RW 58/9196. Dossiê da Gestapo de Hermann Haus. O arquivo RW 58/45278 da Gestapo contém pormenores idênticos do caso.
71. Essas conclusões dão mais peso ao trabalho tanto de Robert Gellately quanto de Eric Johnson.
72. Gellately, *Gestapo and German society*, p. 137.

Capítulo 5

1. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 134.
2. A denúncia era atividade da minoria na população alemã como um todo. Eric Johnson mostra que, na cidade de Krefeld, com 170 mil habitantes, os denunciantes representavam somente de 1% a 2% da população. Esse número é válido para outras regiões.
3. Gellately, *Gestapo and German society*, p. 149.
4. Vandana, *Gender and Power in the Third Reich*, p. 183-185.
5. Nas regiões ocupadas pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres faziam a maioria das denúncias, particularmente na Tchecoslováquia e em certas regiões da França. Ver FROMMER, B. "Denunciations and fraternisers: gender collaboration and revolution in Bohemia and Moravia during World War II and after". In: WINGFIELD, N. e BUCUR, M. (orgs.). *Gender and War in Twentieth-Century Eastern Europe*. Indiana, IL: Indiana University Press, 2006. p. 113.
6. Ibid., p. 146.
7. GRUNBERGER, R. *A Social History of the Third Reich*. London: Phoenix, 2005. p. 150.
8. Apud *Nazism: a documentary reader*, v. 2, p. 284.
9. Grunberger, *Social History of the Third Reich*, p. 146.
10. Ibid., p. 286.
11. Evans, *Third Reich in Power*, p. 115.
12. HStAD. RW 58/71336. Detalhes pessoais de Heinrich Veet (nascido em agosto de 1876).
13. A fábrica de cobre chamava-se *Duisburger Kufternütte*.
14. HStAD. RW 58/71336. Dossiê da Gestapo de Heinrich Veet.
15. Stockhouse, *Gestapo Interrogations*, p. 83.
16. Ibid., p. 80.

17. HStAD. RW 58/16829. Detalhes pessoais de Karl Vort (nascido em 4 de outubro de 1904).
18. HStAD. RW 58/16829. Dossiê da Gestapo de Karl Vort.
19. HStAD. RW 58/30555. Detalhes pessoais de Karl Feedler (nascido em março de 1903). Ele se declarou católico.
20. HStAD. RW 58/30555. Dossiê da Gestapo de Karl Feedler.
21. Grunberger, *Social History of the Third Reich*, p. 151.
22. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 148.
23. Vandana, *Gender and Power in the Third Reich*, p. 50.
24. Ibid., p. 52-55.
25. Ibid., p. 149-150.
26. Ibid., p. 80.
27. HStAD. RW 58/1098. Detalhes pessoais de Rosa Deeser (nascida em outubro de 1916). Ela se declarou católica.
28. HStAD. RW 58/1098. Dossiê da Gestapo de Rosa Deeser.
29. HStAD. RW 58/5186. Detalhes pessoais de Walter Remmer (nascido em agosto de 1913). Ele se declarou protestante.
30. HStAD. RW 58/5186. Dossiê da Gestapo de Walter Remmer.
31. Johnson, *Nazi Terror*, p. 313.
32. *Nazism: a documentary reader*, v. 4, p. 122.
33. Ibid., p. 126.
34. Johnson, *Nazi Terror*, p. 323.
35. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 141.
36. *Nazism: a documentary reader*, v. 4, p. 127-128.
37. MOORHOUSE, R. *Berlin at War: life and death in Hitler's capital*. Londres: Vintage, 2010. p. 214.
38. Apud *Nazism: a documentary reader*, v. 4, p. 127.
39. Para detalhes completos desse caso, ver Johnson, *Nazi Terror*, p. 329-331.
40. GELLATELY, R. *Backing Hitler: consent and coercion in Nazi Germany*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 196.
41. HStAD. RW 58/17801. Detalhes pessoais de Peter Holdenberg.

42. HStAD. RW 58/17801. Dossiê da Gestapo de Peter Holdenberg.
43. Entrevista de Maria von Lingen. Apud OWINGS, Alison. *Frauen: German women recall the Third Reich*. Londres: Penguin, 1993. p. 122-123.
44. HStAD. RW 58/1183. Detalhes pessoais de Karl Kesler (nascido em abril de 1904).
45. HStAD. RW 58/1183. Dossiê da Gestapo de Karl Kesler.
46. Evans, *Third Reich in Power*, p. 103.
47. Apud *Nazism: a documentary reader*, v. 2, p. 286.
48. HStAD. RW 58/58532. Detalhes pessoais de Rudolf Henning (nascido em abril de 1909). Ele se declarou “barbeiro” de profissão e, quanto à religião, disse-se “crente em Deus”. Tratava-se de um grupo nazista fora dos principais grupos religiosos. Anteriormente, Rudolf tinha sido católico.
49. HStAD. RW 58/58532. Dossiê da Gestapo de Rudolf Henning.
50. HStAD. RW 58/61051. Detalhes pessoais de Johann Konte. Ele se declarou católico.
51. HStAD. RW 58/61051. Dossiê da Gestapo de Johann Konte.
52. Delarue, *Nazi Terror*, p. 86-87.
53. A chamada “*Winterhilfswerk*” era a campanha beneficente anual e popular nazista que arrecadava doações do público e distribuía cestas básicas aos idosos e aos pobres no Natal.
54. QUINN, G. *Hidden Beneath the Thorns: growing up under Nazi rule, a memoir of Ingeborg Tismor*. Nova York: iUniverse, 2009. p. 54.
55. Gellately, *Backing Hitler*, p. 228.
56. Apud *Nazism: a documentary reader*, v. 2, p. 324.
57. Atualmente se chama Töniverst e fica cerca de cinco quilômetros a oeste da cidade de Krefeld.
58. HStAD. RW 58/17511. Detalhes pessoais de Johann Hack (nascido em março de 1888). Ele se declarou católico.

59. HStAD. RW 58/17511. Dossiê da Gestapo de Johann Hack.
60. HStAD. RW 58/18453. Detalhes pessoais de Adam Lipper (nascido em julho de 1892). Ele se declarou católico.
61. HStAD. RW 58/18453. Dossiê da Gestapo de Adam Lipper.
62. Apud *Nazism: a documentary reader*, v. 4, p. 545.
63. Gellately, *Backing Hitler*, p. 228.
64. Este caso é examinado in Johnson, *Nazi Terror*, p. 309-312.
65. Gellately, *Backing Hitler*, p. 227.
66. STARGARDT, N. *Witnesses of War: children's lives under the Nazis*. Londres: Pimlico. p. 237.
67. HStAD. RW 58/21829. Detalhes pessoais de Walter Needen (nascido em agosto de 1903). Ele se declarou de religião protestante.
68. HStAD. RW 58/21829. Dossiê da Gestapo de Walter Needen.
69. Gellately, *Backing Hitler*, p. 201.
70. Essa opinião promovida vigorosamente e com muito sucesso por Robert Gellately.
71. Evans, *Third Reich in Power*, p. 104.
72. Apud Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 142.

Capítulo 6

1. Apud Wildt, *An Uncompromising Generation*, p. 149.
2. Apud Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 221.
3. *Nazism: a documentary reader*, v. 2, p. 264.
4. Evans, *Third Reich in Power*, p. 507-554.
5. Entrevista de Greta. Apud ENGELMANN, B. *In: Hitler's Germany*. Nova York: Pantheon Books, 1986. p. 39.
6. Evans, *Third Reich in Power*, p. 507-508.
7. BIESOLD, H. *Eugenics and Deaf People in Nazi Germany*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 1999. p. 5.
8. Para uma discussão pormenorizada, ver Burleigh, *The Third Reich*, p. 333-381.
9. PROCTOR, R. "The collaboration of Medicine and Nazism". *In: MICHALCYZK, J. (org.). Medicine, Ethics and the Third Reich: historical and contemporary issues*. Kansas City, MO: Sheed and Ward, 1994. p. 36.
10. Entrevista de Maria von Lingen. Apud Owings, *Frauen*, p. 133.
11. Burleigh, *The Third Reich*, p. 371.
12. Apud Evans, *Third Reich in Power*, p. 510.
13. Apud Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 212-213.
14. LEWY, G. *The Nazi Persecution of the Gypsies*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 40-41.
15. *Nazism: a documentary reader*, v. 2, p. 265.
16. Para uma análise minuciosa, ver PINE, L. "Hashude: the imprisonment of 'asocial' families in the Third Reich". *German History*, v. 13, nº 2, p. 182-197, 1995.
17. Wachsmann, *Hitler's Prisons*, p. 140-143.
18. *Nazism: a documentary reader*, v. 4, p. 136.
19. Gellately, *Backing Hitler*, p. 95.
20. Apud Wachsmann, *Hitler's Prisons*, p. 137.
21. *Ibid.*, p. 132.
22. Gellately, *Backing Hitler*, p. 96.
23. Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 226.

24. *Nazism: a documentary reader*, v. 4, p. 136.
25. *Ibid.*, p. 135.
26. Wachsmann, *Hitler's Prisons*, p. 154-156.
27. *Ibid.*, p. 218.
28. *Ibid.*, p. 288.
29. Para uma análise profunda, ver WACHSMANN, N. "From indefinite confinement to extermination: habitual criminals and the Third Reich". In: GELLATELY, R. e STOLTZFUS, N. (orgs.). *Social Outsiders in Nazi Germany*. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 165-191.
30. Lewy, *Nazi Persecution of the Gypsies*, p. 29.
31. Gellately, *Backing Hitler*, p. 99.
32. *Nazism: a documentary reader*, v. 4, p. 135.
33. STARGARDT, Nicholas. *Witnesses of War: children's lives under the Nazis*. Londres: Pimlico. p. 62.
34. *Ibid.*, p. 60.
35. *Ibid.*, p. 64.
36. Apud *Nazism: a documentary reader*, v. 4, p. 452.
37. *Ibid.*, p. 450.
38. Apud Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 160.
39. *Ibid.*, p. 162-165.
40. *Nazism: a documentary reader*, v. 4, p. 455.
41. Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 161.
42. Johnson, *Nazi Terror*, p. 276.
43. Apud Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 166.
44. Ver Time, A. "The ambivalent outsider: prostitutes, promiscuity and VD in Nazi Berlin". In: GELLATELY, R. e STOLTZFUS, N. (orgs.). *Social Outsiders in Nazi Germany*. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 192-211.
45. Gellately, *Backing Hitler*, p. 111.
46. PINE, L. *Hitler's "National Community": society and culture in Nazi Germany*. London: Bloomsbury, 2011. p. 144-148.
47. Prontuário da Gestapo. Apud Ebbinghaus (org.), *Opfer und Tatterinnen*, p. 91.
48. Gellately, *Backing Hitler*, p. 112.

49. HERBERMANN, N. et al. *The Blessed Abyss: Inmate #6582 in Ravensbrück Concentration Camp for Women*. Detroit: Wayne State University Press. p. 32-34.
50. A legislação contra o homossexualismo vigorou até 1969 na Alemanha Ocidental e até 1967 na Grã-Bretanha.
51. Evans, *Third Reich in Power*, p. 530.
52. PLANT, R. *The Pink Triangle: the Nazi War against Homosexuals*. Edinburgh: Mainstream, 1987. p. 89.
53. Ibid., p. 50.
54. *Nazism: a documentary reader*, v. 4, p. 390.
55. Para maiores detalhes, ver Johnson, *Nazi Terror*, p. 292-294.
56. Apud BECK, G. *An Underground Life*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1999. p. 22-24.
57. Plant, *The Pink Triangle*, p. 133-136.
58. Ibid., p. 163.
59. Apud Pine, *The National Community*, p. 143.
60. Plant, *The Pink Triangle*, p. 164.
61. Ibid., p. 176-178.
62. *Neues Volk*, setembro de 1937, p. 21-27.
63. Nicholas Stargardt, *Witnesses of War*, p. 75.
64. Lewy, *Nazi Persecution of the Gypsies*, p. 38-43.
65. Ibid., p. 50.
66. Ibid., p. 28.
67. Ibid., p. 67.
68. Ibid., p. 137.
69. Ibid., p. 140.
70. Ibid., p. 141.
71. Apud Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 216.
72. Lewy, *Nazi Persecution of the Gypsies*, p. 144.
73. Ibid., p. 189.
74. Entrevista de Hilda. Apud BAR-ON, Dan. *Legacy of Silence: encounters with children of the Third Reich*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989. p. 103.

Capítulo 7

1. Em 1933, Breslau era uma cidade alemã na Baixa Silésia. Atualmente se chama Wroclaw e fica na Polônia.
2. Arquivo Yad Vashem, Tel Aviv, 033/72, depoimento de Ludwig Förder, março de 1933.
3. Gordon, *Hitler, Germans and the Jewish Question*, p. 119.
4. Entrevista com Claus Moser ao autor, Londres, 3 de agosto de 2009.
5. Entrevista com Klaus Scheurenberg. Apud STEINHOFF, J, PECHTEL, P. e SHOWALTER, D. (orgs.). *Voices from the Third Reich: an oral History*. Washington, DC: Da Capo Press, 1994. p. 53.
6. Gordon, *Hitler, Germans and the Jewish Question*, p. 7-49.
7. Entrevista com Ursula Meyer-Semlies, apud Owings, *Frauen*, p. 55.
8. Entrevista com Ellen Frey, apud Owings, *Frauen*, p. 174.
9. Entrevista com Erna Tiertz, apud Owings, *Frauen*, p. 280.
10. Apud Burleigh, *Third Reich*, p. 316.
11. Entrevista com Arnold Biegeleisen, apud *Voices from the Third Reich*, p. 44.
12. *Jüdische Rundschau*, 4 de abril de 1933.
13. Burleigh, *Third Reich*, p. 288.
14. Gellately, *Backing Hitler*, p. 133.
15. Entrevista com Claus Moser ao autor, Londres, 3 de agosto de 2009.
16. Beck, *An Underground Life*, 1999, p. 17.
17. Johnson, *Nazi Terror*, p. 96.
18. Ibid., p. 101-102.
19. O termo “ariano” era usado pelos nazistas para designar o indivíduo “racialmente puro”.
20. *The Times*, 8 de novembro de 1935.
21. Johnson, *Nazi Terror*, p. 106.
22. Entrevista com Cecile Lowenthal Hensel ao autor, Berlim, 4 de setembro de 2009.

23. Entrevista com Dorothea Schlosser, apud *Voices of the Third Reich*, p. 45.
24. Entrevista com Claus Moser ao autor, Londres, 3 de agosto de 2009.
25. Apud RITTNER, C. e ROTH, J. *Different Voices: women and the Holocaust*. Nova York: Paragon House, 1993. p. 199.
26. Eu escrevo “degradação racial” entre aspas para frisar que se tratava de um constructo nazista.
27. Ver SZOBAR, P. “Telling sexual stories in Nazi Courts of Law: race defilement in Germany, 1933 to 1945”. In: HERZOG, D. (org.). *Sexuality and German Fascism*. Londres: Berghahn, 2004. p. 133-163.
28. *Nazism: a documentary reader*, v. 2, p. 346.
29. Gellately, *Backing Hitler*, p. 134-135.
30. Gordon, *Hitler, Germans and the Jewish Question*, p. 213.
31. *Nazism: a documentary reader*, v. 2, p. 346-347.
32. Vandana, *Gender and Power in the Third Reich*, p. 123.
33. Johnson, *Nazi Terror*, p. 111-114.
34. HStAD. RW 58/8869. Detalhes pessoais do Dr. Siegfried Kleff (nascido em dezembro de 1882).
35. HStAD. RW 58/8869. Prontuário da Gestapo do Dr. Siegfried Kleff.
36. HStAD. RW 58/1252. Detalhes pessoais do Dr. Michael Steinbeck (nascido em agosto de 1880).
37. HStAD. RW 58/1252. Prontuário da Gestapo do Dr. Michael Steinbeck.
38. HStAD. RW 58/55406. Detalhes pessoais de Josef Kahn (nascido em setembro de 1886).
39. HStAD. RW 58/55406. Prontuário da Gestapo de Josef Kahn.
40. Apud Evans, *Third Reich in Power*, p. 582-583.
41. Gellately, *Backing Hitler*, p. 126-127.
42. Bundesarchiv, Berlim, mensagem teletipada de Heydrich, 10 de novembro de 1938.

43. Relatório do Sopade, novembro de 1938. Apud Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 58.
44. HStAD. RW 58/64364, Detalhes pessoais de Leopold Funk (nascido em março de 1879).
45. HStAD. RW 58/64364. Gestapo Case File of Leopold Funk. Prontuário da Gestapo
46. Relatório do Sopade, dezembro de 1938, apud Peukert, *Inside Nazi Germany*, p. 59.
47. Apud Beck, *An Underground Life*, p. 38-39.
48. Johnson, *Nazi Terror*, p. 292.
49. Gordon, *Hitler, Germans and the Jewish Question*, p. 188.
50. Johnson, *Nazi Terror*, p. 431.
51. Apud Vandana, *Gender and Power in the Third Reich*, p. 136.
52. Johnson, *Nazi Terror*, p. 292.
53. Gellately, *Backing Hitler*, p. 129.
54. Apud Burleigh, *Third Reich*, p. 300.
55. Depoimento de Valerie Wolfenstein, apud BOEHM, E. *We Survived: fourteen histories of the hidden and hunted in Nazi Germany*. Boulder, CO: Westview, 2003. p. 81.
56. Johnson, *Nazi Terror*, p. 398.
57. Gellately, *The Gestapo and German Society*, p. 212.
58. Depoimento de Rolf Joseph, apud Boehm, *We Survived*, p. 153.
59. *Ibid.*, p. 155. Rolf Joseph conseguiu fugir de um campo de concentração e, surpreendentemente, não foi transportado para a Polônia e sobreviveu à guerra.
60. HStAD. RW 58/4186. Detalhes pessoais de [Sara] Martha Peet (nascida em maio de 1892).
61. HStAD. RW 58/4186. Prontuário da Gestapo de [Sara] Martha Peet.
62. Apud Gordon, *Hitler, Germans and the Jewish Question*, p. 189.
63. *Ibid.*, p. 193.
64. Johnson, *Nazi Terror*, p. 414-415.
65. Gellately, *Gestapo and German Society*, p. 191.

66. Johnson, *Nazi Terror*, p. 422-426.
67. Gellately, *Backing Hitler*, p. 144-145. O destino dos denunciadores neste caso é discutido no capítulo 8.
68. HStAD. RW 58/52490. Detalhes pessoais de Helene Krabs (nascida em setembro de 1906).
69. HStAD. RW 58/52490. Prontuário da Gestapo de Helene Krabs.

Capítulo 8

1. Whiting, *The search for Gestapo Muller*, p. 11-35.
2. LONGERICH, P. *Heinrich Himmler: a life*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 734-736.
3. AP-IMT. A Acusação contra a Gestapo. Apresentada pelo coronel Robert Storey, 20 de dezembro de 1945 e 2 de janeiro de 1946.
4. AP-IMT. Depoimento do Dr. Werner Best, 31 de julho de 1946, 1º de agosto de 1946.
5. AP-IMT. Depoimento de Karl-Heinz Hoffmann, 1º agosto de 1946.
6. Ibid.
7. AP-IMT. Discurso de encerramento do advogado de defesa da Gestapo, o Dr. Rudolf Merkel, 23 de agosto de 1946.
8. AP-IMT. O Veredito de Nuremberg, 30 de setembro de 1946 e 1º de outubro de 1946.
9. Para uma análise pormenorizada, ver STEINACHER, G. *Nazis on the Run: how Hitler's henchmen fled Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
10. Wildt, *Uncompromising Generation*, p. 371-377.
11. Johnson, *Nazi Terror*, p. 479.
12. Gordon, *Hitler, Germans and the Jewish Question*, p. 197-209.
13. Wildt, *Uncompromising Generation*, p. 375.
14. Wachsmann, *Hitler's Prisons*, p. 342-347. Esse indivíduo me chamou a atenção devido ao livro de Eric Johnson sobre o terror nazista e, assim, decidi examinar com mais minúcia os prontuários a seu respeito. Ver também Johnson, *Nazi Terror*, p. 240-241, 249, 244-247, 292, para os casos em que Dihr esteve envolvido durante o período nazista.
15. HStAD. Rep. 8, no. 10. File on Otto Dihr.
16. SZANAJANDA, A. *Indirect Perpetrators: the persecution of informers in Germany, 1945-1965*. Plymouth:

- Lexington Books, 2010. p. 289.
17. Ibid., p. 55-60.
 18. Ibid., p. 114-115.
 19. Ibid., p. 135-137.
 20. Ibid., p. 43.
 21. Podem ser encontrados os julgamentos alemães orientais em tradução inglesa em DDR-Justiz und NS-Verbrechen, 14 vols., Amsterdã, University of Amsterdam Press, 2012.
 22. No dia 26 de outubro de 1965, o ministro da Justiça alemão ocidental apresentou um relatório ao Bundestag, alegando que o governo perseguia criminosos de guerra nazistas desde 1945. Disse que 61.761 pessoas tinham sido investigadas, e 6.115, condenadas. A maioria dessas investigações foi feita no período da ocupação aliada.
 23. Ver *National Front des Demokratischen Deutschland*, Alemanha (Oriental), *Staatliche Archivverwaltung Dokumentationszentrum*, Berlim, *Zeit im Bild*, 1965.
 24. Wildt, *Uncompromising Generation*, p. 376.
 25. Dams e Stolle, *The Gestapo*, p. 175.
 26. Para todos os detalhes, ver Johnson, *Nazi terror*, p. 463-487.
 27. Wachsmann, *Hitler's Prisons*, p. 344.
 28. Wildt, *Uncompromising Generation*, p. 406.
 29. Johnson, *Nazi terror*, p. 3-8.
 30. *American Jewish Yearbook*, v. 56 (1955), p. 379.
 31. Wildt, *Uncompromising Generation*, p. 404-405.
 32. Em alemão era conhecida como *Zentral Stelle der Landesjustizverwaltungen zur Aufklärung Nationalsozialistischer Verbrechen*.
 33. Ver catálogo do Bundesarchiv, registros da Autoridade Central das Administrações Judiciais Estaduais para a Investigação dos Crimes Nacional-Socialistas, para pormenores do que esses arquivos contêm.
 34. Essa estipulação foi modificada paulatinamente de modo a poder examinar fatos ocorridos na Alemanha.
 35. *Einführungsgesetz zum Ordnungswidrigkeitengesetz*.

36. Wildt, *Uncompromising generation*, p. 414-416.
37. Esta análise valeu-se dos seguintes: CESARANI, D. *Eichmann: his life and crimes*. Londres: Vintage, 2004; LIPSTADT, D. *The Eichmann Trial*. Nova York: Random House; ARENDT, H. *Eichmann in Jerusalem: a report on the Banality of Evil*. Nova York: Penguin, 1963.
38. Depoimento da Frau Braun no Julgamento de Auschwitz. Apud KESSLER, J. "The boger swing: Frau Braun and the Tiger of Auschwitz". *California Literary Review*, 26 de março de 2007. Callitreview.com.
39. Esta análise dos julgamentos de Auschwitz em Frankfurt baseia-se em PENDAS, D. *The Frankfurt Auschwitz Trial, 1963-1965*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2010.
40. Transcrição do interrogatório de Otto Bovensiepen, 20 de agosto de 1945, apud: arquivo on-line da Cornell University. Disponível em: <http://ebooks.library.cornell>.
41. Pode-se encontrar a transcrição do julgamento de Bovensiepen no arquivo on-line Yad Vashem, arquivo número 58/3756400.
42. Para um exame minucioso da vida de Best, ver HERBERT, U. *Best*. Bonn: Dietz, 1996.
43. Dams e Stolle, *The Gestapo*, p. 170-171.

Glossário de termos e instituições alemães

Abitur O certificado de conclusão do ensino secundário que habilitava para o estudo universitário.

Asocial A pessoa classificada de antissocial e racialmente inferior.

Bekennende Kirche Igreja Confessante. Um grupo de pastores protestantes que defendiam os princípios luteranos.

Führer Líder.

Gauleiter Líder regional nazista.

Gestapo Polícia Secreta do Estado.

Gestapa O departamento administrativo que respaldava as atividades da Gestapo.

Jude Judeu.

KPD Partido Comunista Alemão.

Kripo O departamento de investigações da polícia criminal.

Luftwaffe Força Aérea.

NSDAP Partido Nazista.

Orpo Força policial comum fardada.

Reichskristallnacht Noite dos Cristais (9 para 10 de novembro de 1938). A noite de um grande ataque à comunidade judaica da Alemanha.

Reichstag Parlamento alemão.

RSHA Escritório Central de Segurança do Reich (criado em 1939) (*Reichssicherheitshauptamt*).

SA Tropa de assalto nazista (*Sturmabteilung*).

Schutzhaft Prisão preventiva. Tratava-se de uma regulação que permitia à Gestapo prender as pessoas e mantê-las num presídio ou campo de concentração sem julgamento.

SD O setor de inteligência da SS (*Sicherheitsdienst*).

Sipo O departamento que controlava a Gestapo e a Kripo entre 1936 e 1939.

SPD Partido Social-Democrata.

Spruchkammer Os tribunais especiais de desnazificação estabelecidos pelos aliados durante a ocupação da Alemanha depois da Segunda Guerra Mundial.

Sopade Os relatórios secretos do eLivros Partido Social-Democrata sobre a opinião pública alemã no período nazista.

SS (Schutzstaffel) A guarda pessoal de elite de Hitler. Comandada por Heinrich Himmler, passou a ser a organização nazista mais poderosa do Estado alemão.

Volksgemeinschaft A Comunidade Nacional. Expressão usada para enfatizar um tipo de solidariedade étnica sem classes.

Volksgenossen Camarada nacional. Expressão empregada para designar um membro racialmente sadio e leal da Alemanha de Hitler.

Wehrmacht As forças armadas alemãs.

Fontes e bibliografia

Arquivos

Nordrhein-Westfälisches Hauptstaatsarchiv, Düsseldorf (HStAD). Atualmente, esse arquivo tem sede em Duisburg. RW-58 Gestapo-Personalakten (citado como RW-58 seguido do número do prontuário).

Avalon Project. Yale University (AP).

Arquivo on-line do Processo do Julgamento de Nuremberg (citado como AP-IMT, seguido de nome e data).

Bundesarchiv Berlin (BA).

Arquivo Fotográfico.

Institut für Zeitgeschichte, Munique [IfZ].

Arquivos sobre Rupert Mayer.

(Material referente à perseguição de criminosos de guerra nazistas nos Julgamentos de Nuremberg).

Staatsarchiv Munich [SM].

Arquivos da Polizeidirektion München.

Museum of Resistance, Berlim [MR].

Wiener Library, Londres.

Relatos de testemunhas oculares da perseguição aos judeus.

Jornais e periódicos

Der Angriff

Der Stürmer

Jüdische Rundschau

Völkischer Beobachter

Entrevistas

Lord Claus Moser
Cecile Lowenthal-Hensel

Livros

- ADLER, H. *Der verwaltete Mensch: studien zur deportation der Juden aus Deutschland*. Tübingen: Mohr-Verlag, 1974.
- ADORNO, T. et al. *The Authoritarian Personality*. Londres: Harper, 1950.
- ALLEN, W. *The Nazi Seizure of Power: the experience of a single German town, 1922-1945*. Nova York, 1984.
- ALY, G. *Aktion T4 1939-1945: Die "Euthanasie"-Zentrale in der Tiergartenstrasse 4*. Berlim: Rotbuch, 1989.
- _____. *"Final Solution": Nazi population policy and the murder of the European Jews*. Londres: Arnold, 1999.
- _____. *Hitler's Beneficiaries: plunder, racial war and the Nazi Welfare State*. Londres: Henry Holt, 2007.
- ALY, G., CHROUST, P. e PROSS, C. *Cleansing the Fatherland: Nazi Medicine and racial hygiene*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.
- ANÔNIMO. *The Persecution of the Catholic Church in the Third Reich: facts and documents*. Londres: Pelican, 2003.
- ARAD, Y., KRAKOWSKI, S. e SPECTOR, S. (orgs.). *The Einsatzgruppen reports: selections from the dispatches of the Nazi Death Squads*. Washington, DC: US Holocaust Museum, 1990.
- ARENDT, H. *The Origins of Totalitarianism*. Londres: Andre Deutsch, 1951.
- _____. *Eichmann and the Holocaust*. Londres: Penguin, 2006.
- _____. *Eichmann in Jerusalem: a report on the Banality of Evil*. Londres: Penguin, 1994.
- ARONSON, S. *The Beginnings of the German Gestapo: the Bavarian Model in 1933*. Jerusalém: Israel Universities Press, 1970.
- AYÇOBERRY, P. *The Social History of the Third Reich, 1933-1945*. Nova York: The New Press, 1999.

- BAJOHR, F. *"Aryanisation" in Hamburg: the economic exclusion of the Jews and the confiscation of their property in Nazi Germany.* Londres: Berghahn, 2002.
- BALDWIN, P. (org.). *Reworking the Past: Hitler, the Holocaust and the historians' debate.* Londres: Beacon Press, 1990.
- BANKIER, D. *The Germans and the Final Solution: public opinion under Nazism* Londres: Blackwell, 1996.
- _____. (org.). *Probing the Depths of German Anti-Semitism: German society and the persecution of the Jews, 1933-1941.* Londres: Berghahn, 2000.
- BARANOWSKY, S. *The Confessing Church: conservative elites and the Nazi elite* Lewiston. Nova York: Edward Mellen Press, 1986.
- BARKAI, A. *From Boycott to Annihilation: the economic struggle of German Jews, 1933-1943.* Harrisburg: Brandeis University Press, 1990.
- BARNETT, V. *For the Soul of the People: Protestant protest against Hitler.* Oxford: Oxford University Press, 1992.
- _____. *Bystanders: conscience and complicity during the Holocaust.* Westport, CT: Greenwood Press, 2000.
- BAR-ON, D. *Legacy of Silence: encounters with children of the Third Reich.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.
- BARTOV, O. (org.). *The Holocaust: origins, implementation, aftermath.* Londres: Routledge, 2000.
- BAUER, Y. *The Holocaust in Historical Perspective.* Seattle: University of Washington Press, 1978.
- BAUMANN, Z. *Modernity and the Holocaust.* Londres: Polity Press, 2000.
- BAYNES, N. (org.). *The Speeches of Adolf Hitler.* Oxford: Oxford University Press, 1942.
- BECK, G. *An Underground Life: memoirs of a Gay Jew in Berlin.* Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1999.
- BEEVOR, A. *Berlin: The Downfall 1945.* Londres: Penguin, 2007.
- BERENBAUM, M. (org.). *A Mosaic of Victims: non-Jews persecuted and murdered by the Nazis.* Nova York: New

- York Press, 1992.
- BERGEN, D. *Twisted Cross: the German Christian Movement in the Third Reich*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1996.
- BERKLEY, G. *Hitler's Gift: the story of Theresienstadt*. Boston: Branden Publishing, 2002.
- BERNADOTTE, Conde F. *The Curtain Falls: the last days of the Third Reich*. Nova York: Knopf, 1946.
- BERNSTEIN, R. *Hannah Arendt and the Jewish Question*. Londres: Polity Press, 1996.
- BERSCHEL, H. *Bürokratie und terror: das Judenreferat der Gestapo Düsseldorf, 1935-1945*. Essen: Klartext Verlag, 2001.
- BESSEL, R. *Political Violence and the Rise of Nazism: the Stormtroopers in Eastern Germany, 1925-1934*. New Haven, CT: Yale University Press, 1984.
- _____. (org.). *Life in the Third Reich*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- BEST, W. *Die Deutsche Polizei*. Darmstadt: L.C. Wittlich Verlag, 1941.
- BIELENBURG, C. *The Past is Myself*. Londres: Corgi, 1984.
- BIESOLD, H. *Eugenics and Deaf People in Nazi Germany*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 1999.
- BLACK, P. *Ernst Kaltenbrunner: ideological soldier of the Third Reich*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.
- BLASS, T. *The Man Who Shocked the World: the life and legacy of Stanley Milgram*. Oxford: Perseus Press, 2004.
- BLOXHAM, D. *Genocide on Trial: war crimes trials and the formation of Holocaust History and Memory*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BLUEL, H. *Strength Through Joy: sex and society in Nazi Germany*. Londres: Secker & Warburg, 1973.
- BOEHM, E. *We Survived: fourteen histories of the hidden and hunted of Nazi Germany*. Boulder, CO: Westview Press, 2004.
- BOSWORTH, R. *Explaining Auschwitz and Hiroshima: history writing and the Second World War 1945-90*. Londres:

- Routledge, 1993.
- BOWDER, G. *The Foundation of the Nazi Police State: the formation of Sipo and S.D.* Lexington: University of Kentucky Press, 1990.
- _____. *Hitler's enforcers: the Gestapo and S.S. Security Service in the Nazi Revolution.* Nova York: Oxford University Press, 1996.
- BRACHER, K. *The German Dictatorship: the origins, structures, and effects of National Socialism.* Londres: Pelican, 1973.
- BRAMSTEAD, E. *Dictatorship and Political Police: the technique of control by fear.* Nova York: Oxford University Press, 1945.
- BREITMAN, R. *The Architect of Genocide: Himmler and the Final Solution.* Londres: Grafton, 1992.
- BREYVOGEL, W. (org.). *Piraten, Swings und Junge Garde: Jugendwiderstand im Nationalsozialismus.* Bonn: Dietz, 1991.
- BRIDENTHAL, R., GROSSMANN, A. e KAPLAN, M. (orgs.). *When Biology Became Destiny: women in Weimar and Nazi Germany.* Nova York: Monthly Review Press, 1984.
- BROSZAT, M. (org.). *Kommandant in Auschwitz: autobiographische aufzeichnungen des Rudolf Höss.* Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1958.
- BROSZAT, M. et al. (orgs.). *Bayern in der NS-Zeit.* 6 vols. Munique: Oldemburgo, 1977-1983.
- _____. *The Hitler State: the foundations and development of the internal structure of the Third Reich.* Londres: Longman, 1981.
- BROWNING, C. *Fateful Months: essays on the emergence of the Final Solution.* Londres: Holmes & Meier, 1985.
- _____. *The Path to Genocide: essays on launching the Final Solution.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- _____. *Ordinary Men: Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland.* Londres: Penguin, 2001.

- _____. *The Origins of the Final Solution: the evolution of Jewish Policy 1939-1942*. Londres: Heinemann, 2004.
- BRUSTEIN, W. *Roots of Hate: Anti-Semitism in Europe before the Holocaust*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BRYSAK, S. *Resisting Hitler: Mildred Harnack and the Red Orchestra*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BULLOCK, A. *Hitler: a study in tyranny*. Londres: Penguin, 1952.
- BURLEIGH, M. *Death and Deliverance: "Euthanasia" in Germany 1900-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- _____. *Ethics and Extermination: reflections on Nazi Genocide*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- _____. *The Third Reich: a new History*. Londres: Macmillan, 2000.
- BURLEIGH, M. e WIPPERMANN, W. *The Racial State: Germany 1933-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- BURRIN, P. *Hitler and the Jews: the genesis of the Holocaust*. Londres: Arnold, 1994.
- _____. *Nazi Anti-Semitism: from prejudice to the Holocaust*. Nova York: The New Press, 2005.
- CAPLAN, J. *Government Without Administration: State and Civil Service in Weimar and Nazi Germany*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- CESARANI, D. *Eichmann: his life and crimes*. Londres: Heinemann, 2004.
- _____. (org.). *The Final Solution: origins and implementation*. Londres: Routledge, 1994.
- _____. *Becoming Eichmann: rethinking the life, crimes and trial of a desk murderer*. Washington, DC: Da Capo Press, 2006.
- CHILDERS, T. *The Nazi Voter: the social foundations of Fascism in Germany, 1919-1933*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1983.

- CHILDERS, T. e CAPLAN, J. (orgs.). *Re-Evaluating the Third Reich*. Londres: Holmes and Meier, 1993.
- CHOUMOV, P., KOGON, E., LANGBEIN, H. e RUCKERL, A. (orgs.). *Nazi Mass Murder: a documentary History*. New Haven, CT: Yale University Press, 1994.
- COHEN, E. *Human Behaviour in the Concentration Camp*. Londres: Free Association Books, 1988.
- CONWAY, J. *The Nazi Persecution of the Churches, 1933-1945*. Nova York: Basic Books, 1968.
- CORNWELL, J. *Hitler's Pope: the secret History of Pius XII*. Londres: Penguin, 1999.
- _____. *Hitler's Scientists*. Londres: Viking, 2003.
- CRANKSHAW, E. *Gestapo: instrument of tyranny*. Londres: Four Square, 1966.
- CREW, D. (org.). *Nazism and German Society, 1933-1945*. Londres: Routledge, 1994.
- CROWE, D. e KOLSTI, J. (orgs.). *The Gypsies of Eastern Europe*. Londres: Sharpe, 1992.
- DAMS, C. e STOLLE, M. *The Gestapo: power and terror in the Third Reich*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- DAWIDOWICZ, L. *The War against the Jews, 1933-45*. Londres: Pelican, 1979.
- _____. *The Holocaust and the Historians*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1981.
- DEDENCKS, M. *Heydrich: the face of evil*. Londres: Greenhill, 2006.
- DELARUE, J. *The Gestapo: a history of horror*. Nova York: Viking Press, 1962.
- DESCHNER, G. *Heydrich: the pursuit of total power*. Londres: Orbis, 1981.
- DIELS, R. *Lucifer ante portas: Es spricht der erste Chef der Gestapo*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1950.
- DUNKE, H. *Die KPD von 1933 bis 1945*. Colônia: Kiepenheuer & Witsch, 1972.
- DWORK, D. e VAN PELT, J. *Holocaust: a history*. Londres: John Murray, 2002.

- EBBINGHAUS, A. (org.). *Opfer und Täterinnen: frauenbiographien des Nationsozialismus*. Nördlingen: Delphi Politik, 1987.
- ELEY, G. (org.). *The "Goldhagen Effect": History, Memory, Nazism - facing the German past*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2000.
- ENGELMANN, B. *In Hitler's Germany: daily life in the Third Reich*. Nova York: Pantheon Books, 1986.
- EVANS, R. J. (org.). *The German Underworld: deviants and outcasts in German History*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- _____. *Rituals of Retribution: capital punishment in Germany 1600-1987*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- _____. *In Defence of History*. Londres: Norton, 1999.
- _____. *Telling Lies about Hitler: the Holocaust, History and the David Irving trial*. Londres: Verso, 2002.
- _____. *The Third Reich*. v. 1: the coming of the Third Reich; v. 2: the Third Reich in power; v. 3: the Third Reich. Londres: Allen Lane, 2003-2008.
- _____. *The Third Reich in History and Memory*. Boston: Little, Brown, 2015.
- FAHLBUSCH, M. e HAAR, I. (orgs.). *German Scholars and Ethnic Cleansing, 1920-1945*. Londres: Berghahn, 2004.
- FELDMAN, M. (org.). *A Fascist Century: essays by Roger Griffin*. Londres: Basingstoke/Palgrave Macmillan, 2008.
- FEST, J. *Plotting Hitler's Death: the story of the German Resistance*. Nova York: Metropolitan Books, 1996.
- FINKELSTEIN, N. e BIRN, R. (orgs.). *A Nation on Trial: the Goldhagen Thesis and historical truth*. Londres: Holt and Co., 1998.
- FISCHER, C. *Stormtroopers: a social, economic and ideological analysis, 1929-1935*. Londres: Routledge, 2014.
- _____. (org.). *The Rise of National Socialism and the Working Classes in Weimar Germany*. Londres: Berghahn, 1996.

- FLEMING, G. *Hitler and the Final Solution*. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- FRAENKEL, E. *The Dual State: a contribution to the Theory of Dictatorship*. Clark, NJ: Lawbook Exchange, 2006 edn.
- FREI, N. *National Socialist Rule in Germany*. Oxford: Blackwell, 1993.
- _____. *Adenauer's Germany and the Nazi Past: the politics of amnesty and integration*. Nova York, Columbia University Press, 2002.
- FRIEDLANDER, H. *The Origins of Nazi Genocide: from Euthanasia to the Final Solution*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1995.
- FRIEDLÄNDER, S. *Memory, History and the Extermination of the Jews of Europe*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1993.
- _____. *Nazi Germany and the Jews - volume 1: the years of persecution 1933-39*. Londres: HarperCollins, 1997.
- _____. *The Extermination of the Jews - volume 2: Nazi Germany and the Jews*. Londres: HarperCollins, 2007.
- GARBE, D. *Zwischen widerstand und martyrium: Die Zeugen Jehovahs in 'Dritten Reich'*. Munique: Oldemburgo, 1994.
- GEBAUER, T. *Das KPD-Dezernat der Gestapo Düsseldorf*. Hamburg: Disserta Verlag, 2011.
- GELLATELY, R. *The Gestapo and German Society: enforcing racial policy, 1933-1945*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- _____. *Backing Hitler: consent and coercion in Nazi Germany*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- GELLATELY, R. e FITZPATRICK, S. *Accusatory Practices: denunciations in Modern European History, 1789-1989*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1997.
- _____. e STOLFUS, N. (orgs.). *Social Outsiders in Nazi Germany*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.
- GERLACH, W. *And the Witnesses Were Silent: the Confessing Church and the persecution of the Jews*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 2000.
- GERWARTH, R. *Reinhard Heydrich*. Munique: Siedler, 2011.

- GILBERT, M. *Kristallnacht: prelude to destruction*. Londres: HarperCollins, 2006.
- GILL, A. *The Journey Back from Hell: conversations with concentration camp survivors*. Londres: HarperCollins, 1989.
- GLASS, J. *Life Unworthy of Life: racial phobia and murder in Hitler's Germany*. Londres: Basic Books, 1997.
- _____. *Hitler's Willing Executioners: ordinary Germans and the Holocaust*. Londres: Abacus, 1996.
- _____. *A Moral Reckoning: the role of the Catholic Church in the Holocaust and its unfulfilled duty of repair*. Londres: Little Brown, 2002.
- GORDON, S. *Hitler, Germans and the Jewish Question*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.
- GRABER, G. *History of the SS*. Londres: Robert Hale, 1978.
- GRAML, H. *Antisemitism in the Third Reich*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- GRAU, G. (org.). *Homosexualität in der NS-Zeit: dokumente einer diskriminierung und verfolgung*. Frankfurt/Meno: S. Fischer Taschenbuch Verlag, 1993.
- _____. *Hidden Holocaust? Gay and lesbian persecution in Germany 1933-45*. Londres: Continuum, 1995.
- GREGOR, N. (org.). *Nazism, War and Genocide: essays in honour of Jeremy Noakes*. Exeter: University of Exeter Press, 2005.
- GROSS, L. *The Last Jews of Berlin*. Londres: Simon & Schuster, 1988.
- GROSS, M. *The War against Catholicism: Liberalism and the anti-Catholic imagination in nineteenth-century Germany*. Ann Arbor, Michigan, MI: University of Michigan Press, 2004.
- GRUCHMANN, L. *Justiz im Dritten Reich*. Munique: Oldenburg, 1988.
- GRUNBERGER, R. *A Social History of the Third Reich*. Londres: Penguin, 1971.
- GUTERMUTH, F. e NETZBANDT, A. *Die Gestapo*. Berlin: Nicolai, 2005.

- GUTMAN, Y., ARAD, Y. e MARGALLOT, A. *Documents on the Holocaust*. Jerusalém: Yad Vashem Publications, 1999.
- HAMILTON, R. *Who Voted for Hitler?* Princeton, NJ: Princeton University Press, 1964.
- HARRIS, W. *Tyranny on Trial: the evidence at Nuremberg*. Dallas, TX: Southern Methodist University, 1999.
- HEGER, H. *The Men with the Pink Triangle: the true life and death story of homosexuals in the Nazi death camps*. Londres: Alyson Press, 1994.
- HELMREICH, E. *The German Churches under Hitler: background, struggle and epilogue*. Detroit, MI: Wayne State University Press, 1979.
- HENRY, F. *Victims and Neighbours: a small town in Nazi Germany remembered*. South Hadley, MA: Bergin & Garvey, 1984.
- HERBERT, U. *Best: biographische studien über radikalismus, weltanschauung und vernunft, 1903-1989*. Bonn: Dietz, 1996.
- _____. *Hitler's Foreign Workers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- HERBERT, U. (org.). *National Socialist Extermination Policies: contemporary German perspectives and controversies*. Londres: Berghahn, 2000.
- HERF, J. *Divided Memory: the Nazi past in the two Germanys*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.
- HETT, B. *Burning the Reichstag: an investigation into the Third Reich's enduring mystery*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- HEYDRICH, L. *Leben mit einem Kriegsverbrecher*. Pfaffenhofen: Ludwig Verlag, 1976.
- HILBERG, R. *The Destruction of the European Jews*. Londres: Holmes and Meier, 1985. 3 vols.
- _____. *Perpetrators, Victims, Bystanders: the Jewish Catastrophe 1933-1945*. Londres: Harper, 1992.
- HILDEBRAND, K. *The Third Reich*. Londres: Allen & Unwin, 1984.

- HOFFMANN, P. *Stauffenberg: a family history, 1905-1995*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HÖHNE, H. *The Order of the Death's Head: the story of Hitler's SS*. Londres: Penguin, 2000.
- HÖSS, R. *Death Dealer: memoirs of the Kommandant at Auschwitz*. Washington, DC: Da Capo Press, 1992.
- HOUSDEN, M. *Resistance and Conformity in the Third Reich*. Abingdon: Routledge, 1997.
- IMT. *Trials of the Major War criminals before the International Military Tribunal*. 42 vols. Washington, DC: Government Printing Press, 1947-1949.
- JOHANNES, J., PECHEL, P. e SHOWALTER, D. (orgs.). *Voices from the Third Reich: an oral History*. Washington, DC: Da Capo Press, 1994.
- JOHNSON, E. *The Nazi Terror: the Gestapo, Jews and ordinary Germans*. Londres: John Murray, 1999.
- _____ e REUBAND, K-H. *What We Knew: terror, mass murder and everyday life in Nazi Germany*. Londres: John Murray, 2005.
- KAPLAN, M. *Between Dignity and Despair: Jewish life in Nazi Germany*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- KATER, M. *Doctors under Hitler*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1989.
- _____. *Different Drummers: jazz in the culture of Nazi Germany*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- KENRICK, D. e PUXON, G. *The Destiny of Europe's Gypsies*. Londres: Basic Books, 1972.
- KERSHAW, I. *Popular Opinion and Political Dissent in the Third Reich: Bavaria 1933-1945*. Oxford: Oxford University Press, 1983.
- _____. *The Hitler myth: image and reality in the Third Reich*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- _____. *Hitler - volume 1: hubris, 1889-1936*. Londres: Penguin, 1998.
- _____. *Hitler - volume 2: nemesis, 1936-1945*. Londres: Penguin, 2000.

- _____. *The Nazi Dictatorship: problems and perspectives of interpretation*. 4^a ed. Londres: Arnold, 2000.
- KIRKPATRICK, C. *Women in Nazi Germany*. Londres: Jarrold Publishers, 1939.
- KLEE, E. *"Euthanasie" im NS-Staat: die "Vernichtung lebensunwerten Lebens"*. Frankfurt/Meno: Fischer Taschenbuch Verlag, 1983.
- KLEMPERER, V. *I Shall Bear Witness: the diaries of Victor Klemperer - volume 1: 1933-41*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1998.
- _____. *To the Bitter End: the diaries of Victor Klemperer - volume 2: 1942-45*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1999.
- KOCH, H. *In the Name of the Volk: political justice in Hitler's Germany*. Londres: I.B. Tauris, 1997.
- KOEHL, R. *The Black Corps: the structure and power struggles of the Nazi SS*. Madison, WI: University of Wisconsin, 1983.
- KOGON, E. *The Theory and Practice of Hell: the German concentration camps and the System behind them*. Nova York: Berkley Books, 1964.
- KOONZ, C. *Mothers in the Fatherland: women, the family and Nazi politics*. Londres: Methuen, 1988.
- KRAUSNICK, H. e BROSZAT, M. *Anatomy of the SS State*. Londres: Paladin, 1973.
- LANG, J. von. *Die Gestapo: instrument des terrors*. Hamburgo: Rasch und Röhring, 1990.
- _____. e SIBYLL, C. (orgs.). *Eichmann Interrogated: transcripts from the archives of the Israeli Police*. Washington, DC: Da Capo Press, 1999.
- LASKA, V. (org.). *Women in the Resistance and in the Holocaust: the voices of eyewitnesses*. Westport, CT: Greenwood Press, 1983.
- LEVINE, A. *The Strategic Bombing of Germany, 1940-1945*. Westport, CT: Greenwood Press, 1992.

- LEWY, G. *The Catholic Church and Nazi Germany*. Washington, DC: Da Capo Press, 2000.
- _____. *The Nazi Persecution of the Gypsies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- LIFTON, R. *The Nazi Doctors: a study of the psychology of evil*. Londres: Macmillan, 1986.
- LOCHNER, P. (org.). *The Goebbels Diaries, 1942-1943*. Nova York: Doubleday, 1948.
- LONGERICH, P. *Heinrich Himmler: a life*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- LOZOWICK, Y. *Hitler's Bureaucrats: the Nazi Security Police and the Banality of Evil*. Londres: Continuum, 2000.
- MACDONOGH, G. *Berlin: a portrait of its History, politics and society*. Londres: St. Martin's Press, 1999.
- _____. *After the Reich: from the liberation of Vienna to the Berlin Airlift*. Londres: John Murray, 2008.
- MACHTAN, L. *The Hidden Hitler*. Oxford: Perseus Press, 2001.
- MALLMANN, K. *Die Gestapo im Zweiten Weltkrieg*. Darmstadt: Primus Verlag, 2000.
- MANN, R. *Protest und Kontrolle im Dritten Reich: Nationalsozialistische Herrschaft im Alltag einer rheinischen Großstadt*. Frankfurt/Meno: Campus Verlag, 1987.
- MARRUS, M. *The Nuremberg War Crimes Trial of 1945-46: a documentary History*. Londres: Bedford Books, 1997.
- _____. *The Holocaust in History*. Londres: Key Porter, 2000.
- MASON, T. *Social Policy in the Third Reich: the working class and the "National Community"*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- MCDONOUGH, F. *Opposition and Resistance in Nazi Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- _____. *Sophie Scholl: the real story of the woman who defied Hitler*. Stroud: The History Press, 2010.
- _____. *Hitler and the Rise of the Nazi Party*. Londres: Pearson, 2012.

- _____. e COCHRANE, J. *The Holocaust*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.
- MCKALE, D. *The Nazi Party Courts: Hitler's management of conflict in his movement*. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1974.
- MERSON, A. *Communist Resistance in Nazi Germany*. Londres: Lawrence & Wishart, 1985.
- MICHELSON, M. *City of Life, City of Death: memories of Riga*. Boulder, CO: Colorado University Press, 2001.
- MILGRAM, S. *Obedience to Authority: an experimental view*. Londres: Pinter and Martin, 1995.
- MOORHOUSE, R. *Killing Hitler: the Third Reich and Plots against the Führer*. Londres: Vintage, 2007.
- _____. *Berlin at War: life and death in Hitler's capital, 1939-1945*. Londres: Vintage, 2011.
- _____. *The Devil's Alliance: Hitler's pact with Stalin, 1939-1941*. Londres: The Bodley Head, 2014.
- MOSZKIEWIEZ, H. *Inside the Gestapo: a Jewish woman's secret war*. Toronto: Macmillan, 1985.
- MÜLLER, I. *Hitler's Justice: the courts of the Third Reich*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.
- MÜLLER-HILL, B. *Murderous Science: elimination by Scientific Selection of Jews, Gypsies and others in Germany 1933-45*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- NEAVE, A. *Nuremberg: a personal record of the trial of the Major Nazi War criminals* Londres: Hodder & Stoughton, 1978.
- NOAKES, J. e PRIDHAM, G. (orgs.). *Nazism 1919-1945: a documentary reader*. 4 vols. Exeter: Exeter University Press, 1984-1998.
- OAKSHOTT, M. (org.). *The Social and Political Doctrine of Contemporary Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1953.
- OVERY, R. *Interrogations: inside the minds of the nazi elite*. Londres: Penguin, 2002.
- _____. *Göring: Hitler's iron knight*. Londres: I. B. Taurus, 2011.

- OWINGS, A. *Frauen: German women recall the Third Reich*. Londres: Penguin, 1995.
- PADFIELD, P. *Himmler: Reichsführer-SS*. Nova York: H. Holt, 1990.
- PALMIER, J.-M. *Weimar in Exile: the anti-Fascist emigration in Europe and America*. Londres: Verso, 2006.
- PAPEN, F. von. *Memoirs*. Nova York: E.P. Dutton & Co., 1953.
- PÄTZOLD, K. e SCHWARTZ, E. *Tagesordnung Judenmord: die Wannsee-Konferenz am 20. Januar 1942*. Berlim: Metropol, 1992.
- PAUL, G. e MALLMANN, K. (orgs.). *Die Gestapo: mythos and realität*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1995.
- PEHLE, W. (org.). *November 1938: from "Kristallnacht" to genocide*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- PENDAS, D. *The Frankfurt Auschwitz Trial, 1963-65: genocide, History and the limits of Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- PENTON, M. *Jehovah's Witnesses and the Third Reich: sectarian politics under persecution*. Toronto: University of Toronto Press, 2004.
- PEUKERT, D. *Die KPD im Widerstand: verfolgung und untergrundarbeit an rhein und Ruhr, 1933-1945*. Wuppertal: Hammer, 1980.
- _____. *Inside Nazi Germany: conformity, opposition and racism in everyday life*. Londres: Batsford, 1987.
- PINE, L. *Nazi family policy, 1933-1945*. Londres: Berg, 1997.
- _____. *Hitler's "National Community": society and culture in Nazi Germany*. Londres: Bloomsbury, 2011.
- PLANT, R. *The Pink Triangle: Nazi war against homosexuals*. Londres: Holt & Co., 1996.
- POHL, D. *Justiz in Brandenburg, 1945-1955*. Munique: Oldenburg, 2001.
- PRINGLE, H. *The Master Plan: Himmler's scholars and the Holocaust*. Londres: Harper Perennial, 2006.
- PROCTOR, R. *Racial Hygiene: Medicine under the Nazis*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

- QUINN, G. *Hidden Beneath the Thorns: growing up under Nazi Rule, a Memoir of Ingeborg Tismor*. Nova York: iUniverse, 2009.
- REED, D. *The Burning of the Reichstag*. Nova York: Convici Friede, 1934.
- REYNARD, M. e GRAFFARD, S. (orgs.). *The Jehovah's Witnesses and the Nazis: persecution, deportation and murder, 1933-1945*. Nova York: Cooper Square Press, 2001.
- RITTNER, R. e ROTH, J. (orgs.). *Different Voices: women and the Holocaust*. Nova York: Paragon House, 1994.
- ROSEMAN, M. *The Villa, the Lake, the Meeting: Wannsee and the Final Solution*. Londres: Allen Lane, 2002.
- ROSENHAFT, E. *Beating the Fascists? The German communists and political violence, 1929-1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- ROTH, J. e RITTNER, C. (orgs.). *Pope Pius XII and the Holocaust*. Londres: Continuum, 2002.
- RÜCKERL, A. *The Investigation of Nazi Crimes, 1945-1978: a documentation*. Hamden, CT: Archon Books, 1980.
- RÜRUP, R. (org.). *Topographie des terrors: Gestapo, SS und Reichssicherheitshauptamt auf dem "Prinz-Albrecht-Gelände": eine documentation*. Berlin: Willmuth Arenhövel Verlag, 2005.
- RÜTER, A. e RÜTER, C. (orgs.). *Justiz und NS-Verbrechen: sammlung West-deutscher strafurteile wegen nationalsozialistischer tötungsverbrechen*. Amsterdam, Amsterdam University Press, 1945-1979. 20 vols.
- SAFRAIN, H. *Eichmann's Men*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- SANFORD, G. *From Hitler to Ulbricht: the communist reconstruction of East Germany, 1945-1946*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1983.
- SHELLENBERG, W. *The Schellenberg Memoirs*. Londres: André Deutsch, 1956.
- SCHLEUNES, K.A. *The Twisted Road to Auschwitz*. Champaign, IL: University of Illinois Press, 1970.

- SCHOPPMANN, C. *Days of Masquerade: life stories of lesbians during the Third Reich*. Nova York: Columbia University Press, 1996.
- SHIRER, W. *Berlin Diary: the journal of a Berlin correspondent*. Nova York: Bonanza Books, 1941.
- SHIRER, W. *The Rise and Fall of the Third Reich*. Londres: Folio, 2004.
- SMITH, H. *Last Train from Berlin: an eye witness account of Germany at war*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1941.
- SMITH, M. *Dachau: the harrowing of Hell*. Albany, NY: State University of New York Press, 1995.
- SOFSKY, W. *The Order of Terror: the concentration camp*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.
- SPEER, A. *Inside the Third Reich*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1970.
- STARGARDT, N. *Witnesses of War: children's lives under the Nazis*. Londres: Pimlico, 2006.
- STEINACHER, G. *Nazis on the Run: how Hitler's henchmen fled Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- STEINERT, M. *Hitler's War and the German Public Mood during the Second World War*. Athens, OH: Ohio University Press, 1977.
- STEPHENSON, J. *Women in Nazi Society*. Londres: Croom Helm, 1975.
- _____. *Women in Nazi Germany*. Londres: Longman, 2001.
- STOLLIES, M. *Law under the Swastika*. Chicago, IL: Chicago University Press, 1998.
- _____. *A History of Public Law in Germany, 1914-45*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- STOLTZFUS, N. *Resistance of the Heart: intermarriage and the Rosenstrasse Protest in Nazi Germany*. Nova York: W.W. Norton, 1996.
- STONE, D. (org.). *The Historiography of the Holocaust*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- SZANADA, A. *Indirect Perpetrators: the prosecution of informers in Germany, 1945-1965*. Plymouth: Lexington

Books, 2010.

- TARRANT, V. *The Red Orchestra: the Soviet Spy Network inside Nazi Europe*. Nova York: Random House, 1995.
- TENT, J. *Mission on the Rhine: reeducation and denazification in American-Occupied Germany*. Chicago, IL: Chicago University Press, 1982.
- TETENS, T. *The New Germany and the Old Nazis*. Londres: Random House, 1962.
- THALMANN, R. e FEINERMANN, E. *Crystal Night: 9-10 November 1938*. Londres: Thames & Hudson, 1974.
- THEILEN, F. *Edelweisspiraten*. Colônia: Emons H.J., 2003.
- TOBIAS, F. *The Reichstag Fire*. Nova York: Enigma Books, 1964.
- TODOROV, T. *Facing the Extreme: moral life in the concentration camps*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1999.
- VANDANA, J. *Gender and Power in the Third Reich: female denouncers and the Gestapo, 1933-1945*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- WACHSMANN, N. *Hitler's Prisons: legal terror in Nazi Germany*. Londres: Yale University Press, 2004.
- _____. *KL: a history of the concentration camps*. Londres: Little Brown, 2015.
- WALTON-KERR, P. *Gestapo: the history of the German Secret Police*. Londres: Senate, 1996.
- WEINDLING, P. *Health, Race and German Politics between National Unification and Nazism, 1870-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WEINREICH, M. *Hitler's Professors: the part of scholarship in Germany's crimes against the Jewish People*. New Haven, CT: Yale University Press, 1999.
- WEITZ, E. *Creating German Communism, 1890-1990: from popular protest to the Socialist State*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.
- WHITING, C. *The Search for "Gestapo" Müller: the man without a shadow*. Barnsley: Leo Cooper, 2001.

WILDT, M. *An Uncompromising Generation: the leadership of the Reich Security Main Office*. Madison, WI: The University of Wisconsin Press, 2009.

Artigos e capítulos

- ABRAMS, L. "Prostitutes in Imperial Germany, 1870-1918: working girls or social outcasts?" In: EVANS, R.J. (org.). *The German Underworld: deviants and outcasts in German History*. Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 189-209.
- ADAM, U. "An overall plan for anti-Jewish Legislation in the Third Reich", *Yad Vashem Studies*, v. 11, p. 33-55, 1976.
- ANGRESS, T. e SMITH, B. "Diaries of Heinrich Himmler's early years", *Journal of Modern History*, v. 31, p. 206-224, 1959.
- AYASS, W. "Vagrants and beggars in Hitler's Reich". In: EVANS, R.J. (org.). *The German Underworld: deviants and outcasts in German History*. Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 210-237.
- BARNETT, V. "The role of the churches: compliance and confrontation". *Dimensions*, v. 14, p. 9-12, 2000.
- BENEDICT, S. "Nurses' participation in the Nazi Euthanasia Programme". *Western Journal of Nursing*, v. 21, p. 246-263, 1999.
- BERGMAN, J. "The Jehovah's Witnesses' experience in the Nazi concentration camps: a history of their conflicts with the Nazi State", *Journal of Church and State*, v. 38, p. 87-113, 1996.
- BEST, W. "Die Geheime Staatspolizei", *Deutsches Recht*, v. 6, p. 125-128, 1936.
- BREITMANN, R. "Himmler and the 'Terrible Secret' among the executioners", *Journal of Contemporary History*, v. 26, p. 431-451, 1991.
- CONWAY, J. "Coming to terms with the past: interpreting the German Church struggles, 1933-1990", *German History*, v. 16, p. 377-396, 1998.
- CZARNOWSKI, G. "Women's crimes, state crimes: abortion in Nazi Germany". In: ARNOT, M. e USBORNE, C. (orgs.).

Gender and Crime in Modern Europe. Londres: UCL Press, 1999. p. 238-256.

FROMMER, B. "Denunciations and fraternisers: gender collaboration and revolution in Bohemia and Moravia during World War II and after". In: WINGFIELD, N. e BUCUR, M. (orgs.). *Gender and War in Twentieth-Century Eastern Europe*. Londres: Indiana, IL, 2006. p. 111-132.

GELLATELY, R. "Rethinking the Nazi terror system: a historiographical analysis", *German Studies Review*, v. 14, p. 23-38, 1991.

_____. "Situating the 'SS-State' in a social-historical context: recent histories of the SS, the police and the courts in the Third Reich", *Journal of Modern History*, v. 64, p. 338-365, 1992.

_____. "Denunciations in Twentieth-Century Germany", *Journal of Modern History*, v. 68, p. 747-767, 1996.

_____. "Denunciations and Nazi Germany: new insights and methodological problems". *Historical Social Research*, v. 22, p. 228-239, 1997.

GILES, G. "'The unkindest cut of all': castration, homosexuality and Nazi Justice", *Journal of Contemporary History*, v. 27, p. 41-61, 1992.

GOESCHEL, C. "Suicides of German Jews in the Third Reich", *German History*, v. 25, p. 22-45, 2007.

GRAF, C. "The genesis of the Gestapo", *Journal of Contemporary History*, v. 22, p. 419-435, 1987.

GRIECH-POLLELE, B. "Image of a churchman resister: Bishop von Galen, the Euthanasia Project and the sermons of summer 1941", *Journal of Contemporary History*, v. 36, p. 41-57, 2001.

HALL, C. "An army of spies? the Gestapo Spy Network, 1933-1945", *Journal of Contemporary History*, v. 44, p. 247-265, 2009.

HERBERT, U. "The real mystery in Germany: the working class during the Nazi Dictatorship". In: BURLEIGH, M. (org.). *Confronting the Nazi Past*. Londres: Collins and Brown, 1996. p. 23-36.

- JOHNSON, E. "German women and Nazi Justice: their role in the process from denunciation to death", *Historical Social Research*, v. 20, p. 33-69, 1995.
- KATER, M. "Forbidden fruit? Jazz in the Third Reich", *American Historical Review*, v. 94, p. 11-43, 1989.
- KUNDRAS, B. "Forbidden company: romantic relationships between Germans and Foreigners, 1939-1945". In: Herzog, D. (org.). *Sexuality and German Fascism*. Londres/Nova York, 2005. p. 67-94.
- LEWY, G. "Himmler and the 'racially pure Gypsies'", *Journal of Contemporary History*, v. 34, p. 201-214, 1999.
- MALLMANN, K. e PAUL, G. "Omniscient, omnipotent, omnipresent? Gestapo, society and resistance". In: CREW, D. (org.). *Nazism and German Society*. Londres: Routledge, 1994. p. 166-196.
- NOAKES, J. "Leaders of the people? The Nazi Party and German society", *Journal of Contemporary History*, v. 39, p. 189-212, 2004.
- OOSTERHOUS, H. "Medicine, male bonding and homosexuality in Nazi Germany", *Journal of Contemporary History*, v. 32, p. 187-205, 1999.
- PEUKERT, D. "Youth in the Third Reich". In: BESSEL, R. (org.). *Life in the Third Reich*. Oxford: Oxford University Press, 1987. p. 25-40.
- PINE, L. "Hashude: the imprisonment of 'Asocial' families in the Third Reich". *German History*, v. 13, p. 182-197, 1995.
- PIPER, F. "Estimating the number of deportees to, and the victims of Auschwitz-Birkenau Camp", *Yad Vashem Studies*, v. 21, p. 49-103, 1991.
- REICHE, E. "From 'spontaneous' to legal terrorism: SA, Police and Judiciary in Nuremberg, 1933-1934", *European Studies Review*, v. 9, p. 237-264, 1979.
- SZOBAR, P. "Telling sexual stories in Nazi Courts of Law: race defilement in Germany, 1933 to 1945". In: HERZOG, D. (org.). *Sexuality and German Fascism*. Londres: Berghahn, 2004. p. 133-163.

- TIME, A. "The ambivalent outsider: prostitutes, promiscuity and VD in Nazi Berlin". In: GELLATELY, R. e STOLFUS, N. (orgs.). *Social Outsiders in Nazi Germany*. Princeton, Princeton University Press, 2001. p. 192-211.
- VANDANA, J. "The 'private' becomes 'public': wives as denouncers in the Third Reich", *Journal of Contemporary History*, v. 37, p. 419-435, 2002.
- WACHSMANN, N. "Annihilation through labour: the killing of State Prisoners in the Third Reich", *Journal of Modern History*, v. 71, p. 624-659, 1999.
- _____. "From indefinite confinement to extermination: habitual criminals and the Third Reich". In: GELLATELY, R. e STOLFUS, N. (orgs.). *Social Outsiders in Nazi Germany*. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 165-191.
- WELCH, D. "Nazi Propaganda and *Volksgemeinschaft*: constructing a People's Community", *Journal of Contemporary History*, v. 39, p. 213-238, 2004.
- WEYRAUCH, W. "Gestapo informants: facts and theory of undercover operations", *Columbia Journal of Transnational Law*, v. 24, p. 554-596, 1986.

Índice remissivo

A

Adenauer, Konrad 142, 234
alcoólatras 138, 156
aniquilamento pelo trabalho 166
apoio público à Gestapo 16
Arendt, Hannah 13, 236
arquivos 12, 14, 15, 17, 52, 101, 168, 170, 195, 223
asilo político soviético 104
Associação do Reich de Judeus Alemães 202

B

Barr, Rosa 110
Barth, Karl 72
Bauer, Fritz 236
Bauer, Hugo 153
Beck, Elisabeth 145
Beck, Gad 175, 189
Berger, Gerhard 79
Bernadotte, conde Folke 214
Berndorff, Emil 56
Berggen, Paula 208, 209, 210, 211
Bertram, cardeal 85
Best, Werner 48, 49, 50, 58, 215, 216, 238, 239, 240, 257
Biegelson, Arnold 187
Binding, Karl 158
Blobel, Paul 231
Blomberg, general Werner von 39
Bobel, policial da Gestapo 135, 136
Boger, Wilhelm 237
bordéis 82, 172, 173, 174
Bormann, Martin 181
Bose, Herbert von 46
Bovensiepen, Otto 238, 239
Braschwitz, Rudolf 54
Braune, Werner 231
Broch, Joseph 80
Broszat, Martin 14, 92
Brunck, Wilhelm 149
Buch, Eva Maria 107

C

Cabitz, Dora von 127
campos de concentração 18, 30, 31, 32, 36, 47, 48, 50, 52, 62, 65, 71, 75, 77, 93, 96, 97, 101, 110, 139, 141, 161, 166, 167, 174, 177, 179, 198, 216, 218, 219, 225, 247
campos de reeducação de jovens 171
catolicismo político 83
centros de detenção de crianças 168
cerimônias fúnebres 87
Certificados Persil 224
ciganos 156, 166, 178, 179, 180, 181, 182, 183
Cohn, Siegmund 184
colaboração 126
Combatentes da Frente Vermelha 100
comentários derrotistas 87, 121, 148, 151
complô Valquíria de atentado a bomba 52, 149
comportamento infantil 168
comportamento promíscuo 173
Concordata 70, 79, 84, 85
criminosos habituais 163, 165, 166, 168
criminosos sexuais 163, 164
Cristãos Alemães 72
culpa coletiva 218

D

Dahlem, Franz 104
Daluge, Karl 50
debilidade mental hereditária 165
debilidade mental moral 160
Deeser, Rosa 139
degradação racial 193, 194, 195, 196, 209, 255
Delarue, Jacques 13
delinquentes juvenis 156, 171
denúncias 15, 92, 131, 132, 137, 143, 148, 150, 152, 155,
194, 227, 229, 241, 250
deportação 56, 58, 181, 182, 191, 204, 205, 206, 207, 212,
217, 219, 232, 233, 236, 238
desempregados de longa data 166, 167
desnazificação 59, 65, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 232,
239, 260
detenção preventiva 181
Dez Mandamentos para a Escolha de um Marido 161
Diels, Rudolf 22, 23, 29, 30, 34, 39, 41, 243
Dihl, Otto 226, 227, 257
Dittger, agente da Gestapo 135, 136
Dorf, Michael 112
Dorner, Kurt 116
Dresden, Heinz 118

E

Ebbut, Norman 190

Eichmann, Adolf 55, 203, 214, 235, 236

Eicke, Theodor 36, 43

Einsatzgruppen (esquadrão da morte) 56, 218, 222, 230, 231, 233, 239

Eissfeld, Waldemar 233

Elsäss, Hans 154

emprego no pós-guerra, agentes da Gestapo 225

Engel, Gertrud 113

Engelhart, Aloys 129

Esslinger, Ludwig 116

esterilização 157, 158, 159, 160, 161, 165, 179, 180, 183

estrela amarela 188, 201, 202, 207

estrela branca de papel 203

eugenia 157

eutanásia 88, 90, 247

experimentos médicos 168

experimentos sociais 162

F

Feedler, Karl 137

Feelich, Gustav 119

Fegelein, general Hermann 213

Fischer, Margarethe 199

Förder, Ludwig 184

Forst, Hans 90

franceses da Legião Estrangeira, como espiões 152

Frank, Hans 32

Freisler, Roland 16

Frenz, Wilhelm 118

Frey, Ellen 186

Frick, Wilhelm 29, 33, 37, 40, 221, 245

Funk, Leopold 199

G

Gablon, Hermann 111
Galen, bispo Clemens Graf von 88
Galm, Hannah 104
Galton, Francis 157
gangues de rua 156
Gellately, Robert 15, 60, 194, 250, 252
Gelling, Wilhelm 116
Gerres, Wilhelm 93
Gerum, Joseph 60
Gestapa (seção administrativa) 34, 40, 48, 50, 259
Girault, Michel 139
Gisevius, Hans 34, 44, 130
Goebbels, Joseph 28, 68, 82, 142, 143, 197, 198, 208
Goguel, Rudolf 108
Gördeler, Karl 227
Göring, Hermann 14, 22, 34, 215, 221
Gräfe, Heinz 31
Graf, Maria 110
Grimme, Maria 65
Grossmann, Friedrich 125, 126
Grüber, Pastor Heinrich 75
Grynszpan, Herschel 197
Gudland, Hans 119
Gürtner, Franz 142

H

Hack, Johann 151
Halder, general Franz 32
Hamburg, pastor 73
Hansse, pastor Enke 73
Harnack, Mildred 65
Hashude 162
Haus, Hermann 128
Hein, Katharina 145
Heinzelmann, Erich 226
Heller, Reinhold 55
Henning, Rudolf 148
Hensel, Cecile e Paul 191
Henzen, Heinz 208, 209, 210
Herson, Wilhelm 114
Hesse, pastor Helmut 76, 77, 78
Heydrich, Lina 39
Heydrich, Reinhard 14, 22, 24, 26, 40, 50, 53, 57, 79, 126, 135, 156, 187, 198, 242, 269
higiene racial 157, 161
Himmler, Heinrich 14, 22, 24, 28, 50, 51, 55, 70, 90, 166, 213, 235, 238, 257, 260, 272, 278
Hinkler, Paul 35
Hitler, Adolf 12, 13, 14, 15, 16, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 58, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 110, 114, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 131, 133, 134, 141, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 158, 163, 165, 172, 181, 185, 187, 189, 190, 192, 196, 198, 208, 213, 214, 218, 221, 222, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 238, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 262, 263,

264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274,
275, 276, 277, 278

Hoche, Alfred 158

Hof, Frau 138, 139

Hoffmann, Karl-Heinz 216

Holdenberg, Peter 144

homossexuais 28, 82, 156, 167, 174, 176, 177, 226

Honecker, Erich 123

Hösener, Hubert 80

Höss, Rudolf 212

Hottger, Johannes 226

humilhações públicas 127

Husemann, Walter 99

I

Igreja católica 70, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90
Igreja Confessante 72, 73, 75, 76, 259
imagem revisionista da Gestapo 15, 215
incêndio no Reichstag 32, 34, 55, 101
informantes 52, 63, 91, 103, 199, 230
inimigos raciais 48, 62, 156
instituições de bem-estar social 13
instrução superior 54, 56, 57, 66
interrogatório melhorado 56

J

Johnson, Eric 16, 59

Joseph, Rolf 205

juulgamentos de fachada 88

juulgamentos de Nuremberg 30, 44, 59, 225

juulgamentos do pós-guerra 13, 65, 203

Jung, Edgar 42, 46

Jung, Ludwig 58

Justin, Eva 179

Juventude Hitlerista 11, 80, 81, 111, 112, 118, 151, 170,
171

K

Kahn, Josef 195

Kahr, Gustav von 44

Kaltenbrunner, Ernst 55, 221

Kape, Alois 126

Karn, Aloisia 105

Keelmann, Rudolf 118

Kenath, pastor Wilhelm 79

Kendricks, Anton 116, 117

Kerrl, Hanns 72

Kesler, Karl 147

Klausener, Erich 46

Kleff, Siegfried 195

Koch, Karl-Otto 12

Kogon, Eugen 97, 177

Kohl, Frau 127

Kohn, Helene 199

Konte, Johann 149

Kopkow, Horst 54

Koptur, Karl 133

KPD (Partido Comunista da Alemanha) 92, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 135, 259, 267, 268, 274

Krabs, Helen e Paul 208

Krause, Emmi 168

Kripo (polícia de investigações criminais) 13, 50, 51, 61, 66, 156, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 176, 180, 181, 182, 183, 204, 215, 230, 237, 259

Kroll, Marianne 148

Krupp, Erich e Karoline 110

Kuzment, Buray 112

L

Lammers, Hans 51
Lampert, padre Carl 88
Lange, Elizabeth 98
Lawrence, *sir* Geoffrey 214
Ledux, Robert 128
Lehm, Wilhelm 150
Leikam, Alfred 12
Leis de Nuremberg 190, 191, 192, 193, 194, 197, 207
Leuders, Walter 213
Ley, Robert 130
Líderes de quarteirão 63
Liebknecht, Karl 100
Liga de Emergência do Pastor 72
Liga Luise 89
Lindow, Kurt 54, 232
Lingen, condessa Maria von 146
Lipper, Adam 152
literatura traidora 102
Livro Pardo 230
Löffler, Karl 232
Lorenz, Heinrich 233
Lossner, Erich 125
Lubbe, Marinus van der 32, 137
Lummers, Karl 226

M

maçonaria 196
Mann, Reinhard 14, 17
marginais sociais 13, 15, 17, 65, 156, 166
Matschke, Kurt 233
Mayer, Edith 208, 209, 210, 211
Mayer, Rupert 83, 84
McCloy, general John 231
Meiser, bispo Hans 77
mendigos 156, 160, 167
Mending, Imgard 226
Merkel, Rudolf 215, 217
Meyer-Semlies, Ursa 186
missões especiais 217
Mohr, Robert 16
Moser, Claus 185
Müller, Heinrich 50, 53, 198, 213, 221, 235
Muth, Karl 110

N

nacional-socialismo 58, 96, 113, 123, 124, 125, 136, 229

Naumann, Erich 231

Nebe, Arthur 50, 165, 181

Needen, Walter 154

Niemöller, Martin e Pauline 72, 74, 75

Noite das Facas Longas 47, 108, 137

Nosske, Gustav 222

O

Ohlendorf, Otto 56, 222, 231

operários estrangeiros 126, 127, 128, 129

Oposição Sindicalista Revolucionária 100

organização criminosa (qualificação à Gestapo) 214

Orquestra Vermelha 53

P

Pacelli, monsenhor Eugenio 70

papa Pio XI 84

Papen, Franz von 22, 23, 42, 46, 70, 221

Partido Nazista 11, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 36, 39, 46, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 68, 71, 72, 79, 80, 81, 82, 83, 105, 106, 111, 121, 122, 127, 131, 132, 143, 144, 150, 151, 154, 158, 159, 161, 170, 174

Paul, Hugo 126

Peet, Martha 205, 206

Pierce, Irmgard 144, 145

Piratas do Edelweiss 170

Ploetz, Alfred 157

Pohl, Oswald 231

Prinz-Albrechtstrasse (quartel-general da) 32, 34, 44, 223

prisão preventiva 11, 18, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 48, 53, 56, 62, 63, 74, 75, 76, 80, 84, 88, 92, 93, 94, 95, 101, 105, 106, 109, 113, 120, 121, 123, 126, 129, 130, 133, 138, 141, 144, 149, 163, 165, 173, 188, 195, 199, 212, 217, 218

prisão temporária 63

projetos de engenharia social 162

propaganda nazista 13, 28, 52, 106, 126, 139, 147, 218

prostitutas 156, 165, 172, 173, 193

Putsch da Cervejaria de Munique 23, 26, 28, 29, 44, 60

Q

Quest, Helmut 148

R

Rath, Ernst vom 197
reabilitação profissional 231
recrutamento 29, 38, 60, 91, 239
regime nazista 12
Reich, Max 150
Reiner, Max 203
relações sexuais ilegais 140, 193
religião 63, 68, 80, 81, 86, 94, 123, 125, 137, 207, 208, 252
Remmer, Walter 140, 251
resistência operária 102
Ritter, Robert 178
Ritting, Josef 226
Roden, Josef 80
Röhm, Ernst 11, 27, 36, 39, 42
Ronnig, Anton 145
Rössner, Hans 57
RSHA (Escritório Central de Segurança do Reich) 51, 52,
168, 204, 216, 217, 221, 222, 237, 238, 259
Russell, Charles 92

S

SA 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 65, 77, 81, 101, 103, 108, 123, 136, 149, 184, 187, 188, 190, 198, 242, 259, 280
sabotar o esforço de guerra 228, 229
saqueio 198
saudação nazista 118, 133
Saurbier, George 168
Schäfer, Adam 109
Schäfer, Emanuel 57, 58, 233
Schäfer, Werner 31
Schehr, John 104
Scheuenberg, Klaus 185
Schiedlausky, Gerhard 177
Schleicher, general Kurt von 41, 44
Schlemann, Paul 96
Schlosser, Dorothea 192
Schmid, Willi 44
Schneider, Paul 11, 12
Schoemann, Peter 114
Scholl, Sophie 7, 16, 273
Schotte, Walter 46
Schuler, Emil 116
Schulze-Boysen-Harnack (grupo) 107
Schwärzel, Helene 227
SD 27, 40, 51, 55, 56
sentenças capitais 237
Siegler, Arnold 112
socialista 11, 14, 39, 58, 65, 75, 84, 107, 111, 112, 124, 134, 138, 141, 151, 188, 236, 237
Solnitz, Josef 105
Sprinz, Franz 233
SS 12, 24, 32, 34, 36, 38, 41, 44, 47, 48, 62, 90, 97, 165, 178, 214, 218, 231, 235, 238

Stauffenberg, coronel Claus von 52, 98, 149
Steinbeck, Michael 195, 196
Stein, Hermann 118
Steinwender, Leonhard 12
Stieber, Wilhelm 21
Storey, coronel Robert 214
Strasser, Gregor 41, 44, 45
Streckenbach, Bruno 233
Stresemann, Gustav 55
Struck, Anna e Wilhelm 123
Stuffel, Helen 144

T

- técnicas melhoradas de interrogatório 17
- testemunhas de Jeová 18, 55, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 226
- Thälmann, Ernst 99, 101, 104
- Thierack, Otto Georg 165
- Tietz, Erna 187
- Tismer, Ingeborg 150
- trabalhadores escravos estrangeiros 108
- transmissões radiofônicas estrangeiras 142, 143, 147, 148, 153
- triângulo preto 167
- tribunais especiais 33, 260
- Tribunal Popular 225

U

Unterdorfer, Ilsa 98

V

Vaernet, Carl 177
vagabundos 149, 161
Valtin, Jan 65
Veet, Heinrich 133, 134, 251
Vock, Aloys 121, 122, 250
Vögler, Luise e Karl 105
Vogt, Josef 54
Vogts, Klara 145
Vort, Karl 135, 136

W

Wagener, Wilhelm 134
Wagner, Adolf 36
Walles, Friedrich 119
Wasschermann, Heinz 117, 118, 119
Weffer, Wilhelm 151
Weiss, Erich 120, 121
Weltbach, Friedrich 132, 133
Weltch, Robert 188
Wessel, Horst 11
Weyrauch, Walter 52
Wiesenthal, Simon 213
Winten, Heinrich 96
Winter, Seline 89, 90
Wolfenstein, Valerie 204
Wolf, Friedrich 119
Wurm, bispo Theophil 76
Würzburg, bispo de 86

Z

Zindel, Hans 118, 119
zonas de ocupação 221, 223, 227
Zorn, Jakob 103, 109

Frank McDonough nasceu em Liverpool, na Inglaterra, em 1957. É um historiador britânico especializado no Terceiro Reich e leciona história internacional na Universidade John Moores. McDonough publicou diversos livros, como *Hitler and the Rise of the Nazi Party* (2012), *The Origins of the Second World War: an International Perspective* (2011), *The Holocaust* (2008), *The Origins of the First and Second World Wars* (1997), entre outros. Consultor de história do projeto *History of the World*, da BBC, Frank já participou de inúmeros programas de TV e rádio para falar do Terceiro Reich. Muito popular no Twitter, sua conta (@FXMC1957) é uma das mais famosas sobre história no mundo.

“Um estudo lúcido e inquestionável sobre a Gestapo e os seus agentes.”

The Times

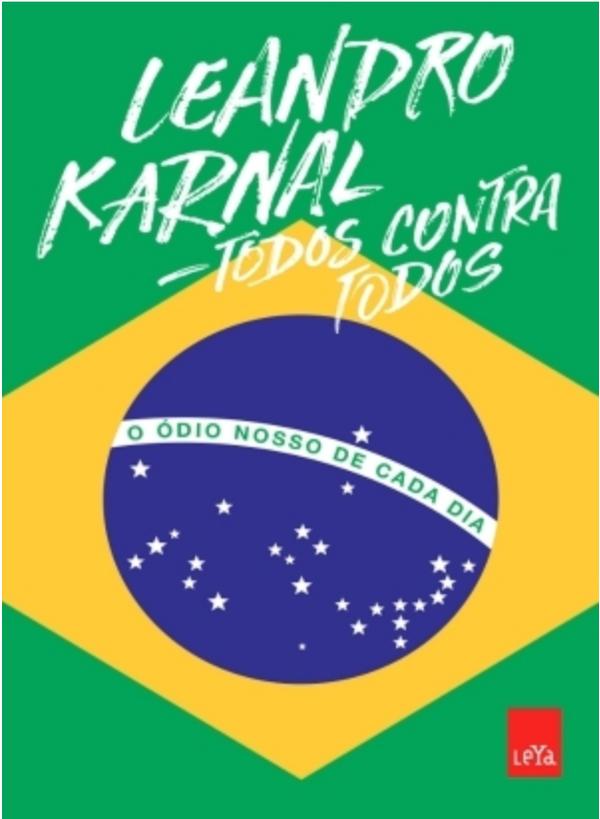
“Um livro que desvende os métodos, as motivações e o perfil dos homens que tentaram policiar os pensamentos dos alemães do Terceiro Reich.”

The Independent

O que é mito e o que é realidade na polícia secreta de Hitler?

Um dos cem melhores livros de 2015, segundo o jornal *The Daily Telegraph*, *Gestapo* apresenta um assombroso panorama do dia a dia no Terceiro Reich. Ao narrar histórias assustadoras de vítimas do terror nazista, esta obra desconstrói mitos sobre a polícia secreta de Hitler e oferece um novo ponto de vista sobre a Alemanha à época da Segunda Guerra Mundial.





Todos contra todos

Karnal, Leandro

9788544105337

136 páginas

[Compre agora e leia](#)

A internet não criou os idiotas, mas deu energia e proteção para o ódio dos covardes." Leandro Karnal derruba o mito do brasileiro pacífico "Só eu e você, caro leitor, cara leitora, não odiamos nem somos violentos, muito menos preconceituosos", diz Karnal. Uma brincadeira irônica para mostrar o quanto transferimos para o outro o que temos de ruim. Um livro polêmico, provocativo e instigante no qual ele afirma que o ódio é um dos espelhos mais poderosos para olharmos nosso próprio rosto. Que a maldade é tão próxima do ódio quanto da inveja. Em tempos

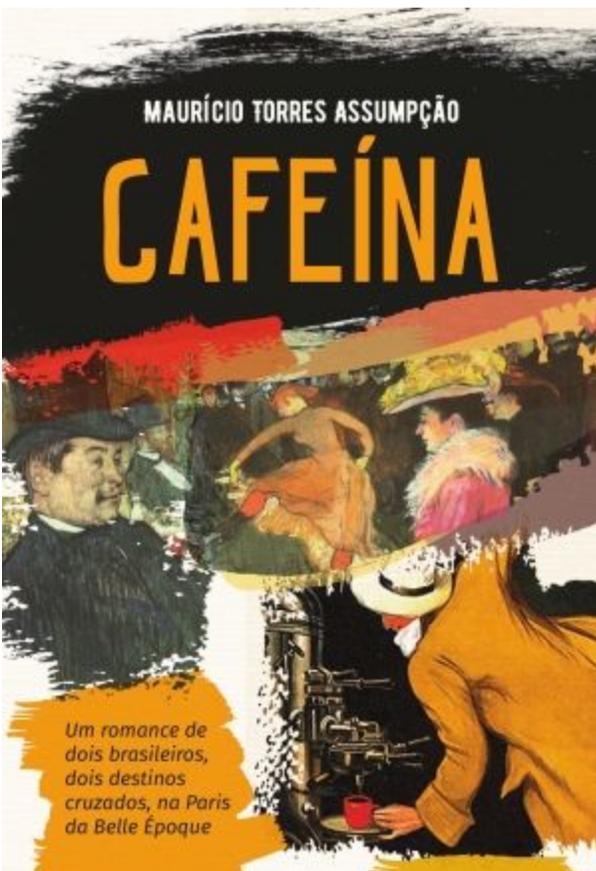
de coxinhas contra petralhas, xenófobos, misóginos e homofóbicos contra imigrantes, o novo feminismo e os movimentos LGBT, em tempos do politicamente correto contra os seus críticos mais mordazes, Leandro Karnal mostra que a história e a realidade revelam um lado sombrio do brasileiro que costumamos não reconhecer: somos violentos no trânsito, nas ruas, nos comentários das redes sociais e fofocas nas esquinas; somos violentos ao torcer por nosso time e ao votar; somos violentos cotidianamente. Em *Todos contra todos*, Leandro Karnal combina as características que o transformaram no historiador e pensador mais pop do Brasil: erudição e leveza, profundidade e humor. Elas se unem nas páginas deste livro para serem saboreadas pelos leitores. *Todos contra todos* escancara a polêmica das palavras agressivas, a natureza das reações raivosas dirigidas ao outro e o porquê de escondermos de nós mesmos as pequenas e grandes maldades do dia a dia.

[Compre agora e leia](#)

MAURÍCIO TORRES ASSUMPÇÃO

CAFEÍNA

*Um romance de
dois brasileiros,
dois destinos
cruzados, na Paris
da Belle Époque*



Cafeína

Assumpção, Maurício Torres

9786556430317

320 páginas

[Compre agora e leia](#)

Uma grande história narrada em nossa História: dois personagens inesquecíveis e dois "Brasis" tão diferentes sob as luzes e as sombras da Paris do século XIX Em Cafeína, Maurício Torres Assumpção estreia na literatura com um romance marcado pelo mesmo apuro histórico de seu trabalho na não ficção - que deu origem ao premiado A história do Brasil nas ruas de Paris. O que você, muito rico, faria para escapar da Justiça por um crime que cometeu? O que você, muito pobre, faria para escapar da Justiça por um crime que não cometeu? Um barão do café

e um jovem órfão refugiam-se, pelas artimanhas do destino, na efervescente e contraditória Paris da Belle Époque. Ali se cruzarão, de modo amargo e inevitável, os caminhos do barão de Lopes Carvalho e de Sebastião Constantino do Rosário. Trata-se de uma grande história narrada em nossa História, que, sob as luzes e as sombras do fim do século XIX, acompanha dois personagens inesquecíveis e dois "Brasis" tão diferentes. No meio da multidão que lota a praça Pigalle, Sebastião está sozinho, faminto e precisa recomeçar a vida. Tino, como é conhecido na pequena Ibirapiranga, menina dos olhos do abastado Vale do Paraíba, é um mestiço estrábico e tímido de apenas dezessete anos. Filho de criação de uma cozinheira e de um padre francês, foge às pressas daquilo que chama de casa após ser acusado de um crime que não cometeu. Agora, em Paris, precisa lutar para sobreviver e tentar, na medida do possível, não se meter em confusão. Em outro canto da cidade, num belo palacete da

elegante rua Bassano, o barão sonha com a construção de uma usina de torrefação de café no subúrbio parisiense e traça planos grandiosos, esperando conquistar o seu espaço na alta sociedade francesa, deixando, de uma vez por todas, o Brasil para trás. O acaso, ou o azar, se encarrega de promover o encontro de dois brasileiros em tudo distintos. Numa ironia do destino, Carvalho e Tino, retratos opostos de um mesmo Brasil, têm suas vidas entrelaçadas pelo café e pela desgraça: para concretizar seus planos de poder, o mais forte dependerá da sobrevivência do mais fraco. Finalista do Prêmio Rio de Literatura 2019, *Cafeína* é fruto de uma dedicada pesquisa em fontes primárias e da inventiva recriação de fatos e personagens que marcaram as histórias do Brasil e da França. Maurício Torres Assumpção guia o leitor pelas surpreendentes trajetórias desses dois personagens ao mesmo tempo que descortina o auge e a decadência do Vale do Paraíba, a realidade da escravidão, os

últimos dias da monarquia e aos primeiros da República brasileira, além da Paris dos grandes empreendimentos, como a Torre Eiffel, dos operários miseráveis e da boemia dos cafés e bordéis de Montmartre.

[Compre agora e leia](#)

Michael J. Losier

P E Ç A

A C R E D I T E

E R C E B A



A LEI DA ATRAÇÃO

O Segredo, de Rhonda Byrne,
colocado em prática



A lei da atração

Losier, Michael J.

9788544106365

146 páginas

[Compre agora e leia](#)

Best-seller em mais de 20 países, A Lei da Atração, que já vendeu milhões exemplares no mundo todo, nos ensina como atrair mais daquilo que desejamos

Em alguns momentos, algo que desejamos muito parece acontecer subitamente, como que por coincidência. Noutros momentos, algo que tememos muito também parece se manifestar como que por coincidência. Experiências como essas evidenciam a existência de uma força muito poderosa chamada de "Lei da Atração", que é a capacidade que temos de, com nossos

pensamentos e emoções, criar a realidade em que vivemos. A Lei da Atração: O segredo, de Rhonda Byrne, colocado em prática explica como podemos utilizar essa "lei" sempre a nosso favor e traz exercícios simples e dicas úteis que nos ajudam a integrar seus princípios à nossa vida cotidiana para atrair mais do que queremos e afastar o que não nos serve. A partir de três passos muito fáceis de seguir, este livro nos ajudará a alcançar objetivos como: encontrar o parceiro ideal para relacionamentos duradouros, aumentar o nosso ganho financeiro, crescer na carreira profissional, empreender novos negócios e construir a vida com que sempre sonhamos.

[Compre agora e leia](#)

**a
princesa
salva
a si mesma
neste livro**

amanda lovelace



leYa

A princesa salva a si mesma neste livro

Lovelace, Amanda

9788544106587

272 páginas

[Compre agora e leia](#)

Amor e empoderamento em versos que levam os contos de fada à realidade feminina do século XXI A princesa salva a si mesma neste livro, de Amanda Lovelace, é comparado ao fenômeno editorial Outros jeitos de usar a boca, de Rupi Kaur, com o qual compartilha a linguagem direta, em forma de poesia, e a temática contemporânea. É um livro sobre resiliência e, sobretudo, sobre a possibilidade de escrevermos nossos próprios finais felizes. Não à toa A princesa salva a si mesma neste livro ganhou o prêmio Goodreads Choice

Award, de melhor leitura do ano, escolha do público. Esta é uma obra sobre amor, perda, sofrimento, redenção, empoderamento e inspiração. Dividido em quatro partes ("A princesa", "A donzela", "A rainha" e "Você"), o livro combina o imaginário dos contos de fada à realidade feminina do século XXI com delicadeza, emoção e contundência. Amanda, aclamada como uma das principais vozes de sua geração, constrói uma narrativa poética de tons íntimos e cotidianos que acolhe o leitor a cada verso, tornando-o cúmplice e participante do que está sendo dito.

[Compre agora e leia](#)

CIRO GOMES
PROJETO NACIONAL:
O DEVER
DA ESPERANÇA



Projeto Nacional

Gomes, Ciro

9786556430010

274 páginas

[Compre agora e leia](#)

Em livro inédito, Ciro Gomes explica a crise política e econômica e convida o leitor a debater o país que desejamos ser

Projeto Nacional: O dever da esperança, livro inédito de Ciro Gomes, é um convite para debater racionalmente o país que somos e o país que desejamos ser. "É minha contribuição pessoal a uma reflexão inadiável sobre o Brasil, as raízes de seus graves problemas e as pistas para sua solução", escreve Ciro na introdução. A frase reflete o espírito da obra e de seu autor: não só oferecer um diagnóstico das principais questões que atrapalharam o

nosso desenvolvimento com democracia, liberdade e justiça, como também apresentar um vasto conjunto de ideias capazes de direcionar o Brasil rumo a um futuro desejável. É o que Ciro Gomes chama de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento - ele segue a linha de pensadores do nacional-desenvolvimentismo, de que, para superar o atraso e a desigualdade, não basta crescimento econômico: é necessário criar condições para promover a justiça social, reparar dívidas históricas com o próprio povo, gerar oportunidades menos desiguais e, ao mesmo tempo, garantir dinamismo a este gigantesco mercado interno chamado Brasil.

[Compre agora e leia](#)